

Patrícia Espírito Santo

**O que informam as cartas de leitores e leitoras
enviadas a jornais impressos:
os casos do Estado de Minas e do *Le Monde***

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação

2012

**O que informam as cartas de leitores e leitoras
enviadas a jornais impressos:
os casos do Estado de Minas e do *Le Monde***

Patrícia Espírito Santo

**O que informam as cartas de leitores e leitoras
enviadas a jornais impressos:
os casos do Estado de Minas e do *Le Monde***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof^a Dr^a Lúgia Maria Moreira Dumont.

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação

2012

E77q Espírito Santo, Patrícia
O que informam as cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: os casos do Estado de Minas e Le Monde / Patrícia Espírito Santo. – Belo Horizonte, 2012.
f.

Orientadora: Prof. Dra. Lígia Moreira Dumont.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

1. Cartas de Leitores. 2. Jornais. I. Título. II. Lígia Moreira Dumont.
III. Universidade Federal de Minas Gerais.

CDU: 651.5

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Leandro Ribeiro Negreiros – CRB6-2345



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO


"O QUE INFORMAM AS CARTAS DE LEITORES E LEITORAS ENVIADAS A JORNAIS IMPRESSOS: OS CASOS DO ESTADO DE MINAS E DO LE MONDE"

Patrícia Espírito Santo

Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Doutora em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade - ICS**".

Tese aprovada em: 25 de junho de 2012.


Por:



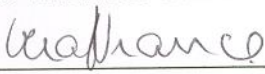
Prof. Dra. Lígia Maria Moreira Dumont - ECI/UFMG (Orientadora)



Prof. Dra. Vânia Carvalho Rôla dos Santos - IPHAN



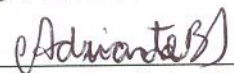
Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias - Prof. Aposentado - ECI/UFMG



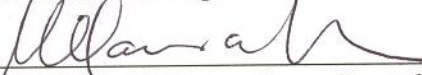
Prof. Dra. Vera Regina Veiga França - FAFICH/UFMG



Prof. Dr. Wander Emediato de Souza - FALE/UFMG

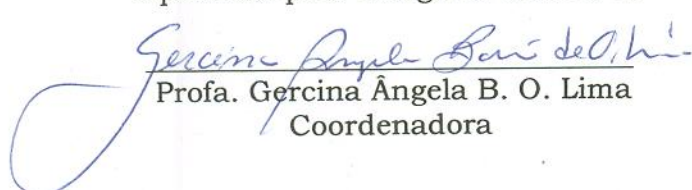


Prof. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte - ECI/UFMG



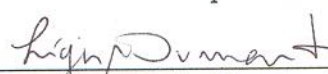
Prof. Dra. Maria da Conceição Carvalho - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Prof. Gercina Ângela B. O. Lima
Coordenadora

Versão final Aprovada por



Prof. Lígia Maria Moreira Dumont
Orientadora



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **PATRÍCIA ESPÍRITO SANTO**, matrícula: 2007671098

Às 14:00 horas do dia 25 de junho de 2012, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 28/05/2012, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **O que informam as cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: os casos do Estado de Minas e do Le Monde**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTORA em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade - ICS. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Lígia Maria Moreira Dumont, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

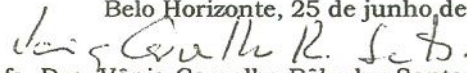
| | |
|--|----------|
| Profa. Dra. Lígia Maria Moreira Dumont - Orientadora | APROVADA |
| Profa. Dra. Vânia Carvalho Rôla dos Santos | APROVADA |
| Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias | APROVADA |
| Profa. Dra. Vera Regina Veiga França | APROVADA |
| Prof. Dr. Wander Emediato de Souza | APROVADA |
| Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte | APROVADA |
| Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho | APROVADA |

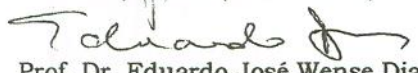
Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2012



Profa. Dra. Lígia Maria Moreira Dumont
ECI/UFMG (Orientadora)


Profa. Dra. Vânia Carvalho Rôla dos Santos
IPHAN


Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias
Prof. Aposentado - ECI/UFMG

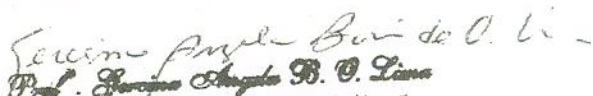

Profa. Dra. Vera Regina Veiga França
FAFICH/UFMG


Prof. Dr. Wander Emediato de Souza
FALE/UFMG


Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte
ECI/UFMG


Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Prof. Jaciana Augusta B. O. Lana
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

AGRADECIMENTOS

Ao jornal Estado de Minas, em especial ao seu diretor-presidente, Álvaro Teixeira da Costa, e ao editor de Opinião, Pedro Lobato.

Ao jornal *Le Monde*, em especial à sua mediadora Veronique Maurus.

A Léo Assis, grande amigo e professor de francês, que me encorajou, me estimulou e intermediou minha ida ao *Le Monde*.

À minha orientadora, Lígia Dumont, que sempre acreditou em minhas escolhas.

A todos/as aqueles/as que, antes de mim, se puseram a estudar informação, comunicação, análise de discurso e cartas de leitores cujas ideias contribuíram para esta pesquisa.

Aos colegas Cida Shikida e Léo Morais, com quem dividi dúvidas, certezas, textos, pratos, muita alegria e uma grande amizade.

À FAPEMIG, que custeou minha pesquisa.

A Ed, Tuca, Deca, Déo e Zilah, minha maior torcida.

E aos leitores e às leitoras que enviaram e enviam cartas às redações de jornais impressos, os/as quais aprendi a respeitar e a admirar.

“Quem lê fica a reflectir, quem reflecte forma uma opinião, quem tem opinião pode dissidir, quem se torna dissidente passa a ser inimigo. É simples como isso”.

(HEIDENREICH, 2005, p. 13)

“Viver é perigoso; no final do caminho temos sempre a morte à nossa espera. Escrever é perigoso. No final da escrita está a obra”.

(BOLLMANN, 2007, p. 15)

RESUMO

Analisa o que informam as cartas de leitores e leitoras de jornais impressos, sob o enfoque da ciência da informação, linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade. Discorre sobre a produção da informação jornalística, em especial nas colunas dedicadas à publicação da opinião do leitorado. Ao considerar os meios de comunicação mediadores de informações, além de produtores e reprodutores de padrões culturais e sociais, procurou identificar o que leitores e leitoras escrevem aos jornais e como problematizam as temáticas abordadas em suas páginas; se haveria diferenças nos argumentos utilizados por cada gênero; que argumentos utilizam para chamar a atenção dos/as editores/as e de seus/suas futuros/as leitores/as; o que realmente os/as editores/as acham relevante publicar e como o fazem. Para tanto, foi elaborada uma base conceitual de ideias defendidas por teóricos da Ciência da Informação, Comunicação, Análise do Discurso e Gênero. As cartas enviadas em caráter espontâneo por *e-mail* aos jornais Estado de Minas e *Le Monde* foram coletadas no período de 30 dias consecutivos e separadas por temática; após serem contabilizadas as publicadas, foi feita análise do discurso de 60 cartas enviadas ao Estado de Minas e 92 enviadas ao *Le Monde*, o que tornou possível conhecer a que valores recorrem leitores e leitoras, sobre quais hierarquias fundam os valores e em que lugares situam suas argumentações. Foi comparada a íntegra com o texto publicado de 16 cartas do primeiro e cinco do segundo. Os resultados permitem concluir que os homens assinam quase 80% das cartas enviadas aos dois jornais, porém os valores, hierarquias e lugares apresentados nas cartas de ambos os sexos reproduzem a formação ideológica e discursiva de cada indivíduo, muito mais que denunciam a que gênero pertence. Já a comparação entre a íntegra das cartas com o texto publicado nas colunas mostra que os jornais interferem nas palavras de seus/suas leitores/as seja acrescentando ideias aos textos originais, como fez o Estado de Minas, seja privilegiando temas pouco discutidos por seus/suas leitores/as, como fez o *Le Monde*.

Palavras-chave: Jornais/cartas de leitores. Diálogo editores x leitores. Opinião do/a leitor/a x jornais. Gênero sexual/informação jornalística.

ABSTRACT

This study analyzes what kind of information is contained in letters sent to printed media by readers of both sexes in the light of Information Sciences with a research line focusing on Information, Culture and Society. It describes the production of newspaper information, especially in sections publishing the readers' opinions. In considering communication media information mediators, besides producing and reproducing cultural and social standards, the study attempted to identify what the readers, both male and female, write to newspapers and how they discuss the topics presented on their pages; and whether there would be any differences in the argumentation used by each gender; and also what argumentation the printed media uses in order to draw the attention of their current readers and also their prospect readers; and what the editors, of both genders, deem worth publishing and how they do it. For that purpose, a conceptual basis was developed of ideas advocated by theorists of Information Sciences, Communication, Discourse Analysis and Gender. Letters spontaneously sent by e-mail to Estado de Minas and Le Monde newspapers were collected during 30 consecutive days and sorted out according to topics and issues. Once those published by the papers had been identified, an analysis of the discourse was carried out of 60 letters sent Estado de Minas and 92 letters sent to Le Monde, which made it possible to learn the values the readers resort to, on which hierarchy levels they found their values and in which locations they place their argumentation. A comparison was made of the whole contents of 16 original letters to the texts published by the former and of 5 letters by the latter. Results found have led to the conclusion that men sign almost 80% of letters sent to both papers. However, the values, hierarchies and locations presented in the letters of both genders reproduce the ideological and discursive background of each individual person more than they do the gender of the sender. On the other hand, the comparison between the whole contents of letters sent and the texts published in the papers shows that newspapers edit their male and female readers' texts by either adding ideas to the original texts, as did Estado de Minas, or favoring topics or issues scarcely discussed by the readers, as did Le Monde.

Key words: Newspapers/readers' letters. Dialogue editors vs readers. Readers' opinions vs newspapers opinions. Sex gender/newspaper information.

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse ce qui informent les lettres de lecteurs et lectrices de la presse écrite sous le regard de la Science de l'information, terrain de recherche en information, culture et société. Elle discourt sur la production de l'information journalistique, tout particulièrement les rubriques consacrées à la publication de l'opinion du lectorat. Considérant les moyens de communication médiateurs d'informations, outre les producteurs et les reproducteurs de critères culturels et sociaux, on a cherché à identifier ce que les lecteurs et lectrices écrivent aux journaux et aussi comment ils problématisent les thèmes abordés dans la presse écrite. Y-aurait-il des différences dans les arguments utilisés par chaque genre ; quels sont les arguments utilisés afin d'attirer l'attention des éditeurs et de leurs lecteurs futurs ; ce que les éditeurs/éditrices trouvent vraiment d'importance pour la publication et comment ils le font. Dans ce but, on a élaboré une base conceptuelle d'idées soutenues par des théoriciens de la Science de l'information, Communication, Analyse du discours et Genre. Les lettres spontanément envoyées par courriel aux journaux Estado de Minas et Le Monde ont été collectées dans la période de 30 jours consécutifs et triées par thèmes; après avoir fait les comptes des lettres publiées, on a procédé à une analyse du discours de 60 lettres envoyées au journal Estado de Minas et 92 au journal Le Monde, ce qui a rendu possible la connaissance des valeurs des lecteurs et lectrices, les hiérarchies qui fondent ces valeurs et la place de leurs argumentations. On a fait une comparaison du contenu intégral des lettres envoyées avec le contenu publié de 16 lettres du premier journal et 5 du second. Les résultats nous permettent de conclure que les hommes signent près de 80% des lettres envoyées aux deux journaux, mais que les valeurs, les hiérarchies et les places présentés dans les lettres des deux sexes reproduisent plutôt une formation idéologique et discursive de chaque individu qu'une information à propos de leur genre. En revanche, la comparaison entre le contenu intégral des lettres avec ce qui a été publié dans les rubriques montre clairement que les journaux interviennent dans les mots de leurs lecteurs/lectrices soit en ajoutant des idées au texte original, comme le fait le journal Estado de Minas, soit en favorisant les thèmes peu discutés par leurs lecteurs/lectrices comme le fait le journal Le Monde.

Mots clés: Journaux/lettres de lecteurs. Dialogue éditeurs x lecteurs. Opinion du/de la lecteur/lectrice x journaux. Genre sexuel/information journalistique.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Leitura on-line de jornais brasileiros – 2011..... | 32 |
| Tabela 2 - Leitura on-line de jornais franceses – 2011 | 32 |
| Tabela 3 - Evolução das visitas às versões on-line de jornais franceses: comparação entre abril/2011 e maio/2011 – 2011 | 33 |
| Tabela 4 - Circulação média diária de jornais pagos brasileiros – 2011..... | 34 |
| Tabela 5 - Média de circulação anual dos maiores jornais pagos do Brasil – 2011 | 35 |
| Tabela 6 - Circulação dos maiores jornais franceses em exemplares/dia – 2011 | 36 |
| Tabela 7 - Perfil dos leitores de jornais brasileiros por sexo – 18 anos ou mais – 2011..... | 38 |
| Tabela 8 - Dados de pesquisa feita em artigos de opinião assinados por mulheres e publicados entre março de 2009 e março de 2010..... | 59 |
| Tabela 9 - Cartas Enviadas e Publicadas por Temáticas – Estado de Minas – fev./mar. 2009 | 125 |
| Tabela 10 - Temática Política / Nacional – Estado de Minas – fev./mar.09 | 127 |
| Tabela 11 - Temática Cidades – Estado de Minas – fev./mar. 2009..... | 128 |
| Tabela 12 - Temática Internacional – Estado de Minas – fev./mar. 2009 | 130 |
| Tabela 13 - Temática Economia – Estado de Minas – fev./mar. 2009..... | 130 |
| Tabela 14 - Outras Temáticas – Estado de Minas – fev./mar. 2009 | 131 |
| Tabela 15 - Número de cartas analisadas sobre cada temática contendo referência a outras cartas publicadas pela coluna Cartas à Redação | 132 |
| Tabela 16 - Cartas Enviadas e Publicadas por Temáticas – Le Monde – jun. 2008..... | 133 |
| Tabela 17 - Temática Política / Nacional – Le Monde – jun. 2008..... | 134 |
| Tabela 18 - Temática Economia – Le Monde – jun. 2008 | 135 |
| Tabela 19 - Temática Internacional – Le Monde – jun. 2008..... | 136 |
| Tabela 20 - Temática Opinião – Le Monde – jun. 2008..... | 137 |
| Tabela 21 - Outras temáticas – Le Monde – jun. 2008 | 138 |
| Tabela 22 - Número de cartas analisadas sobre cada temática contendo referência a outras cartas publicadas pelo Courrier des lecteurs – jun. 2008 | 139 |
| Tabela 23 - Matérias X cartas publicadas no Estado de Minas – fev./mar. 2009 | 141 |
| Tabela 24 - BH – Matérias X Cartas publicadas no Estado de Minas – fev./mar. 2009..... | 147 |
| Tabela 25 - Número de palavras por carta – Belo Horizonte – fev./mar. 2009 | 150 |
| Tabela 26 - Número de palavras por carta – problemas de atendimento social – fev./mar. 2009 | 154 |
| Tabela 27 - Igreja – Matérias X Cartas publicadas no Estado de Minas – fev./mar 2009.... | 162 |
| Tabela 28 - Número de palavras por carta – Aborto/Excomunhão – fev./mar. 2009..... | 164 |
| Tabela 29 - Número de palavras por carta – TCE – fev./mar. 2009 | 168 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 30 - Matérias X Cartas publicadas no Le Monde – jun. 2008..... | 169 |
| Tabela 31 - Número de palavras por carta – Casamento anulado – jun. 2008 | 179 |
| Tabela 32 - Número de palavras por carta – Reações em cadeia – jun. 2008..... | 200 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| Primeira parte: a teoria | 18 |
| 2 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | 19 |
| 2.1 O jornal impresso: <i>le journal quotidien</i> | 31 |
| 2.1.1 O jornal Estado de Minas | 38 |
| 2.1.1.1 As relações com os/as leitores/as | 41 |
| 2.1.2 O jornal <i>Le Monde</i> | 43 |
| 2.1.2.1 As relações com os/as leitores/as | 49 |
| 3 AS CARTAS ENVIADAS A JORNAIS | 54 |
| 3.1 O que querem dizer as cartas | 76 |
| 3.2 A palavra escrita | 81 |
| 4 UMA QUESTÃO DE GÊNERO | 88 |
| 4.1 O gênero faz (a) diferença | 91 |
| 4.2 O gênero da linguagem | 95 |
| 4.3 O gênero da escrita | 99 |
| 5 OS CAMINHOS PERCORRIDOS: METODOLOGIA | 110 |
| Segunda parte: a pesquisa | 123 |
| 6 AS CARTAS PUBLICADAS | 124 |
| 6.1 Estado de Minas | 124 |
| 6.2 <i>Le Monde</i> | 132 |
| 7 ANÁLISE DO DISCURSO DA ÍNTEGRA DAS CARTAS | 140 |
| 7.1 Estado de Minas | 140 |
| 7.1.1 Questões que envolveram Belo Horizonte | 141 |
| 7.1.1.1 As 14 cartas de leitores | 142 |
| 7.1.1.2 As oito cartas de leitoras | 145 |
| 7.1.1.3 As cartas editadas | 147 |
| 7.1.2 Relatos de problemas de atendimento social | 150 |
| 7.1.2.1 As seis cartas de leitoras | 150 |
| 7.1.2.2 As cinco cartas de leitores | 151 |

| | |
|---|------------|
| 7.1.2.3 As cartas editadas | 152 |
| 7.1.3 Questões que envolveram a igreja Católica | 154 |
| 7.1.3.1 As dez cartas de leitores | 157 |
| 7.1.3.2 As quatro cartas de leitoras | 159 |
| 7.1.3.3 As cartas editadas | 162 |
| 7.1.4 O escândalo no Tribunal de Contas do Estado | 164 |
| 7.1.4.1 As 11 cartas de leitores | 165 |
| 7.1.4.2 As quatro cartas de leitoras | 166 |
| 7.1.4.3 A carta editada | 167 |
| 7.2.1 Casamento anulado | 169 |
| 7.2.1.1 As 25 cartas de leitores | 171 |
| 7.2.1.2 As oito cartas de leitoras | 175 |
| 7.2.1.3 As cartas editadas | 178 |
| 7.2.2 Homofobia | 179 |
| 7.2.2.1 As sete cartas de leitores | 180 |
| 7.2.2.2 As duas cartas de leitoras | 182 |
| 7.2.3 Sexismo..... | 183 |
| 7.2.3.1 As oito cartas de leitoras | 184 |
| 7.2.3.2 As duas cartas de leitores | 186 |
| 7.2.4 Relatos de problemas de atendimento social..... | 186 |
| 7.2.4.1 As sete cartas de leitores | 187 |
| 7.2.4.2 As três cartas de leitoras | 189 |
| 7.2.5 Questões religiosas | 190 |
| 7.2.5.1 As 17 cartas de leitores | 192 |
| 7.2.5.2 As cinco cartas de leitoras..... | 194 |
| 7.2.6 Reações em cadeia..... | 195 |
| 7.2.6.1 As sete cartas de leitores | 196 |
| 7.2.6.2 As duas cartas de leitoras | 198 |
| 7.2.6.3 As cartas editadas | 198 |
| Terceira parte: as conclusões | 202 |
| 8 CONCLUSÕES | 203 |

| | |
|--|-------------|
| REFERÊNCIAS..... | 229 |
| ANEXO A - Documento firmado no ato do recebimento das cartas enviadas ao <i>Le Monde</i>..... | 244 |
| APÊNDICE A - Títulos de cartas publicadas pelo Estado de Minas identificando seus/suas autores/as | 245 |
| APÊNDICE B - Informações complementares referentes às cartas editadas e publicadas pelo Estado de Minas | 247 |
| APÊNDICE C - Informações complementares referentes às cartas editadas e publicadas pelo <i>Le Monde</i>..... | 2798 |
| APÊNDICE D - Íntegra das cartas sobre Belo Horizonte que foram editadas e publicadas no Estado de Minas | 292 |
| APÊNDICE E - Íntegra das cartas contendo relatos de problemas de atendimento social que foram editadas e publicadas no Estado de Minas..... | 297 |
| APÊNDICE F - Íntegra das cartas sobre aborto/excomunhão, que foram editadas e publicadas no Estado de Minas..... | 302 |
| APÊNDICE G - Íntegra da carta sobre o escândalo no Tribunal de Contas do Estado que foi editada e publicada no Estado de Minas..... | 305 |
| APÊNDICE H - Íntegra das cartas sobre o casamento anulado que foram editadas e publicadas no <i>Le Monde</i> | 306 |
| APÊNDICE I - Cartas cujos trechos foram citados pela mediadora do <i>Le Monde</i> em sua crônica <i>Reações em cadeia</i> | 308 |
| APÊNDICE J - Íntegra da crônica <i>Reações em cadeia</i> publicada no <i>Le Monde</i>..... | 312 |

1 INTRODUÇÃO

Diariamente as mídias noticiosas recebem sugestões, comentários, críticas de todo tipo enviados por seus leitores e leitoras que, de certa forma, desejam intervir na produção da informação jornalística. Muitos deles são publicados, porém a maior parte é descartada, principalmente quando se trata dos veículos impressos que têm mais limite de espaço que os eletrônicos. O fato de a maioria deles não ser aproveitado impede que se torne pública uma enorme gama de informações sobre a forma como leitores e leitoras veem o mundo, seus pontos de vista e como interpretam o que é discutido nas páginas de seus jornais favoritos.

Conhecer mais a fundo o universo constituído pelos textos enviados por leitores/as a jornais impressos foi o propósito deste trabalho. Para tanto, escolheu-se estudar os textos enviados por eles/as às editorias de Opinião de dois jornais: um brasileiro de abrangência regional, líder de vendas em Minas Gerais entre os diários de referência¹, o **Estado de Minas**, e um francês de abrangência internacional, o **Le Monde**, um dos maiores jornais de referência da Europa e do mundo, o que permite indicar como a interatividade leitor/jornal se dá dentro e fora do Brasil. O material enviado via *e-mail* foi aqui denominado carta, pois é dessa forma designado na redação dos jornais.

As cartas são dispositivos de enunciação que revelam os valores de quem as assina. Por isso, optou-se por realizar uma análise do discurso dos textos na tentativa de se conhecerem quais valores essas informações transmitem e o que esses valores informam sobre a sociedade, visto que esse tipo de análise “não se interessa pela ‘verdadeira’ posição ideológica do enunciador real, mas pelas visões de mundo dos enunciadores inscritos no discurso” (FIORIN, 2006, p. 51).

O que leitores e leitoras informam através de suas cartas? foi a questão colocada e o desejo de buscar respostas a ela nasceu ao final da elaboração da dissertação de mestrado intitulada *Leitura e interatividade feminina nos jornais impressos: a postura da leitora do Estado de Minas* (ESPÍRITO SANTO, 2007),

¹Tétu (2002, p. 194) denomina jornal de referência aquele que, “impondo a priori um quadro para a percepção de tudo o que ocorre, produz um ‘efeito de real’; indica explicitamente, para cada informação, a referência que o constitui como informação”. É o caso de jornais que tentam produzir ou manifestar uma referência, ao contrário da imprensa popular, na qual o que prevalece é o acontecimento, o efeito de real e não seu significado.

defendida no Programa de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-UFMG).

À época concluiu-se que tanto leitores quanto leitoras não demonstravam muito interesse em enviar cartas às redações de jornais impressos (ESPÍRITO SANTO, 2007). A referida dissertação detectou ainda uma enorme diferença entre o número de cartas assinadas por homens e por mulheres. Para cada dez cartas, três eram de leitoras, média que chocou ainda mais quando as estatísticas comprovaram que elas eram, e ainda são, quase metade do público leitor de jornais tanto no Brasil quanto na França.

A detecção desse desnível levou ao estudo e à comparação dos textos enviados por leitores com os enviados por leitoras. Através das cartas podem-se conhecer as principais estratégias retóricas empregadas na elaboração do discurso argumentativo escrito pelo gênero masculino e pelo feminino, os argumentos aos quais homens e mulheres recorrem para dar sentido aos seus textos, persuadir, buscar credibilidade e criar proximidade com o jornal e seu público leitor. A exposição dos fatos, os juízos de valor e os tipos de argumentos utilizados por cada gênero foram alguns tópicos investigados nas missivas.

A escrita pública ser uma prática mais masculina que feminina não é recente nem novidade. Sabe-se, com base nas ideias de Lahire (1997) e Fabre (1997), que o fato de as mulheres buscarem a publicação de opiniões em menor escala que os homens pode ter tido sua origem na forma como meninos e meninas eram (e ainda são) educados para os diversos tipos de escrita, primeiramente no seio de suas famílias, depois pela escola e pela própria sociedade.

Chartier (2001) esclarece que a revolução da leitura ocorrida no século XVIII estimulou muita gente – homens e mulheres – a se aventurar no mundo da escrita, sendo que as novelas e romances da época levaram seus leitores (em sua maioria mulheres) a escreverem aos seus autores, como foi o caso dos/as que liam as histórias escritas por Rousseau e Samuel Richardson. O volume de cartas recebidas pelos romancistas, segundo Chartier (2001), os levou a integrar, nas reedições de seus textos, os pontos de vista de seus/suas leitores/as. Tais novelas eram publicadas, principalmente, em forma de folhetim pelos jornais.

Até que ponto hoje os jornais permitem que seus/suas leitores/as interfiram em suas palavras e até que ponto os jornais interferem naquilo que publicam sob a rubrica de seu público? passa a ser outra pergunta natural quando se tem às mãos

tanto a íntegra das cartas quanto seu texto editado e publicado, como foi o caso da pesquisa cujos resultados ora se apresentam. Ao abrir espaço à publicação da voz do leitor, os jornais não apenas servem como canal para manifestação de outras vozes; eles também as controlam, selecionando e editando a informação a eles encaminhada.

Um jornal é muito mais do que um mero transmissor de informações e notícias, “é também um ponto de passagem da vida de uma sociedade [...] é um dos momentos desse viver”, como afirma França (1998, p. 17). Na visão da autora, para sobreviver, os diários precisam se alimentar da força emanada pela vida social e a ela também alimentam, ou seja, os jornais são parte dos elementos e instrumentos que fazem a vida cotidiana, são espaços onde se produz a sociedade e não apenas onde ela se reproduz.

As cartas foram aqui consideradas, então, como instrumentos de transmissão de informação sobre a vida em sociedade. Fazem parte de um processo discursivo e estão inseridas em condições sócio-históricas. Páginas e colunas específicas para sua publicação servem como espaços de denúncia, de confronto do político/social, de reivindicação, de desabafo, enfim, de exercício da cidadania. Há que se considerar ainda que aqueles que escrevem representam uma população muito mais ampla que se possa dimensionar porque, no fundo, são uma espécie de porta-voz das queixas e observações de tantos/as outros/as que, por algum motivo, não enviam suas opiniões aos jornais. Dessa forma, as cartas foram analisadas como produto de uma interação social que reflete o pensamento de um grupo que deseja se informar e se comunicar em determinado contexto social, histórico e ideológico.

O problema colocado inicialmente, o que leitores e leitoras informam através de suas cartas, levanta as seguintes questões:

- a) o que eles e elas realmente escrevem aos jornais e o que desejam informar através de suas cartas?
- b) haveria diferenças nos argumentos utilizados pelos homens em relação aos utilizados pelas mulheres?
- c) como cada gênero problematiza as temáticas abordadas pelos jornais?
- d) que argumentos utilizam para chamar a atenção dos/as editores/as e de seus/suas futuros/as leitores/as?

- e) o que realmente os/as editores/as acham relevante publicar e como o fazem?

Na tentativa de respondê-las, buscou-se: identificar o número de cartas que chegaram a editorias de Opinião dos jornais **Estado de Minas** e **Le Monde**, num período de 30 dias, e separá-las por gênero; identificar o número de cartas assinadas por leitores e o número de cartas assinadas por leitoras que foram publicadas nesses dois jornais num período de 30 dias; identificar, na íntegra das cartas, as temáticas que mais atraíram cartas de ambos os gêneros, os argumentos utilizados por leitores e por leitoras e compará-los; identificar e analisar, na íntegra das cartas, os valores aos quais eles e elas recorrem, sobre quais hierarquias e lugares comuns fundam seus valores; levantar os critérios que os dois veículos estabelecem para a escolha das cartas a serem publicadas e identificar as interferências realizadas pela edição das cartas com vistas à publicação, os sentidos produzidos e os sentidos negligenciados.

Os textos das cartas na íntegra são normalmente considerados documentos confidenciais pelos veículos, pois podem trazer informações que seu/sua autor/a gostaria de manter em sigilo². Por isso, é mais comum encontrar pesquisas que recorrem às palavras de leitores como *corpus* de análise³ baseadas principalmente em textos editados e publicados e não em um amplo conjunto de mensagens em sua íntegra, como se propôs esta tese. A relevância do estudo se encontra no fato de cartas de leitores e leitoras de jornais impressos revelarem o grau de repercussão dos artigos e reportagens publicados por esse tipo de mídia e por se configurarem como um dispositivo poderoso de divulgação de problemas da sociedade (SILVA, 2010).

As cartas refletem o modo como leitores e leitoras pensam o mundo, sua opinião diante de grandes temas da atualidade. Por meio delas, os jornais podem observar como influenciam a formação do modo de pensar de seus públicos. Seus textos contribuem também para revelar o *mise-en-scène* que tanto o público leitor

² Essa informação foi transmitida tanto pelo editor de Opinião do **Estado de Minas**, Pedro Lobato, quanto pela mediadora do **Le Monde**, Veronique Maurus. A cessão das cartas para essa pesquisa foi em caráter de exceção, fato que será mais bem explicado durante a descrição da metodologia.

³ Ao longo do referencial teórico algumas dessas pesquisas são discutidas, como é o caso de Eleodoro (2011), Leite (2008), Furtado (2008) e Melo (1999).

quanto os próprios jornais realizam enquanto atores de um mundo discursivo inseridos no processo de produção, organização e transmissão da informação.

Espera-se, dessa forma, contribuir para que o campo da Ciência da Informação possa conhecer mais profundamente os meandros da construção da informação a partir da escrita de leitores e leitoras de jornais impressos, sujeitos que buscam manter-se informados e informar sobre o que se passa, tanto em sua região, como no mundo. Também se considerou importante o estudo do fenômeno da informação – seu uso, implicações e consequências – levando em consideração semelhanças e diferenças entre a forma como cada gênero sexual – masculino e feminino – se manifesta, pois se acredita dessa forma poder auxiliar na compreensão das maneiras como as sociedades constroem suas realidades, suas experiências, seu cotidiano.

Esta tese foi estruturada da seguinte forma: após esta breve introdução, contabilizada como capítulo 1, na qual se procurou apresentar uma visão geral do tema pesquisado, seguem-se mais oito capítulos.

O capítulo 2 faz a discussão do caráter social da informação que permite aos sujeitos se colocar no mundo de forma a compartilhá-lo, sendo os jornais uma espécie de facilitador dessa relação. Os dois jornais cujas cartas de leitores/as fizeram o universo deste estudo – **Estado de Minas** e **Le Monde** – são descritos, assim como a relação que mantêm com seus públicos. No capítulo 3, discute-se o significado da interação leitor/a e jornal e o valor de sua opinião na construção da informação jornalística. Já o capítulo 4 abre um debate sobre as categorias masculino e feminino e sua representação desde a década de 1970, o gênero da linguagem e da escrita. É certo que, através do estudo de cartas, faz-se, concomitantemente, o estudo das relações existentes no seio de uma sociedade. A partir do estudo das diversas práticas sociais, podem-se observar os comportamentos do cidadão dentro da comunidade na qual está inserido, comportamentos que ele deixa perceber no âmbito linguístico-discursivo.

O capítulo 5 expõe a metodologia utilizada na pesquisa. As cartas tiveram seus discursos analisados com base na nova retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), que procura caracterizar as diversas estruturas argumentativas visto que a forma como leitores/as sustentam suas argumentações diz um pouco sobre seus valores, suas percepções do mundo, o que informam. Os valores são objetos de acordos aos quais se recorre quando se estrutura uma

argumentação e estudá-los se configura como um importante meio de auxiliar a compreensão sobre a forma como cada gênero sexual pensa temas polêmicos tão explorados pela mídia e com grande repercussão entre o público leitor de jornais. Os capítulos 6 e 7 apresentam as análises das cartas na íntegra e editadas, além de seus resultados. Em seguida vem a conclusão.

A análise do discurso das cartas escritas por eles e por elas mostrou o quanto não tem sentido enxergar o masculino e o feminino como dados que encerram os sujeitos em categoriais fechadas e imutáveis. Os valores apresentados pelas cartas de leitores/as reproduzem a formação ideológica e discursiva de cada indivíduo, muito mais que denunciam a que gênero pertence; seus/as autores/as se configuraram como pessoas atentas à forma como a sociedade é tratada por ela mesma e pelas autoridades sendo a cidadania a palavra-chave.

Ao final posicionam-se as referências bibliográficas citadas e os anexos contendo os textos – na íntegra e editados/publicados – das cartas que tiveram seus discursos analisados, os títulos e conteúdos das colunas Cartas à redação e *Courrier des lecteurs* publicadas no período estudado em cada jornal, assim como cópia do documento assinado durante a entrega das cartas pela mediadora do jornal **Le Monde**. Esta pesquisadora se comprometeu a manter sigilo com relação aos/às autores/as das cartas, identificando apenas os/as das publicadas, e a utilizar o material exclusivamente para os fins de pesquisa e artigos a ela relacionados.

Primeira parte: a teoria

2 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Saracevic (1996), ao investigar as origens da ciência da informação, destaca suas relações com outras disciplinas, em especial com a biblioteconomia, a ciência da computação, a ciência cognitiva e a comunicação social. “Percebe-se que a interdisciplinaridade da Ciência da Informação é reflexo da interdisciplinaridade de seu próprio objeto de investigação, uma vez que o conceito de informação perpassa por diversas áreas do conhecimento”, pontuam também Lemos e Nassif (2011). Para Duarte (2009, p. 65), a informação pode ser descrita como um dos subprocessos do processo de comunicação, pois “de um lado o processo de representação, buscando comunicar o sentido, realizado pelo sujeito comunicante; de outro lado, o processo de atribuição de sentido efetuado pelo sujeito interpretante”.

É inegável a aproximação entre os conceitos de informação e comunicação, pois seus estudiosos esbarram no objetivo comum de buscar compreender um fenômeno social cada dia mais “onipresente” no cotidiano ocidental.

O que justamente caracteriza a ciência da informação é a interação homem/máquina/informação. Entra aí a parte sociológica. O diálogo é perfeito quando se entende para que serve a informação e de que modo pode influenciar o comportamento do homem. Informação é entendida aqui no sentido amplo de comunicação (ZACHER, 1974, p. 69).

Há muito perdeu o sentido tentar delimitar a abrangência de cada uma destas áreas do conhecimento – Ciência da Informação e Comunicação Social –, deixando para a primeira apenas o estudo da seleção, preparação e disseminação da informação e para a segunda apenas o estudo do processo comunicacional, considerando formato, estilo, tecnologia e canais de divulgação da informação. São diversos os autores que discutem a inter-relação entre as duas áreas do conhecimento e todos concordam que elas devem ser vistas como complementares e interconectadas por uma relação intermediada pela cultura (DUARTE, 2009; GOMES, 2010; JANUÁRIO, 2010; CAFRUNI; BOCCATO, 2011).

A informação transmitida pelas palavras do público de jornais impressos foi aqui tratada como um produto resultante do processo da comunicação entre leitores/as e veículos. Porém, optou-se por enquadrar a pesquisa na área da Ciência da Informação, pois se buscou principalmente estudar e analisar o que as cartas

informam em sua íntegra, antes de serem editadas e publicadas em jornais, quais os reais pontos de vista de seus/suas autores/as.

Recorrer à linguística, e aos princípios da Análise do Discurso, também tem trazido ganhos à área. González de Gómez (2004) chama a atenção para as relações que se fazem entre a linguagem, a comunicação e a informação. A linguagem é vista como dimensão dos dispositivos de tratamento da informação e como dimensão das práticas e ações de informação dos sujeitos e das organizações e de outros estudos da significação (Análise de Domínio, Análise do Discurso e abordagens socioantropológicas das redes sociais e informacionais).

Comunicar pressupõe o manejo de informações, o domínio da linguagem e o acesso aos conteúdos, o que permite produzir e difundir mensagens que contenham algum tipo valor. Dessa forma, a questão da informação está estritamente ligada à questão da linguagem, o que volta o interesse ao estudo dos discursos que a envolvem. “A linguagem não se refere somente aos sistemas de signos internos de uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares” (CHARAUDEAU, 2006). É através dela que o ser humano se coloca em relação com o outro, fala do outro e de si mesmo, comenta, descreve e organiza o mundo.

A pesquisa aqui relatada partiu, então, de dois pressupostos. Toda informação é social, é o primeiro. Qualificar a informação como social, para Cardoso (1994, p. 107-108), está longe de delimitar um campo de estudo. “Acaba por ampliá-lo, na medida em que podemos considerar como ‘social’ qualquer processo de produção/organização/consumo de informação, uma vez que ele acontece entre grupos, segmentos, classes”. A informação foi considerada, antes de tudo, como um fenômeno que ocorre no âmbito da sociedade e das relações sociais.

O segundo pressuposto é que, nas cartas de leitores/as, não são matérias ou o jornal que são discutidos, mas, diretamente, a situação em sociedade. Conforme enfatiza Braga (2006), a relação jornal-leitor, estabelecida através das cartas – entre produtores e usuários do produto – constrói (ou deveria construir) uma dependência mútua entre eles. “Essa relação [...] depende largamente de como cada uma das partes ‘constrói’ a outra, das expectativas e das reivindicações segundo as quais atribui papéis ao interlocutor” (BRAGA, 2006, p. 290).

Quem comenta o que se passa no meio social através de cartas aos jornais reflete inúmeras ideias das quais se apropriou em conversas com outras pessoas,

leituras, observações, sobre as quais refletiu e acrescentou aos seus próprios juízos de valor. Sendo assim, é preciso estar atento às marcas que o/a leitor/a deixa transparecer, ao escrever e enviar suas palavras, pois elas mostram sua posição como indivíduo, como ser social, como sujeito da comunicação.

Para França (2006), os sujeitos da comunicação e sujeitos em comunicação não são apenas enunciadores de discursos e leitores de textos, pois estão enredados numa teia de relações uns com os outros, com a linguagem e com o simbólico. Seus textos, falas e registros refletem os modelos interativos dentro dos quais se inserem e, ao mesmo tempo, trazem vestígios de seus processos produtivos.

Não falamos em sujeito no singular, mas no plural; e não apenas sujeitos em relações, mas em relações mediadas discursivamente. Trata-se, portanto, de uma dupla injunção, de uma triangulação. Tal apreensão produz o enquadramento lógico para entender seja a sua natureza, seja sua constituição. São sujeitos interlocutores – sujeitos que falam um com o outro, produzidos nos e pelos laços discursivos que os unem (FRANÇA, 2006, p. 77).

Machado (2001a, p. 65-66), em estudo sobre índices de modalização⁴, confirma que o sujeito, ao se comunicar, deixa transparecer em seus enunciados marcas que mostram sua posição face às mensagens por ele recebidas. Essa posição pode ser “fruto de suas ideias particulares, enquanto indivíduo ‘único’, sobre uma determinada concepção do mundo ou, então, uma atitude conscientemente assumida e/ou imposta pelos contratos discursivos gerados pela vida em sociedade”.

Por isso, pensou-se a informação como ação dos sujeitos no mundo, em comunhão com outros sujeitos, que juntos articulam a compreensão de um mundo compartilhado. Para Araújo (2010a, p. 97), situar a informação como sendo social é entendê-la como uma construção conjunta, coletiva, que tem relevância em determinado momento e para determinado grupo. “O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas diversas práticas”. Essa ideia é também compartilhada por Aquino (2007), para quem a informação só tem sentido

⁴ Na problemática da enunciação (ato de produção do texto pelo falante), a modalização define a marca dada pelo sujeito ao seu enunciado.

quando concebida como prática e interações entre sujeitos, quando pensada como uma ação dos sujeitos no mundo.

Nessa mesma linha de raciocínio, Marteleto (1987) justifica que a informação pode se constituir como elemento de mudança social por ser ela um fenômeno social. É gerada, organizada, disseminada e utilizada por indivíduos inseridos num determinado contexto social. Na visão de González de Gómez (2004), não há como separar a informação das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo em sociedade, inseridos em determinados espaços e contextos culturais.

Sabe-se também que, de maneira geral, o indivíduo necessita de informação para realizar o seu ser social, o que torna necessário, segundo Dantas (2003), fornecer valor tanto à informação que ele transmite quanto à que recebe.

Necessita estar dotado das competências necessárias, ou seja, de algum grau de informação passado, ou *conhecimento*, que lhe permita perceber a informação que deve e pode produzir. Para fornecê-la, necessita estar dotado também de algum grau de conhecimento (informação passada, já adquirida, já trabalhada antes) sobre a informação que pode ser valorizada (DANTAS, 2003, p. 31).

A transferência de informação se coloca como um processo de troca de mensagens que tem um valor e não pode ser vista como isenta de ideologia (ARAÚJO, 1995). Ao se informar, o sujeito mescla o que já sabe com o que acaba de entrar em contato, o que altera ou não seu conhecimento e, por isso, acredita-se que o estudo da escrita – a partir da análise de correspondências enviadas aos jornais por pessoas comuns⁵ – auxilia na compreensão das experiências compartilhadas socialmente, às quais também se referem Capurro e Hjørland (2003). Através desse compartilhamento é possível detectar, em parte, como se dá o processo de transformação do conhecimento, assim como a seleção e a interpretação da

⁵ A pessoa comum, neste trabalho, é aquela que o estudo das práticas culturais e a sociologia da leitura qualificam como a que mantém uma atividade cultural típica dos não produtores de cultura, uma atividade não assinada, a pessoa inscrita em seu mundo cotidiano (CERTEAU, 2003). Pode ser ocupante de um cargo público ou viver inserida em um ambiente privado, pode ter conhecimentos técnicos e saberes profissionais. Mas todas, com certeza, têm um “saber-fazer” tácito, decorrente de suas práticas privadas. Qualquer que seja sua ocupação, é aquela que também incorpora às suas tarefas diárias o ler e/ou o escrever fora do contexto escolar. Não é necessariamente letrada; pode saber ler e saber escrever; saber ler e não dominar a escrita, escrever “mal” ou com pouca frequência; ou, ainda, escrever muito, mas para si mesma ou para poucos. Pode-se chamá-la, também, de leiga. O termo leigo designa aquele que não recebeu ordens sacras; que revela ignorância ou pouca familiaridade com determinado assunto, profissão, dentre outros; desconhecedor, inexperiente; não clerical, relativo ao meio civil, mundano (HOUAISS, 2004). São o homem e a mulher inscritos no mundo cheio de especialidades além das suas.

informação jornalística. Afinal “somos conformados por consensos coletivos, os quais também não se impõem mecanicamente sobre nós – pois somos nós que os construímos” (ARAÚJO, 2010b, p. 27).

Capurro e Hjørland (2003) também chamam a atenção para as formas como a informação deve ser vista. Quando apresentada e legitimada em termos de seu suposto conteúdo factual, autoriza uma representação do mundo, ao invés de convidar ao debate sobre a construção e a relevância do que ela representa. Por outro lado, à medida que é tratada como produto de atividades específicas de construção do mundo, colabora para o questionamento discursivo quanto ao seu significado e à sua relevância.

Para Mouillaud (2002a), produzir uma informação supõe a transformação de dados que estão no estado difuso em unidades homogêneas, sendo que essa transformação não está nas mãos da mídia, mas em todo o corpo social. O discurso da mídia, assim como o produzido por seu público a partir do que lê/ouve/vê em seus diversos suportes, representa as identidades de grupos de indivíduos. A mídia “apenas representa o fim de um trabalho social, uma formação que começa a montante dos aparelhos propriamente da mídia. A manifestação é apenas um dos múltiplos operadores pelos quais uma sociedade se torna visível a si própria” (MOUILLAUD, 2002a, p. 42).

Segundo Dumont (2002), ao entrar em contato com um texto o sujeito lhe atribui significados que correspondem às informações que ele possui do mundo e dependem de seu estoque simbólico.

A leitura não é só uma operação do intelecto humano. Pode-se dizer que tem início com o lado físico do sujeito, mas decorre, acima de tudo, da inscrição deste em determinado contexto ou espaço, do relacionamento consigo mesmo e com os outros sujeitos. Ler é trabalho de linguagem e de comunicação social (DUMONT, 2002, s. p.).

Dessa forma, os jornais diários não devem ser vistos como meros transportadores de informações; eles auxiliam a criá-las e validá-las. Como toda mídia, para atender à demanda social de informação, os jornais contribuem na estruturação e na formação de grupos de interesses comuns e identidades compartilhadas, promovendo uma espécie de flexibilidade na sociedade.

O jornal pode ser considerado, então, um dos veículos nos quais o cotidiano da sociedade e de seus leitores é exposto a eles próprios e a todos. Inclusive é exatamente nos acontecimentos cotidianos e ordinários que a mídia opera de maneira mais significativa. “Filtra e molda realidades e, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornece critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum, enfim, para a produção de realidades” (SILVERSTONE, 2002, p. 20). Para Antunes e Vaz (2006, p. 51), a mídia como construção discursiva é co-determinada por vozes e operações que vão além dos limites de seu espaço e, “ao acolher outras palavras, passa a ser lugar de mistura e metamorfose”.

Na visão de Barreto (2003), a imprensa nasceu como instrumento de publicação escrita com objetivo de servir a uma mudança estrutural da esfera pública. É...

[...] um instrumento político com fins estabelecidos: a ação de mostrar, de revelar por meio impresso e recorrente, os interesses de uma determinada comunidade; o periódico aparece com a intenção de publicitar fatos e ideias desta comunidade para informar e formar uma opinião consentida (BARRETO, 2003, s. p.).

Embora os indivíduos esbarrem em restrições tendo pouco controle sobre o que lhes é oferecido como informação pelos jornais, eles podem codificá-la e reelaborá-la de outra maneira que não a idealizada por quem a produziu. Porém, é preciso lembrar que o discurso jornalístico é de certa forma antecipadamente legitimado, uma vez que é o próprio leitor que o compra. Para Maingueneau (2005), os jornais procuram apresentar-se como quem responde às demandas, implícitas ou explícitas, de seus leitores e, para tal, muito comumente, propõem seções nas quais valorizam a “face positiva” do leitor. O jornal o faz como forma de mostrar interesse pelas preferências ou necessidades desse leitor e, “aceitando-as como legítimas ao satisfazê-las, ele valoriza, também, a sua própria face positiva de locutor, ao mostrar-se preocupado com o bem-estar de seus clientes” (MAINGUENEAU, 2005, p. 40). Suas matérias pretendem atender à demanda do leitor, também através da reprodução da fala dos envolvidos na situação que está sendo narrada, ou de especialistas no assunto socialmente reconhecidos. Essa estratégia permite ao jornal manter certo grau de distanciamento espaço-temporal da cena e, ao mesmo

tempo, reimplantar novos contextos a ela, assim como parecer objetivo e fiel à realidade (THOMPSON, 1999).

Os jornais seriam uma espécie de facilitador da relação entre o leitor e o mundo, pois dão a ele a “impressão” de estar inserido num universo maior do que aquele que ocupa geograficamente, conforme observado, por exemplo, pela direção do *The New York Times*. Noblat (2003) relata que, em 2001, os leitores mais fiéis liam apenas 10% da totalidade desse periódico americano.

Chartier (2001) contextualiza o jornal não como um elemento que se vincula a outros lugares e funciona como uma forma de comunicação entre eles, um lugar da sociabilidade. “Um jornal define um espaço abstrato de opinião pública porque circula e cada um pode lê-lo em sua esfera privada” (CHARTIER, 2001, p. 123).

O jornal se configura ainda como um elemento com poder de vincular seus leitores e leitoras a outros lugares e também de funcionar como uma forma de comunicação entre eles. É pública a opinião que ele estampa, conforme assinala Chartier (2001), e essa opinião é que define um espaço abstrato da circulação do escrito entre pessoas que se unem, que não participam da mesma sociedade, mas que em particular, ao ler ou escrever em sua esfera privada, se comunicam entre si por meio da circulação do impresso. É um meio dialógico, mesmo que registre certo desequilíbrio entre as vozes que o constroem.

Por isso, para Thompson (1999), o “significado” de uma informação transmitida pela mídia não é um fenômeno estático, permanentemente fixo e transparente para todos.

Antes, o significado ou o sentido de uma mensagem deve ser visto como um fenômeno complexo e mutável, continuamente renovado e, até certo ponto, transformado pelo próprio processo de recepção, interpretação e reinterpretação (THOMPSON, 1999, p. 44).

O autor conclui dizendo que, ao interpretar as mensagens, os indivíduos as incorporam à própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para refletir sobre si mesmos, os outros e o mundo ao qual pertencem.

Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. É assimilar a mensagem e incorporá-la à própria [...] e aos contextos e circunstâncias em que vivemos [...]

que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida (THOMPSON, 1999, p. 45).

Para Araújo (2001, s. p.), os indivíduos utilizam critérios próprios para selecionar informações e para compreender como essa ação se dá. É preciso considerar “que a realidade e/ou a vida cotidiana comportam setores rotineiros ou não problemáticos, apreendidos naturalmente, e setores que se apresentam em forma de problema, que, ao serem enfrentados, enriquecem-nos, trazendo-nos novos conhecimentos”.

As informações transmitidas pela mídia são interpretadas conforme a “história” trazida por cada leitor/leitora que as reelabora e as recoloca em discussão tanto no momento da recepção quanto posteriormente. Elas são, portanto, elaboradas discursivamente e compartilhadas num círculo amplo. “O entendimento das notícias como construções sociais traz consigo a compreensão de que elas são narrativas marcadas pela cultura jornalística e pela cultura em geral”, afirma Schwaab (2007, s. p.).

Espírito Santo (2007) detectou, com base em entrevistas aplicadas a 172 leitoras do **Estado de Minas**, que a informação jornalística se configura para elas como um objeto de troca no mercado, de valorização pessoal tanto aos seus olhos quanto aos olhos dos outros e, ainda, as guia na tomada de decisões. Tal comportamento pode ser utilizado como um exemplo prático da ideia de Wersig (1993) de informação como sendo conhecimento em ação. Ou seja, o conhecimento deve ser transformado em algo que apoie uma ação específica, em uma situação específica, sendo que os atores podem ser indivíduos, grupos, organizações ou culturas. Por isso, é preciso enxergar, em primeiro lugar, os indivíduos inseridos em suas redes sociais e, a partir daí, a informação produzida por e para eles.

As forças sociais continuaram a moldar o desenvolvimento das redes de informação. [...] para participar deste processo de moldagem, e não simplesmente ser moldado, é preciso chegar-se ao entendimento de tal organização social e não apenas ficar contando ou totalizando informações (BROWN; DUGUID, 2001, p. 28).

Aqui se encaixa também a ideia de Dantas (1996, p.56), para quem a informação deve ser discutida e compreendida como fenômeno natural e social. “Cada indivíduo é parte de um elo informacional, recebendo, processando e

passando adiante informações que fluem pelo interior do subsistema social ao qual se liga” (DANTAS, 1996, p. 74). E é a sua capacitação informacional maior ou menor, dependendo de suas condições e relações sociais, que o diferenciara dos outros indivíduos, ampliando ou não sua capacidade de se inserir e intervir socialmente.

Já que um jornal traz em suas páginas muito mais do que notícias e descrições de fatos, segundo França (1998), o jornalismo pode ser analisado sob duas perspectivas: uma crítica, que vê sua natureza ideológica por estar submetido à lógica do poder e da dominação, e outra funcional, pois procura identificar as funções e os papéis cumpridos pelo jornalismo na sociedade. Essa ideia pode ser complementada pelas palavras de Meyer (2007, p. 22), para quem “um jornal é absolutamente básico para o funcionamento da comunidade em que atua, tanto pelas mensagens comerciais quanto pela influência social”.

França (1998) lembra ainda que a imprensa tem como papel central a transmissão de informação, mas, ao fazê-lo, exerce outras funções complementares como integração social, recreação, denúncia, democratização da informação e da cultura, mobilização e tantas outras.

Tal enfoque permite compreender os meios de comunicação não apenas “como condutores de dados, mas fundamentalmente como um fórum no qual se desenvolve a disputa em torno da construção de significados” (PORTO, 1998, p. 24). Porto (1998) chama a atenção para a necessidade de trazer o plano da cultura para a discussão do plano cognitivo. “Em lugar de pensar a mídia como um ‘estímulo’ ao qual indivíduos respondem, devemos pensá-la como um espaço no qual se desenvolve uma complexa disputa simbólica sobre qual interpretação irá prevalecer” (PORTO, 1998, p.24). É sabido que os grandes jornais impressos estão a serviço dos dominantes, sendo que o conteúdo exerce uma função mediadora e reprodutora de seus valores. O jornal surge, então, na visão de Charaudeau (2006), como uma máquina de fabricar sentido social.

Já para Porto (1998, p. 24), os meios de comunicação têm dois papéis. O primeiro, enviar e transmitir informações. O segundo se funda em ideias como participação e comunidade. “Este enfoque define a comunicação não como o ato de transmitir informações, mas com a representação de crenças comuns”.

Segundo Melo (1994), “o jornalismo articula-se em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que se passa) e a opinião (saber o que se pensa

sobre o que se passa)”. Daí a importância de se ampliar a discussão em torno do que há entre esses dois interesses, visto que a proposta deste trabalho foi estudar o que informam as cartas na íntegra enviadas a jornais impressos, por leitores e leitoras, nas quais eles e elas expõem suas opiniões sobre o que se passa no mundo. “O desenho das concepções de mundo construído pelo jornalismo tem papel relevante na própria questão do imaginário que, por sua vez, tem determinação em todas as esferas do processo discursivo” (SCWAAB 2007, s. p.).

O jornal é um meio de comunicação e de informação, local de produção e de difusão de formas simbólicas. Por isso, é tão significativa o estudo não só da interferência da mídia no cotidiano das pessoas, mas do que as pessoas fazem com elas mesmas, através de sua leitura.

Quando indivíduos codificam ou decodificam mensagens, não empregam somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais que eles trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico. Estes conhecimentos e pressuposições dão forma às mensagens, à maneira como eles as entendem, se relacionam com elas e se integram em suas vidas (THOMPSON, 1999, p. 29).

Para Le Coadic (1996), a mídia, por ser uma instituição situada num contexto de comunicação social amplo, deve ser estudada em relação a outras instituições e processos. Na visão de Tavares (2002), o papel dos meios de comunicação...

[...] seria o de estimular os processos cognitivos dos indivíduos num contínuo aprendizado que desperte a criatividade, a percepção e a ousadia. Sem dúvida, este seria o modelo ideal para fazer a parceria perfeita da informação com a comunicação. Entretanto, são exatamente os interesses econômicos e políticos que determinam a informação a que os meios de comunicação podem ter acesso e geração (TAVARES, 2002, p. 148).

Apesar de Braga (2002) afirmar que, na prática, o espaço de publicação de cartas não acolhe debates relevantes e significativos, muito menos serve como efetivo controle da imprensa⁶, seu estudo pode dar uma ideia sobre os usos feitos pelo/a leitor/a desse tipo de canal de interação. Para o autor, mais que demonstrar a

⁶ Essa foi a conclusão de Braga (2002) a partir de pesquisas realizadas por diversos autores, em colunas de correspondências feitas na Inglaterra, desde o século XVIII até 1977, e de suas próprias pesquisas realizadas em jornais brasileiros.

eficácia direta e imediata do controle dos jornais, o estudo das cartas de leitores auxilia na percepção das lógicas do processo, “assim como sua potencialidade de fornecer aos usuários (à sociedade, portanto) um instrumento crítico-interpretativo que possa ampliar sua competência de ‘leitura’, de escolha, de ‘edição’” (BRAGA, 2002, p.135). Para o autor, a carta funciona como uma resposta do leitor ao jornal. Já para Melo (1994), ela distancia-se totalmente da temporalidade, não coincidindo com o “momento eclósivo” dos fatos, porém, resgata o outro lado do fluxo jornalístico: o do receptor, o da coletividade.

Foi realizada uma pesquisa exaustiva à procura de estudos no campo da Ciência da Informação, publicados nos principais periódicos e anais de congressos da área a partir do ano 2000⁷, que tenham utilizado a Análise do Discurso como metodologia, as questões de gênero como categoria de análise e tenham refletido a escrita como instrumento de comunicação e informação. O gênero, como categoria de análise, foi encontrado nas pesquisas de Bohn (2003), Hayashi, Cabrero e Costa (2007), Espírito Santo e Dumont (2009), Grohmann e Battistella (2011), Milani e Guimarães (2011) e Crippa (2011). Pereira (2011)⁸, além de discutir questões de gênero em sua pesquisa, recorre à Análise do Discurso, metodologia utilizada também pelos seguintes trabalhos: Serpa e Válio (2000), Válio e Oliveira (2003), Freitas (2003), Lima (2004), Orrico e Oliveira (2007), Ferrarezi e Romão (2008), Gaspar e Reis (2010), além de Dias e Erichsen (2011)⁹. Já Gomes (2003), Zanaga e

⁷ A pesquisa foi feita na PERI, base de dados da biblioteca Etelvina Lima, da Escola de Ciência da Informação da UFMG, que contém artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos técnico-científicos, refletindo a literatura nacional nas áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Arquivística e outras interdisciplinares. Base em números: 56 títulos de periódicos indexados e 25 anais de eventos técnicos. Total de artigos indexados: 10.800. Disponível em: <<http://bases.eci.ufmg.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

⁸ Bohn (2003) baseou seus estudos na análise da autoria de artigos publicados em periódicos brasileiros de Ciência da Informação considerando várias características, entre elas a contribuição dos autores por sexo; Hayashi, Cabrero e Costa (2007) tiveram o objetivo de analisar a questão do gênero no setor de ciência e tecnologia nacional e destacaram que ainda falta um caminho a percorrer para as pesquisadoras mulheres igualarem-se aos homens nos postos acadêmicos e áreas do conhecimento mais prestigiadas. Espírito Santo e Dumont (2009) buscaram identificar os elementos necessários para inserir a mulher como leitora de jornais impressos; Grohmann e Battistella (2011) procuraram verificar o papel do gênero no processo de aceitação e adoção de novas tecnologias; Milani e Guimarães (2011) analisaram a questão feminina em linguagens documentais brasileiras e observaram uma carência de literatura relativa à representação e ao delineamento de seu quadro epistemológico; Crippa (2011) recorreu à categoria analítica de gênero para propor um modelo teórico de mediação centrado na diferença sexual para o acesso ao conhecimento institucionalizado e público, a partir do espaço representado pela biblioteca pública, e Pereira (2011) discutiu a construção da memória do movimento feminista brasileiro pelo discurso da divulgação científica, na segunda metade do século XX.

⁹ Serpa e Válio (2000) fazem uma revisão, através de um paralelo entre Análise do Conteúdo e Análise do Discurso, dos conceitos desses campos do conhecimento como fundamentação para uma

Liesenberg (2008), Barreto (2009), Cavalcante (2009), Dodebei (2009) e Oliveira (2010) discorrem sobre a escrita; Mostafa e Terra (2000), assim como Achilles e Vieira (2011)¹⁰, têm seu olhar voltado para o fenômeno cartas. Porém, nenhum desses estudos recorreu à nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) como base para a realização da Análise do Discurso, assim como nenhum fez das cartas de leitores/as de jornais impressos o *corpus* de suas pesquisas.

proposta de leitura para o bibliotecário; Válio e Oliveira (2003) buscaram analisar as formações discursivas presentes nas produções científicas no campo da Ciência da Informação; Freitas (2003) expõe as estratégias discursivas de construção de evidências dos enunciados que predominantemente povoam o discurso da Ciência da Informação no Brasil sobre a condição da informação; Lima (2004) faz uma análise de uma marca discursiva de discursos didáticos dirigidos a bibliotecários; Orrico e Oliveira (2007) realizam uma análise do discurso na divulgação científica como forma de refletir o campo da Ciência da Informação; Ferrarezi e Romão (2008) abordam a biblioteca escolar através de uma perspectiva multidisciplinar que envolve as áreas de Ciência da Informação, Análise do Discurso Francesa e Educação; Gaspar e Reis (2010) recorreram à Análise de Discurso advinda de Michel Foucault para compreender a representação temática na Ciência da informação e Dias e Erichsen (2011) discutiram a dinâmica e o impacto da migração conceitual no âmbito da Ciência da Informação sob a ótica da análise discursiva.

¹⁰ Gomes (2003) discute a leitura e a escrita como tecnologias complementares no processamento da informação; Zanaga e Liesenberg (2008) expõem as mudanças na relação entre leitor e texto no que se refere à questão da autoria; Barreto (2009) discute como serão as pessoas num mundo em que a escrita se torna cada vez mais posicionada em estruturas digitais; Cavalcante (2009) discute as práticas da leitura e do impresso; Dodebei (2009) faz um passeio pelo mundo da memória começando pelo o surgimento do livro impresso até a escrita sem papel dos *blogs* e *web sites* e Oliveira (2010) busca revelar como pode se dar a escrita de si através da autobiografia de José Simeão Leal. Já Mostafa e Terra (2000) fazem um apanhado histórico da comunicação científica, que teve início através de cartas enviadas pelos pesquisadores às instituições científicas, e Achilles e Vieira (2011) fazem um estudo da correspondência de Olavo Bilac preservada pelo acervo da Academia Brasileira de Letras.

2.1 O jornal impresso: *le journal quotidien*

Nos últimos anos, a discussão quanto ao futuro dos jornais impressos passou a dominar parte dos debates sobre comunicações. A internet – e suas infinitas possibilidades de transmissão da informação e de interação – foi colocada como rival dos meios impressos, tachados de ultrapassados, limitados, lerdos e opacos. Entre 2008 e 2009, o faturamento bruto da internet no Brasil passou de R\$ 759,3 milhões para R\$ 950,4 milhões, o que representou um crescimento de 25,2%, elevando sua participação no bolo publicitário para 4,27%, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (2010). Porém, pesquisa feita pelo Datafolha, em março e abril de 2011 em todo o Brasil (PÚBLICO..., 2011, p. B6), detectou que o acesso à internet no país parou de crescer após sete anos de expansão ininterrupta¹¹. “Entre 2003 e 2010, a parcela da população que costuma usar a rede mais que dobrou, de 21% para 49%. Em 2011, o índice passou a 46%, uma oscilação dentro da margem de erro do levantamento”.

A leitura de jornais *on-line* no Brasil triplicou em cinco anos. Porém, segundo a Associação Nacional de Jornais (2010), que se apoia em relatório do IBOPE Nielsen *On Line*, entre 2009 e 2010 o número de jornais diários com edições *on-line* sofreu uma ligeira redução, caindo de 133 para 132, mas a audiência prosseguiu crescente chegando a 15,6 bilhões de visitantes únicos por mês em janeiro de 2010, contra 12,8 milhões, no mesmo mês do ano anterior¹².

¹¹ Setenta e sete perguntas foram feitas pelo Datafolha na quarta pesquisa Hábitos de Mídia, que teve o objetivo de mapear onde, como e quando os brasileiros consomem informação. Em 2011, pela primeira vez a pesquisa nacional incluiu a classe C, além das A e B. Ao todo foram 3.767 entrevistas em 179 cidades (PÚBLICO..., 2011, p. B6).

¹² O crescimento está relacionado à expansão da renda média da população e do número de residências com computador, que em 2009 chegou a 18,3 milhões (aumento de 32%), 13,5 milhões das quais com conexão em banda larga. Com isso, o número de lares com esse tipo de acesso à internet passou a representar 24% do total de moradias brasileiras, um crescimento de 35% relativamente a 2008. São dados expressivos, especialmente quando combinados com a estrutura demográfica brasileira, que passa por um acelerado processo de envelhecimento. Atualmente, as faixas etárias mais numerosas da população já não se situam na base da pirâmide demográfica, mas correspondem aos adolescentes e jovens adultos, entre 10 e 24 anos (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2010).

Tabela 1 - Leitura on-line de jornais brasileiros – 2011

| | jan/05 | jan/06 | jan/07 | jan/08 | jan/09 |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Visitas únicas | 4.238 | 5.274 | 6.941 | 10.343 | 12.782 |

(*) Os números correspondem a visitas únicas por mês em milhares

Fonte: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (2010).

No caso francês, os grandes jornais com conteúdo *on-line* também registraram um crescimento considerável quanto ao número de acessos. O **Le Monde** recebeu 64.433.184 visitas em maio de 2011, o que representa, segundo a Association Pour le Contrôle de la Diffusion des Média (OJD, 2011), um aumento de aproximadamente 26% em relação ao mês anterior, como pode-se ver nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Leitura on-line de jornais franceses – 2011

| Jornais | Total de visitas – maio 2011 |
|---------------------------------|------------------------------|
| <i>Leboncoin.fr</i> | 189.561.470 |
| <i>Lequipe.fr</i> | 81.892.810 |
| <i>Pagesjaunes.fr</i> | 81.222.133 |
| <i>Lemonde.fr</i> | 64.433.184 |
| <i>Jeuxvideo.fr</i> | 50.159.111 |
| <i>Lefigaro.fr</i> | 49.118.371 |
| <i>Tele-loisirs.fr</i> | 44.168.510 |
| <i>Caisse-epargne.fr</i> | 40.048.837 |
| <i>Leparisien.fr</i> | 31.101.765 |
| <i>Lachainemeteo.fr</i> | 26.722.923 |

Fonte: ASSOCIATION POUR LE CONTRÔLE DE LA DIFFUSION DES MÉDIA (2011).

Tabela 3 - Evolução das visitas às versões on-line de jornais franceses: comparação entre abril/2011 e maio/2011 – 2011

| Jornais | Total de visitas – maio 2011 |
|----------------------|------------------------------|
| Lemonde.fr | + 17.266.114 |
| Lefigaro.fr | + 12.173.526 |
| Leboncoin.fr | + 11.921.939 |
| Lequipe.fr | + 11.306.501 |
| Leparisien.fr | + 8.181.306 |

Fonte: ASSOCIATION POUR LE CONTRÔLE DE LA DIFFUSION DES MÉDIA (2011).

Mesmo com essa aceleração na busca por informações jornalísticas na *web*, a venda de jornais impressos no Brasil e na França não apresentou uma queda tão assustadora quanto se previa. É preciso contabilizar também as dificuldades econômicas pelas quais as empresas jornalísticas vêm passando, decorrentes de sucessivas crises mundiais, o que levou a uma conseqüente diminuição nas tiragens. Os dados de circulação brasileiros fornecidos pela Associação Nacional de Jornais (2010) e os dados franceses fornecidos pela Association Pour le Contrôle de la Diffusion des Média (OJD, 2011) indicam que a crise de 2008 atingiu todos os grandes jornais brasileiros e franceses.

Porém, a recuperação econômica registrada ao longo do segundo semestre de 2009 levou à retomada da circulação e das receitas publicitárias. A circulação de jornais no Brasil, em 2010, foi de 8.202 milhões exemplares/dia, o que indica um aumento de 1,9% em relação ao ano anterior, que foi de 8.358 milhões exemplares/dia. No entanto, foi menor que a registrada em 2008, 8.487 milhões de exemplares/dia (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2011).

Segundo a Revista Meio e Mensagem (MERCADO..., 2011), no caso brasileiro, no primeiro trimestre de 2011, em valores, a televisão se manteve na liderança, com faturamento de R\$ 3,67 bilhões e participação de 64,33% no total do bolo publicitário. Mesmo com queda, o meio jornal aparece na segunda posição, com faturamento de R\$ 736,4 milhões e participação de 12,90%¹³. A pesquisa do Datafolha (PÚBLICO..., 2011, p. B6) mostra também que são a TV aberta e o jornal impresso os dois meios em que a maioria das pessoas procura informação. “O

¹³ Na seqüência figuram: revista, com faturamento de R\$ 342,4 milhões (participação de 6%); internet, com R\$ 264,6 milhões (4,64%); mídia exterior, com R\$ 204,8 milhões (3,59%) e TV por Assinatura, com R\$ 187,1 milhões (3,28%).

número de brasileiros que se informam por jornais impressos supera o dos que leem notícias na internet em 46%. [...] Quando se consideram só as classes ABC, a vantagem passa a 50%”.

Tabela 4 - Circulação média diária de jornais pagos brasileiros – 2011

| Ano | Circulação Nacional Milhões de Exemplares/dia |
|------|---|
| 2010 | 8.358 |
| 2009 | 8.202 |
| 2008 | 8.487 |
| 2007 | 8.083 |
| 2006 | 7.230 |
| 2005 | 6.789 |

Fonte: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (2011).

Pode-se observar, através da Tabela 5, a seguir, que 9 entre os 17 jornais mais lidos no Brasil são populares: **Super Notícia** ocupa o primeiro lugar em circulação; **Extra** está quarto; **Meia Hora**, em sétimo; **Diário Gaúcho**, em nono; **Aqui**, em décimo; **Agora São Paulo**, em décimo segundo; **Daqui**, em décimo terceiro; **Expresso da Informação**, em décimo quarto; e **Dez Minutos** em décimo quinto lugar. Entre eles, apenas dois tiveram redução em suas tiragens do ano de 2009 para 2010. O **Extra** perdeu 2,3% de seu mercado e o **Meia Hora**, 15,1%. Destaque para os jornais **Expresso da Informação**, que cresceu 17,4%; **Aqui**, 19%; **Daqui**, 36%; e **Dez Minutos** 37,9% (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2011).

Tabela 5 - Média de circulação anual dos maiores jornais pagos do Brasil – 2011

| Ranque | Título | UF | Média da Circulação | Varição 2009/2010 |
|--------|--|----|---------------------|-------------------|
| 01 | Super Notícia | MG | 295.701 | 2,2% |
| 02 | Folha de São Paulo | SP | 294.498 | -0,3% |
| 03 | O Globo | RJ | 262.435 | 2,0% |
| 04 | Extra | RJ | 238.236 | -2,3% |
| 05 | O Estado de São Paulo | SP | 236.369 | 11,0% |
| 06 | Zero Hora | RS | 184.663 | 0,6% |
| 07 | Meia Hora | RJ | 157.654 | -15,1% |
| 08 | Correio do Povo | RS | 157.409 | 1,5% |
| 09 | Diário Gaúcho | RS | 150.744 | 2,6% |
| 10 | Aqui (consolidado das edições MG, MA, DF e PE) | | 125.676 | 19,0% |
| 11 | Lance | RJ | 94.683 | -24,3% |
| 12 | Agora São Paulo | SP | 92.863 | 6,3% |
| 13 | Daqui | GO | 90.342 | 36,0% |
| 14 | Expresso da Informação | RJ | 84.285 | 17,4% |
| 15 | Dez Minutos | AM | 83.210 | 37,9% |
| 16 | O Amarelinho (semanal) | SP | 80.116 | -2,4% |
| 17 | Estado de Minas | MG | 78.281 | 3,2% |

Fonte: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (2011).

Segundo Figueiredo e Luz (2011), são cinco os fatores que fazem a atual escalada dos jornais populares brasileiros. Primeiro, o conteúdo. O noticiário policial é o carro-chefe, seguido por esporte e entretenimento e prestação de serviços, tudo em textos curtos, de leitura rápida. Segundo, a inclusão de manchetes criativas e engraçadas (anteriormente os jornais do gênero recorriam a chamadas violentas, conhecidas pelo jargão “espreme e sai sangue”). Terceiro, o preço. Os jornais populares variam entre R\$ 0,25 e R\$ 0,70. A quarta mudança está no formato. Eles são *tabloides*, fáceis de carregar e manusear. Já a quinta diferença é que eles são voltados para as classes C e D, caminhando cada vez mais para a classe E, que ainda não possui nenhum veículo impresso específico¹⁴. Os jornais populares não

¹⁴ É preciso lembrar que os leitores das classes C e D ainda não têm amplo acesso à *web*. Especialistas do setor explicam que a dificuldade das operadoras em levar ofertas a cidades

vendem assinaturas e sua distribuição é feita por vendedores ambulantes terceirizados e bancas. Eles também mantêm colunas destinadas à publicação de cartas de leitores/as. O **Super Notícia** ainda vai além, oferecendo espaço para que o público anuncie seu trabalho.

Já no caso dos jornais franceses, o que chama a atenção é o fato de o jornal **Le Parisien**, representante da imprensa regional, que circula principalmente no centro e periferia de Paris, ser o mais vendido, cerca de 30% a mais que o **Le Figaro** que vem em seguida e tem uma penetração maior em toda a França. Em terceiro aparece o **Le Monde**, que viu cerca de 9% de sua tiragem no ano de 2010 (ASSOCIATION POUR LE CONTRÔLE DE LA DIFFUSION DES MÉDIA, 2011) ultrapassar as fronteiras da França, se fazendo também presente em outros países. Os três registraram, em 2010, queda em sua tiragem em relação a 2009.

Tabela 6 - Circulação dos maiores jornais franceses em exemplares/dia – 2011

| Título | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Le Parisien | 506.490 | 517.965 | 534.032 | 524.516 | 499.269 | 470.583 |
| Le Figaro | 342.445 | 338.269 | 344.479 | 336.888 | 331.022 | 330.237 |
| L'équipe | 355.333 | 365.349 | 336.929 | 323.403 | 315.504 | 314.566 |
| Le Monde | 367.153 | 355.017 | 358.655 | 340.143 | 323.039 | 319.022 |
| Les Échos | 140.313 | 137.448 | 138.726 | 137.775 | 127.361 | 120.444 |
| Libération | 144.480 | 135.411 | 139.959 | 130.458 | 117.547 | 118.785 |
| La Croix | 103.404 | 103.673 | 105.216 | 104.227 | 103.738 | 106.151 |
| La Tribune | 89.866 | 91.345 | 88.116 | 81.894 | 74.198 | 79.164 |
| L'Humanité | 55.629 | 54.788 | 55.530 | 52.436 | 52.456 | 51.010 |
| France Soir | 50.633 | 27.519 | 21.175 | 23.934 | 20.681 | 77.106 |

Fonte: ASSOCIATION POUR LE CONTRÔLE DE LA DIFFUSION DES MÉDIA (2011).

Porém, todos esses números – brasileiros e franceses – indicam que o fim dos jornais impressos ainda está longe de acontecer. Jayme Sirotsky, ex-presidente da Associação Nacional de Jornais e da Associação Mundial de Jornais - WAN, lembra que quando Nicholas Negroponte, presidente do *MIT Media Lab*, veio ao Brasil, a convite da rede de comunicação RBS, em 1991, disse: "vendam ou fechem

afastadas dos grandes centros urbanos onde já existe infraestrutura, mas não renda suficiente para sustentar uma operação comercial, impede a expansão, fora o fato de que, mesmo reduzindo o preço, a população não teria como pagar (PÚBLICO..., 2011, p. B6).

os jornais de vocês, porque em dez anos não vai haver mais jornal, notícia em papel". Isso foi há 20 anos. "Nós acreditamos que o jornal, na plataforma papel, ainda tem um período importante de sobrevivência", afirma Sirotsky, em entrevista a Müller e Pereira (2009).

A pesquisa Hábitos de Informação e formação de opinião da população brasileira (RELATÓRIO..., 2010), realizada pelo Governo Federal em 2010, aplicou 12 mil entrevistas¹⁵ em 539 municípios brasileiros e detectou que 46,1% dos entrevistados leem jornais impressos, sendo que, destes, 24,7% o fazem diariamente. No caso da França, dados da AudiPresse¹⁶ (2010) dão conta de que 3 em cada 4 franceses leem ao menos um jornal cotidiano, seja na *web* ou no papel, porém 46,3% da população acima de 15 anos preferem ler a versão impressa.

Os jornais impressos, na opinião de Silva (2009), nunca vão deixar de existir¹⁷. Ele acredita que esse tipo de mídia vai se dirigir, cada vez mais, para públicos menores e mais sofisticados. O que não é, necessariamente, ruim. Silva (2009) lembra ainda que, na história da comunicação, nenhum veículo deixou de existir por causa da chegada de outro. Eles mudaram de localização no espectro. O rádio, por exemplo, era o grande centro do mundo até a década de 40, e depois deixou de ser. "O rádio não morreu e, ao contrário, hoje vive os melhores momentos de sua história, porque encontrou a maneira de se sustentar de forma lucrativa", disse Silva (2009, s. p.). Para ele, é possível que isso aconteça com os jornais, mas esses nunca mais terão o papel de relevo que tiveram dos anos 60 aos 80. "Ele vai mudar, e acho que o caminho da mudança do jornal é um caminho para ele ser, cada vez mais, de elite. Um produto para uma elite econômica e intelectual. Isso é perfeitamente legítimo e pode ser perfeitamente sustentável" (SILVA, 2009, s. p.).

¹⁵ Do universo de 12 mil entrevistados, 48,5% eram homens e 51,5% mulheres, acima de 16 anos. A maioria percebe as notícias veiculadas pela mídia como tendenciosas (57,3%), enquanto apenas 24,3% as consideram isentas e imparciais. A credibilidade dos meios de comunicação não é grande. Do total de entrevistados, 72,1% acreditam muito pouco neles e outros 7,9% não acreditam. Afirmaram acreditar nesses meios 18,8%. Mesmo percebendo as notícias veiculadas pela mídia como parciais e tendenciosas, e atribuindo-lhe pouca credibilidade, a maioria dos entrevistados (82,9%) utiliza no cotidiano as informações obtidas junto aos meios de comunicação e 62,9% admitiram que, algumas vezes, mudam seus pontos de vista a partir de informações por eles transmitidas. Por outro lado, 26,5% nunca mudam seus pontos de vista em função das informações transmitidas pelos meios de comunicação (RELATÓRIO..., 2010).

¹⁶ *AudiPresse* é uma sociedade de estudos interprofissionais da imprensa criada em 2007 pelos grandes veículos de comunicação e informação impressos franceses. Disponível em: <www.audipresse.fr>. Acesso em: 30 mar. 2012.

¹⁷ Em 1859, em texto intitulado *O jornal e o livro*, Machado de Assis questionou se o jornal mataria o livro ou se seria o livro que absorveria o jornal. O potencial de um novo suporte, inicialmente mais vendável que um velho, está sempre no centro das discussões contemporâneas.

Porém, os números que se veem na Tabela 5 não confirmam essa previsão. Pelo menos a curto e médio prazo, os jornais populares vêm cada vez ganhando mais público.

Conforme a última pesquisa divulgada pelo Instituto de Verificação de Circulação - IVC¹⁸, é muito pequena a diferença entre o número de homens e o número de mulheres que leem jornais no Brasil. No caso da França, a Association Pour le Contrôle de la Diffusion des Médias (OJD, 2011), informou, por *e-mail*, que os institutos de pesquisa não têm o hábito de traçar o perfil dos leitores de jornais por sexo.

Tabela 7 - Perfil dos leitores de jornais brasileiros por sexo – 18 anos ou mais – 2011

| Perfil (%) | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Homens | 52 | 52 | 53 | 52 | 53 | 52 | 51 | 51 |
| Mulheres | 48 | 48 | 47 | 48 | 47 | 48 | 49 | 49 |

Fonte: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (2011).

2.1.1 O jornal Estado de Minas

ESTADO DE MINAS

O **Estado de Minas** circulou pela primeira vez em 7 de março de 1928 e, desde então, mantém-se na liderança entre os órgãos de imprensa tradicional do Estado¹⁹. No *ranking* dos maiores jornais em circulação no Brasil em 2010, ele aparece em 17º lugar, com tiragem média diária de 78.281 exemplares, registrando um crescimento de 3,2% em relação ao ano anterior (IVC, 2010)²⁰.

Foi fundado pelos jornalistas mineiros Juscelino Barbosa, Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo, após adquirirem o patrimônio do **Diário da Manhã**. Inicialmente tinha 12 páginas, formato tablóide²¹, com tiragem de cinco mil

¹⁸ O Instituto Verificador de Circulação - IVC realiza a divulgação de informações e auditorias de mais de 400 publicações brasileiras – jornais e revistas – filiadas e tem o objetivo de distribuir informações sobre dados de circulação fornecidos pelas publicações, bem como verificar, por meio de auditoria, a circulação líquida de cada uma. Os boletins têm circulação restrita entre seus associados. As informações aqui reproduzidas foram obtidas junto à Gerência de Circulação do **Estado de Minas**.

¹⁹ Não se consideraram aqui os tablóides populares.

²⁰ Conforme visto na Tabela 5.

²¹ O jornal diário em formato tablóide (28 cm de largura x 32 cm de altura) tornou-se comum em meados do século XX, pela comodidade de manuseio e de leitura especialmente para passageiros de meios de transporte (como trem, bondes e ônibus). Isso levou à sua utilização por grande número de

exemplares. Em maio de 1929, foi comprado por Francisco Assis Chateaubriand e Bandeira de Melo e incorporado aos Diários Associados, grupo do qual faz parte até hoje. Seus controladores são sócios cotistas e têm participação na gestão e nos lucros do grupo.

Segundo o *site*²² da empresa, o público de jornal é composto por 53% de leitores e 47% de leitoras, sem contar as assinaturas de pessoas jurídicas. A tiragem do jornal é de 73 mil exemplares nos dias úteis, subindo para 119 mil aos domingos, sendo que só na Grande BH ele é lido por 531 mil pessoas, considerando a leitura compartilhada dos exemplares vendidos avulso, em bancas e assinaturas. Ele circula em 702 municípios de Minas e cerca de 2% dos exemplares são enviados para outras localidades do Brasil. Isso talvez explique o fato de o **Estado de Minas**, há décadas, adotar o slogan “O grande jornal dos mineiros”. Pode-se enquadrá-lo na descrição de Tétu (2002) de imprensa regional, pois ele se estrutura na bipartição elementar entre informações gerais e regionais.

Esses dados confirmam a percepção de França (1998) de que o **Estado de Minas** mantém uma coerência na construção de sua identidade, fundada principalmente no enraizamento territorial, permeada pelo sentimento do mineiro. “Com relação à política editorial do cotidiano, já na sua fundação houve a preocupação de marcar a identidade de um jornal mineiro, comprometido com os interesses do Estado” (FRANÇA, 1998, p. 108).

São esses interesses, inclusive, que mais levantam suspeitas sobre a imparcialidade do jornal. São muitos, entre leitores/as, estudiosos/as e diversas lideranças, os/as que acusam o **Estado de Minas** de manter com os grupos do poder, principalmente os políticos que se revezam no Palácio da Liberdade – sede do governo do Estado – e empresas que respondem por uma grande parte de sua receita de anúncios, uma relação de troca de favores (FRANÇA, 1998; 2002; CARRATO, 2002).

Em 2006, o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais acusou a imprensa mineira de ser totalmente favorável ao então governador Aécio Neves, em entrevista ao jornal **Folha de São Paulo**. “Nunca li ou ouvi alguma crítica, nenhuma

jornais de venda avulsa, tornando-se característica dos jornais sensacionalistas ingleses. A partir da boa aceitação desse formato pelo público, o tabloide prestou-se também a experiências inovadoras de diagramação, sendo adotado por grandes jornais de todo o mundo (RABAÇA; BARBOSA, 2001).

²² Disponível em: <www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=29>. Acesso em: 02 out. 2011.

matéria investigativa, nenhuma denúncia na área da saúde, fazenda, arrecadação ou educação” (VASCONCELOS, 2006, p. 18). O sindicalista disse acreditar que o governador estava “blindado pela mídia” e afirmou ter recebido de repórteres a informação de que eles eram orientados para não questionar o governo. Do outro lado, o então diretor de redação do **Estado de Minas** defendeu a empresa, afirmando que não existia esquema de blindagem. “O jornal não tem o menor compromisso com este ou aquele governo [...] trabalha com isenção. Isso [a alegação de blindagem] faz parte do jogo político”, diz, na mesma reportagem (VASCONCELOS, 2006, p. 18).

Carrato (2002) argumenta que foi uma quebra de contrato publicitário por parte do governo do Estado que levou o jornal a optar por criticar claramente a administração do então governador Newton Cardoso, no final dos anos 80. Este, num ato de revide, montou seu próprio órgão de imprensa para fazer frente ao **Estado de Minas**, ao qual deu o nome de **Hoje em Dia**. O jornal passou a circular em 11 de novembro de 1988, como uma publicação “ecclética” fortemente inspirada no modelo do norte-americano **USA Today**, adotando o slogan “Um jornal de verdade” em contraposição ao slogan de seu concorrente, “O grande jornal dos mineiros”. Segundo relata Carrato (2002), o **Hoje em Dia**, com suas cores e diagramação mais arrojada, acabou forçando o **Estado de Minas** a implantar novo projeto gráfico para que, nesse quesito, não “deixasse nada a dever” ao novo jornal.

Outro concorrente local surgiu após atritos políticos. “Matéria publicada pelo **Estado de Minas**, apontando possível vinculação do empresário e deputado federal Vitorio Mediolli com negócios irregulares, estimulou-o a ampliar seus negócios na área da imprensa em Minas Gerais” (CARRATO, 2002, p. 479). No início de 1996, nascia, assim, **O Tempo**, que passou a circular a partir de dezembro do mesmo ano. Sua equipe e parque gráfico editam também o **Pampulha**, semanário de distribuição gratuita nos bairros nobres de Belo Horizonte, e o tabloide popular **Super Notícia**.

Apesar de ter sido anunciado o fim do monopólio do **Estado de Minas** na imprensa mineira (CARRATO, 2002), **Hoje em Dia** e **O Tempo** ainda não conseguiram ameaçá-lo. Segundo Carrato (2002), o caderno especial que circulou em 3 de março de 1997, marcando os primeiros 100 dias do jornal **O Tempo**, anunciava que a meta da empresa era vender 40 mil exemplares por dia no seu primeiro ano de vida. No *ranking* dos maiores jornais em circulação no Brasil, de 2010, **O Tempo** aparece em 22^o lugar – com tiragem média diária de 50.563 – e o

Hoje em Dia em 31^o lugar – com tiragem média diária de 35.338²³ (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2011).

As relações do **Estado de Minas** com a prefeitura de Belo Horizonte também são questionadas por estudiosos. A pesquisa de Castro e Oliveira (2011) sobre a mediação da política mineira no discurso do jornal no que se refere às eleições municipais de 2008 concluiu que o jornal realizou uma cobertura tendenciosa ao privilegiar o candidato Márcio Lacerda, apoiado pelo então prefeito Fernando Pimentel e pelo então governador Aécio Neves.

2.1.1.1 As relações com os/as leitores/as

França (1998) descreve o **Estado de Minas** como um jornal que não se enquadra em um gênero único e fechado.

Cotidiano de informação geral abre espaço para as informações de cunho mais sensacionalista, para crônicas, comentários. Jornal eclético, ele aborda também a especialização e se aproxima assim, em alguns aspectos, da imprensa semanal, o que, aliás, é compatível com seu leitorado e com o tipo de leitura feita com predominância da leitura aos domingos (FRANÇA, 1998, p.129).

A redação do jornal é composta de uma diretoria, uma secretaria de produção e 15 editorias: editoria de 1^a Página; editoria Nacional e Política; editoria Internacional; editoria de Gerais – D+/Prazer em ajudar; editoria Articulistas e Opinião; editoria EM Cultura - EMCult; EM Cultura/Pensar/Divirta-se/TV; editoria de Artes Gráficas; editoria de Infografia e Ilustração; editoria de Diagramação; editoria de Fotografia; editoria de Esportes; editoria de Veículos; editoria do Caderno Feminino; Editoria do Caderno Turismo; editoria do Caderno Informática.

O diário tem formato *standard*²⁴ e explora fotografias em policromia em várias páginas, principalmente na capa e contracapa de cada caderno. A capa traz o nome do jornal, em caixa alta, na cor azul. Até 1994, dois profetas de Aleijadinho ladeavam o nome do jornal, reforçando sua ligação com o Estado. “Tendo se transformado em nome próprio, o nome do jornal marca a sua identidade; não se trata ali da

²³ Veja Tabela 5.

²⁴ 32 cm de largura por 56 cm de altura.

identidade mineira, fixada no sentido original das palavras e na presença dos profetas, mas da sua identidade enquanto jornal” (FRANÇA, 1998, p. 130-131).

Atualmente, o **Estado de Minas** traz apenas um dos profetas impresso ao lado do expediente do jornal, publicado na página par da editoria de opinião. Segundo França (1998), lá ele figura com o objetivo de manter a ligação com o espírito mineiro e sua tradição sendo que essa página foi escolhida para acolhê-lo porque é ela que traz o editorial contendo a opinião do jornal sobre os fatos. Abaixo do editorial está a seção Frases do dia, com dois dizeres que causaram impacto no Brasil e no mundo no dia anterior. Ao lado estão a charge e a seção que publica as cartas de leitores/as. No dia 15 de janeiro de 2012, o jornal mudou o nome da coluna de Cartas à redação para Espaço do leitor, pois passou a publicar também comentários feitos *on-line* sobre os assuntos noticiados pelo jornal na internet.

A editoria de Opinião ocupa também a página seguinte na qual publica, normalmente, três artigos, preferencialmente de teor político, assinados por pessoas de destaque na sociedade, além de um boxe²⁵ contendo telefones de contato com o jornal e a tabela de preços para venda avulsa e assinaturas. Normalmente, a editoria de Opinião ocupa as páginas 8 e 9 ou 10 e 11, de segunda a sábado, e, aos domingos, as páginas 17 e 18. Sua posição está condicionada à quantidade de informações sobre política/nacional, que vem impressa antes.

O jornal **Estado de Minas** lançou em abril de 2011 o projeto Notícias Relacionadas, pelo qual, usando o sistema de anúncios relacionados do Google AdWords, distribui notícias em milhares de *blogs*, *sites* e redes sociais. Através do cadastro das principais manchetes do dia, o próprio sistema direciona as notícias para páginas que tenham algum conteúdo relacionado. Segundo informa seu *site*, a empresa acredita que dessa forma as pessoas irão passar a receber notícias de acordo com seus interesses.

²⁵ *Boxe* ou caixa é um espaço, geralmente delimitado por fios; moldura de ilustração ou de texto composto constituída de fios ou vinhetas (RABAÇA; BARBOSA, 2001).

2.1.2 O jornal *Le Monde*

Le Monde

O ***Le Monde*** surgiu sobre o pilar do antigo jornal ***Le Temps***, que circulou na França de 1861 a 1942, quando foi fechado por questões políticas do período de guerra²⁶. Durante décadas, o ***Le Temps***, fundado por protestantes, representou as ideias da burguesia liberal, pois pregava a produção do máximo de liberdade sob o mínimo de governo, até que mudou de mãos em 1929. Passou a ser gerido por um consórcio de empresários que misturava política e imprensa, reforçando as suspeitas populares de que o jornalismo atendia aos interesses financeiros e estava submetido a influências muitas vezes escusas (EVENO, 2004).

O ano de 1944 trouxe à França novas regras para a imprensa, restabelecendo sua liberdade e clareza em seus negócios. O general De Gaulle torna obrigatória a publicação do nome de todos os dirigentes nas edições dos jornais, sendo que nenhum diretor poderia exercer outra profissão concomitantemente²⁷. A ideia, segundo Eveno (2004), era proteger a imprensa do poder econômico.

Cerca de cinco meses após o 'Dia D', quando a maior parte da França já se encontrava libertada das tropas alemãs, um decreto do governo datado de 25 de novembro de 1944 confiou a gestão dos bens do ***Le Temps*** a uma nova equipe de administradores encabeçada pelo jornalista Hubert Beuve-Méry. Um dos objetivos de De Gaulle era que o ***Le Monde*** ultrapassasse os limites da França, que ganhasse o mundo, objetivo que parece ter sido atingido. O novo diretor hesitou entre *Le Continent* (lhe parecia muito banal), *Le Universe* (nome de um antigo jornal de conotação histórica e religiosa muito forte) e ***Le Monde***.

*La Société à responsabilité limitée Le Monde - SARL*²⁸ *Le Monde* foi criada em 11 de dezembro de 1944, sendo que o primeiro número do jornal foi impresso na manhã de segunda-feira 18 de dezembro de 1944, antedatado de terça-feira 19,

²⁶ Nesse mesmo ano, o jornal ***Le Figaro*** foi suspenso também por questões políticas, voltando a circular dois anos depois (EVENO, 2004).

²⁷ Segundo Eveno (2004), as principais correntes da resistência francesa consideram que a imprensa da terceira república havia se vendido ao inimigo e se corrompido, sendo parcialmente responsável pela ocupação alemã na Segunda Grande Guerra. Os resistentes desejavam, então, criar uma imprensa nova, independente, que não corresse risco de cair nas mãos de "capitalistas de más intenções".

²⁸ SARL, na França, equivale ao Ltda. no Brasil.

seguindo o costume dos jornais parisienses que circulavam da tarde para a noite, o que se mantém ainda hoje. O primeiro número foi constituído de uma simples folha frente-verso, no formato de 67 cm de altura por 50 cm de largura. Atualmente seu formato é *tabloide*, equivalente à metade de um *standard*. Possui 28 cm de largura por 32 cm de altura e se mantém como um jornal de *soir*, ou seja, chega às bancas e aos assinantes por volta das 13 horas.

Segundo Eveno (2004), a lenta difusão do jornal se justificou pela audiência que ele adquiriu progressivamente junto a universitários, professores, estudantes, executivos de empresas e profissões liberais, o que permite afirmar que o **Le Monde** cresceu centrado sobre o mundo político e diplomático, assim como sobre o mundo dos negócios.

Em função de uma ordem do governo, que buscava restabelecer a economia francesa, em janeiro de 1945 os jornais foram obrigados a reduzir pela metade o consumo de papel – seja diminuindo o tamanho/formato do jornal ou a tiragem. O **Le Monde** opta pelo formato que manterá durante 45 anos, o mesmo de seu antecessor: 50 cm de largura por altura de 33,5 cm. A redução da tiragem se torna um golpe de gênio, pois os leitores se precipitavam nas bancas para obter um exemplar. A marca **Le Monde** se impôs sobre o axioma de que é melhor vender menos exemplares do que os concorrentes, mas fornecer ao leitor uma cota mínima de informações abaixo da qual não vale a pena fazer um jornal, segundo Eveno (2004).

O autor conta que foi na década de 1950 que o diário se firmou como jornal de referência das elites francesas, através de uma independência que conjugava austeridade e informação exaustiva. Nasceu denso, com abordagens sérias e, ao mesmo tempo, procurou captar a atenção do leitor fazendo apelo à sua inteligência e à sua cultura mais do que a reflexos visuais, diz Eveno (2004).

No ano em que surgiu, 1951, a *Société des rédacteurs du Monde* passa a deter uma pequena parte do jornal, ampliada em 1968, quando a *Société des cadres* e a *Société des employés* passam a participar da gestão da empresa através de um representante no conselho. Mas foi em 1997 que a *Société des peronnels*, que representa os funcionários, passa a deter uma parte significativa do capital do jornal (EVENO, 2004).

As relações do **Le Monde** com a publicidade, considerada por muitos jornalistas como mal necessário, foram objeto de debates tanto no meio da redação

quanto entre os leitores do jornal durante muito tempo. Para Hubert Beuve-Méry um anúncio não poluía as páginas redacionais do jornal, mesmo quando esse entrava em contradição aparente com as reportagens estampadas a seu lado. É à luz dessa tradição que se devem examinar as relações do **Le Monde** com a publicidade, afirma Eveno (2004).

Um exemplo dessa relação ocorreu em dezembro de 1995, quando a inserção de um cartaz publicitário governamental fez com que direção se visse obrigada a assegurar aos redatores e aos leitores que não havia risco de um contágio ideológico do **Le Monde**. Ainda hoje é comum o mediador do jornal retomar o tema em suas colunas para explicar que a publicidade é importante para a manutenção da empresa, porém costuma afirmar que não é aceito nenhum tipo de pressão sobre a direção e a redação²⁹.

Apesar de sempre ter pregado e buscado autonomia editorial através da preocupação principal com a divulgação dos fatos, de ter um número considerável de leitores que se dizem de esquerda e de ter o respeito dos professores e do meio estudantil, o **Le Monde** não escapou da desconfiança e das críticas dos estudantes em relação ao movimento de Maio de 1968³⁰, assim como foi acusado por muitos, na virada dos anos 1970/80, de ter se tornado o jornal oficial do Partido Socialista e de François Mitterrand (EVENO, 2004).

²⁹ Um exemplo diz respeito a um encarte da Benetton, inserido na edição de 15 de dezembro de 1996. Perverso, fantasmas sexuais, obsceno, ignóbil, foram palavras proferidas pela caneta dos leitores que se disseram chocados e ultrajados pelas fotos que faziam parte da publicidade. O mediador lhes respondeu, em sua coluna semanal, que ali nenhuma obscenidade estava estabelecida, pois não passava de um catálogo de objetos inabituais, desde um arsenal de próteses até uma série de objetos de uso íntimo, médico ou sexual, passando por uma pasta de dente negra, a tinta eleitoral homologada pela ONU para os países de terceiro mundo, até máscaras e roupas que protegem das radiações eletromagnéticas. “Para os espíritos curiosos havia aí informação em matéria de reflexão, só que leitores pudicos só viram obscenidades”, se defendeu o então mediador Thomas Ferenczi. Reações da mesma ordem vieram da redação do jornal. Essa confusão levou à anulação de outra publicação já programada da Benetton Colors. “Do que se trata em definitivo senão considerar que o leitor é somente muito fraco de espírito para fazer a diferença entre a publicidade e o redacional? E de estimar que a publicidade é ruim por sua natureza sem saber que os anúncios não se endereçam à redação, mas aos leitores?”, questionou Ferenczi (EVENO, 2004, p. 568, tradução nossa).

³⁰ O jornal recebeu dezenas de cartas e comunicados enviados por grupos, dos quais era difícil se distinguir a representatividade, como por pessoas que queriam expressar seu ponto de vista tanto a favor quanto contra a ideologia dos estudantes, tanto a favor como contra a ação e a repressão policial (JUNQUE, 1998). Para saber mais sobre o **Le Monde** e o movimento estudantil de 1968, ver MUSSE, C. F. Maio de 68 sob a ótica do periódico francês *Le Monde*: a narrativa jornalística e a representação do real. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005>. Acesso em: 12 out. 2009.

Recentemente, ele virou tema de debate a partir do lançamento na França do livro *La face cachée du Monde* (A face oculta do **Le Monde**), dos jornalistas Pierre Péan e Philippe Cohen, em 26 de fevereiro de 2011. Segundo Duarte-Plon (2011), o livro de 600 páginas foi impresso fora da França e virou um acontecimento político-midiático com mais 40 mil cópias vendidas em poucos meses. Seus autores acusam o jornal de fazer denúncias sem ouvir as duas partes, de cinismo e de abuso de poder. Seus diretores, Jean-Marie Colombani e Edwy Plenel, foram acusados de favorecimento pessoal e de manterem a redação sob controle por meio de métodos autoritários e falsear seu balanço como empresa. As denúncias foram prontamente refutadas pela direção do jornal, no dia seguinte à publicação do livro, através do editorial intitulado *Uma paixão triste*, no qual o diretor de redação Edwy Plenel disse que o livro acumulava erros, mentiras, difamações e calúnias (PLENEL, 2011). Mesmo em meio a tantas acusações e defesas, os autores do livro reconheceram o poder de penetração e influência do jornal nos meios político e intelectual (DUARTE-PLON, 2011).

Durante os anos de 1982, 1984, 1990 e 1993, disputas internas pelo poder e problemas administrativos quase fecharam o **Le Monde**, que chegou a ser colocado à venda em 1993. Porém, o jornal acabou nas mãos da associação de seus funcionários: ainda hoje cerca de 40% de suas ações pertencem a eles. Em 1994, trocou seu estatuto de SARL (Sociedade limitada) por *Société anonyme à directoire et conseil de surveillance*³¹ (Sociedade anônima) e conseguiu manter-se como referência na França e na Europa.

Em 2005, abalado pela queda nas vendas, a versão impressa do **Le Monde** “ouviu a voz dos leitores e fez a lição de casa, segundo seu editor-chefe na época e atual presidente, Jean-Marie Colombani” (LE MONDE..., 2005, s. p.). O jornal lançou, em novembro daquele ano, um novo projeto gráfico, com mais fotos e mais colorido, e reformulou parte de seu conteúdo para conquistar leitores mais jovens, sem perder a sobriedade.

De lá para cá o **Le Monde** impresso é dividido em três seções. A primeira recebe o nome de Atualidades do dia e inclui as notícias quentes³², com editoriais na página dois, além dos seguintes temas e análises dos fatos: planeta, internacional,

³¹ Sociedade anônima com diretório e conselho de vigilância – tradução literal.

³² Quente: diz-se da matéria jornalística com informações inéditas, que justificam publicação imediata. Opõe-se à matéria fria (RABAÇA; BARBOSA, 2001).

Europa, França, sociedade, economia e empresas, tecnologia e mídias. A segunda parte, *Décryptages* (decodificação) da informação, é dedicada a análises e bastidores das notícias e publica perfis, enquetes, reportagens e debates, enquanto a terceira parte, Cultura e você, examina tendências, estilo de vida e cultura, além de esportes. Sete suplementos acompanham o jornal, sendo quatro semanais: **Le Monde** Economia, **Le Monde** dos Livros, **Le Monde** Magazine, **Le Monde** Televisão e três mensais: **Le Monde** Educação, **Le Monde** Dinheiro, **Le Monde** M (sobre a arte de viver bem).

Ameaçado pela crise de 2008, o jornal fez uma recapitalização em meados de 2010. Sempre que isso acontece uma das cláusulas impostas aos investidores é sua independência editorial. Inclusive foi com o objetivo de garantir a liberdade de expressão dentro do jornal e sua independência editorial que, em 1985, foi criada a *La Société des lecteurs Du Monde* (SDL), e hoje ela detém 7,71% do grupo e engloba 12 mil leitores, segundo o *site* do jornal³³.

Dois dos principais diferenciais do **Le Monde** são o fato de ele ser o único diário francês que pode realmente ser considerado de circulação nacional e internacional e o tipo e abrangência de sua cobertura internacional, em especial sobre assuntos que despertam atenção dos franceses. Segundo Tétu (2002), para o conjunto da mídia francesa, escrita ou radiotelevisada, o **Le Monde** funciona como uma referência fazendo da informação nele publicada um modelo. Percebe-se no jornal um conflito relativo entre a organização do acontecimento e a organização temática explorada diariamente em suas páginas, exceto no que se refere ao espaço reservado à política. Sobre o modo de organização do **Le Monde**, Tétu (2002) explica que o jornal, ...

[...] impondo *a priori* um quadro para a percepção de tudo o que ocorre, produz desta forma, um “efeito de real” [...] não tenta produzir ou manifestar uma significação, mas uma referência: liga, sem dificuldades, a informação à referência. Não é por acaso que o *Le Monde* aparece justamente como um jornal de “referência”: em sua própria organização mostra que apenas reativa, sem interrupção, classes de acontecimentos que são a referência final (TÉTU, 2002, p. 194-195).

O **Le Monde** é tradicionalmente interessado por acontecimentos da América Latina, diferentemente de seus concorrentes, segundo Porto (2002). O autor, ao

³³ Disponível em: <www.lemonde-infocomcgt.fr>. Acesso em: 12 set. 2010.

fazer um estudo que deu origem ao artigo *A esquerda esquecida de Fernando Henrique Cardoso*, publicado no livro *O Jornal*, detectou que outro grande tabloide francês, o **Libération**³⁴, tradicionalmente conhecido como mais à esquerda do que o **Le Monde**, não trazia nenhuma cobertura do Brasil entre os meses de setembro de 1995 e setembro de 1996. Outro exemplo da abrangência de sua cobertura internacional são os cadernos **Le Monde Diplomatique**, editados em vários países, entre eles o Brasil. Eles analisam, na língua do país onde circulam, os principais acontecimentos locais e ao redor do mundo, além de trazer artigos assinados por especialistas de reconhecimento internacional.

Atualmente o jornal circula em 120 países e tem tiragem média de 319 mil exemplares/dia, segundo a *Association pour le contrôle de la diffusion des média - OJD* (2011)³⁵. A *AudiPresse* (2010), empresa responsável pela medição da audiência nos jornais cotidianos franceses, afirma que, em 2010, o **Le Monde** tinha 839 milhões de leitores/dia só na França. Os assinantes da edição em papel são também assinantes da edição *on-line*, que atualiza seu conteúdo durante o transcorrer do dia e o envia através de *e-mails* a seus assinantes. A equipe responsável pelo *Courrier des lecteurs* informou, por *e-mail*, que em agosto de 2011 o público leitor do **Le Monde** era dividido em 59% de homens e 41% de mulheres.

A versão *on-line* do jornal passou a circular em 1995. Inicialmente, a equipe de jornalismo colocava em sua página na *web* dados fornecidos pela redação do **Le Monde**. Porém, seus acionistas, temendo que os meios eletrônicos pudessem ameaçar a imagem de independente que o jornal construía, optaram por separar as duas redações.

A imagem se viu ameaçada porque a natureza eletrônica do **Le Monde Interactif** contradiz a filosofia do **Le Monde** impresso, que se orgulha de deter a responsabilidade exclusiva sobre seu conteúdo³⁶. Para aumentar o conteúdo do *site*, o **Le Monde Interactif** foi obrigado a fazer parcerias com as quais não sonharia em evocar a menor associação no momento em que são preparadas suas edições no

³⁴ **Libération**, cujo manifesto inicial, de tendência maoísta, proclamava o objetivo utópico de “ajudar as pessoas e tomar a Palavra”, pretendia ser, pelo ao menos no início e no projeto de alguns de seus fundadores, uma espécie de *écrivain public*: a informação vem do povo e retorna ao povo (ROSS, 2005, p.166). Aqui *écrivain public* é profissional que escreve cartas ditadas por pessoas analfabetas; uma espécie de escriba. Um exemplo de *écrivain public* é a personagem de Fernanda Montenegro no filme *Central do Brasil*, dirigido por Walter Salles, em 1998.

³⁵ Ver Tabela 6.

³⁶ Na verdade, as mídias se desresponsabilizam em relação à opinião expressa por articulistas e colaboradores, mas, ao assumirem sua publicação, tomam partido.

papel. Ao desenvolver um *site* na internet, o jornal deixou de controlar seu destino, como faz no caso de suas edições impressas em papel (EVENO, 2004). A partir de 1998, o **Le Monde Interatif** passou a fornecer a seus/suas leitores/as o conteúdo do impresso, assim como artigos próprios. As assinaturas da versão *on-line* passaram a ser cobradas em 2002.

Atualmente, o assinante do jornal impresso também tem acesso à versão *on-line* e todos os dias, a partir das 14 horas (hora da França), seus assinantes recebem algumas notícias que lerão impressas mais tarde no papel. O mesmo acontece às segundas-feiras, quando o **Le Monde** não circula nas bancas.

2.1.2.1 As relações com os/as leitores/as

Na visão de Eveno (2004, p. 578, tradução nossa), o **Le Monde** se tornou alvo de críticas sobre mídias, sobretudo porque reúne leitores de diversos horizontes ideológicos, políticos, culturais e sociais, o que o conduz inevitavelmente a descontentar uma parte deles. Para se ter uma ideia, durante uma das crises pelas quais o jornal passou, em 1951, foi criada *La Fédération des Comitês de Lecteurs du Journal Le Monde*, “que durou pouco e não fez muito barulho”. Para Hubert Beuve-Méry, um jornal era obra de jornalistas e deveria certamente encontrar a demanda dos leitores, mas em nenhum caso deixar ditar sua conduta por eles. Mas foi exatamente essa demanda o que levou a direção do jornal a criar o posto de mediador, em 1994, sempre ocupado por jornalistas experientes, em fim de carreira. O jornal foi o primeiro diário francês a criar a função (EVENO, 2004).

A instituição de um mediador não poderia ter outras funções se não explicar aos/às leitores/as as escolhas e os tratamentos redacionais além de repercutir as queixas de seu público. Assim, os dois grandes primeiros mediadores do **Le Monde** encararam sua missão. Em sua primeira crônica, intitulada *A troca*, datada de 2 de abril de 1994, André Laurent³⁷ afirma:

Na prática, o mediador do *Le Monde* será então um interlocutor privilegiado dos leitores, seu intercessor no seio do jornal para toda interrogação, incompreensão, queixa ou crítica e reciprocamente o porta-voz dos jornalistas para firmar seu bom direito, expor suas

³⁷ Certa vez, André Laurens – antigo diretor do **Le Monde** –, quando ocupava o cargo de mediador, questionou: “O mediador está, por sua vez, tomado de dúvidas: será uma ideia realmente boa? [...] Será bem razoável ter aceito esta responsabilidade?” (MOUILLAUD, 2002b, p. 189).

dificuldades, obrigações e limites de seu trabalho, expor seus erros e debatê-los francamente (LAURENT, 1994, s. p., tradução nossa).

Quatro anos mais tarde, deixando seu posto, Thomas Ferenczi disse, em sua crônica intitulada Fim de mandato, datada de 26 de abril de 1998:

O mediador recebeu por missão favorecer uma melhor compreensão entre os leitores e redatores do *Le Monde*. Aos primeiros que lhes fazem parte suas críticas, ele tenta fazer compreender como trabalham os jornalistas, quais regras os aplicam e porque os acontece de se enganar. Aos segundos que são questionados em cartas de leitores, ele tenta explicar que estes, com ou sem razão, lhes reprovam (FERENCZI, 1998, s. p., tradução nossa).

Já para Robert Solé, mediador até 2004, sua função não era ser porta-voz do jornal, muito menos de seus leitores. “É, de fato, um recepcionista de críticas e sugestões de leitores, um intermediário entre leitores e jornal; uma espécie de juiz de paz” (SOLÉ, 2004). Ao tomar posse no cargo, em julho de 2011, Galinier (2011, tradução nossa) citou palavras de sua antecessora, Veronique Maurus, para quem o mediador não é nem porta-voz, nem juiz, nem professor menos um reparador de enganos; é menos um conciliador que um árbitro; é aquele que coloca mais questões que dá respostas: “não é esse o exercício do jornalismo?”.

Para os mediadores chegam, através das cartas enviadas por leitores, textos cada vez mais críticos, “pois o que toca no correio publicado é a intolerância de muitos dos leitores que escrevem raramente temperada por cartas felicitando o **Le Monde** por contribuir com o debate de ideias” (EVENO, 2004, p. 580, tradução nossa).

Ao longo do tempo, a partir dos leitores concretos cujos textos são publicados, se desenha o leitor abstrato que seria permanentemente insatisfeito com o jornal. “O *Courrier des lecteurs* é antes de tudo aquele dos descontentes”, diz Eveno (2004, p. 580, tradução nossa). “Ler o **Le Monde** todo dia e estar ligado a isso não significa aprová-lo 100% nem em lhe dar um cheque em branco. Também não é o idealizar e o tomar como um jornal perfeito”, afirmou o ex-mediador do jornal, Robert Solé, na coluna intitulada Palavras de leitores (SOLÉ, 2003).

Segundo o site³⁸ do **Le Monde**, o mediador está encarregado de verificar se as regras profissionais estão sendo seguidas pelos jornalistas da empresa, assim

³⁸ Disponível em: <www.lemonde.com>. Acesso em: 30 mar. 2012.

como também é o responsável por fazer a intermediação das dúvidas de seus leitores em relação ao jornal e aos conflitos surgidos entre leitores e editores. Para Mouillaud (2002b, p. 189), o mediador do **Le Monde** “é uma figura transversal, e não mais vertical; uma instância interrogativa, e não mais assertiva; dialogal, e não mais ‘monologal’”.

O mediador é também o responsável pela edição da coluna *Courrier des lecteurs*, espaço onde são divulgadas cartas de leitores e leitoras com observações, críticas ou reflexões sobre um artigo publicado no jornal ou uma questão da atualidade. “As questões que o leitor coloca para o **Le Monde** [...] são questões que nos colocamos a nós mesmos. [...] Escrever é correr o risco de ser lido [...] e cuja sanção seria este enunciado paradoxal: nunca escreva!”, se questionava o antigo mediador André Laurens (MOUILLAUD, 2002b, p. 190).

As crônicas dos mediadores muitas vezes reproduzem trechos de cartas que o jornal recebe, repercutindo a visão de leitores e leitoras não apenas de fatos diversos, mas principalmente sobre as opiniões estampadas nas páginas do jornal. De certa forma, isso pode ser visto como uma compensação em relação ao pequeno número de cartas que é publicado no *Courrier des lecteurs*. Para se ter uma ideia, atualmente a coluna é editada diariamente, porém traz em média quatro cartas por vez. Tomando como base o volume de cartas coletado em um mês pela pesquisa realizada, cerca de 1.300, muitas são as que ficam de fora.

A opinião do mediador vem impressa no alto da página *Décryptages/Dialogues*, nas edições de sábado. É importante lembrar que a instalação da crônica do mediador modifica as relações do/a leitor/a com o jornal. Está aí uma questão fundamental do jornalismo contemporâneo. É também nessa página, normalmente de número 18, que diariamente vem publicado o *Courrier des lecteurs*. Segundo Mouillaud (2002b, p. 189), nesse tipo de seção uma série de instâncias vem superposta:

- a) os enunciados do jornal;
- b) os enunciados relativos de certos leitores: o correio de leitores;
- c) a instância do mediador (o único a ter direito ao ‘eu’, a não ser nas crônicas-*off*), funciona em uma ‘permuta’ com o leitor que escreve ao **Le Monde**;

- d) o mediador produz publicamente uma leitura dessa leitura: ele a reproduz, sanciona-a e corrige-a;
- e) o horizonte da leitura corrigida é uma leitura do **Le Monde** tal como deveria ser, uma leitura dada como exemplo a todos os leitores;
- f) ‘validando-invalidando’ a leitura do leitor, o mediador fecha a leitura, ou tenta fazê-lo: sem dúvida, utopia de toda e qualquer escritura para saturar a ‘fuga do sentido’. O mediador gostaria de ser ‘bem entendido’, como se o mal-entendido não fosse fundador da permuta.

Na época em que foi feita a coleta das cartas para a pesquisa desta tese, a função de mediador era ocupada por Veronique Maurus, que após quatro anos à frente do *Courrier des lecteurs* foi substituída por Pascal Galinier, em 2011. Porém, a transição entre os dois não se deu de forma confortável, na visão dos leitores. Maurus (2011) redigiu sua última crônica de 13 de março de 2011, intitulada Adeus, e Galinier publicou suas primeiras palavras na crônica publicada em 03 de julho de 2011, intitulada Profissão? Chato (GALINIER, 2011, tradução nossa). Durante os três meses em que o jornal ficou sem mediador, o *Courrier des lecteurs* foi editado pelos jornalistas da equipe, que receberam diversas cartas protestando contra a falta de algum jornalista na função. Inclusive, esses protestos foram citados por Galinier em sua primeira crônica, na qual questiona se ser mediador no século 21 é a mesma coisa de tê-lo sido no século 20? Sim e não, responde.

Sim, porque as expectativas dos leitores são e permanecem as mesmas, baseadas em sete questionamentos: quem, o que, onde, quando, como, quanto e por que. Segundo o jornalista, é, antes de tudo, o *www* que muda tudo e explica que enquanto são dez³⁹ leitores a escrever no *Courrier des lecteurs* do “velho **Le Monde**”, todo dia são cem a fazer pontuações sobre seus humores por *e-mail*. “Instantâneo é a palavra chave da *web*. Todo mundo fala com todo mundo. O *Courrier des lecteurs* se tornou um exercício interativo, participativo e um verdadeiro falso diálogo em tempo real entre um jornalista e seus leitores” (GALINIER, 2011, tradução nossa). Galinier (2011) vê esse falso diálogo como um pouco contraditório em relação à profissão de mediador, que deveria ter mais tempo para se dedicar à reflexão.

³⁹ No período compreendido pela pesquisa, a média de cartas publicadas em uma coluna do *Courrier des lecteurs* por dia foi de uma a oito.

De certa maneira, o **Le Monde** dá espaço para que esse diálogo, mesmo que “falso”, ocorra. O fato é que os/as leitores/as que enviam cartas recebem uma resposta do jornal, na maioria das vezes em forma de agradecimento por ter enviado sua opinião, lamentando a falta de espaço para sua publicação⁴⁰. Porém, observou-se que em alguns casos a mediadora Veronique Maurus travou diálogos com seus/suas leitoras, vários deles longos, tanto em relação à extensão do texto quanto à quantidade de missivas trocadas entre eles. Já no **Estado de Minas**, as cartas enviadas à editoria de Opinião não são respondidas. O/a leitor/a só saberá se sua carta foi recebida e aceita ao vê-la ou não publicada⁴¹.

⁴⁰ Este fato foi comprovado através do material entregue pelo **Le Monde** a esta pesquisadora.

⁴¹ Nesse ponto é interessante registrar a experiência pessoal desta pesquisadora como articulista do **Estado de Minas**, desde março de 1999. Alguns/as leitores/as que a escrevem se mostram surpresos quando recebem um retorno às suas cartas.

3 AS CARTAS ENVIADAS A JORNAIS

Cada jornal tem uma ideologia própria sendo que as informações neles veiculadas buscam atender às expectativas assim como à demanda de consumo de notícias de seu público. Sendo assim, não funciona como instância neutra a serviço das necessidades da sociedade; “são antes veículos de natureza ideológica e de classe, instrumento de poder público e econômico, esfera de dominação” (FRANÇA, 2002, p. 485). São veículos de expressão de opiniões.

Mas em que consiste realmente a opinião? Na visão de Tarde (2005), a opinião não deve ser confundida com outras duas parcelas do espírito social que ao mesmo tempo a alimentam e a limitam. A primeira seria a tradição, resumo condensado e cumulado do que foi a opinião dos mortos e a segunda a razão, que o autor entende como sendo os juízos pessoais de uma elite pensante que se isola e se retira da corrente popular a fim de represá-la ou dirigi-la. “Bem antes de ter uma opinião geral e sentida como tal, os indivíduos que compõem uma nação têm consciência de possuir uma tradição comum e submetem-se de bom grado às decisões de uma razão julgada superior (TARDE, 2005, p.60). O autor defende que a opinião cresce a partir da tradição e da razão, sendo que as três contribuem conjuntamente, mas de forma desigual e variável, para formar o valor das coisas.

A opinião, diremos, é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade (TARDE, 2005, p.63).

Pode-se dizer que o jornal veicula três categorias específicas de opinião: a do/a editor/a, a do/a jornalista e a do/a leitor/a que, “juntas irão oferecer à comunidade a manifestação da opinião pública” (BELTRÃO, 1980). A opinião do/a editor/a é expressa pelos editoriais e pela linha editorial do jornal, identificáveis pelo critério de seleção das informações, fotografias, diagramação e outras características. Já a opinião do/a jornalista coincide, muitas vezes, com a do/a editor/a, pois, via de regra, ambos seguem as orientações da empresa para a qual trabalham; e a opinião do/a leitor/a se manifesta nas entrevistas, em pronunciamentos oficiais de grupos e em cartas que escrevem às redações. É preciso lembrar que leitores/as referem-se aos fatos e acontecimentos como se os

tivessem vivenciado ou presenciado, ignorando que foi através da ótica da mídia que se informaram ou aprofundaram seu conhecimento sobre cada evento ou situação, se apoderando das especificidades por ela destacadas. Tal detecção mostra que a opinião, antes de ser uma função psicológica, é uma função social desenvolvida a partir de referências de um determinado grupo.

Sendo assim, os jornais não são obras exclusivas dos jornalistas, perpassam por uma teia social, desde a decisão do que será pauta até a resposta e o respaldo do leitor. Para Noblat (2003, p. 21), leitores/as são também “responsáveis pelo bom ou mau jornalismo. Porque eles têm o poder e todo o poder. Podem comprar um jornal se quiserem. E se quiserem podem deixar de comprá-lo”. São responsáveis também quando enviam ou deixam de enviar cartas com suas opiniões e sugestões. Na visão de Silva (2010), é possível afirmar que as cartas dos leitores funcionam como um medidor que estima o grau de repercussão dos artigos e reportagens nos jornais. “Elas constituem, acima de tudo, um dispositivo poderoso de divulgação de problemas”.

Esse ponto de vista é compartilhado também por Veronique Maurus, que ocupou o cargo de mediadora do **Le Monde** de março de 2008 a março de 2011. Em crônica intitulada Um jornal completo (MAURUS, 2008a, tradução nossa), ela comenta que a curiosidade “insaciável” do público leitor, detectada nas cartas enviadas ao jornal, é vista como um ponto muito positivo pelos editores. Segundo a mediadora, pelo menos uma carta, a cada dois dias, chega ao seu *e-mail* demonstrando o descontentamento de alguém em relação às brechas na cobertura do jornal e ela descreve esses leitores como cautelosos e educados ao extremo. “Suas cartas geralmente começam com ‘Eu acredito que...’, ou ‘depois de verificar...’. O que vem em seguida normalmente é a frase chave: ‘Estou surpreso que o **Le Monde** não falou sobre [...]’” (MAURUS, 2008a, tradução nossa). Maurus explica que o escopo é “infinito” e por isso o jornal precisa “fazer escolhas” e que, em sua versão impressa, o **Le Monde** não pode ser exaustivo; esse tipo de jornalismo só é possível *on-line*.

A carta aparece entre os gêneros jornalísticos⁴² opinativos citados por Melo (1994), sendo os outros o editorial⁴³, o comentário, o artigo, a resenha ou crítica, a

⁴² Segundo Melo (1994, p. 61), não é o código em si que caracteriza um gênero jornalístico e sim “o conjunto das circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para o público”.

coluna, a crônica e a caricatura. É o espaço em que o leitor fala com o jornal, no jornal e, eventualmente, sobre o jornal. As cartas de leitores são consideradas como um gênero discursivo, pois dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de enunciados os quais permitem que emissor e receptor a percebam como carta e não como outro tipo de comunicação escrita, como romance, crônica, artigo, reportagem.

Bakhtin (1979) distingue os gêneros de discursos primários, que se constituem em circunstâncias de comunicação verbal espontânea (ex: cartas, diários íntimos, documentos, réplicas de diálogos, etc.) e os gêneros de discursos secundários, que aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica (ex: o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc.).

A carta surge, então, como um gênero primário do discurso que tem como característica a ausência de contato imediato e pessoal entre emissor e destinatário. Porém, para Melo (1999a), o gênero carta é abrangente, pois seu corpo permite qualquer tipo de comunicação e por isso não se deve agrupar todos os tipos de missivas numa mesma categoria. A autora classifica, então, a carta de leitores/as como um gênero secundário do gênero maior carta, “pois, não se trata aqui de uma carta qualquer, mas de um tipo específico de interação social, aquela que se estabelece entre o leitor e o jornal” e, sendo assim, ela deve ser classificada quanto à sua forma e suas intenções (MELO, 1999, p. 4). São textos predominantemente argumentativos, nos quais a presença de diálogo é marcante. É preciso lembrar que as cartas de leitores, em sua maioria, são enviadas de forma esporádica e imediata.

Apesar de as publicadas terem como característica principal a concisão, muitas trazem, em sua origem, a estrutura básica do gênero carta: data e local, saudações ao destinatário, um núcleo onde figura a opinião do/a autor/a, agradecimentos e/ou despedida. Normalmente cartas são utilizadas em situações de ausência de contato imediato entre seu autor/leitor e seu destinatário/editor, que, na

⁴³ O editorial é a voz do jornal, sua tribuna. Porém, segundo Beltrão (1980, p. 52), “o jornal é um catalisador de opiniões, um agente da consciência pública. Não é o que eu penso o que eu exprimo no editorial, mas o somatório do que pensa uma expressiva parcela da opinião pública, representada pelo grupo que fundou, orienta e mantém o jornal”. E na visão do autor, o leitor de editoriais é um ser “perplexo diante da vertiginosa mutação da face do mundo e que busca no jornal a explicação, enciclopédica ou profética, de tudo quanto de significado e decisivo está acontecendo ao seu redor e até mesmo daquilo que vai acontecer” (BELTRÃO, 1980, p. 53).

maioria das vezes, não se conhecem. Elas visam atender a vários propósitos desde opinar, reclamar, reivindicar, solicitar alguma informação ou auxílio, criticar, elogiar.

Pode-se dizer que a carta tem um caráter dialógico ao permitir a interação de seus/as autores/as com o jornal, que por sua vez permite a interação destes/as com outros/as leitores/as. Mas a quem será que as cartas são endereçadas, com quem realmente se deseja produzir esse diálogo? Albert (1993) alerta para o fato de que não é sempre fácil saber a quem se destina uma palavra, mesmo se em princípio ela é sempre endereçada a alguém e nos leva a indagar: quem é o verdadeiro destinatário de uma carta de amor, de um diário íntimo, de uma carta de reclamação? O autor vê a escrita como uma auxiliar privilegiada da consciência reflexiva, um ato que satisfaz múltiplas maneiras de uma busca de identidade.

Acredita-se que, ao endereçar uma carta a um jornal, o/a leitor/a deseja que ela chegue às mãos do editor que poderá ou não fazê-la chegar aos olhos dos/as leitores/as do jornal, um/a leitor/a genérico/a, porém enquadrado/a dentro do público leitor do jornal. O/a autor/a da carta, mesmo sabendo que suas palavras poderão ser lidas apenas pelo/a editor/a, que ainda poderá refutá-la ou modificá-la para ser publicada, escreve para ser lido/a por muitos, para atingir um número de pessoas que ele não terá condições de quantificar. Raras são as cartas escritas que não esperam ser agraciadas com a publicação.

Diante disso, Leite (2008) acredita que o/a leitor/a que envia uma carta a um jornal se preocupe mais com a seleção lexical, a elaboração textual assim como lança mão de mais recursos retóricos do que quando escreve a um destinatário conhecido em especial. O/a autor/a de uma carta aceita ser julgado/a pelos outros/as leitores/as, seja ao adotar uma postura de defensor/a dos interesses da comunidade, ou ao reivindicar uma causa individual e egoísta.

O comportamento do ser humano se transforma quando ele é colocado diante do público, ele fica à mercê dos olhos dos outros e de seu julgamento. “Colocado no meio público o homem sente mais intensamente o dever de representar a humanidade, de dar exemplo”, lembra Heller (1992, p. 90). Para a autora, as pessoas mudam o modo de ver muitas coisas quando se submetem ao juízo do público. Cita como exemplo o fato de ser mais fácil reconhecer um erro quando ele se torna público, pois a presença da sociedade funciona como um catalisador, mas lembra que “a pessoa intimamente vinculada com as normas da comunidade sente a

presença da sociedade mesmo quando esta não está presente, mesmo quando a pessoa em questão está sozinha” (p. 91).

Pode-se afirmar, então, que falar ao jornal torna alguns/as leitores/as parte de um grupo de pessoas que supera a si mesmo. Ele se expressa para o jornal e, através deste dispositivo, para o público. Para Melo (1994, p. 179):

Escrever para o jornal, mesmo que não encontre abrigo, representa o último alento de muitos cidadãos que querem dizer alguma coisa aos seus contemporâneos, que querem influir nas decisões dos governantes, que querem participar dos destinos da sua sociedade.

E, para Braga (2006, p. 139), “na correção de fatos individuais ou institucionais, além de seu objetivo principal, específico, as cartas representam, também, uma sociedade atenta ao modo como é tratada, o que imporia pelo menos um limite a possíveis leviandades”.

Porém, é pequeno o número de leitores/as que escrevem aos jornais⁴⁴, segundo Braga (2002), mas os/as que se manifestam representam uma população muito maior, que reflete, pensa. Isso porque, no fundo, funcionam também como porta-voz das queixas e observações de tantos/as outros/as que, por algum motivo, preferem não enviar sua opinião aos jornais. Esse tipo de carta surge, então, como produto de uma interação social que reflete o pensamento de um grupo em seu contexto social, histórico e ideológico.

Na visão de Rodrigues (2002), a baixa presença na mídia da palavra por parte do público, de maneira geral, obedece a diversas modalidades. “É este silêncio que torna o público presente, instituindo-o como uma autêntica instância de interlocução”. O autor comenta que é ativo o processo de escuta que vai levar o/a leitor/a à elaboração do sentido. “O público está presente na cadeia de elaboração do discurso e é deste silencioso processo de escuta que o discurso da mídia recebe seu princípio, o seu alimento, a sua razão de ser, o seu sentido” (RODRIGUES, 2002, p. 218).

A experiência pessoal desta pesquisadora como articulista do **Estado de Minas** desde março de 1999 mostra que existe outro tipo de silêncio presente entre

⁴⁴ Em 2004, o *ombudsman* do jornal **Folha de São Paulo**, Marcelo Beraba, contabilizou o envio de 70 cartas num único dia para a coluna de opinião do leitor; na época, 315 mil pessoas liam esse jornal diariamente (BERABA, 2004). A coluna de opinião do leitor do jornal **Estado de Minas** recebeu, durante 30 dias consecutivos, no ano de 2006, 275 cartas; na época, a tiragem média do jornal era de 70 mil exemplares dia (ESPÍRITO SANTO, 2007).

as cartas de leitores/as. Ela mantém, em seus arquivos pessoais, centenas de e-mails enviados por leitores/as ao longo desses anos. Apenas cerca de 2% deles/as trazem críticas aos seus artigos. Seria muita ingenuidade acreditar que são poucos/as os/as leitores/as que discordam do ponto de vista da articulista sobre sexualidade e relacionamento humano – tema de sua coluna semanal, mas percebe-se que faz parte do perfil do/a leitor/a do **Estado de Minas** não escrever críticas às opiniões expressas em suas páginas, conforme pudemos comprovar também ao ler as cartas enviadas à coluna Cartas à Redação para a confecção deste trabalho.

Escrevem para o **Estado de Minas** principalmente aqueles que querem reclamar, fazer denúncias e dar sua opinião sobre pontos de vistas diversos, porém palavras que não entram em choque com o publicado por sua equipe de jornalistas e articulistas. Os que discordam, e não são poucos, conforme se vê em França (1998; 2002) e Carrato (2002), preferem optar pelo silêncio. França nos diz que não é do feitio do **Estado de Minas** fazer sensacionalismo nem passar imagem de um cotidiano tumultuado. “A atitude do jornal traduz a sua política de sempre: não fazer nenhum barulho, exprimir Minas serena, o sentido grave da ordem que sempre a caracterizou” (FRANÇA, 2002, p. 493). Isso talvez explique o comportamento pacífico de seu/sua leitor/a em relação ao que escreve em suas cartas.

Observa-se que o silêncio em jornais é maior quando se trata das leitoras. Como visto em Espírito Santo (2007), a mulher escreve menos aos jornais que os leitores, assim como elas assinam artigos de opinião em menor número que eles, como se pode conferir na tabela a seguir.

Tabela 8 - Dados de pesquisa feita em artigos de opinião assinados por mulheres e publicados entre março de 2009 e março de 2010 – 2010

| Jornais | Total de artigos femininos | Percentual em relação ao total geral |
|-----------------------|----------------------------|--------------------------------------|
| O Estado de São Paulo | 4.960 | 21,8% (1.082) |
| Folha de São Paulo | 5.256 | 22,0% (1.160) |
| O Globo | 5.914 | 29,4% (1.738) |

Fonte: VEJA (2010).

Beraba (2004) comenta que a edição dos artigos, no caso da **Folha de S. Paulo**, onde ele ocupava o cargo de *ombudman*, não segue uma política de cotas de gênero, mas tem como critério o cargo, a representatividade e a qualidade do texto do articulista. "A mínima participação de mulheres não é intencional", diz.

Sobre esse tema, a mediadora do **Le Monde**, Veronique Maurus (2008b, tradução nossa), escreveu o artigo intitulado Sexismo crescente, no qual repercutiu a carta de uma leitora que acusa o jornal de ser sexista. Tal leitora chama a atenção sobre o fato de que, no período de uma semana, cinco homens haviam sido destacados pela coluna Perfil e apenas uma mulher. Maurus assume que:

a leitora resume uma semana excepcional, mas no fundo tem razão, pois as estatísticas são impressionantes. Para todo o ano de 2007, contam-se 53 mulheres entre 258 perfis, 20% em média. Um em cinco é pouco na medida em que essa proporção permanece mais ou menos estável nos últimos 3 anos (MAURUS, 2008b, tradução nossa).

Em sua crônica, a mediadora abriu espaço para a jornalista responsável pelos perfis se defender: “as propostas de perfil vêm da redação no seu conjunto, elas são um reflexo da sociedade. Nós procuramos ter uma política voluntarista, mas é difícil” (MAURUS, 2008b, tradução nossa).

Na perspectiva da mediadora, um dos fatores que justificam essa discrepância, salvo exceções, é que os perfis implicam um encontro com o interessado e o seu acordo. “Muitas mulheres recusam ser colocadas em foco, a menos que tenham algo a vender ou se estão engajadas na política. Muitas têm repugnância a esse exercício narcísico que é o perfil” (MAURUS, 2008b, tradução nossa). Espírito Santo (2007) detectou que, num período de 30 dias, foram publicados no **Estado de Minas** 89 artigos de opinião, sendo 76 assinados por homens e 13 por mulheres. Na ocasião, o editor da página esclareceu que convidava poucas mulheres para escrever porque eram poucas as que se dispunham a fazê-lo e, quando o prazo dado ao articulista é curto, de um dia para o outro, por exemplo, é mais difícil ainda contar com a colaboração feminina (ESPÍRITO SANTO, 2007).

Em sua crônica, Maurus (2008b, tradução nossa) questiona se é preciso fazer cotas e responde: “seriam então os homens que nos acusariam de sexistas”, dando exemplos de leitores que protestam, através de cartas, quando os homens são acusados de machistas, designados como “culpados coletivos”. Termina o texto afirmando que a redação do **Le Monde** é constituída de 45% de jornalistas do sexo feminino, na tentativa de convencer o/a leitor/a de sua crônica de que a redação do jornal não é sexista.

A baixa participação feminina nos espaços destinados à interação jornal/leitor e, conseqüentemente, leitor/público, denuncia que não interessa à mulher a conquista desse espaço como sendo um lugar de manifestação da sua fala. Os jornais impressos são instância decisiva na qual ela poderia se expressar mais, marcar sua posição na esfera pública, porém eles não têm sido aproveitados com esse objetivo.

Dessa forma, tanto a crônica de Maurus como as palavras do editor de opinião do **Estado de Minas** e as do *ex-ombudmam* da **Folha de São Paulo** confirmam a afirmação de Melo (1994, p. 183), para quem o jornal se aproveita das seções de cartas de seus leitores para “pôr na boca do cidadão comum as críticas ou denúncias que, por conveniência, não estão nas páginas da reportagem” (MELO, 1994, p. 183). Rodrigues (2002) tem visão semelhante ao afirmar que o fato de o jornal se propor a dar a palavra ao público não retira o caráter unilateral da relação enunciativa do discurso midiático. Ele explica que isso se dá porque os processos de tomada da palavra por parte do leitor são, no fundo, condescendência por parte do veículo. Além do mais, “não se trata de procedimentos de interlocução, mas de simulacros da interlocução, procedimentos artificiais mais ou menos sofisticados” (RODRIGUES, 2002, p. 229).

Para Tétu (2002, p. 198-199), desde suas origens, e para constituir-se, a imprensa parece ter necessidade do discurso do outro:

o discurso do locutor recai sobre aquilo que não é dele. A alteridade parece estar no início de toda e qualquer informação, como, provavelmente, está no início de todo e qualquer saber: é a situação que se atribui ao outro que permite definir sua própria identidade.

Chaparro (1992, p. 63) afirma que, enquanto gênero jornalístico, “a carta é a manifestação opinativa, reivindicatória, cultural ou emocional do leitor. Enquanto prática jornalística [...], é uma concessão ao leitor, administrada em proveito do jornal, em cujas mensagens o leitor só acidentalmente interfere”.

Um exemplo disso é dado por França (2002), que detectou que a palavra popular “acorda e suscita” a palavra jornalística no **Estado de Minas**. Segundo a autora, existe uma estreita relação entre a palavra do jornal e a palavra da população. Estudando a cobertura feita pelo jornal, em 1991, sobre meninos de rua, a pesquisadora observou que cartas enviadas à redação pelos/as leitores/as

serviram como “mola propulsora” que desencadeou uma série de reportagens sobre o assunto que...

[...] aparece pela primeira vez nas páginas do jornal através da carta de um leitor. É também com a publicação de uma carta de leitor que ele aparece pela última vez. [...] pudemos constatar também a presença dos leitores em outros espaços. Segundo relatos de uma colunista, foi a partir de apelos insistentes de seus leitores e leitoras que ela decidiu publicar uma série de artigos sobre a questão dos menores. Da mesma forma, a entrevista de outro colunista registra que ele “emprestava sua voz aos leitores para que estes soubessem que tratava-se de uma voz que agia em sua defesa (FRANÇA, 2002, p. 490).

A autora diz ainda que no **Estado de Minas**, em espaços como a coluna Cartas à Redação, percebe-se um encadeamento, um “verdadeiro ‘diálogo’ de uma publicação a outra: um leitor comenta um artigo, que comenta uma matéria etc.” (FRANÇA, 2002, p. 493).

Na visão de Braga (2002), os/as leitores/as de jornais, em sua maioria, dialogam com o jornal através das cartas referindo-se a acontecimentos e situações da sociedade, como se estivessem diante do próprio fato ou situação e esquecendo que receberam essa informação pelo viés de seu interlocutor. O diálogo parece acontecer entre iguais, desaparecendo as especificidades e processualidades profissionais e institucionais midiáticas.

Por isso, as seções destinadas às cartas podem ser consideradas como um lugar social do discurso, definido por Emediato (2008) como um espaço normativo regulador das trocas comunicativas, que oferece aos sujeitos a possibilidade de se relacionar por meio de um discurso inter-regulado. As temáticas abordadas pelas cartas publicadas refletem outro lugar social do discurso mais amplo, onde elas também estão inseridas: o próprio jornal. Isso porque é ele como um todo que tematiza o espaço público, propondo a agenda de discussão que se vê refletida nas seções de cartas.

Para Leite (2008), a mídia impressa precisa reforçar a veracidade daquilo que diz e um dos instrumentos que utiliza para fazê-lo é a orientação argumentativa que se inicia na capa, perpassa pelo editorial e se reflete nas seções de cartas de leitores. A autora detectou que, em suas capas, a revista **Veja** faz uso de termos que contribuem para uma determinada produção de sentido. “O editorial dá continuidade ao discurso exposto na capa através de um ‘diálogo com o leitor’” (LEITE, 2008, p.

5). A autora lembra que a revista chegou a mudar o nome 'Editorial' para 'Carta ao leitor', deixando transparecer um grau de maior intimidade com o seu interlocutor. "Em seguida, na seção Cartas, há uma reafirmação do assunto principal apresentado na capa e discutido no editorial e uma confirmação da credibilidade da matéria e da revista nos fragmentos publicados" (LEITE, 2008, p. 5).

Apesar disto, para Chaparro (1992), não existe outro espaço – fora das cartas – onde a opinião do leitor possa ser expressa.

O leitor deveria constituir o principal foco de atenção daqueles que fazem jornalismo. É em função dele que os repórteres observam os fatos, que os redatores escrevem matérias, que os editores decidem o que divulgar. Deveria ser, mas não é. [...] Enquanto não emergem soluções tecnológicas e políticas, resta ao cidadão recorrer à carta como recurso para extravasar seus pontos de vista, suas reivindicações, sua emoção (CHAPARRO, 1992, p. 65).

O *webjornalismo* pode ser visto como um desses recursos referidos pelo autor; pode ser uma das formas de se expressar sem intermediários, pois, grosso modo, qualquer um pode contribuir com o jornalismo digital. Seu atual modelo de interação pode ser considerado como uma forte fonte de expressão de opinião visto que, em muitos casos, as notícias trazem um espaço para comentários, dando início a um fórum de discussão entre os leitores. Nesse ponto, na mídia impressa, em especial nos jornais diários, os limites são mais delimitados que os praticados no *webjornalismo*. Na mídia impressa, o leitor que discorda de uma determinada posição publicada na edição do dia – defendida ou refutada pelo jornal – limita-se a enviar a carta e a aguardar sua publicação numa das edições seguintes. A publicação de sua carta nem sempre acontece, seja por falta de espaço ou pelo fato de o/a editor/a da coluna ou página não achar adequada aos seus objetivos editoriais. Outras vezes, o jornal a publica, mas, de maneira geral, não abre espaço para que o assunto seja amplamente discutido.

Já a natureza do meio eletrônico permite que o *webleitor* interaja de imediato. Para Almeida (2003), a interação mediada via tecnologia da informação é um novo meio de construir relações, de identificar simbolicamente grupos, de simular movimentos e atitudes e de transformar a condição da aquisição e de participação. Para o autor, interagir faz os indivíduos reconhecerem alguém diferente de si mesmos – um agente – na construção dos significados que explicam a realidade.

Porém, a colaboração do leitor com os *webjornais* tem esbarrado em um problema: a quantidade ilimitada de comentários, o que inviabiliza a leitura de todos pela maioria. No caso dos comentários postados na *web*, eles são tantos, e de diversos tamanhos, que são poucos/as os/as leitores/as dispostos/as e com tempo livre para acessá-los em sua totalidade. Outro problema se encontra no fato de o/a leitor/a não medir as palavras para emitir sua opinião. No caso do *site* Uai, de propriedade do **Estado de Minas**, várias são as seções fechadas à manifestação do público. A justificativa é o mau uso da ferramenta por alguns internautas.

Em crônica publicada na versão impressa, intitulada *Reações em cadeia*, Maurus (2008c) comenta que o *site* do **Le Monde** recebe mais de mil e quinhentas reações por dia e que sua equipe de moderadores faz o máximo para barrar as opiniões grosseiras, racistas e tudo que é proibido pela lei, mas ainda assim muitos comentários *a priori* impublicáveis acabam passando: dois ou três em mil⁴⁵. A mediadora começa o artigo com um alerta: “Atenção: Essa crônica contém expressões chocantes que não se encontram normalmente nas páginas desse jornal, mas frequentemente e de forma singular no *site* da internet...” (MAURUS, 2008c, tradução nossa). Em seguida reproduz trechos de cartas que expressam violência, racismo e xenofobia, além de termos depreciativos. Mas ela entende que as reações são o efeito de uma catarse geral, sobretudo atualmente.

Espontâneas, breves (500 toques), efêmeras, as reações vêm da emoção. Elas desaparecem quando o artigo que elas comentam é arquivado (três dias após sua postagem *on-line*). No meio do caminho entre as linguagens escritas e faladas, não se deve dar a elas mais peso do que às piadas de corredores ou de salão. Aliás, alguns internautas, uma vez passada a exaltação, chegam a se desculpar. Guillaume Serre, que tinha se manifestado de forma veemente contra uma de nossas crônicas, nos escreveu diretamente, alguns dias mais tarde: “Após reflexões maduras, eu acho que vocês tinham razão parcialmente. De fato, nós somos muitos (me incluindo nesse ‘nós’) a manter opiniões incisivas, sem nuances. Mas isso é devido tanto ao anonimato quanto à falta de espaço para se expressar [...] Por que não publicar reações mais desenvolvidas, melhor embasadas?” Talvez, mas então nós trocaríamos de gênero. Esse espaço se chama tribuna... (MAURUS, 2008c, tradução nossa).

A mediadora explica também que, em 2006, o *site* do jornal abriu progressivamente seus espaços a comentários dos/as leitores/as começando pela

⁴⁵ A crônica não deixa claro dentro de qual período de tempo estes dois ou três mil comentários impublicáveis acabam sendo publicados. Acredita-se que se trate de um mês.

coluna Opiniões, depois Política, Sociedade, etc. O último setor foi o de Viagens, o que tornou todas as colunas abertas à crítica ao vivo. “Única exceção: os artigos de atualidade sobre o Oriente Médio, que geram muita agressividade e derivações” (MAURUS, 2008c, tradução nossa).

O problema da publicação de agressões verbais não é específico do jornal **Monde on-line**; longe disso. Maurus (2008c) lamenta que, em outubro de 2007, o blogueiro mais lido da Suécia acabou com seu diário virtual porque não suportava mais as reações de seus leitores. E, segundo a mediadora, o fato de a manifestação *on-line* ser limitada aos assinantes do *site* e aos assinantes do jornal impresso não melhora em nada. Ao contrário, esse privilégio reforça o rancor daqueles que não possuem o acesso.

As notícias sobre o câncer do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, publicadas em final de outubro e início de novembro de 2011, também suscitaram ataques ao político⁴⁶. O *site* do jornal **Folha de S.Paulo**, **Folha.com**, chegou a suspender temporariamente os comentários em reportagens devido ao tom agressivo de alguns leitores e leitoras. Como no caso do **Lemonde.fr**, e da maioria dos jornais com versão *on-line*, os comentários grosseiros publicados no **Folha.com** são anônimos. Escreve-se sem muitos escrúpulos porque não é preciso assumir as opiniões publicamente.

Em matéria que reagia à onda de ataques ao ex-presidente (INTERNAUTAS..., 2011, p. A6), o colunista Gilberto Dimenstein disse:

Minha suspeita é que a interatividade democrática da internet é, de um lado, um avanço e, de outro, uma porta aberta para o esgoto do ressentimento e da ignorância. Isso significa que um dos nossos papéis como jornalistas é educar os *e-leitores* a se comportar com um mínimo de decência.

Outro recurso *on-line* que os leitores têm para expor sua opinião são os *blogs*, muitas vezes de autoria de jornalistas que também escrevem na mídia impressa. O *weblog* surgiu primeiramente como um diário virtual pessoal e, nos últimos anos, começou a ser utilizado como ferramenta jornalística tanto por profissionais da área como por qualquer um que tivesse interesse em montar seu próprio jornal *on-line*.

⁴⁶ Em meio à massa de manifestações de apoio, alguns internautas tentaram culpar Lula pelo câncer, que pode ter sua causa no fumo, e defendem que ele se trate no SUS (Sistema Único de Saúde.) "Foi uma enxurrada de ataques desrespeitosos, desumanos, raivosos, mostrando prazer com a tragédia de um ser humano", afirmou Dimenstein (INTERNAUTAS..., 2011).

Dessa forma, ficou fácil publicar opiniões e críticas sobre determinados assuntos sem que eles surgissem de conteúdos editoriais veiculados pelos jornais.

Oliveira (2007) comenta um estudo conduzido pelo Projeto de Excelência em Jornalismo, instituto de pesquisa afiliado à Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Seus resultados mostram que os estadunidenses estão deixando de ser consumidores de notícias para atuarem como parceiros pró-ativos na criação de suas próprias notícias. “Dessa forma, a prática de leitura e a feitura das notícias passam por transformações. O leitor deixa de ser apenas decodificador ou interpretante para ser um coautor da notícia, ou melhor, um *escreleitor*” (OLIVEIRA, 2007, p. 102).

Porém, ainda segundo a autora, apesar de o “escreleitor” poder comentar, concordar, criticar, avaliar, seu “poder” em dizer alguma coisa encontra obstáculos a começar pela possibilidade de o blogueiro não aceitar suas palavras e apagá-lo, exercendo, dessa forma, um controle discursivo. Para Oliveira (2007), a relação de forças discursiva poderá ser muito mais intensa e explícita que nos veículos impressos, sendo que a liberdade de dizer é relativa e o poder depende de conquista do “escreleitor”.

O dizer do leitor e do blogueiro continua sob o jugo da sociedade e deve estar de acordo com as formações discursivas e ideológicas do lugar de onde se estabelece o discurso. Caso seu discurso venha ferir alguns dos procedimentos de controle, este será colocado à margem, como acontece com os discursos das cartas dos leitores do jornal impresso (OLIVEIRA, 2007, p. 107).

Na opinião da autora, é possível afirmar que o *blog* ofereça resistência a essa ordem, mas não se pode ignorar que ele também é regido, controlado pelas formações discursivas e ideológicas de uma dada sociedade, mesmo que esta seja virtual.

Outras pesquisas, citadas por Baldessar (2008), que procuraram entender o comportamento de internautas dizem que os *webleitores* são mais detalhistas do que os leitores de jornais impressos. Um dos levantamentos analisados pela autora foi realizado pelo Instituto Poynter, dos Estados Unidos, em 2007, e detectou que, entre o público pesquisado, 77% leem textos das notícias publicadas *on-line* enquanto 62% são leitores de jornais impressos tamanho standard e 57% preferem os *tabloides*. Baldessar (2008) comenta também pesquisa desenvolvida na Espanha,

pela qual a Associação para Investigação dos Meios de Comunicação detectou algumas diferenças, entre homens e mulheres, nos padrões de leitura e navegação no *ciberjornalismo*: enquanto eles leem em forma de ziguezague, elas o fazem de forma vertical. Em ambos os casos, o que chama a atenção dos/as leitores/as são os conteúdos gráficos, distraindo a leitura.

A autora comenta sobre os resultados do levantamento: no jornalismo impresso, a preocupação é a dimensão do texto e os recursos de estilo para traduzir a informação em determinado espaço. No eletrônico é maior a preocupação em relação à organização e à arquitetura das informações.

Acredita-se que quem envia cartas aos jornais impressos deseja vê-las publicadas, muito mais do que abrir espaço para discutir um tema, como acontece no *webjornalismo*. No impresso, o/a leitor/a não sabe se sua carta receberá uma resposta, sendo também que poucas serão comentadas por outros/as leitores/as ou renderão alguma reportagem. Porém, há uma vantagem da carta enviada e publicada nos diários em relação aos comentários postados nos *webjornais*. Ao submeter sua ideia à seleção de um editor, esta ganha maior credibilidade perante o público e passa a fazer parte do seleto grupo de cartas que realmente mereceram ser publicadas.

Qual seria, então, a motivação do leitor ao enviar uma carta ao jornal de sua preferência? Melo (1994) responde usando as palavras de Alcides Leite, editor na década de 90 da seção “São Paulo Pergunta”, do **Jornal da Tarde** – SP, para quem a grande maioria escreve para se queixar do poder público, do governo. “É nesse sentido que o leitor se dirige ao jornal como se estivesse recorrendo ao ‘quarto poder’” (MELO, 1994, p.178). E quem escreve ao jornal? Para esclarecer essa dúvida, o autor reproduz a classificação de José Silveira, ex-editor da seção Cartas, do antigo **Jornal do Brasil**:

autoridades que procuram louvar ou retificar determinadas informações ou conceitos publicados; os perfeccionistas, leitores que não deixam passar equívocos, erros ou omissões do jornal e exigem a necessária retificação; os lesados, aqueles que, considerando-se prejudicados ou injustiçados pelas instituições, desabafam seu descontentamento através de denúncias, admoestações ou lamúrias; e os anônimos, pessoas que, sem coragem de assumir pessoalmente posições, se valem de mil subterfúgios para verem publicadas suas opiniões (MELO, 1994, p. 178).

Já para Beltrão (1980, p. 87), entre os que enviam cartas aos editores, encontram-se muitos “maníacos, eternos amargurados, e geralmente, os protestos são mais abundantes do que as aprovações expressas”. Por outro lado, ressalta que alguns clãs políticos e grupos de interesse tentam organizar campanhas sem ônus financeiro ao se utilizar da credibilidade que o jornal tem junto ao público leitor. Por tudo isso, diz que “é uma amostra de bom senso estudar, às vezes, detidamente, essas cartas. O que, de resto, é a obrigação básica do trabalho do noticiarista” (BELTRÃO, 1980, p. 87).

Melo (1999) ao analisar 293 cartas de leitores publicadas nos jornais **O Estado de São Paulo**, **Folha de São Paulo**, **Jornal do Brasil** e **O Globo** no ano de 1995, que faziam referência aos grandes acontecimentos nacionais e internacionais, observou que a grande maioria dos leitores escreve especialmente para se queixar do poder público, representado pelos três poderes constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário. A pesquisa detectou ainda que as cartas de pessoas reconhecidas como autoridades não estão presentes de maneira significativa nas seções de cartas enviadas às redações dos referidos jornais, representando apenas 7,5% do *corpus*. A autora acredita que isso acontece porque a imprensa dá sempre um tratamento privilegiado ao discurso das pessoas que ocupam cargos importantes ou são figuras de prestígio na sociedade. “As autoridades não procuram o jornal, mas são procuradas por ele, são fontes de informação. Ou seja, as autoridades não têm necessidade de escrever cartas à redação, pois têm um espaço garantido e significativo na imprensa” (MELO, 1999, p. 2).

Melo (1999, p. 2) conclui que, nas seções de cartas de leitores, o discurso de poder se faz ausente de maneira significativa. Porém, enfatiza que, quando publicadas, “as cartas de ‘autoridades’ recebem um tratamento privilegiado na imprensa. Normalmente são mais longas do que as dos outros leitores, revelando a preocupação da empresa jornalística com o discurso dos poderosos”.

Não quer dizer que os discursos de poder estão ausentes; na verdade, eles se configuram de outra forma. As seções de cartas são também espaços de favor abertos pela mídia ao seu público, o que configura um tipo de poder. É como se aquele que escreve suas cartas estivesse pedindo um voto de confiança ao editor, um tipo de posição não apreciada pelas autoridades. Segundo Melo (1999), normalmente as autoridades enviam cartas quando se sentem prejudicadas por

alguma abordagem publicada no jornal sendo que, muitas vezes, preferem recorrer ao direito de resposta – presente na lei de imprensa⁴⁷ – a pedir este favor ao editor.

Já para Meyer (2007), o comportamento normal das fontes não é de reclamar mesmo quando veem suas declarações sendo distorcidas por erros factuais nos jornais. Numa pesquisa realizada nos Estados Unidos, com mais de cinco mil fontes, durante dois anos, apenas 10% dos que disseram ter detectado erros contactaram o jornal para reclamar. “A probabilidade de fontes de primeira viagem reclamar é metade da de funcionários do governo ou fontes constantemente envolvidas com os jornais” (MEYER, 2007, p. 93). As justificativas, exemplifica o autor, foram: “estou muito ocupado”, “não é muito importante”, “não achei que fosse fazer diferença”, “eles não aceitam críticas muito bem”, entre outras.

Pode-se acrescentar a essas classificações sobre quem escreve cartas aqueles/as leitores/as que estão interessados/as em contribuir com o debate sobre questões públicas e veem o jornal como um espaço democrático e gratuito, ao qual podem recorrer para expor sua opinião. É nele também que o/a leitor/a se sente com poder de pressionar os serviços públicos e privados. Um exemplo são as colunas presentes em grandes jornais que dão voz aos consumidores. Para Pedro Lobato⁴⁸, um dos responsáveis pela instalação da coluna Segunda Via/Consumidor, publicada na editoria de Economia do **Estado de Minas**, esse tipo de espaço contribuiu para tornarem efetivas as leis de proteção ao consumidor⁴⁹. As empresas sabem que o/a cidadão/ã que se sente prejudicado/a ao adquirir um produto ou serviço tem a alternativa de procurar um jornal para fazer a denúncia, caso a empresa não dê atenção às suas reivindicações. O jornal não apenas publica a reclamação como dá à empresa um espaço para se explicar. “Hoje este tipo de coluna, presente em todos os grandes jornais, recebe um volume menor de reclamações e denúncias que há cinco anos, pois nenhuma empresa se sente confortável em ver sua marca envolvida em maus negócios”, afirma Lobato.

Entre os estudos especialmente dedicados à colaboração do leitor, Beltrão (1980) destaca o ensaio do professor uruguaio Manuel Olarreaga (1971), que chama os leitores que enviam cartas aos jornais de informantes interessados. Esses, ao contrário dos informantes passivos, que são protagonistas ou testemunhas do fato e

⁴⁷ Melo (1999) refere-se à Lei nº 5.250, art. 32, § 1º, de 09.02.1967.

⁴⁸ Em entrevista informal dia 08.02.2010.

⁴⁹ O Código de Defesa do Consumidor, em vigor no Brasil, é a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

não têm interesse em sua difusão, estão vinculados ao fato e têm interesse em que esse seja conhecido por um maior número de pessoas. Os informantes interessados procuram influenciar os jornalistas e os meios para que suas notícias cheguem ao público; têm uma atuação indireta na construção da informação jornalística, “pois suas informações não vão diretamente ao público, mas aos meios de comunicação social para que estes as transmitam” (OLARREAGA, 1971 *apud* BELTRÃO, 1980, p. 87).

Então, para que o/a leitor/a possa interagir com a mídia, na visão de Braga (2002, p. 35), é preciso que ele/a desenvolva três competências: os critérios de seleção da leitura, as competências para interpretar essas leituras e o desenvolvimento de uma autonomia interpretativa. “Entendemos que essa ‘autonomia’ (como capacidade de fazer boas seleções e interpretações em função de critérios válidos e autoexpressos) depende de condições culturais mais do que individuais”. Para o autor, essas condições se encontrariam principalmente num subsistema de interações sociais, não se tratando de ensinar o usuário a interpretar a mídia, mas estimular, através da diversidade oferecida por um bom sistema crítico, uma cultura de opções pessoais e de grupos que qualificassem o leitor a elaborar sua própria crítica.

Por isso, do lado dos jornais, as cartas deveriam ser vistas não apenas como textos que refletem a opinião de seus/as leitores/as diante das matérias publicadas e dos grandes temas da atualidade. Segundo Assunção (2011), elas são de grande interesse considerando três questões fundamentais. Primeiro, refletem o modo como os/as leitores/as leem as matérias publicadas. Segundo, refletem o modo como eles e elas pensam o mundo. E, terceiro, através dessas cartas, os jornais podem observar como influenciam na formação do modo de pensar de seus públicos. Deve-se acrescentar mais uma questão a essa discussão: as cartas podem também revelar o *mise-en-scène* que esses sujeitos em e da comunicação realizam enquanto atores de um mundo discursivo, sujeitos aqui entendidos como sendo tanto o público que escreve ao jornal como o próprio jornal.

Ao se posicionarem através das cartas, leitores/as refletem, então, uma série de discursos provenientes dos espaços sociais distintos dos quais participam, gerando uma multiplicidade de vozes em interação. Nas palavras daquele/a que escreve, estão presente nos discursos por ele/a incorporados ao longo da vida e que acredita ser possível partilhar com os outros. Ao escrever a uma coluna de

consumidores de determinado jornal, por exemplo, o/a leitor/a coloca em suas palavras o que aprendeu sobre direitos do consumidor e deveres do fornecedor, expõe seus conhecimentos de economia e marketing etc. e espera ser compreendido. O enunciado reflete a apropriação que o/a leitor/a fez de outros discursos e seu entendimento pelo/a leitor/a das cartas está condicionado também à apropriação que este/a fez de outros discursos. O próprio jornal é também reflexo dessa interação.

Segundo Dumont (2001, p. 44), “na ação da leitura e na formação de um autor e de um leitor, existe sempre uma dimensão comunitária que, em princípio, imprime nesses atores valores decorrentes da comunidade”. E mais adiante explica que o “real sentimento de pertencer a uma comunidade – os companheiros, a cidade, a turma – não destrói, não elimina as diferenças de sensibilidade, de sistema de valores” (DUMONT, 2001, p. 47).

O sucesso do jogo ou ato de linguagem “depende da relação dos protagonistas entre si e da relação dos mesmos com as circunstâncias de discurso que os reúnem” (CHARAUDEAU, 2008, p. 24). Ou seja, o/a leitor/a produz seu texto a partir da hipótese de que ele/a compartilha um saber comum, práticas sociais e construções de sentido com quem vai ler sua carta. Tanto quem escreve como quem lê e compreende a carta detêm um mesmo conjunto de referências.

Para organizar a própria estrutura textual, o autor deve referir-se a uma série de competências [...] que confirmam conteúdo às expressões que usa. Ele deve aceitar que o conjunto de competências a que se refere é o mesmo a que se refere o próprio leitor (ECO, 1986, p. 39)⁵⁰.

Complementando essa ideia, Dumont (2006, p. 7) lembra que “hoje se admite que existe leitor para todo texto e que não depende da qualidade literária e do estilo

⁵⁰ Dessa forma, o texto prevê, segundo Eco (1986), seu “Leitor-Modelo”, aquele capaz de cooperar para sua atualização. Atualizar um texto significa se movimentar dentro dele, interpretando-o da forma antecipada pelo autor e, ao mesmo tempo, acrescentando elementos novos, ou, ainda, interpretando o não-dito – aquilo que não foi manifesto explicitamente. Essa característica sugere, também, segundo o autor, uma obra “aberta”, que permite inúmeras interpretações ao ser lida ou relida. Porém, esclarece que “prever o próprio Leitor-Modelo não significa somente ‘esperar’ que exista, mas mover o texto de modo a construí-lo” (ECO, 1986, p. 40). O autor entende como Leitor-Modelo um tipo de estratégia textual, um conjunto de condições de êxito textualmente estabelecido que deve ser satisfeito para que o texto seja atualizado no seu conteúdo potencial. É esse sentido que permite falar de interatividade entre leitor e jornal.

com que foi escrito, mas do fato de as informações nele contidas atraírem, irem ao encontro dos interesses do leitor”.

O discurso se configura, dessa maneira, como uma forma de coparticipação social.

Os participantes discursivos constroem o significado ao se envolverem e ao envolverem outros no discurso em circunstâncias culturais, históricas e institucionais particulares. Isso quer dizer que alteridade e contexto são categorias básicas para compreender como o significado é elaborado na sociedade (MOITA LOPES, 2003, p. 30).

Para Certeau (2003), a escrita tem, por assim dizer, uma função estratégica, podendo fazer com que uma informação recebida seja classificada e imbricada num determinado sistema e transformada quando possível.

As coisas que entram na página são sinais de uma ‘passividade’ do sujeito em face de uma tradição; aquelas que saem dela são as marcas do seu poder de fabricar objetos. No final das contas, a empresa escriturística transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe do seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior (CERTEAU, 2003, p. 226).

Para Moita Lopes (2003), é por meio desse processo de construção do significado dentro de uma sociedade que as pessoas se tornam conscientes de quem são, estabelecendo suas identidades sociais ao agir no mundo por intermédio da linguagem. E o que produz os atos de linguagem – portadores de sentido e de vínculo social – são as competências discursivas de cada um.

A competência discursiva, segundo Charaudeau (2008), é resultado de um conjunto formado pelas competências situacional, semiolinguística e semântica. A competência situacional engloba a situação de comunicação, na qual se considera a finalidade de cada situação e a identidade daqueles que se acham implicados e efetuam trocas entre si. A competência semiolinguística consiste em saber organizar e encenar o ato de linguagem de acordo com determinadas visadas que podem ser enunciativa, descritiva, narrativa e argumentativa. Já a competência semântica consiste em saber construir sentido com a ajuda de formas verbais (gramaticais ou lexicais), levando em conta os dados da situação de comunicação e os mecanismos de encenação do discurso.

Ainda para Charaudeau (1996), a significação discursiva é uma resultante de dois componentes: o primeiro, denominado “linguístico”, opera com material verbal – a língua – e o segundo, denominado “situacional”, opera com material psicossocial – comportamentos humanos que definem os seres ao mesmo tempo como “atores sociais” e como “sujeitos comunicantes”. O autor afirma que, para uma argumentação ser gerada, é preciso o estabelecimento de uma relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo. É necessário que exista:

- a) uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento de alguém, quanto à sua legitimidade (um questionamento quanto à legitimidade da proposta);
- b) um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento (convicção) e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade (quer seja própria ou universal, quer se trate de uma simples aceitabilidade ou de uma legitimidade) quanto a essa proposta;
- c) um outro sujeito que, relacionado com a mesma proposta, questionamento e verdade, constitua-se no alvo da argumentação. Trata-se da pessoa a quem se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a compartilhar da mesma verdade (persuasão), sabendo que ela pode aceitar (ficar a favor) ou refutar (ficar contra) a argumentação.

Já para Braga (2000, p. 163), a estruturação interna da fala decorre da construção de uma determinada lógica no trato de uma situação concreta. “Essa lógica, enquanto articulação entre fala, textos disponíveis e situação, pode ser chamada de lugar de fala⁵¹. Vista deste lugar, a fala faz sentido e se articula aí com os dados materiais da situação e a intertextualidade disponível”. São lugares de significação, formados a partir da articulação entre a fala propriamente dita, as

⁵¹ O autor propõe substituir o conceito de visão do mundo pelo de lugar de fala. A visão de mundo corresponde a uma situação geral da realidade social que pretende justificar que o mundo, como um todo, seja proposto dessa perspectiva. Daí uma grande correspondência entre o mundo percebido e a expressão em linguagem deste mundo. Já o lugar de fala refere-se a situações locais – envolvendo uma espécie de esquecimento prático que ultrapassa o recorte específico do problema (BRAGA, 2000).

intertextualidades nela presentes e a situação na qual a relação comunicativa se realiza.

Veem-se então as seções de cartas como lugares de fala dos leitores, seu lugar de dizer algo, mesmo que fragmentado e modificado pelo processo de edição. Braga (2000) propõe observar que lógica é essa, em que lugar a fala faz sentido, ou ainda, que coerência, entre ela e a situação, estrutura esse conjunto de tal forma que essa fala ganhe sentido.

Observam-se então alguns parâmetros. Como já visto, as cartas de leitores podem ser consideradas como lugar social do discurso, no qual a visão de mundo, por parte do leitorado e do jornal, pode ser analisada. Braga (2000, p. 163), também acredita que a visão de mundo “não é a ótica abstrata de uma classe, mas o resultado concreto de uma circunstância histórica, expresso em termos das possibilidades desta classe no seu confronto com as demais”.

Sendo assim, o lugar de fala – cartas de leitores – se define por diversas falas – a do/a leitor/a e a do jornal e seus múltiplos ecos – com as quais o/a leitor/a mantém relações de cooperação e conflito, de semelhanças e diferenças. Ao assumir determinada opinião, o/a leitor/a incorpora não apenas uma posição perante os públicos das colunas de cartas, mas mostra a partir de que lugar vê o mundo, que imagens e conceitos lhe são relevantes dentro da prática discursiva em que se insere.

Para Braga (2000, p. 168), enquanto as visões de mundo seriam necessariamente poucas, os lugares de fala são potencialmente infinitos. “O lugar de fala não corresponde ao ‘contexto’, mas ao lugar construído pelo discurso nesse contexto – o ângulo proposto estruturalmente pela fala para ‘ver’ a realidade – ou mais exatamente, segundo o qual a realidade se constitui em sentido”. Então, buscar o lugar de fala de um discurso é procurar observar em que lugar, ângulo, perspectiva essa pertinência se dá; buscar o lugar em que a fala faz sentido.

A fala constrói um lugar na realidade social e no conjunto de discursos socialmente disponíveis que, de um modo ou de outro, abordam questões similares ou próximas. Esse lugar...

[...] seria dado pelo esforço discursivo concreto de abordar uma situação. A pergunta “que fala é essa?” solicita uma resposta caracterizadora do lugar construído pela fala no trato da situação – como proposta e ação sobre essa. Ou seja: trata-se de observar o

produto cultural não só nos seus aspectos de determinação pelo contexto, mas também enquanto esforço de ação e construção sobre esse contexto (BRAGA, 2000, p.169).

Esse tipo de carta deve ser analisado como produto de uma interação social que reflete o pensamento de um grupo em determinado contexto social, histórico e ideológico, de um grupo inserido em determinado lugar de fala.

Como atuam os/as leitores/as nesse contexto? Com base nos autores citados anteriormente (BRAGA, 2000; CHARAUDEAU, 1996; DUMONT, 2006; EMEDIATO, 2008; MOITA LOPES, 2003), pode-se dizer que os/as leitores/as fazem uso de suas cartas na tentativa de resolver problemas de toda ordem que os atingem e aos demais. Por exemplo, quando reclamam da situação política, por mais que reconheçam que a publicação de suas palavras em um jornal não vá levar à resolução do problema, ao fazê-lo sentem-se inserido/as no contexto, se mostram como inconformados ativos e não conformados passivos. A pesquisa realizada se propôs a analisar se há diferença entre o lugar de fala que os jornais disponibilizam aos seus leitores e o lugar de fala que disponibilizam às suas leitoras. O que eles e elas fazem do e com o lugar de fala que o jornal lhes concede?

Toda fala é uma interpretação interessada de uma situação-problema, complexamente composta de fatos de natureza social, fatos físicos, questões psicológicas. Ao interpretar – e, portanto, dizer – esta situação, a fala não propõe simplesmente uma tomada de posição em um espaço visto como neutro ou assumido como real. Ela implica o modo de ver a realidade na qual a posição é tomada – e eventualmente distribui também as falas em decalagem com relação a esta perspectiva. Em síntese – uma fala produz uma resposta e o lugar em que esta resposta faz sentido (BRAGA, 2000, p. 170).

Braga (2000, p. 180) afirma que, quando há o propósito de se analisarem lugares de fala, busca-se compreender como um discurso específico tenta organizar uma situação, como responde e reage a ela, como busca resolvê-la. “A questão não é a de desvendar uma verdade social que se esconde atrás de um texto. Nem trazer à tona os elementos de manipulação do interlocutor que o texto eventualmente esconde. Mas de tentar interpretar o que o texto pretende construir”.

Apesar do que afirmam os autores acima citados, quanto à importância dos espaços cedidos pelos jornais à manifestação dos/as leitores/as, é preciso concordar com Braga (2006) quando ele afirma que as seções de cartas de leitores são

mantidas aquém de suas possibilidades. Para o autor, o maior problema desse espaço não está na intervenção nas palavras de seus leitores através dos recortes feitos pela edição nas cartas publicadas. “Mais grave é a falta de criatividade de decisão editorial para desenvolver formatos estimuladores de um debate atraente e produtivo, que seria tão positivo para os jornais como para o desenvolvimento das competências dos leitores que leem cartas de leitores” (BRAGA, 2006, p. 147). Para o autor, o formato mantido pelos jornais impede a discussão social sobre a mídia. Nas seções de cartas são mantidas discussões sobre os temas abordados em suas páginas e raramente trava-se uma discussão sobre os processos de produção dos jornais.

Há que se considerar também outro ponto levantado por Harris (2002, p. 213) sobre a participação civil. Para o autor, não é suficiente colocar serviços à disposição da população e facilitar seu acesso. Para que ocorra uma mudança de atitude, motivação é a palavra chave. O/a cidadão/ã pode “não compreender que haja soluções coletivas para seus problemas e que estes problemas podem melhorar por meio de participação e atividade comunitária”. Segundo o autor, os costumes de não participação estão profundamente enraizados na moderna sociedade urbana e podem dificultar a conversão do capital social na moeda da democracia ativa. “Sem autoestima suficientemente forte, muitas pessoas não se sentirão motivadas a participar da vida civil” (HARRIS, 2002, p. 214).

3.1 O que querem dizer as cartas

Enquanto apenas os assinantes do **Le Monde** podem postar suas opiniões em sua versão *on-line*, no impresso qualquer um pode enviar uma carta e vê-la publicada, desde que venha assinada e a equipe responsável pela seleção e edição a considere pertinente. Quando uma carta é escolhida para ser publicada ou para ter um trecho citado em uma crônica do/a mediador/a, um *e-mail* é enviado ao/à leitor/a pedindo que este/a envie seu endereço postal.

Já os termos para publicação das cartas pelo **Estado de Minas** vêm impressos no alto da coluna: “As cartas devem conter nome, endereço completo, número do telefone e cópia da carteira de identidade, podendo ser publicadas na íntegra ou parcialmente.” Porém, o que se viu em Espírito Santo (2007) é que, na

prática, são raros os/as leitores/as que cumprem esses pré-requisitos, assim como o jornal não os cobra à risca.

Mas pode-se inferir que manter a regra de forma explícita demonstra que o jornal procura isentar-se da responsabilidade por aquilo que for publicado. Porém, como lembra Assunção (2011, p. 671), ...

[...] embora publicados sob identificação, a questão da responsabilidade, no entanto, consiste no fato de que quem publica é o jornal. [...] Ao impor condições sobre o dizer do outro, os periódicos interferem na produção dos textos e assumem responsabilidade pelo que vão publicar.

Há quem diga que o trabalho de um editor não é escolher o que deve sair no jornal, mas o que deve ficar fora dele. E, com certeza, fica fora dele a maior parte das opiniões de seus/suas leitores/as.

Por isso, aquele/a que escreve aos jornais precisa recorrer a estratégias que visem convencer o/a editor/a da coluna de que sua carta merece ser publicada e, caso consiga, precisa atrair os olhos do/a leitor/a e, quem sabe, ganhar adesão às suas ideias, provocar discussões, interações, reações etc. que ultrapassem as páginas do jornal.

Ou seja, o/a leitor/a que deseja ver sua carta publicada deve antes procurar saber os critérios de seleção utilizados pelos/as editores/as das colunas. Ainda assim, nada impede que o/a leitor/a envie para seu jornal de preferência todo tipo de argumento, de poesias a protestos informais, utilizando linguagem chula e pedidos de interferência divina. Tais cartas apenas serão colocadas de lado e ignoradas mais rapidamente. Porém, ao enviar uma carta a um jornal, o/a leitor/a sabe e espera que suas palavras tenham ao menos um/a leitor/a: o/a editor/a a quem confere competência e credibilidade.

Para convencer tanto o/a editor/a quanto o/a seu/a futuro/a leitor/a, o/a autor/a da carta pode recorrer também a estratégias discursivas como “inclusão das vozes de outros reconhecidos na área [...] uso de palavras de outros para nelas introduzir sua própria orientação” (MACHADO, 2001b, p. 60).

Após passarem pelo processo de seleção, as cartas são editadas, o que quer dizer que muitas vezes chegam a ser reformuladas. Quando isso acontece, o/a editor/a apresenta uma função de co-produtor/a do texto, apesar de não assiná-lo. Na visão de Leite (2008), nesse processo há uma relação de simetria entre autor/a e

editor/a que se debruçam sobre a formulação do texto. Já na conclusão do processo, ...

[...] tem-se, de um lado, o autor, responsável pelo discurso e pela opinião ali em funcionamento e, de outro, o público-leitor, destinatários e leitores do periódico. Nesse instante (re)instaura-se uma relação de “assimetria”, levando em consideração as condições pré-fixadas de participação nesse evento (LEITE, 2008, p. 2).

Para a autora, a relação de assimetria predomina no gênero carta do leitor, pois é a mídia impressa que mantém o diálogo e coordena a interação entre os/as leitores/as e os fragmentos publicados.

A edição das cartas leva, muitas vezes, a um novo direcionamento argumentativo, por isso, afirma-se que o jornal também controla o conteúdo da carta.

O fato de o jornal se reservar o direito de poder modificar a forma de uma carta, cortar trechos, introduzi-la por um título de sua escolha, acompanhá-la de comentários ou de uma resposta a uma queixa do leitor, mostra a assimetria deste tipo de interação. É o jornal que coordena o diálogo entre os leitores. É bem verdade que o leitor também tem o seu poder, pois tudo começa a partir dele, do que ele escreve, daquilo sobre o que lhe interessa escrever, mas seu poder é pequeno quando comparado ao do jornal (MELO, 1999, p. 12).

Em conversa informal⁵², o editor de opinião do **Estado de Minas**, Pedro Lobato, informou que entre os critérios de escolha das cartas que serão publicadas está sua relevância, dada pela pertinência com temas da atualidade, a concisão e a clareza das ideias. “Não temos tempo de pegar uma carta muito longa e reescrevê-la de forma que ela caiba no espaço destinado à sua publicação”, confessa. Porém, dessa maneira, o editor acaba por colocar em oposição a concisão e a relevância do texto. Para Assunção (2011), o editor reescreve o texto do autor ao retirar do todo a parte que considera importante e descaracteriza a carta enquanto texto. “As cartas de leitores passam, portanto, por um processo de edição que não se define apenas pela preocupação com o seu tamanho [...] mas define-se também como uma preocupação com o que é dito”. Podemos dizer então que as condições colocadas para a publicação de uma carta podem silenciar o/ leitor/a sob pretextos formais mais que dar a ele/a a possibilidade de divulgar sua própria voz.

⁵² Em entrevista informal dia 08 de fevereiro de 2010.

Ao fazer uma comparação entre duas cartas na íntegra enviadas à revista **Veja** e o texto efetivamente publicado na seção Cartas, Melo (1999) verificou que o editor interveio de tal forma nos originais a ponto de mudar a orientação argumentativa da carta. “A questão é complexa, e mostra que a carta de leitor é um discurso heterogêneo por natureza, onde leitor e jornalista são coautores do texto” (MELO, 1999, p.5). Chamou-lhe a atenção o fato de a crítica a **Veja**, que figurava na íntegra das duas cartas, ter sido subtraída na hora da publicação, levando a autora a concluir que, na base dessa discussão, estão relações de poder.

O processo de edição deixa claro que nem sempre o discurso do leitor é preservado. Cabe, então, perguntar se o que se publica na seção carta do leitor realmente equivale ao discurso dos leitores. No embate de opiniões travado nesta seção do jornal, qual voz, de fato, prevalece no discurso, a do leitor ou a de quem está por trás do leitor? (MELO, 1999, p. 5).

Acredita-se, então, que a mídia noticiosa de certa forma direcione a pauta e a fala de seus leitores/as escritores/as publicando o que crê ser ou não relevante para a sociedade e sobre o que essa sociedade deve discutir e do que ela deve se ocupar. Em sua análise do discurso de editoriais publicados nos diários **Estado de Minas** e **Folha de São Paulo**, Furtado (2008) observou este poder de tematizar o espaço público e propor-lhe uma agenda de discussão através da opinião que emitem. “Enquanto ‘voz’ do jornal, o editorial responde a uma problematização da ética cidadã e, para isso, ajusta sua opinião a partir de uma idealidade social coerente com a imagem criada da cidadania figurada” (FURTADO, 2008, p. 1).

Mas não se pode deixar de considerar, conforme afirma Emediato (2008, p. 74), que, “se a mídia organiza o espaço público como espaço de discussão, ela não é, por outro lado, a fabricante do espaço público e nem possui o monopólio da discussão e da problematização na sociedade”. Para o autor, a toda tematização atualizada pela mídia corresponde uma problematização sobre a qual ela detém pouco poder, pois os quadros de problematização pertencem à ética cidadã⁵³, da qual toda mídia moderna e plural se torna parceira.

Sem dúvida, a mídia é um espaço de discussão capaz de dar visibilidade ou invisibilidade a espaços, tópicos e agentes de discussão, mas ao se enxergar o

⁵³ Emediato (2008) chama de ética cidadã a idealidade social, a justiça para todos, a ordem e a segurança pública, a honestidade, o pragmatismo para a cidade, certos valores republicanos etc. e lembra que a ética não é individual, mas coletiva.

discurso como prática negociada, regulada e dialógica seu poder se reduz, assim, a “responder problematologicamente às questões colocadas pela ética cidadã, dando visibilidade e resposta aos temas e fatos que lhe são pertinentes” (EMEDIATO, 2008, p. 76).

Para Emediato (2008), os editoriais e os artigos de opinião, ao responderem à problematização do espaço público, detêm o poder na relação comunicativa e o que faz variar o caráter opinativo desses dois gêneros jornalísticos é certo modelo próprio de opinião, mais ou menos heterogêneo.

Os editoriais, por representarem a voz do jornal, mantêm sua opinião dentro dos limites de uma ética cidadã figurada (crítica das ações do Estado, de suas deficiências em atender às demandas sociais, humanitárias, educacionais, de direito público) e de uma ética econômica, equivalente às posições mais dominantes em uma dada conjuntura (por exemplo, uma posição econômica mais liberal). Já os artigos de opinião podem responder à doxa de grupos mais homogêneos (posições políticas ou econômicas pontuais, por exemplo (EMEDIATO, 2008, p. 77).

O autor completa afirmando que o mais importante não é a informação em si, mas o que ela é capaz de problematizar no espírito do leitor de levantar nele interferências avaliativas.

Já pesquisas relatadas por Traquina (2003) detectaram que a agenda jornalística tem maior efeito sobre as pessoas que participam de conversas sobre questões levantadas pelos meios de comunicação social do que sobre aquelas que não participam nesse tipo de conversa. O efeito de agendamento⁵⁴ ocorreria também com pessoas que têm grande necessidade de obter informação sobre um assunto e, por isso, ficam mais expostos às mídias noticiosas. Outra constatação coloca a natureza do assunto como elemento-chave para a influência do agendamento. Assuntos que mobilizam a experiência direta do leitor influenciariam menos que aqueles que lhes são distante, menos familiares. Por fim, “a vasta literatura sobre a produção de notícias reconhece o poder do jornalismo não só na projeção social dos assuntos sociais, mas também no enquadramento desses assuntos como fonte de discussão pública” (TRAQUINA, 2003).

⁵⁴ Segundo Antunes e Vaz (2006, p. 49), “agendar significa instaurar processos de convocação e identificação dos sujeitos sociais para uma intensa prosa social e pública. O agendamento implica não dar apenas visibilidade (hierarquizada) a determinados acontecimentos, mas ampliar certa visibilidade e conferir reconhecimento público a determinadas práticas. A ‘agenda midiática’ é, sobretudo, uma arena na qual se digladiam falas presentes no tecido social”.

Sabe-se que o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. No entanto, “a *agenda setting* não consegue explicar como algumas tentativas da mídia de gerar uma pauta nem sempre dão certo, ou como outras agendas se formam, mesmo que ignoradas pelos meios” (ALVEZ, 2007, p. 123).

3.2 A palavra escrita

Certeau (2003, p.225) indaga: “o que é escrever? Designo por escritura a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado”. Ele enumera três elementos decisivos para que se possa operar o ato da escrita. O primeiro seria a “página em branco”, um espaço próprio de produção para o sujeito. Pode-se interpretar essa página em branco também como qualquer dispositivo capaz de imprimir registros, um lugar “desenfeitado das ambiguidades do mundo no qual se estabelece o afastamento e a distância do sujeito em relação a uma área de atividades” (CERTEAU, 2003, p. 225).

O segundo elemento seria a construção do texto, o traçar na página “as trajetórias que desenham palavras, frases e, enfim, um sistema” (CERTEAU, 2003, p. 225). E por último, o terceiro elemento seria o fato de essa construção não ser apenas um jogo: “tem como ‘sentido’ remeter à realidade de que se distinguiu em vista de mudá-la, tem como alvo uma eficácia social; atua sobre a sua exterioridade” (CERTEAU, 2003, p.226). O que sai da página, portanto, é um objeto fabricado e deixa marcas.

Mas o autor enfatiza que, para escrever, é preciso “‘ambição’ de se *constituir* em página em branco com relação ao passado, de se escrever a si mesmo (isto é, produzir-se como sistema próprio) e de *refazer a história* pelo modelo daquilo que fabrica (será o ‘progresso’)” (CERTEAU, 2003, p. 226).

Para Certeau (2003), escrever se transformou, nos últimos três séculos, numa prática iniciática fundamental para quem deseja ou espera viver numa sociedade “capitalista e conquistadora”. Após a desmistificação da Bíblia como escritura sagrada que continha a verdade absoluta – crença difundida no ocidente até os séculos XVI-XVII –, “desapareceram-se os lugares fundados por uma palavra [...],

agora, a identidade depende de uma produção [...]. Mede-se o ser pelo fazer” (CERTEAU, 2003, p. 228).

Com o desaparecimento do Primeiro locutor – o Deus que “falava” –, surgiu a necessidade de não apenas ouvir, mas também fazer: o indivíduo passa a ser também sujeito. “A ideologia dominante muda em técnica, tendo por programa essencial fazer uma linguagem e não mais lê-la. A própria linguagem deve ser agora fabricada, ‘escrita’” (CERTEAU, 2003, p. 230). A generalização da escrita levou à substituição da lei abstrata das autoridades tradicionais do Estado e provocou também a desagregação do grupo em benefício do indivíduo e “essa transformação se efetuou sob a figura de uma ‘mestiçagem’ entre dois elementos distintos, o escrito e o oral” (CERTEAU, 2003, p. 263). O historiador explica que somente uma memória cultural adquirida através da tradição oral permite e enriquece as estratégias de interrogação semântica. Ou seja, qualquer um antes de ser escritor é leitor; antes de ser leitor e escritor é ouvinte, reflete e fala sobre o que ouve para, a partir daí, ter o que colocar no “papel em branco”.

A escrita ganhou *status* de prática cotidiana nas sociedades ocidentais a partir do fim do século XVIII. Espalhou-se por toda parte. Para existir, ser incluído na sociedade, passou a ser preciso inscrever-se através de um registro civil, de fichas médicas, escolares, bancárias, possuir diploma. Prova disso são as dificuldades de serem reconhecidos como vivos os cidadãos que não têm registros nem documentos. Mas essa exigência do arquivamento de si não tem somente uma função ocasional.

O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas, sobretudo, para existir no cotidiano (ARTIÈRES, 1998, p. 7).

A escrita, para Albert (1993), multiplica os meios de totalizar, recapitular e classificar uma soma de informações. Ao mesmo tempo, contribui para colocar em ordem a realidade da qual ela se encarrega. Essas potencialidades são, frequentemente, exploradas na vida cotidiana. Escrever permite algumas vitórias sobre a tendência obstinada de nossos pertences e nossas memórias retornarem ao caos. Artières (1998) afirma que existem poucos acontecimentos que não deixam ao menos um vestígio escrito.

Quase tudo, em algum momento, passa por um pedaço de papel, uma folha de bloco, uma página de agenda, ou não importa que outro suporte ocasional sobre o qual vem se inscrever, numa velocidade variável e segundo técnicas diferentes, de acordo com o lugar, a hora, o humor, um dos diversos elementos que compõem a vida de todo dia (ARTIÈRES, 1998, p. 2).

O historiador francês lamenta que certas práticas levem-nos a conservar uma parte ínfima desses vestígios. Retemos apenas alguns elementos de nosso cotidiano ao fazer a triagem de nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros, triagens normalmente guiadas por intenções sucessivas e, às vezes, contraditórias. “Passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e, às vezes, para os outros” (ARTIÈRES, 1998, p. 2). O autor afirma que o que arquivamos é o sentido que desejamos dar à nossa vida, ao escolher e classificar os registros que devem permanecer e jogar fora aqueles que, por algum motivo, deixam de ter um significado para nós. Opta-se por jogar fora registros que incomodam manter, aqueles que seria melhor nunca serem descobertos. Afinal, eles são capazes de revelar faces que seria preferível manter eternamente veladas.

Para Carvalho (2008, p. 30), o arquivo pessoal tem dupla função: de construção de si mesmo e de afirmação de um papel social. “A primeira se dá pela resistência ao apagamento das fontes e referências de uma vida; a segunda, pela materialização de seu capital intelectual. [...] Querer ser lembrado e, ao mesmo tempo, controlar a maneira como se quer ser lembrado!”

A ideia de que a informática fosse auxiliar no arquivamento de nossas vidas, principalmente porque possibilita guardar um número enorme de informações num espaço virtual, tem se confirmado; porém, trouxe outro desafio. Conforme Chartier (2001), a ordem do discurso se transformou profundamente com a textualidade eletrônica. A tecnologia da informação possibilita que o/a leitor/a acesse, da forma que quiser e numa única tela, tipos de textos até pouco tempo atrás distribuídos entre vários suportes.

Cria-se assim uma continuidade que não mais diferencia os diversos discursos a partir de sua própria materialidade. Surge disso uma primeira inquietação ou confusão dos leitores, que devem enfrentar o desaparecimento dos critérios imediatos, visíveis, materiais que lhes

permitted to distinguish, classify and hierarchize the discourses (CHARTIER, 2001, p. 23).

Falta exatamente, como disse o autor, saber distinguir, classificar, organizar as informações que devem ser arquivadas e dar a elas uma hierarquia e uma utilidade efetiva. Hoje elas são tantas. Mensagens, vídeos, textos que nos tocaram de alguma forma, fotografias de quase todos os passos ficam armazenados, mas, de certa forma, inacessíveis. Algumas pessoas afirmam guardar todos os *e-mails* e mensagens que recebem, outras não guardam nenhum. Mas, frequentemente, uma escolha é feita, cujos critérios permitem precisar o sentido que há em conservar a escrita e, por conseguinte, em produzi-la. Acontece que grande volume de informações, julgadas dignas de serem conservadas, acabam confiadas ao fundo de uma gaveta, a uma estante ou a uma pasta no computador, onde vão acabar lentamente caindo no esquecimento. Sabe-se que as informações que fazem as memórias individuais, a construção de si, estão lá, em algum lugar, muitas a um dedo de distância, e isso conforta e conforma, mas quase nunca elas são procuradas.

Desde que se democratizou, a escrita passou a ser também instrumento de produção; escrever se tornou um princípio de hierarquização social. Certeau (2003) tem razão ao dizer que o funcionamento social e técnico da cultura contemporânea hierarquiza as atividades de ler e escrever. Escrever é produzir o texto. Já ler “é recebê-lo de outrem sem marcar aí o seu lugar, sem refazê-lo” (CERTEAU, 2003, p.264).

Já Chartier (2001) lembra que leitura e escrita, apesar de codependentes, levam a caminhos distintos.

A leitura é um veículo que impõe uma autoridade. O texto transmite em sua leitura (ao menos é o que pensam os produtores de texto) uma ordem, uma disciplina, uma forma de coação. Pelo contrário, a escrita procura a possibilidade de liberdade ao ser utilizada para comunicação, intercâmbio, possibilidade de escapar da ordem patriarcal, matrimonial ou familiar (CHARTIER, 2001, p. 24).

É preciso considerar também que todo texto contém vazios e, ao ser lido por outrem além de seu autor, “requer movimentos cooperativos, conscientes e ativos por parte do leitor” (CERTEAU, 2003, p.264). São esses vazios que tornam um texto possível de ser lido, por ser “inacabado” ele deixa brechas à interpretação

imaginativa do leitor. O vazio estaria nos não-ditos, nos implícitos subentendidos, naquilo que não aparece marcado verbalmente no enunciado e depende de um processo particular de codificação e decodificação (DUCROT, 1987).

Para Freire (2005), o indivíduo, ao começar a escrever livremente, deixa de copiar palavras e passa a expressar juízos; ao dar forma escrita às suas experiências, assume a consciência de que é testemunha e autor de uma história, a sua própria história. Assim como para Marcondes Filho (2002, p.15) nada é dito impunemente, nada é gratuito, falar é marcar posição, é definir terreno. “Falar e escrever são expressões de afirmação diante do meio”.

Diante disso, a palavra escrita pode ser considerada um prolongamento do eu. O sujeito se coloca em palavras, palavras que marcam e, quando escritas, ficam registradas e podem ser divulgadas, possibilitando um retorno a elas com vistas a se reencontrar consigo mesmo. Pode-se escrever, inclusive, o que não se dirá jamais. Para Albert (1993), escrever seus pensamentos é a melhor meio de tomar verdadeiramente consciência e experimentar sua consistência antes de eventualmente comunicá-la aos outros⁵⁵.

Foucault, em *As técnicas de si* (1988, p. 9), ressaltou a importância da escrita na cultura do cuidado de si.

Dentre as tarefas que definem o cuidado de si, há aquelas de tomar notas sobre si mesmo – que poderão ser relidas –, de escrever tratados e cartas aos amigos, para os ajudar, de conservar os seus cadernos a fim de reativar para si mesmos as verdades da qual precisaram.

O autor vê o escrever como um ato que intensifica e aprofunda a experiência de si, e o si como um dos assuntos sobre o qual mais temos o que escrever. Ou seja, o ato de escrever constrói a imagem de seu autor, através de seu estilo, do

⁵⁵ No início do século XX, uma pesquisa realizada pela Universidade de Nova York concluiu que escrever sobre o mal ajuda pacientes com a doença a combatê-lo. Segundo relata Zaché (2000), escrever sobre os problemas de saúde fortalece o sistema imunológico e melhora a vida de doentes. Foram analisados 70 voluntários com asma ou artrite reumatoide. Todos escreveram sobre suas crises de falta de ar e dores por três dias consecutivos, durante 20 minutos. Metade deles conseguiu reduzir o desconforto provocado por uma das duas doenças. A pesquisa esteve focada em apenas dois tipos de doença, mas pode servir de auxiliar no tratamento de diversos males, é o que acreditam os pesquisadores apesar de faltarem estudos sobre a abrangência dos efeitos positivos da escrita. Por que a expressão da palavra pode melhorar a vida de outros pacientes? A explicação para tal benefício é que escrevendo a pessoa estimula o cérebro a produzir anticorpos. Psicólogos explicam que arte terapia, na qual pode ser incluída a escrita livre, estimula a criatividade das pessoas, que passam a reagir melhor ao tratamento. Por mexer no campo subjetivo, a manifestação artística reduz o estresse.

domínio ou desconhecimento das regras da língua, a pessoa fala de suas competências linguísticas e conhecimentos. Ao construir um enunciado, ao escolher as palavras e seus significados, diz: sou isso, sou aquilo, sou assim.

Escrever é:

[...] ostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele se sente olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz (FOUCAULT 1992, p. 150).

Mas quando alguém escreve a um amigo, a um parente, com um propósito de informar alguém específico sobre algo, escreve uma carta pessoal, seu dizer permanece de certa maneira preservado. O mesmo não se pode dizer das cartas escritas para serem publicadas. Essas expõem seus/as autores/as e abrem espaço para que suas ideias sejam publicamente execradas ou elogiadas como podem também ser recebidas com desprezo ou indiferença. Uma das características da opinião é ser instável e, conseqüentemente, afetada por uma insegurança intrínseca, pois pode ser aceitável e defensável ou não.

Foucault (1992) também diz muito sobre o que é a função-autor. Ele lembra que, na antiguidade, as narrativas, contos, comédias, circulavam entre as pessoas sem que se valorizasse sua autoria. Aliás, saber quem o havia escrito pouco importava. Mas quando as palavras passaram também a servir para transgredir, se tornaram passíveis de punições e chegar às suas origens foi necessário. Porém, para Foucault (1992), apenas escrever um texto não faz do sujeito um autor. Ser autor se constitui como uma característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade. Ser autor implica ter seus textos atribuídos a si por seus leitores que reconhecem em suas palavras, seu estilo, suas ideias. É quando se pode dizer: “isso foi escrito por tal pessoa”. O nome do autor exerce certo papel em relação ao discurso que ele profere, assegura uma função classificatória, lhe rende certo *status* no interior de uma sociedade ou de uma cultura.

Por isso, na visão foucaultiana, o nome próprio que acompanha um texto é uma descrição de quem o escreveu e não uma designação. Seguindo esse ponto de vista, pode-se dizer, portanto, que quem escreve uma carta e a envia à redação, não

sendo um/a autor/a assim descrito/a, deve ser classificado/a como um/a redator/a. Qualquer um/a pode escrever e enviar uma carta às redações dos jornais e sua publicação não está condicionada ao seu *status* perante a sociedade. São, em sua maioria, pessoas comuns cujos nomes próprios não identificam sua função social nem as qualificam como alguém a quem se deva dar muita atenção.

Mas onde se encontraria, então, a dificuldade em enviar cartas aos jornais? Segundo Lahire (1997), é comum acreditar que a dificuldade de escrever está ligada a uma falha da aprendizagem escolar e que ela só atinge os iletrados/as, analfabetos/as e as pessoas de baixo nível de qualificação, as populações em dificuldade de inserção e os excluídos. Tal forma de pensar pressupõe um laço evidente entre o nível de competência e grau de facilidade de execução das performances, enquanto que as identidades ou os papéis sociais podem vir a alterar este laço. Porém, muitas são as pessoas que experimentam, em algumas ocasiões e em algumas condições, sofrimento ou incômodo ao escrever.

Para justificar sua visão, o autor busca uma interpretação sociológica das dificuldades ou das facilidades em escrever, que podem ser experimentadas pelo indivíduo no seio de sua família, principalmente durante a infância. Lahire (1997) diz que não se pode desconsiderar o estatuto das diferentes práticas de escrita familiares que se transmitem ou se constroem, nem desconsiderar as relações sociais, as colaborações entre as pessoas, limitações e identificações através das quais pais e crianças, irmãos e irmãs criam laços colocando em jogo o escrito. As crianças que crescem em universos de relações sociais tramados ou tornados possíveis por práticas de escrita tendem a adquirir uma relação com a linguagem, com o mundo e com o outro, a desenvolver disposições e posturas mentais fundamentalmente ligadas à escrita antes mesmo de saber escrever.

Para compreender-se melhor a situação paradoxal na qual estão imersas as pessoas que optam por não escrever ou por escrever, seria preciso reconstruir seus contextos familiares e as modalidades de suas relações intergeracionais que têm relação com a escrita. E isso a pesquisa aqui apresentada não alcançou. O que se procurou fazer foi localizar culturalmente os gêneros sexuais, assim como procurar semelhanças e diferenças entre os textos masculinos e os femininos e sua relação com a escrita a jornais. São exatamente as questões que envolvem os gêneros masculino e feminino que se verão a seguir.

4 UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Teóricos do feminismo⁵⁶ costumam defender que as relações entre os gêneros feminino e masculino se baseiam principalmente na ideia da opressão, localizando a mulher, predominantemente, na posição de subalterna, posição essa que estaria, *a priori*, determinada pela cultura. Seria como se a existência da mulher, não apenas enquadrada em um gênero sexual, mas, também, enquanto ser social, só existisse na relação de embate com o homem. Esse, por sua vez, também só existiria enquanto dominador simbólico, sendo que a cultura o responsabiliza pela organização da vida coletiva. O conceito de gênero se naturalizou, como se a divisão de papéis entre o masculino e o feminino existisse em qualquer situação e em toda sociedade. Para Garcia (1998, p. 41), “sexualidade é menos um produto do impulso biológico e mais um produto dos significados vinculados a esses desejos ou impulsos, que variam no tempo através das culturas e dos diferentes grupos sociais no interior de uma mesma cultura”.

Parte-se da célebre questão levantada, na década de 1950, por Beauvoir (1967, p. 9): “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Ao localizar as raízes da opressão feminina na cultura, a escritora trouxe à tona a ideia de que a forma de ver e analisar as diferenças entre homens e mulheres deveria ser deslocada do determinismo biológico para as construções sociais, relacionais e culturais, não naturais. Mas esse deslocamento (necessário na época) colocou a sociedade em uma nova encruzilhada, visto que a cultura tornou a natureza e a biologia metáforas para as relações sociais.

O conceito gênero sexual começou a ser utilizado a partir dos anos 1970. Rejeita termos como sexo e diferença sexual porque esses remetem ao determinismo biológico, à natureza dos seres sexuados. Enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por ele, nem determina a sexualidade. Para Scott (1995), gênero tem duas significações: primeiro é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, diferenças que evocam inúmeras representações simbólicas como, por exemplo, o público e o malicioso pertencem ao campo do

⁵⁶ São várias as categorias do feminismo. Meyer (1996) que o divide em feminismo liberal, feminismo radical, feminismo marxista; ou ainda Castells (1999) que adota a seguinte tipologia analítica: feminismo liberal/socialista, feminismo cultural, feminismo essencialista, feminismo lésbico, identidades femininas específicas e feminismo pragmático.

masculino, ao passo que o privado e a bondade são características do feminino. Segundo, gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. O poder se articula no interior do gênero, principalmente nas tradições judaico-cristãs e islâmicas, mas surge também em outros campos além do religioso, como o jurídico, o político, o acadêmico e o científico.

Para a perspectiva de gênero, a mulher é definida como um ser histórico, gerado pelas relações culturais de acordo com valores e hierarquias sociais que estão interligados a fatores políticos e econômicos, em cada sociedade. Sendo assim, o domínio político e jurídico constitui o *locus* onde se promulgam os valores sociais e se exerce o poder, não havendo, dessa forma, uma dimensão política na domesticidade. Ao propor estudar e comparar a relação de homens e de mulheres com a informação precisa-se reconhecer que essas relações são marcadas por gênero e não constituem o universo social humano. Ao pensar o gênero enquanto categoria de análise, busca-se compreender como ele interfere nas relações sociais e como dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico.

Ainda na década de 1970, surgiram ao menos outras duas perspectivas de análise da situação social, política e econômica da mulher. A primeira, formada por um grupo de estudiosos, adepto do materialismo histórico, chamou a atenção para o fato de que as relações sociais de sexo e a divisão sexual de trabalho estão intrincadas, dando forma a outro paradigma: papéis sociais de homens e mulheres são construções que têm uma base material. Essa é a visão da mulher pela perspectiva de análise da Divisão Sexual do Trabalho – DsexT. Entre as principais referências estão Danieèle Kergoat e Helena Hirata⁵⁷.

As teorias defendidas por Beauvoir, pelos estudos de gênero e pela Divisão Sexual do Trabalho, têm em comum a ideia de que as diferenças entre os sexos são produtos sociais, portanto, foram construídas historicamente. O ponto central que as difere é que Beauvoir acreditava na necessidade de se lutar contra o destino de submissão do sexo biológico e que era preciso as mulheres transformarem-se em homens para conquistar espaço. Os estudos de gênero apregoam que as diferenças são construções sociais relacionais e, para os adeptos da Divisão Sexual do Trabalho, as relações sociais entre os sexos têm sua origem no trabalho.

⁵⁷ KERGOAT, Danieèle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. *In*: MEYER, Dagmar ET AL (Orgs). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-27 e HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?**: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

A outra categoria de análise é a Diferença Sexual Feminina, cujas teorias acreditam que a diferença entre homens e mulheres esteja também impressa no corpo. Para suas adeptas⁵⁸, a experiência de viver em um corpo sexuado feminino é distinta da experiência de viver em um corpo sexuado masculino e que os registros sexuais podem ser capazes de constituir formas de organização sociais não hierarquizadas. A diferença entre os sexos seria, então, principalmente de ordem simbólica. Entre as principais referências estão Luisa Muraro, Luce Irigaray, Julie Kristeva e Hélène Cixous⁵⁹.

Em escala bem menor, o homem e o masculino também foram objeto de discussão nessa mesma época. Porém, as pesquisas foram diretamente influenciadas pelas críticas feministas e as explicações tradicionais sobre as diferenças de gênero. A maioria dos estudos sobre identidade masculina tinha seu foco na sexualidade.

Alguns destes trabalhos sublinharam os custos para os homens das prescrições dos papéis tradicionais de gênero, explorando como alguns aspectos das vidas e experiências dos homens são limitados e subdesenvolvidos, em decorrência da infundável pressão em exibir comportamentos associados à masculinidade (GARCIA, 1998, p. 39).

O que se tem visto hoje é que a mulher tem sobrevivido e construído, fora de um cenário opressivo, assim como o homem tem se mostrado acessível a novos papéis. Movimentos sociais e mídias alternativas têm mostrado que tanto ela é capaz de cavar seu reconhecimento como ele é capaz de reconhecer-se como um ser com e de limites. Será que a sexualidade está para o homem assim como a reprodução está para a mulher? Para Garcia (1998), pode-se dizer que hoje há uma forte concentração de estudos sobre homens abordando a sexualidade, porém temas como violência e paternidade estão emergindo como aspectos importantes das experiências masculinas, sendo gradativamente incluídos na agenda de pesquisadores.

⁵⁸ Todas as adeptas são mulheres, pois acreditam que apenas elas sabem sobre as mulheres e podem falar sobre si mesmas, assim como sobre a condição feminina.

⁵⁹ MURARO, Luísa. **El orden simbólico de la madre**. Madrid: Cuadernos Inacabados, 1984; IRYGARAY, Luce. **Éthique de la différence sexuelle**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1985; KRISTEVA, Julie. **The feminine and the sacred**. Columbia University Press, 2001 e CIXOUS, Hélène; CLEMENT, Catherine. **The newly born woman**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

Neste trabalho, optou-se em tratar o gênero como um dos mais importantes princípios organizadores da nossa sociedade, assim como um dos principais componentes da estrutura social e parte-se do pressuposto de que, assim como o feminino, o masculino ocupa um lugar na dimensão simbólica e nas relações sociais e institucionais; ou seja, os gêneros são construídos socialmente, são históricos, mutáveis e relacionais.

4.1 O gênero faz (a) diferença

A antropóloga Marilyn Strathern procurou romper o extenso legado iniciado pelas percepções de Beauvoir e as demais desenvolvidas a respeito das relações de gênero no ocidente. “A suposição de que a feminilidade deve, de algum modo, ser sempre compreendida como um derivativo ou como produzida pelo que está estabelecido como a forma socialmente dominante, ou seja a masculinidade” (STRATHERN, 2006, p. 458).

Não que a autora tenha buscado negar essas percepções, mas ampliá-las, por exemplo, ao criticar a simples divisão dualística entre os estereótipos e imagens dos homens por oposição aos das mulheres. Para Strathern (2006), não há sentido em crer que homens e mulheres tenham modelos de vida separados, muito menos que vivam por oposição.

Nenhum deles é sempre passivo em relação ao outro ativo, como implicam as percepções de Beauvoir. Não se deve, portanto, entender a vida coletiva dos homens como uma sociedade aumentada ou intensificada que pudesse ser a fonte de valores hegemônicos simultaneamente masculinos e sociais (STRATHERN, 2006, p. 458-489).

De certa forma, a antropóloga critica a ideologia feminista em sua indagação sobre o que é ser mulher, por esta se formular nos marcos de uma sociedade na qual a pessoa se constitui como indivíduo interiorizado, o que não necessariamente acontece em todo e qualquer contexto. Desenvolve também uma visão crítica do etnocentrismo do pensamento ocidental, que institui a entidade atomizada do indivíduo como paradigma epistemológico para pensar a pessoa, ignorando os contextos hierárquicos em que inexistente essa entidade autônoma, com significação

em si. Para Strathern (2006), a vida social consiste num constante movimento de um estado para outro, de um tipo de socialidade⁶⁰ para outro.

Na visão da antropóloga, as ações coletivas deveriam ser vistas como um tipo de socialidade que coexiste com a socialidade manifesta nas relações domésticas, particulares. A relação entre as duas é de alternância, não de hierarquia. Os valores de uma estão sempre em contraposição aos da outra, e são os juízos de valores que se fazem do público e do doméstico um dos grandes pilares da sustentação da dominação.

No mundo ocidental, as pessoas imaginam que exista um sistema ou uma organização de relações que constitui uma fonte de valores dominante, que “impõe” tais valores aos indivíduos. A visão construcionista das relações de gênero implica exatamente isso. A fonte pode ser igualmente vista como a sociedade ou a cultura. Essa entidade abstrata está investida de uma vida própria. Suas convenções têm vida (STRATHERN, 2006, p. 463).

A maior crítica de Strathern em relação ao feminismo é o fato de esse movimento tomar a categoria “mulheres” como um dado, o que para a autora não é correto. No discurso feminista, a sociedade é atacada como o *locus* de uma ideologia masculina que não consegue reconhecer o caráter plural do mundo real. “Mas esse mundo é mais do que plural, é também um mundo de conflito” (STRATHERN, 2006, p. 59). Na sua visão, o feminismo presumiu uma similaridade natural que justificaria uma equivalência entre as sociedades e, ao universalizar questões sobre a subordinação das mulheres, o feminismo se aproxima da ideia presente na antropologia clássica de que as inúmeras formas de organização social são comparáveis entre si.

Homens e mulheres, como seres caracterizados por gênero, estão sempre diferentemente situados. A inter-relação entre interesses “femininos” e “masculinos” pode ser compreendida com respeito a cada um deles, mas a motivação por trás desses interesses é geralmente tida como inerente à existência separada das próprias categorias (STRATHERN, 2006, p. 59).

60 “Uma das razões que eu gosto da palavra ‘socialidade’ é precisamente o fato de ela não ser a palavra ‘sociabilidade’. ‘Sociabilidade’ em inglês significa uma experiência de comunidade, de empatia. [...] não suporto a sentimentalização da noção de relacionalidade. Esta repulsa é, em parte, uma reação feminina e feminista, pois não esqueçam que as mulheres são estereotipicamente relegadas ao polo sentimental da vida social” (STRATHERN, 1999, p. 169).

Badinter (2005) também critica o feminismo a partir de sua tendência de fazer da vitimização da mulher (em relação ao opressor homem) uma bandeira, como se todas as mulheres pudessem se encaixar como vítimas deles (e todos eles como seus algozes). “Assim, o quebra-cabeças das diferenças culturais, sociais e econômicas desaparece como pelo toque de uma vara de condão” (BADINTER, 2005, p. 18). A autora convida a indagar se a ideia “simplificadora e unificadora” de “dominação masculina” não é um “conceito-obstáculo”. “Esse conceito ‘que abarca tudo’, encerrando homens e mulheres em dois campos opostos, fecha a porta a qualquer esperança de compreendermos a influência recíproca que eles exercem e de medir sua inserção comum na humanidade” (BADINTER, 2005, p. 53).

Badinter (2005) insiste na assertiva de que homens e mulheres, como categorias, não constituem blocos separados. Fazer da diferença biológica o critério de classificação da mulher-feminino e do homem-masculino restringe-se a pensá-los em oposição um ao outro e justifica-se a especialização dos papéis a eles e elas atribuídos. “Dois sexos, logo duas maneiras de ver o mundo, dois tipos de pensamento e de psicologia, dois universos diferentes que permanecem lado a lado, sem jamais se misturar” (BADINTER, 2005, p. 157). Ela lembra que a diferença entre um homem e uma mulher de igual condição cultural e social é menor que entre dois homens ou duas mulheres de meios diferentes, fazendo com que a diferença sexual seja pequena se comparada à diferença social.

Para Nolasco (1995), a sociedade vive um momento de revisão do que é ser masculino e feminino, pois registra diferentes tipos de problemática que impedem o feminino e o masculino de se manterem a partir de uma representação única de mulher e de homem. Moita Lopes (2003, p. 100) compartilha dessa ideia ao afirmar que “as sexualidades parecem ser compreendidas como fluidas e interconectadas de modo complexo”.

Apesar dos avanços, as representações de homem e de mulher construídas pelo patriarcalismo continuam norteando comportamentos individuais, mantendo o sexo um dispositivo homogeneizador. “Uma abordagem essencialista para o gênero implica que todas as mulheres (ou todos os homens) são unidas por características, experiências e interesses comuns” (BRADLEY, 1996, p. 91).

Os papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade contemporânea afetaram profundamente a organização do que antes se entendia como político/público e privado/doméstico, acarretando reflexos na construção identitária

de ambos os sexos tendo levado, inclusive, o homem a refletir sobre seu posicionamento individual e coletivo.

São tantas as novas identidades sociais que ora se apresentam que derrubaram por terra, de uma vez por todas, a possibilidade de reduzir alguém a uma categoria social particular, incluindo aqui os gêneros feminino e masculino. Ninguém é apenas mulher ou somente homem e muito menos se pode precisar a que sexo pertence alguém apenas levando-se em consideração se nasceu fêmea ou macho (ESPÍRITO SANTO, 2008)⁶¹. Badinter (2005) comenta uma pesquisa envolvendo 70 pessoas de ambos os sexos, de todos os meios e faixas etárias, que comprovou a extraordinária diversidade das relações com a sexualidade, em indivíduos que vivem numa mesma época, num mesmo país, comprovando que não existe normalidade nesse campo.

Hoje se fala não apenas que um cidadão é homem, mas que é também branco, masculinizado, culto, sociável, gentil, etc. sendo que, muito do que se acredita fazer parte de sua identidade sexual e de gênero é passível de modificações ao longo da vida. Não existe uma essência a ser compartilhada por todos os membros da categoria homem e por todos os da categoria mulher. Ou seja, nenhum homem e nenhuma mulher são idênticos ao sexo ao qual pertencem.

Porém, a indeterminação social que ainda persiste, quanto a o que utilizar como representação de homem e de mulher, mantém os indivíduos operando nas categorias previamente determinadas: masculino e feminino. Decorre desta constatação a opção por manter a análise desta pesquisa baseada nos gêneros masculino e feminino, na tentativa de descobrir o que os distingue no que se refere à sua contribuição com a construção da informação jornalística.

⁶¹ Durante muito tempo sexo e gênero foram considerados sinônimos, mas agora, cada vez mais, não se consegue delimitar o número de possibilidades que o sujeito tem sendo macho ou fêmea, homem ou mulher, masculino ou feminino. Essas categorias, que englobam a todos, estão perdendo sentido e não pedem substitutos. Do contrário, a capacidade de relativizar o sexo vem se ampliando de tal forma, com tamanha diversidade e rapidez, que faz crer que jamais será possível contabilizar todas as suas possibilidades, mesmo porque rótulos são o que a sociedade menos está precisando. Em artigo publicado no jornal **Estado de Minas**, Espírito Santo (2008) listou 18 “tipos de sexo” ou possibilidades de o ser humano de se posicionar, principalmente em relação ao seu comportamento social, identidade e desejo sexuais. São eles: 1º os/as heterossexuais; 2º os metrossexuais; 3º os *übersexuais*; 4º os/as portadores de distúrbios de diferenciação sexual; 5º os/as homossexuais; 6º os/as bissexuais; 7º os/as *ominsexuais*; 8º os/as travestis; 9º os/as *crossdressers*; 10º os/as *drag queen*, *drag king* ou *genderqueer*; 11º - os/as transexuais; 12º os/as transexuais homo; 13º os/as transexuais bissexuais; 14º - os/as pomossexuais; 15º os/as pansexuais; 16º os/as assexuados; 17º andróginos; e, por último, 18º os/as eunucos. Com certeza essa lista não engloba todos os tipos de sexo e muito menos se pretende achar que as pessoas se encaixam perfeitamente naquilo que os estudiosos do assunto acreditam ser possível. A proposta do artigo foi apenas levantar uma discussão para que se possa entender melhor as manifestações da sexualidade humana.

4.2 O gênero da linguagem

Ao abordar gênero e informação invariavelmente esbarra-se na pergunta: há uma linguagem própria para cada gênero? Não se pode ignorar o poder da linguagem e do envolvimento desta com o poder, seja ele masculino ou feminino, o que não quer dizer que se possa afirmar que mulheres e homens se utilizem de linguagens distintas. A palavra é símbolo de poder e forma de acesso à esfera pública. Sendo assim, apropriar-se do discurso é dominá-lo, apropriar-se do mundo.

Na década de 1970 foram inúmeras as frentes feministas que defenderam a existência de uma linguagem própria das mulheres, que não era reconhecida e legitimada, ou melhor, era tida como inferior à dos homens. Hoje se percebe que essa posição envolveu um gesto político, na tentativa de diferenciar eles delas, porém não há evidências da existência de uma marca languageira em cada ser em decorrência de seu sexo biológico.

Do contrário, se há uma diferença, ela pode ser encontrada nos estilos, nas estratégias e nos contextos de desempenho linguístico. Ou seja, o que mais influencia as possíveis diferenças são as condições, em que elas e eles constroem suas linguagens, que dependem do contexto social, político e cultural em que cada indivíduo está inserido.

Segundo relata Burke (1995), a partir de movimentos sociais como o feminismo, parte da ciência passou a reconhecer de forma mais clara a linguagem como sendo uma instituição social, cultural e da vida cotidiana repleta de ideologias, um instrumento em potencial nas mãos da classe dominante, que a utiliza tanto para controlar quanto para comunicar. “A língua comum, dominada pelo masculino, não só expressa o lugar subordinado das mulheres, mas, também, as mantém em uma posição de subordinação” (BURKE, 1995, p. 44). Para Showalter (1994, p. 50), toda a linguagem pertence à ordem dominante e não pode haver escrita crítica fora dessa estrutura. “Nenhuma publicação é totalmente independente das pressões econômicas e políticas da sociedade dominada pelos homens”. Ou seja, não que a linguagem seja masculina ou feminina. O fato é que ela pode ser dominada ou ser artifício de dominação de um ou de outro.

Os movimentos de mulheres procuraram e ainda procuram não apenas torná-las presentes e atuantes na história, como, também, escrever acerca do passado da humanidade sob o ponto de vista feminino. Buscam provar que um mesmo evento

pode ser visto e descrito por mais de um ponto de vista a partir de diversas perspectivas e percepções, descobrir que há relação entre linguagem e ideologia. Para Gergen (1993), a crítica feminista⁶² considerou as reivindicações do conhecimento como compromissos discursivos dependentes do processo social e constitutivo do padrão social.

O reconhecimento das formas de poder associadas à linguagem e ao conhecimento, ocorrido a partir da década de 1970, trouxe novas perspectivas sociais. A realidade sobre a mulher sofreu profundas transformações a partir do momento em que as possibilidades de participação feminina nos campos decisórios foram ampliadas, fruto tanto de uma conscientização quanto de uma vontade coletiva.

Showalter (1994) sugere que, ao longo da história da humanidade, foi negada às mulheres a totalidade dos recursos da língua, forçando-as ao silêncio, ao eufemismo e ao circunlóquio. Para a autora, essa relação com o campo linguístico, marcada pela repressão, impõe o silêncio à mulher e impede que a consciência feminina se revele.

Machado (2006, p.61) não compartilha das teorias que concebem o discurso, suas lacunas e silêncios, enquanto prisão da língua.

Distancio-me de uma concepção de língua fechada, estática e isenta daquilo que estaria fora dela. [...] a resistência na materialidade linguística se caracteriza justamente pela falha, pela equivocidade que são constitutivas da língua e, conseqüentemente, do sujeito e do seu discurso.

A autora realizou um estudo com objetivo de investigar a dualidade masculino-feminino e sua relação com a escrita pelo viés discursivo. Pediu a um grupo de pessoas que lesse um *corpus* constituído por cartas de leitores e textos de opinião publicados em jornais, desprovidos de assinatura, e deduzisse a que sexo pertencia seu autor. O grupo deveria também expressar sua opinião sobre o que caracteriza uma escrita quanto ao gênero. A pesquisa ratificou o fato de a autoria poder ser assumida por sujeitos múltiplos e, por isso, pensar a escrita como capaz de representar o gênero de quem a produziu discursivamente não se sustenta.

⁶² A crítica feminista não é uma criação intelectual única, mas coletiva, dependente de muitas correntes diversas do pensamento intelectual. Compartilha perspectivas com as escolas de pensamento interpretativo. Fonte: GERGEN, Mary Mc Canney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p. 111.

Strathern (1999) vai ainda mais longe ao afirmar que o que homens e mulheres fazem com a linguagem mostra como o fazer é constrangido por relações de poder existentes. Não seria a linguagem a opressora, mas as formas econômicas, políticas e discursivas que controlam acessos diferenciais.

A forma como a linguagem é usada surge, então, como um reflexo das relações sociais. “Somente quando houver igualdade social, mulheres e homens serão capazes de usar um mesmo estilo interativo” (COULTHARD, 1991, p. 74). Essa ideia é compartilhada por especialistas, como Leitão (1988, p. 81), para quem “mudanças sociais acarretam uma mudança na linguagem, e não o contrário. Em qualquer movimento social, quando alterações são feitas, mais cedo ou mais tarde, refletirá o fenômeno”. Ela lembra que, frequentemente, novas palavras são adicionadas à língua; porém, os pronomes e a concordância nominal são classes inalteradas há anos.

Um episódio recente na história do Brasil comprova a dificuldade que é modificar aspectos linguísticos já enraizados, até porque eles envolvem questões que vão além da própria língua. A eleição de Dilma Rousseff, no final de 2010, para presidir o Brasil lançou uma questão de cunho linguístico, semântico e de gênero: denominá-la presidente ou presidenta? Gramáticos e acadêmicos, em seus pareceres amplamente publicados pela mídia, explicaram que a terminação *nite* vem do latim e é comum nas línguas neolatinas, como o português, o espanhol e o italiano. Ela indica o executor de uma ação, normalmente tornando a palavra invariável quanto ao gênero. É o chamado substantivo de dois gêneros, o que torna ambas as formas corretas. Cipro Neto citado por França (2011, s. p.), em texto publicado no *site* da revista **Época**, disse que a língua é construída diariamente, pelo uso que dela fazem aqueles que a falam e escrevem.

Se até hoje a forma ‘a presidente’ esteve disseminada na imprensa e na literatura brasileiras e espelhou uma realidade quase sem mulheres, um cenário protagonizado por uma delas pode inaugurar uma tendência, a das presidentas. Vai ser o uso que de fato vai definir o termo.

Para Sarney (2011, s. p.), “a forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório. Mas presidenta tem mais um peso político que linguístico”. O peso político prevaleceu no caso de Dilma Rousseff. Já na nação vizinha, Argentina, Cristina Kirchner faz questão de ser *la presidenta*.

Valério (2000) cita a visão de alguns especialistas⁶³ que veem a linguagem não só como reflexo da realidade, mas, também, como elemento determinante dessa realidade. Para eles, a descrição da assimetria nas relações linguísticas pode incitar mudanças no comportamento linguístico, o que, por sua vez, pode trazer mudanças nas relações sociais.

A pesquisadora estudou até que ponto o discurso da mulher, como reflexo de seu papel de gênero, é afetado pelo seu meio social. Percebeu que, à medida que a mulher ganha maior circulação em redes sociais⁶⁴ do domínio público, se afasta de um falar da esfera do lar, tido como pouco assertivo e demasiadamente íntimo para outros campos de atividade, para se adaptar às normas interativas do meio público.

Já Xavier (1990) prefere dizer que não existe um discurso masculino, porque não existe condição masculina, não podendo o mesmo ser dito quanto ao feminino. A autora estudou a linguagem na obra de escritoras como Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Rachel Jardim, Lya Luft, Adélia Prado e encontrou uma ótica comum entre elas.

A condição feminina vivida e transfigurada esteticamente é um elemento estruturante nos textos destas autoras. Não se trata de um simples tema literário, mas da substância mesma que nutre a narrativa. A representação do mundo é feita, portanto, de uma perspectiva diferente (para não dizer marginal), com relação aos textos de autoria masculina (XAVIER, 1990, p. 236).

Adotou-se aqui a ideia de Fiorin (2006), para quem a linguagem sofre influências do meio social e a visão de mundo de cada sujeito social está vinculada a ela e à ideologia que a rege.

Cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem linguística. É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos (FIORIN, 2006, p. 32).

⁶³ SPENDER, D. **Man made language**. London: Routledge e Kegan Paulk, 1980; e WOOD, J. T. **Gendered lives, communication, gender and culture**. Belmont: Wadsworth, 1993 *apud* VALÉRIO (2000).

⁶⁴ Valério (2000) define rede social de um indivíduo como a soma de seus relacionamentos com os outros. Funciona como um mecanismo que possibilita a troca de bens e serviços, que podem incluir cumprimentos, informações, piadas, sexo, assistência na doença etc., ao mesmo tempo em que impõe obrigações e direitos de diversos tipos aos seus integrantes.

Isso torna o discurso, segundo o autor, mais um lugar da reprodução que de criação, ou seja, a formação ideológica impõe o que pensar, a formação discursiva determina o que dizer.

As teses dos autores citados acima levam a ver como dialética a relação entre o conhecimento e a sua base social. O conhecimento produzido socialmente pode ser um fator de transformação e, com isso, o mundo produzido pelos homens e pelas mulheres pode ser por eles/as modificado. Interessa, então, a discussão da legitimação dos discursos construídos por homens e mulheres, enquanto seres que constituem uma sociedade, mas que estão submetidos a desigualdades sociais e culturais que ultrapassam a questão do gênero e se refletem na forma de falar, de escrever e de fazer.

4.3 O gênero da escrita

Cada gênero tem uma escrita própria? Se a linguagem não tem um gênero específico, é esperado que a escrita também não o tenha. Mas uma coisa parece certa: as condições em que as mulheres escreviam, e em muitos casos ainda escrevem, eram bem diferentes das dos homens. Entende-se que dividir a escrita em feminina e masculina seja uma forma de enquadrar os gêneros em um lugar social do discurso⁶⁵ ou um lugar de fala⁶⁶ de mulheres e homens submetidos a regras que podem e são quebradas por eles e elas a todo instante.

A história, até poucas décadas atrás, mostra que o contexto social político e cultural marcado pela divisão sexual dos papéis era tal que as mulheres tinham uma necessidade, seguida de um interesse, menor de escrever. A escrita ainda é frequentemente ligada a posições de saber, práticas públicas e profissionais, realidades das quais as mulheres estavam distantes.

Quando aprendeu a ler sob a fiscalização da lei e da religião, a mulher ocidental o fez muitas vezes de forma silenciosa, principalmente quando não havia homens por perto. No silêncio era possível refletir sobre cada palavra, concordar com elas ou não. Da leitura só com os olhos e a mente, a mulher passou também à escrita só com o papel e a pena, textos carregados de expressão de sentimentos que ela preferia guardar em algum canto, dentro de um livro de receitas, numa

⁶⁵ Discutiu-se o conceito de lugar social do discurso, segundo Emediato (2008), no capítulo 3.

⁶⁶ Discutiu-se o conceito de lugar de fala, segundo Braga (2000), no capítulo 3.

caixinha de lembranças longe dos olhos e da censura dos outros. Ao ler, ela enxergava o mundo, ao escrever colocava a si mesma.

Não há mais perigo aparente, ninguém mais as aconselha a fazer filhos ao invés de fazer livros. Esse estatuto secular da mulher como objeto, satélite e inferior, foi-se alterando nas últimas décadas, pelo menos no mundo ocidental. “Ela é sujeito de pleno direito, tem autonomia, usufrui de uma ampla igualdade de direitos. E não são poucos os homens para quem isso continua sendo um problema”, diz Heidenreich (2005, p. 11).

É fato que os homens também não se sentem muito confortáveis em relação à escrita, principalmente quando se trata da escrita de si. Bollmann (2007, p. 14) diz ainda que, como ele, muitos autores conhecem bem de perto o horror da solidão, as dúvidas, a pressão excessiva, a exploração de si próprios, mas as condições para eles e elas, em certo sentido, permanecem diversas. “Todas as mulheres cujo trabalho, como o meu, as expõe publicamente tem uma história para contar. É preciso ter uma força enorme, uma grande confiança em si. Daí, por exemplo, as coisas se afigurem pior para o lado das mulheres do que para o dos homens”.

Perrot (2005, p. 9-10) diz que, apesar de todos os avanços, as mulheres têm uma relação restrita com a escrita, pois isso “convém à sua posição secundária e subordinada, [...] imposto pela ordem simbólica”. Afirma, em outra publicação, que a ideia de que a natureza das mulheres as destine ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas. Lembra que elas permanecem durante muito tempo excluídas da palavra pública, ficaram restritas ao espaço do privado ou, quando muito, frequentavam “salões mundanos”.

A opinião revela-se, no entanto, cada vez mais decisiva na constituição e no funcionamento da democracia. Sem o poder, como as mulheres ganharam influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens? Primeiro pela correspondência depois pela literatura e, por fim, pela imprensa. Ainda que permaneçam restritas a tarefas subalternas, elas se inseriram em todas as formas do escrito (PERROT, 1998, p. 59).

Na Europa, os homens foram alfabetizados mais precocemente e em maior número do que as mulheres e, até o fim do século XIX, a educação religiosa da maioria das meninas era interrompida uma vez terminado o aprendizado da leitura. Segundo Bollmann (2007, p. 27), durante esse período histórico, vigorou a regra

segundo a qual quem quisesse ler e escrever – embora, na maioria dos casos, se tratasse tão-só de copiar – teria que ir para o convento, pois era ali que se encontravam os escritos. “Esse era o lugar”, diz. A crescente alfabetização delas passou a ser o argumento preferido para justificar porque elas começaram a escrever, desconsiderando completamente que esse poderia ser um ato prazeroso. A questão era que a escrita contrariaria a natureza feminina: *aut liberi aut libri*, ou seja, ou filhos ou livros. Ter que escolher entre um e outro encurralava a mulher, já que ao optar pelos livros ela estaria contrariando sua natureza física e social.

No século XX compatibilizar a profissão de escritora com as tarefas de mãe torna-se mais fácil, graças às condições mais favoráveis resultantes das condições técnicas e previdenciais, bem como da profissionalização da atividade de autor, a qual, por seu turno, está relacionada com a adequação da atividade editorial ao mundo dos negócios (BOLLMANN, 2007, p. 29).

As cartas e a correspondência epistolar constituíam uma ponte para a escrita feminina e foram as formas de escrita preferida das mulheres, segundo Bollmann (2007, p. 20). “Neste campo, em especial no que concerne a representação dos sentimentos, elas superaram, com frequência, os congêneres masculinos, cultivando um modo de comunicação de cunho predominantemente feminino”. O autor lembra que o fato de os heróis dos romances epistolares serem mulheres, regra geral, e dos romances sociais quase sempre serem homens, é precisamente o espelho da divisão existente entre ambos os sexos: a mulher compensava a falta de experiência da vida e do mundo com a riqueza das suas emoções.

Daí viria, segundo Fabre (1997), esse gosto essencialmente feminino pelas cartas, observada principalmente entre as mulheres de gerações passadas. Elas funcionavam como um verdadeiro exercício de representação e de controle da imaginação dos diferentes papéis sociais que elas ocupavam no curso de suas vidas. A coincidência dos momentos da efervescência da escrita comum feminina e das passagens aos diferentes estados de mulher – moça, jovem mãe, viúva, avó – justificariam a importância da relação das mulheres com a escrita de cartas, a princípio endereçadas às pessoas que lhes eram mais íntimas.

Isso justifica porque, durante muito tempo, os arquivos femininos cotidianos continham basicamente pensamentos e estados de alma anotados em diários...

[...] que perdiam o sentido depois do casamento, pois, a partir daí, não mais se podia pensar em segredo – que se sabe, em se tratando de mulher casada, só podia ser bandalheira. Ficavam sim com o caderno do dia a dia onde, em meio a receitas e gastos domésticos, ousavam escrever uma lembrança ou ideia (TELLES, 2004, p. 409).

Lamentavelmente, muitas de suas histórias, mesmo aquelas que dividiam com farelos de farinha de pão espaços entre as páginas dos cadernos de receitas, viraram cinzas. Isso porque suas produções domésticas acabaram consumidas, destruídas por elas mesmas. Elas as julgavam (e muitas ainda as julgam) sem interesse. “Afim, são mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra” (PERROT, 2007, p. 17). Perrot (2007) lembra que, ainda hoje, queimar papéis na intimidade do quarto é um gesto clássico da mulher idosa.

A historiadora percebeu também que há poucas autobiografias de mulheres, ao analisar o acervo de mais de dois mil documentos da *Association pour L'Autobiographie et le Patrimoine Autobiographiques*, criada em 1993, na França. “O olhar voltado para si, numa fase de mudança ou ao final de uma vida, mais frequente em pessoas públicas que querem fazer o balanço de sua existência e marcar sua trajetória, é uma atitude pouco feminina” (PERROT, 2007, p. 28).

No cotidiano doméstico feminino, a maioria das entrevistadas por pesquisadores franceses⁶⁷ realiza basicamente a escrita de listas, a contabilidade mínima, a memória dos acontecimentos da família. Algumas vezes a mulher também escreve algum diário⁶⁸ ou se encarrega da correspondência. Para Teberosky (1998, p. 86-87), “trata-se de uma escrita para refrescar a memória, que eventualmente pode produzir um efeito de instalação da ordem. Trata-se de uma escrita que não

⁶⁷ ALBERT, J. P. *Façons d'écrire. Approches anthropologiques de l'écriture ordinaire*. In: POULIN, M. (Org.). **Lire en France aujourd'hui**. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1993 e LAHIRE, B. *Pratiques d'écriture et sens pratique*. In: CHANDRON, M.; DE SINGLY, F. (Orgs). **Identité, lecture, écriture**. Paris: Centre Georges Pompidou, 1993. Ambos foram citados por Teberosky (1998).

⁶⁸ Segundo Albert (1993), parece que o diário, para as meninas, se inscreve num contexto da educação devotada a si mesma, ao desenvolvimento de uma vida interior, primeiramente marcada pela cultura do sentimento, por isso era visto como o universo da menina. Escreve-se um diário principalmente quando se tem namorado ou se está apaixonada. Em suas pesquisas realizadas na França na década de 1990, o autor detectou que 16% dos homens e 32% das mulheres mantinham um diário; 82% das meninas e 27% dos meninos estudantes do segundo grau tinham ou já tiveram um. Entre os adultos, 5% das mulheres continuavam seus diários ao longo da vida e um número quase insignificante de homens também o fazia. Mais de 2/3 das mulheres que abandonaram seus diários, o fizeram antes de completar 20 anos. No caso dos homens, os momentos de abandono são mais difusos. Muitos e muitas começavam seus diários para acompanhar a turma de amigos e depois largaram.

incorpora a leitura no processo”. Na visão da autora, a escrita feminina tem as seguintes funções, na prática cotidiana: registrar a memória, ordenar e arquivar dados, se comunicar com os outros e exprimir a perspectiva pessoal em direção ao mundo, para atuar sobre ele.

A capacidade de escrever não tem os mesmos compromissos sociais que o acesso à leitura. [...] As tipologias dos escritos cotidianos propostas por alguns pesquisadores enumeram basicamente correspondência epistolar, crônicas familiares, diários íntimos, receitas de cozinha, listas domésticas, escritos burocráticos, muitos deles realizados fundamentalmente por mulheres (TEBEROSKY, 1998, p. 86).

Em relação à escrita cotidiana dos homens, a pesquisa de Teberosky (1998) detectou que ela se ocupa, principalmente, dos registros administrativos. São os homens, por exemplo, que normalmente preenchem os formulários de impostos e atualizam os arquivos administrativos.

Ao contrário dos escritos domésticos da mulher, trata-se de uma escrita com uma forte dimensão de desempenho: alcança-se ou não um resultado por meio da escrita. [...] Em ambos os casos (masculino e feminino), trata-se de uma escrita ligada a situações práticas da vida, que assume funções mnemotécnicas, de arquivo ou de desempenho. Essas funções são realizadas no contexto temporal do não-habitual; trata-se de escrever para memorizar ou arquivar algo extraordinário, pouco habitual ou excepcional, com ações complexas que devem ser planejadas, ações distantes no tempo, oficiais e obrigatórias (TEBEROSKY, 1998, p. 87).

Fabre (1997) concorda que eram os homens que produziam a escrita no espaço público, que se lançavam à conquista deste *savoir faire*. Eram eles também que afrontavam o mundo do trabalho, da administração e mesmo o da escola. Essa situação não tem nada de novo, pois, desde as primeiras gerações da alfabetização, as mulheres eram menos letradas e o novo saber era exibido pelos homens que, por exemplo, se carregavam ostensivamente da correspondência da casa. No universo burguês, o pequeno escritório provido de móveis e objetos de escrita era o domínio reservado do mestre da casa.

Em suas pesquisas, Albert (1993) detectou que, no início da década de 1990, apenas 5% dos casais franceses mantinham a escrita administrativa dividida entre eles. Em relação à redação da declaração de impostos, ele afirma que eram os

maridos que a assumiam, quase 80% contra 20% das esposas, enquanto as mulheres se encarregavam das folhas de doenças ou formalidades ligadas à escolaridade das crianças.

Segundo Fabre (1997), o domínio da escrita doméstica se inverteu após avanços na alfabetização feminina a ponto de esposas e filhas terem passado a escrever muito mais que os homens; se estes últimos não eram solicitados a escrever em seu trabalho ou a fazer a administração da escrita administrativa do lar, terminavam por perder completamente o hábito de fazê-lo. A dominação masculina da escrita pertenceu majoritariamente aos homens enquanto estava reservada às relações com o espaço público, administrativo, nacional. Foi necessário que a escrita se banalizasse a ponto de entrar no cotidiano das casas, para que as mulheres a herdassem. E, na visão de Fabre (1997), essa banalização veio exatamente através das revistas e romances, coisa de mulher, enquanto os meninos passaram a preferir exercitar a linguagem oral e a se distanciar da escrita, já que ela identificava mulheres, como era o caso de suas mães, irmãs e professoras.

Para Lahire (1997), a quase ausência da escrita masculina no lar se observa, com algumas variações, em todos os meios sociais, porém não se pode dar a mesma interpretação de um meio social ao outro. Se nas classes média e superior a escrita masculina é profissional, nas classes populares ela pode ser quase inexistente. O autor acredita também que a noção de escrita doméstica e profissional como desvalorizada e valorizada, respectivamente, tem início no seio da família. Em suas pesquisas, observou que as meninas se apresentam mais interessadas que os meninos pela escrita de cartas endereçadas primeiramente à família, com a ajuda de suas mães, e depois às suas amigas pessoais. E, nesse ponto, elas encontram em suas mães uma referência para construir sua identidade indissociavelmente sexual e escriturária. Muitas das filhas, entrevistadas pelo pesquisador, mostraram ter na mãe um modelo de identificação prático no que se refere ao gosto pela escrita. Foram suas mães que as incitaram desde a infância a entrar progressivamente na cultura familiar da carta.

Para Perrot (2007), durante muito tempo a carta constituiu uma forma de sociabilidade e de expressão feminina, autorizada, recomendada e tolerada, enquanto manter um diário íntimo foi recomendado principalmente pela Igreja, que o considerava instrumento de direção de consciência e de controle pessoal. A autora classifica esses diversos tipos de escritos como muito preciosos porque autorizam a

afirmação de um eu. É graças a eles que se ouvia o eu, a voz das mulheres, mas de mulheres cultas ou, pelo menos, que tinham acesso à escrita.

Ainda hoje, em matéria de mediação com relação à redação de textos escolares ou cartas, as mães representam um papel central, ensinando seus filhos a construir o corpo do texto, dando-lhes ideias, aconselhando um rascunho. Lahire (1997) constatou que quando a família envia uma carta ou um cartão de papel em nome de todos os seus membros, de uma maneira geral, os homens simplesmente acrescentam uma palavra ou apenas o assinam. Alguns nem isso. E esse comportamento é copiado pelos filhos, quando estes se reúnem para escrever algo em conjunto. Os filhos nada mais fazem que a reprodução de uma situação clássica de colaboração entre seus pais. A mãe escreve, o pai acrescenta um bilhete e assina; a irmã escreve, o irmão assina. Para o autor, ao agir assim o menino constrói um sistema de preferência que exclui a escrita de textos e de cartas enquanto prazer. Ele se contenta em ajudar, completar e seguir aquela que toma a iniciativa. Essa atitude pode parecer pouco gloriosa, mas conserva práticas sexualmente marcadas.

Lahire (1997) observa que o sentido dos lugares ocupados, por uns e por outros, depende do domínio de atividade em questão. Se os meninos não se envergonham de apenas assinar ou, quando muito, sugerir alguma palavra, é porque redigir esse tipo de carta nada mais é que um domínio anexo, um campo secundário e desvalorizado. O menino se contentará então, frequentemente como seu pai, em assinar as cartas sem tê-las escrito.

Uma das conclusões do autor é que, se de um lado a assinatura masculina nas cartas redigidas pelas mulheres parece funcionar como a marca do chefe de família com um proveito simbólico final, por outro lado, uma divisão de tarefas entre homens e mulheres se opera, às vezes, a partir da oposição entre cartas simples e cartas complexas. Ou seja, quando a carta é julgada comum, habitual, simples, as mulheres se encarregam dela. Quando a carta ou os papéis a preencher, são percebidos como mais complexos, são de responsabilidade dos homens.

É com frequência que as cartas escritas pelos maridos no universo doméstico são feitas através de um ditado. Ele as dita à sua mulher como ele dita profissionalmente à sua secretária. Segundo Lahire (1997), a escrita sob ditado revela claramente a relação de dominação sendo que ela se encontra em todos os

meios sociais, mas de maneira mais explícita e mais nítida nas classes superiores⁶⁹. Essa distribuição dos papéis em torno da escrita de cartas no seio da família se encontra às vezes entre irmãos e irmãs, colocando sempre os meninos na situação daqueles que ditam, que dão as ideias, enquanto que as irmãs tomam o encargo da redação efetiva, material. O autor esclarece que o fato de o homem apenas ditar não tira dele a sensação de que está redigindo. Ele redige sem escrever, no sentido de que é ele quem dita o que está sendo escrito, é quem ordena as ideias sem quase nunca escrever ele mesmo, como acontece no caso do acréscimo de assinaturas a um texto redigido por uma mulher.

Para Lahire (1997), imitar o comportamento dos pais em relação à escrita revela uma identificação sexuada. As crianças anotam recados ao atender ao telefone como mamãe ou papai, sem que ninguém as tenha pedido explicitamente, entre outras práticas. As imitações e as identificações podem ser também lúdicas. Em suas brincadeiras, representam a professora no quadro, o garçom com uma comanda, o médico com seu bloco de receitas. Mas essas identificações, sérias ou lúdicas, com relação ao que são os adultos da família, podem se transformar, em alguns casos, segundo o autor, em identificações negativas: “não vou fazer como minha mãe ou minha irmã visto que sou um menino ou não vou fazer como meu pai e meu irmão porque sou uma menina”.

Na verdade, a cultura escrita e sua divisão sexual se transmitem, então, indiretamente de forma quase subliminar, invisível, já que os contatos que meninos e meninas podem ter com a escrita passam sempre por personagens femininos. É preciso lembrar, inclusive, que, nas primeiras séries do ensino fundamental, quando a criança é alfabetizada, no Brasil, assim como na França, a maioria dos professores é formada de mulheres. As colaborações cotidianas, os encorajamentos, as incitações, as solicitações, as ajudas provêm, mais frequentemente, das mães e, em segundo lugar, das irmãs mais velhas.

Lahire (1997) acredita que isso pode levar alguns meninos a um processo de identificação negativa. Tudo acontece como se os exemplos femininos ou as solicitações femininas, notadamente maternas, não pudessem atingir seu pleno efeito de socialização junto a meninos que tentam responder às demandas

⁶⁹ O *Dictata* era originalmente o texto ditado por um mestre aos seus estudantes. Da mesma forma, o *dictator* – primeiro magistrado de algumas cidades italianas – é também aquele que dita. *Dicto*, em latim, é tanto ditar um discurso a uma secretária, por exemplo, quanto ditar no sentido de prescrever ou ordenar, recomendar, aconselhar (LAHIRE, 1997).

parentais, ao mesmo tempo em que têm que construir sua identidade masculina. A criança não aprende ou não incorpora saberes, o *savoir faire*, se não quando seu interesse em aprender é maior que seu interesse em não aprender. Na ordem sociológica como na ordem cronológica, o desinteresse ou a indiferença precede e termina por acarretar a incapacidade ou a incompetência efetiva.

Compreende-se, assim, que quando a escrita está ligada ao feminino, os meninos podem resistir e mesmo construir sua personalidade através da resistência, mais ou menos marcada, à escrita. Não é raro encontrar um irmão ou uma irmã submetidos às mesmas solicitações maternas, mas reagindo a elas de maneira diferente. O filho escreve sob a obrigação e a filha por prazer. Muitos meninos, mesmo tendo sido muito motivados e encorajados pelas mães, não deixam de julgar por simples dedução prática que a escrita é uma coisa de menos importância para eles. Tantos sinais que dizem respeito ao sexo das correspondências não podem ser desconsiderados como efeitos de socialização. Como não compreender então que os homens jovens depois adultos, mesmo quando vivem da escrita, possam fazer pouco diante de tais práticas femininas, questiona Lahire (1997).

Da mesma forma pode-se ensinar explicitamente às crianças a fazerem rascunhos quando elas redigem uma carta, a reler suas cartas para corrigir seus erros de ortografia, a copiar suas lições para treinar a escrita e a recorrer ao dicionário, a anotar mensagens escritas quando atendem ao telefone ou a compreender a validade de se escrever lembretes de forma que elas não esqueçam suas atividades e coisas importantes a fazer. No entanto, Lahire (1997) verificou que o rascunho preparando a carta e as notas tomadas antes de iniciar uma conversa formal implicam uma relação mais reflexiva com a linguagem, preocupação com a forma, com a precisão verbal, discursiva, com a ordem de apresentação.

É interessante chamar a atenção para a percepção do autor, para quem há um rigor maior quando se escreve algo que vá ultrapassar a esfera familiar ou se tornar público. Assim como as mães incitam as crianças a prestar atenção na ortografia no momento da escrita de cartas, estas resistem particularmente quando se trata de cartas entre amigos argumentando que se trata de companheiros e que todos também cometem erros. Mas a diferença entre os meios sociais reside no fato de que crianças e adultos de classes superiores são submetidos a mais exigências escriturárias inclusive no seio da família. Concretamente, as crianças de acordo com

o meio social ao qual pertencem são mais ou menos rodeadas de membros da família ou amigos ortograficamente e gramaticalmente exigentes.

Mas como os meninos estão na escrita? Como justificam eles, se é que eles o fazem, sua ausência de interesse por certas formas da escrita ou sua incompetência na matéria? A análise de Lahire (1997), em diversos contextos familiares, permitiu marcar temas recorrentes neste campo. Seria natural que homens adultos escrevessem mal, assim como tivessem um domínio da língua pior que o das mulheres. Porém, o fato de não ter interesse pela escrita não está condicionado ao fato de escrever mal. Alguns meninos constituem casos exemplares de bons alunos, principalmente em meios burgueses nem ávidos pela escrita nem sedentos pela leitura. Eles leem e escrevem para a escola, por obrigação, sem prejudicar seu tempo de lazer. O fato é que os meninos são, em geral, pouco apaixonados e indiferentes quando se trata de escrever cartas e redações solicitadas por seus professores ou mães. E, quando se descobre um grande fanático pela escrita entre os meninos, normalmente ele é também notável em diversas outras disciplinas. Constata-se certa ausência de interesse masculino pela de escrita de textos, mesmo quando eles não estão em dificuldades escolares.

Por outro lado, segundo pesquisa realizada nos Estados Unidos (RIGHETTI, 2010), com 400 estudantes universitários de ambos os sexos, escrever melhora o resultado das mulheres em exatas. A pesquisa detectou que participar de uma atividade de redação antes da aula propriamente dita pode melhorar o desempenho das mulheres na matemática e na física. O ato de escrever funcionaria como uma espécie de exercício de autoafirmação dos estudantes. A conclusão dos autores da pesquisa é que esse tipo de redação não funciona porque escrever seja uma coisa feminina, mas porque ajuda as mulheres a reafirmar sua autoestima diante de uma adversidade.

Na percepção de Lahire (1997), recorrer à escrita não profissional, para os homens, parece constituir uma prova de fraqueza, sendo que escrever as coisas para se lembrar é correr o risco de não mais fazer trabalhar sua memória. Vê-se muito notadamente quando o marido reprova sua mulher por incitar suas crianças a escrever lembretes no lugar de habituá-las a memorizar as informações.

Acredita-se que o papel de gênero desempenhado pelo indivíduo, apesar de iniciar seu desenvolvimento na infância, “pode sofrer alterações na idade adulta, na

medida em que este indivíduo se engaje em redes sociais que tenham em outros modos de interagir o estilo dominante” (VALÉRIO, 2000, p. 268).

Considera-se, então, que nem discurso nem linguagem podem caracterizar um texto como pertencente a um ou outro gênero e que o que faz eles e elas escreverem ou não é determinado por uma série de fatores que vão desde seus padrões educacionais, tanto familiares quanto escolares, seu comportamento até seu posicionamento social.

5 OS CAMINHOS PERCORRIDOS: METODOLOGIA

A pesquisa cujos resultados aqui se apresentam surgiu a partir do desejo de compreender melhor a relação de leitores e leitoras com seu jornal diário no que diz respeito à sua participação como colaborador/a na construção da informação jornalística. Apesar de tanto leitores quanto leitoras terem inúmeras críticas e sugestões, ideias e opiniões a dirigir aos jornais impressos, eles e elas não se sentem estimulados a fazê-lo enviando-lhes correspondências.

Para se ter uma ideia, 64% dos leitores entrevistados na pesquisa Índice de Satisfação do Assinante (ISA, 2008) disseram não ter interesse em colaborar na produção do jornal **Estado de Minas** enviando fotos, matérias, produzindo conteúdo⁷⁰. Alguns poucos até têm interesse, mas não o fazem. Em pesquisa sobre o tema, Espírito Santo (2007) entrevistou 172 leitoras do referido jornal sendo que apenas oito disseram já ter enviado uma carta ao diário. Entre as outras 164, 14% alegaram falta de tempo e 61% falta de motivação e vontade⁷¹. Várias outras pesquisas anteriores citadas por Beltrão (1980), Chaparro (1992), Melo (1994) e Rodrigues (2002) também detectaram a baixa participação do público na produção dos jornais impressos, principalmente ao se comparar a quantidade de leitores/as que um jornal tem com o volume de cartas que recebe.

Porém, os jornais fazem questão de manter em suas páginas colunas nas quais publicam a voz de seus leitores mesmo quando são atingidos por problemas financeiros. Silva (2010) relata o exemplo do **Washington Post**, que, apesar de ter diminuído de tamanho, aumentou a seção de cartas dos leitores, dando a eles/as um espaço privilegiado. Já outros jornais americanos optaram por eliminar seus *ombudsmen*: foram 14 em um ano, mas não mexeram em suas colunas de leitores.

⁷⁰ Uma das perguntas utilizadas no ISA (2008) buscou medir a participação dos leitores na produção do **Estado de Minas**. “Hoje em dia é muito comum os meios de comunicação abrirem espaço para que próprio público participe de forma mais interativa do produto final. O Sr./Sra. gostaria de colaborar na produção do seu jornal? Ex: enviando fotos, matérias, produzindo conteúdo?”, foi a questão colocada.

⁷¹ Espírito Santo (2007) perguntou a 172 leitoras do **Estado de Minas** se elas algum dia haviam enviado correspondências (carta, fax ou *e-mail*) à seção Cartas à Redação e, caso já tivessem enviado, o que mais as motivou a escrever. Caso nunca tivessem enviado, porque achavam que não o haviam feito. Foram pouquíssimas aquelas que enviaram correspondências para o jornal: 94,2% das leitoras entrevistadas disseram nunca tê-lo feito. A justificativa mais utilizada foi a falta de interesse, de motivo, de vontade e de necessidade, totalizando 61% das respostas. Em segundo lugar, com 14%, veio a falta de tempo, o que demonstra certo desejo, necessidade, interesse e motivo para fazê-lo. Outras 8% já deixaram esse desejo mais evidente, mas disseram que sempre havia um impedimento. Entre as entrevistadas, apenas oito, 4,7%, haviam enviado uma carta à redação.

Para o autor, ao se desfazerem da figura do mediador, esses jornais correram o risco de mandar uma mensagem errada, no sentido de mostrar justamente que o leitor é menos importante.

O que será que eles e elas realmente escrevem aos jornais? Até agora pesquisas que usaram cartas de leitores como *corpus* de análise⁷² o fizeram com base nas cartas editadas e publicadas em jornais impressos e não num grande conjunto de cartas na sua íntegra. O que os/as leitores/as desejam informar através de suas cartas? Que argumentos utilizam para chamar a atenção dos editores e de seus futuros leitores? E o que realmente os editores acham relevante publicar? Haveria diferenças nos argumentos utilizados pelos homens em relação aos utilizados pelas mulheres? O que eles e elas informam? Como problematizam as temáticas abordadas pelos jornais? Também chama a atenção o fato de os homens escreverem, em média, 80% das cartas que chegam às redações, sendo que elas leem jornais tanto quanto eles.

Em resumo, o objetivo desta tese foi conhecer o que há por trás dos discursos das cartas de leitores e das cartas das leitoras na íntegra, a quais valores eles e elas recorrem para basear suas argumentações e que transformações seus discursos sofrem quando modificados para publicação. Na tentativa de responder a essas questões, optou-se por estudar as cartas enviadas em caráter espontâneo via *e-mail*⁷³ à coluna Cartas à Redação, de responsabilidade da editoria de Opinião do jornal **Estado de Minas**, e à coluna *Courrier des Lecteurs*, de responsabilidade do/a mediador/a do jornal **Le Monde**, no período de 30 dias consecutivos.

A primeira etapa constou de:

- a) levantamento do referencial teórico, principalmente dentro das áreas de Ciência da Informação, Comunicação Social, Letras, Linguística/Análise do Discurso/Retórica e Gêneros Sexuais.

A segunda etapa constou de:

⁷² Ao longo do referencial teórico algumas dessas pesquisas foram discutidas, como é o caso de Eleodoro (2011), Leite (2008), Furtado (2008) e Melo (1999).

⁷³ O editor da coluna Cartas à Redação do **Estado de Minas** diz ser irrelevante o número de cartas enviadas via fax ou correios; já a mediadora do **Le Monde** afirmou que, no período compreendido entre 01 e 30 de junho de 2008, a coluna *Courrier des Lecteurs* recebeu 116 cartas via correios, sendo 83 delas assinadas por homens, 32 por mulheres e uma por um homem e uma mulher em conjunto.

- a) coleta de todas as cartas na íntegra recebidas via e-mail pelas colunas Cartas à Redação⁷⁴, do **Estado de Minas**, entre os dias 09 de fevereiro e 10 de março de 2009, e Courrier des Lecteurs, do **Le Monde**, entre os dias 01 e 30 de junho de 2008. Os períodos são diferentes devido à disponibilidade de cada jornal em ceder o material para análise⁷⁵. Verificou-se que tal discrepância cronológica não interferiu nos resultados da pesquisa porque não fez parte dos objetivos da pesquisa a comparação entre a forma como leitores/as de um e de outro diário trataram as diversas temáticas em evidência naqueles momentos;
- b) a amostra de 30 dias consecutivos foi escolhida tendo em vista que os jornais, de maneira geral, fazem suas programações editoriais dentro desse prazo. O total de cartas recebidas pelo **Estado de Minas** foi de 377 e pelo **Le Monde** de 1.297. Porém a análise levou em consideração 348 cartas do **Estado de Minas** e 1.074 do **Le Monde**, pois foram descartadas as assinadas por assessorias de imprensa por não expressarem a opinião da pessoa que as assina, mas sim da instituição que representam. Também não foram consideradas as cartas assinadas por pessoas cujos nomes ou textos foram insuficientes para identificar o sexo⁷⁶, assim como aquelas que traziam assinatura de homens e mulheres em conjunto. Outras cartas foram enviadas repetidas vezes;
- c) é necessário esclarecer que as cartas que fizeram parte do universo da pesquisa não receberam uma censura prévia por parte dos editores do **Estado de Minas** e do **Le Monde**. No caso do **Estado de Minas**, elas foram entregues diariamente a esta pesquisadora na medida em que chegavam à redação. Caso o editor tivesse a intenção de esconder alguma carta, certamente teria tido o cuidado de não repassar aquelas cujos textos originais não apenas tiveram trechos removidos, mas também acrescentados para sua publicação, como será constatado

⁷⁴ Optou-se por manter o nome da coluna como era designada quando da coleta das cartas. Em 15 de janeiro de 2012, ela passou a se chamar Espaço do leitor e a publicar também comentários feitos no mundo virtual sobre os assuntos abordados pelo **Estado de Minas**.

⁷⁵ Segundo os diretores dos dois jornais, esta é a primeira vez que as empresas cedem a um pesquisador a íntegra de cartas enviadas por seus leitores durante o período de 30 dias.

⁷⁶ Nomes brasileiros, como a título de exemplificação geral, não da amostra, Cleir e Ivanir, e nomes franceses, como Claude e Dominique, por exemplo, são utilizados para pessoas dos dois sexos.

através da comparação entre cartas enviadas e publicadas. De 1986 a 1995 esta pesquisadora trabalhou no **Estado de Minas** como jornalista e, a partir de março de 1999, como colunista colaboradora. Foi criada com a direção e a redação uma relação de confiança, o que possibilitou acesso à íntegra das cartas;

- d) em relação ao **Le Monde**, a mediadora não teve tempo hábil de selecionar as cartas que poderiam ou não ser aproveitadas para a pesquisa. Em um encontro, na sede do jornal em Paris, a jornalista responsável pelas cartas tomou conhecimento do objeto e do objetivo da pesquisa e, num primeiro momento, recusou-se a cedê-las por se tratar de documentos considerados confidenciais pela empresa. Porém, movida pelo interesse em conhecer melhor seus leitores e leitoras, pela curiosidade jornalística e pela confiança estabelecida com esta pesquisadora, ao final de uma hora autorizou o acesso irrestrito às cartas enviadas nos meses de maio e junho de 2008⁷⁷. Os textos na íntegra, acompanhados pelas respostas enviadas pela equipe do jornal a cada leitor/a, foram gravados em CD e entregues a esta pesquisadora naquele momento, sendo que um termo de compromisso⁷⁸ foi assinado restringindo o acesso e o uso de seu conteúdo para esta pesquisa e artigos dela oriundos. Caso a mediadora tivesse o interesse em selecionar as cartas a serem entregues, teria excluído aquelas que pediam sigilo sobre seus autores, assim como boa parte das que faziam críticas severas ao jornal, cartas que trariam desconforto caso se tornassem públicas;
- e) separaram-se as cartas enviadas por temáticas com objetivo de perceber quais temas e subtemas mais motivam leitores e leitoras a enviar cartas. Os nomes das temáticas coincidem com os nomes das editorias, pois é dessa forma que os jornais organizam seus cadernos e páginas e o/a leitor/a organiza sua leitura;
- f) contabilizaram-se as cartas publicadas. No caso do **Estado de Minas** foram 154 cartas, sendo 120 masculinas, 26 femininas, sete de

⁷⁷ Como o objetivo da pesquisa era analisar cartas enviadas no período de 30 dias, as enviadas no mês de maio foram desconsideradas.

⁷⁸ Uma cópia desse termo encontra-se no ANEXO A.

assessorias de imprensa e uma na qual não foi possível identificar o sexo de seu autor. No caso do **Le Monde**, 30 cartas, sendo 19 masculinas, cinco femininas, cinco assinadas por representantes de entidades e uma na qual não foi possível identificar o sexo do autor;

- g) as cartas foram separadas por temáticas/editoriais presentes em cada um dos jornais e, dentro de cada temática, foi feita uma subdivisão agrupando as cartas cujo tema central tratava de um mesmo assunto ou subtema;
- h) no **Estado de Minas** elas se encaixaram nas temáticas: Política/Nacional; Cidades; Internacional e Economia. Duas cartas não se encaixaram nessa divisão por se tratarem de homenagens⁷⁹. O jornal recebeu ainda cartas que se encaixaram nas temáticas Esportes e Ciência/Tecnologia, porém não as publicou. Já o **Le Monde** publicou cartas que versavam sobre as temáticas/editoriais: Internacional, Opinião, Economia e Nacional. O jornal recebeu ainda cartas que se encaixam nas temáticas: Esportes, Cidades, Cultura e Ciência/Tecnologia, porém não as publicou;
- i) o objetivo, neste item, foi perceber quais temas e subtemas são mais discutidos pelas cartas, os que recebem mais atenção por parte dos jornais e os menosprezados. Para isso, foi feita uma comparação entre o número de cartas enviadas sobre cada tema e subtema com o número de cartas publicadas sobre cada um, sempre levando em conta o gênero de quem assina as cartas. Esse item também colaborou para se perceberem alguns dos critérios de publicação de cartas adotados pelo **Estado de Minas** e pelo **Le Monde**. Foram analisadas as cartas publicadas no período de 10 de fevereiro a 11 de março de 2009, no **Estado de Minas**, e as publicadas entre 02 de junho a 01 de julho de 2008, no **Le Monde**;
- j) de posse das cartas agrupadas por temas e por sexo, separaram-se aquelas que tratavam de um mesmo fato ou assunto para a realização da análise comparando o discurso dos leitores com o discurso das leitoras. No caso do **Estado de Minas**, realizou-se a análise do discurso de 60 cartas sendo:
 - 14 sobre aborto e excomunhão, dez enviadas por leitores e quatro por leitoras,

⁷⁹ Na primeira, uma leitora falava de seu pai e na segunda outra leitora comemorava o fato de um escritor ter melhorado de saúde.

- 15 sobre um escândalo no Tribunal de Contas do Estado, 11 enviadas por leitores e quatro por leitoras,
- 22 sobre Belo Horizonte, 14 enviadas por leitores e oito por leitoras,
- nove relatos de problemas de atendimento social dos próprios autores ou de terceiros, seis assinadas por mulheres e cinco por homens;

No caso do **Le Monde**, realizou-se a análise do discurso de 92 cartas⁸⁰ sendo:

- 52 sobre subtemas relacionados à sexualidade: 33 cartas sobre anulação de um casamento, sendo 25 masculinas e oito femininas; 10 cartas sobre sexismo, sendo duas masculinas e oito femininas; e nove cartas sobre homofobia, sendo sete masculinas e duas femininas,
- 31 sobre subtemas que colocavam o preconceito no centro da discussão. São assim subdivididas: nove sobre o preconceito presente em alguns comentários de leitoras e leitoras publicados no *site* do jornal, sendo sete masculinas e duas femininas; e 22 sobre religiões, sendo 17 masculinas e cinco femininas,
- nove relatos de problemas de atendimento social, sendo sete enviados por leitores e duas por leitoras.

Outros assuntos tiveram repercussão nas colunas Cartas à Redação e *Courrier des Lecteurs*. Porém, a diferença encontrada entre o número de cartas enviadas por homens e o número enviado por mulheres sobre determinados fatos inviabilizou a análise de seus discursos e sua conseqüente comparação entre os gêneros⁸¹. No caso do **Le Monde**, optou-se por analisar as cartas com relatos de problemas de atendimento social, apesar de enorme diferença no volume das

⁸⁰ A tradução dos textos de todas as cartas foram feitas pela autora.

⁸¹ Exemplos em que a discrepância era maior no caso do **Estado de Minas**:

- Maus tratos a animal, seis cartas femininas e nenhuma masculina;
- Justiça, quatro masculinas e nenhuma feminina.
- Exemplos em que a discrepância era maior no caso do **Le Monde**:
- A Irlanda e o Tratado de Lisboa: 27 cartas masculinas e duas femininas;
- Educação escolar francesa: 20 cartas masculinas e três femininas;
- Política de Sarkozy: 21 cartas masculinas e três femininas;
- Influências da língua inglesa na língua francesa: 54 cartas masculinas e quatro femininas.

assinadas por leitores e por leitoras, porque esta pesquisadora acreditou que este subtema poderia indicar mais claramente como eles e elas falam de si e constroem sua imagem.

Escolheu-se fazer análise do discurso das cartas, pois elas são dispositivos de enunciação que associam organizações textuais a lugares sociais determinados, o que auxilia na percepção dos diferentes lugares de fala que leitores e leitoras ocupam como colaboradores na construção da informação jornalística. Difere da Análise de Conteúdo, que se ocupa fundamentalmente da pré-categorização temática dos dados textuais e seu tratamento quantitativo, muito utilizada nos estudos de *marketing* e em pesquisas de opinião.

Enquanto o discurso é a materialização das formações ideológicas, sendo, por isso, determinado por elas, o texto é unicamente um lugar de manipulação consciente, em que o homem organiza, da melhor maneira possível, os elementos de expressão que estão à sua disposição para veicular seu discurso. O texto é, pois, individual, enquanto o discurso é social. Há um nível grande de liberdade no âmbito da textualização, enquanto, no nível discursivo, o homem está preso aos temas e às figuras das formações discursivas existentes na formação social em que está inserido (FIORIN, 2006, p. 41).

Dentre as teorias que servem como base para analisar discursos, optou-se por recorrer à nova retórica de Chaïm Perelman e sua colaboradora Lucie Olbrechts-Tyteca (2005)⁸², que procura caracterizar as diversas estruturas argumentativas. As premissas da argumentação não são evidentes, mas resultam de um acordo entre quem argumenta, no caso os/as leitores/as, e seu auditório, ou seja, os/as editores/as das seções de cartas e os próprios/as leitores/as dessas colunas. São as opiniões de que falava Aristóteles, saberes fundados em premissas que podem ser verossímeis, ou não, mas nunca verdadeiras ou falsas. A forma como leitores/as sustentam suas argumentações diz um pouco sobre os elementos de expressão de si, como disse acima Fiorin (2006), seus valores, suas percepções do mundo, como eles e elas nele se apresentam. Auxiliou também a perceber como o/a leitor/a problematizou as temáticas publicadas nos dois jornais.

⁸² Os autores se debruçaram sobre o estudo de uma “lógica dos julgamentos de valor”, com base no pensamento filosófico aristotélico, o que deu origem à “nova retórica”. Sua preocupação básica foi entender os meandros pelos quais os valores se introduzem no processo de subsunção de fatos a normas gerais. Embora motivada por questões originalmente jurídicas, a nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca vem contribuindo com outras tantas disciplinas além do Direito, como Filosofia, Sociologia, Psicologia, Linguística e Ciências da Comunicação e da Informação.

Analisar os discursos das cartas e compará-los por gênero possibilitou conhecer alguns dos argumentos aos quais homens e mulheres recorrem para dar sentido a seus textos, persuadir, buscar credibilidade e criar proximidade com seu/sua leitor/a. Eles e elas se utilizaram da força dos argumentos, mas quais argumentos consideraram mais fortes, o que presumem? Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), as presunções resultam de um acordo universal, mas necessitam de reforços para ter maior poder de convencimento. Os autores citam alguns tipos de presunções de uso corrente: a presunção de que a qualidade de um ato manifesta a qualidade de quem o praticou; a presunção de credulidade natural, que faz com que o primeiro movimento seja o de acreditar naquilo que nos é dito; e a presunção de interesse, segundo a qual concluímos que todo enunciado que nos é apresentado no interessa.

Ao buscar detectar essas presunções nos textos das cartas, foi possível perceber até que ponto leitores e leitoras acreditam nas versões dos fatos dados pelos jornais **Estado de Minas** e **Le Monde** e como eles e elas julgam os sujeitos das matérias e artigos. “Presume-se, até prova ao contrário, que o normal é o que ocorrerá, ou ocorreu, ou melhor, que o melhor é uma base com a qual podemos contar em nossos raciocínios”, dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.80). A ideia de normal está ligada a um acordo, a uma média aceita pela maioria dentro de um grupo de referência; porém, nem sempre os grupos são instáveis, ou seja, qualquer complemento de informação pode provocar uma mudança no grupo. Pergunta-se, então, o que se presume ser normal por leitores e leitoras, enquanto um grupo que tem em comum pelo menos o interesse na leitura de um determinado diário.

Os valores são também objetos de acordos aos quais se recorre quando se estrutura uma argumentação. Foram considerados neste trabalho como sendo um dos mais importantes meios de auxiliar na compreensão da forma como cada gênero pensa temas polêmicos sempre tão explorados pela mídia e com grande repercussão entre o público leitor de jornais. “Os valores intervêm, num dado momento, em todas as argumentações”, afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 84).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 89) chamam a atenção para o fato de que, quando um discurso sente necessidade de se basear principalmente em valores, demonstra certo desejo de mudança. Os valores “podem servir

comodamente para a crítica por não levarem em consideração pessoas e parecer fornecer critérios a quem quer modificar a ordem estabelecida”.

Ao recorrer a valores, o grupo fundamenta hierarquias que informam sobre suas preferências. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.94), o que caracteriza cada grupo é principalmente o modo como ele hierarquiza os valores. “A justificativa da hierarquização, quando dada, pode variar, mas o processo argumentativo apresenta analogias flagrantes: ele supõe a existência de valores aceitos, mas incompatíveis numa certa situação”.

A retórica descrita pelos autores trata ainda dos lugares nos quais se fundamentam valores e hierarquias. Eles citam como exemplos gerais os lugares da quantidade, quando o argumento é sustentado por razões quantitativas através de estatísticas e números, por exemplo; lugares da qualidade, quando o número não é tão importante, ao contrário da valorização do único, do normal; lugares da ordem, quando as leis estão acima dos fatos, os mais velhos são mais valorizados ou os mais jovens, o anterior em relação ao posterior; os lugares do existente que afirmam a superioridade do que existe, do que é atual, real, sobre o possível, o eventual; e os lugares derivados do valor da pessoa, vinculados à sua dignidade, ao seu mérito, à sua autonomia.

Pergunta-se, então, a que valores recorrem leitores e leitoras; sobre quais hierarquias eles fundam esses valores e em que lugares eles situam suas argumentações? Existem diferenças entre as argumentações deles e delas?

Se, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.203), “os sentimentos e impressões pessoais são, em geral, expressos como juízos de valor largamente compartilhados”, a vivência no masculino e no feminino despertaria no homem e na mulher alguma diferença na expressão desses valores?

Os valores dão espaço à discussão, podem ser contestados, desqualificados, interpretados, ou seja, seu aspecto não universal permite conceder-lhe um estatuto particular. Porém, ao expor valores através de suas palavras, o/a leitor/a sabe que corre o risco de não ter a adesão do/a leitor/a da coluna, que pode ter outros valores e objetar suas ideias. Isso quer dizer que não basta escolher qualquer premissa para se apoiar, é preciso observar sua possível resistência às objeções, para que ela não seja facilmente refutada. No entanto, como todos estão inseridos num sistema de crenças, alguns valores são tratados como fatos ou verdades.

Diante disso, a força dos argumentos variará conforme o público e o objetivo da argumentação, dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), ou seja, vincula-se de um lado à intensidade de adesão do leitor às premissas, e de outro, à relevância dos argumentos utilizados no debate. Aquele/a que escreve aos jornais precisa recorrer a estratégias⁸³ que visam convencer o editor da coluna de que sua carta merece ser publicada e, caso consiga, precisa atrair os olhos do/a leitor/a e, quem sabe, ganhar adesão às suas ideias, provocar discussões, interações, reações etc. que ultrapassem as páginas do diário. Nesse ponto, é importante lembrar que, quando o/a editor/a seleciona uma carta em detrimento de tantas outras, ele/a se insere, mesmo que de forma anônima, no processo argumentativo da coluna que edita. Ao destacar uma carta, o jornal põe em curso um poder considerável controlando e organizando os discursos que os/as próprios/as leitores/as dirigem a outros/as leitores/as.

As estratégias discursivas às quais os jornais recorrem vêm sempre carregadas de um potencial que emociona, capaz de tocar seu leitorado que ele acredita conter certas propriedades psicossociossomáticas, mais ou menos homogêneas, segundo Emediato (2007). Para o autor,...

[...] estratégia não é, de modo algum, um ponto onde o sujeito individual emerge e surge com sua espontânea individualidade, mas, ao contrário, o modo particular como o indivíduo se assujeita e ocupa o seu lugar na ordem do discurso. Sua margem de manobra é, justamente, uma margem que segue o curso de um mesmo rio e não uma via paralela que dele se desvia (EMEDIATO, 2007, p. 292).

O/a leitor/a também recorre em suas cartas a esse potencial patêmico, visto que o que sustenta a relação entre um diário e seu leitorado são acordos mútuos baseados principalmente num contrato de comunicação⁸⁴ entre eles.

Charaudeau (2008) compartilha desse ponto de vista e chama a atenção para o fato de que nada melhor do que recorrer a um repertório patêmico ao formular uma argumentação cujo principal objetivo seja seduzir e persuadir. A emoção pode ser percebida a partir das representações provenientes do imaginário sociodiscursivo e

⁸³ Segundo Emediato (2007), estratégia – para o analista do discurso – é um conjunto de procedimentos linguístico-discursivos, icônicos, kinésicos, proxêmicos previstos no sistema de parâmetros de uma certa prática discursiva ou jogos de linguagem. Ou seja, procedimentos incluídos em seus roteiros e, portanto, adaptados ao *environnement* próprio da situação comunicativa na qual a estratégia se inclui.

⁸⁴ Charaudeau (2008) explana detalhadamente como se dá um contrato de comunicação.

se encontra no contrato de comunicação. O autor lembra que os gregos já eram conscientes de que

‘ter influência sobre outrem’ não era o apanágio da *razão*, pois o ser humano é igualmente feito de *paixões*. É por isso que, desde aquela época, distinguia-se o que derivava da pura ‘*ratio*’, para a qual devia existir uma técnica demonstrativa suscetível de ‘dizer a verdade’, daquilo que derivava da ‘intenção dos espíritos’, para a qual devia existir uma técnica expressiva suscetível de ‘comover e captar’ o interesse de um auditório (CHARAUDEAU, 2008, p. 202).

Ou seja, o/a leitor/a espera que o jornal de sua preferência siga um padrão já conhecido e esperado de leitura e análise dos fatos. Enquanto isso, o informador – o jornal – seleciona os fatos em função de seu parceiro – o/a leitor/a – dentro da troca comunicativa. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 17) falam que, para que a comunicação entre escritor e leitor se faça, é preciso que eles pertençam a uma mesma comunidade⁸⁵ dos espíritos, “que compreende todos os seres a quem a discussão se destina, representados no auditório universal, no diálogo com o outro, no falar solitário e em todos os desdobramentos internos que essas formas de auditório se constituem”. Toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual.

Inclusive, segundo Emediato (2007, p. 297), “a pertinência do discurso jornalístico precisa de um *arrière-fond* entendido como um conjunto de universos contextuais ou domínios temáticos reconhecidos pelos leitores como pertinentes”. E, por seu lado, o/a leitor/a também espera esse *arrière-fond* por parte do jornal.

Como todo discurso tem limitações que lhes são impostas dependendo do suporte onde é proferido, a pesquisa se preocupou também em analisar se o/a leitor/a busca atender às regras pré-estabelecidas pelos/as editores/as, tais como textos curtos e pertinentes à atualidade. Na visão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), quem pronuncia um discurso visando à persuasão deve se organizar nesse sentido, além de recorrer a estratégias discursivas que lhe aumentem a presença onde deseja se posicionar.

⁸⁵ Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.17), três fatores são cruciais na constituição da comunidade: primeiro que haja uma língua de domínio comum entre orador e auditório; segundo, que haja apreço por parte do orador pela adesão do auditório e, terceiro, que este último tenha a disposição de ouvir. No entanto, atingir esses três fatores é um processo complexo.

Acontece com muita frequência que, no interesse de sua argumentação, o orador faça um esforço para situar o debate no plano que lhe parece mais favorável. [...] O mais das vezes, o esforço do orador tende a atribuir aos elementos, nos quais se apoia, o estatuto mais elevado possível. Assim é que o estatuto de valor será atribuído aos sentimentos pessoais e o estatuto de fato será atribuído aos valores (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 203).

Identificaram-se também algumas estratégias argumentativas na busca de um melhor entendimento das intenções dos autores e das autoras de cartas. Acredita-se que a pessoa dos verbos à qual eles/as recorrem pode ser uma demonstração de sua responsabilidade em relação ao fato ou tema. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), por exemplo, o emprego da terceira pessoa no lugar da primeira pode diminuir a responsabilidade do sujeito, criar uma distância entre quem fala e o que ele diz. Foi despertada a curiosidade de comparar também o número de palavras a que cada gênero recorre em suas argumentações. Quem escreve os textos mais longos e que temas e subtemas arrancam-lhes mais palavras?

Reconhece-se que analisar um discurso é presumir o que seu autor quis dizer e presumir também como seu público o interpretou. Ao fazer a análise das cartas não se pretendeu dar conta de tudo o que faz o ponto de vista dos/as leitores/as, muito menos do ponto de vista dos jornais e do público leitor das cartas. Cada frase, cada expressão colocada nas cartas, permite uma série de leituras diferentes e complementares em relação aos valores ali presentes. Como o *corpus* de análise é grande, as possibilidades de interpretação parecem inesgotáveis. É infinita a complexidade das interpretações das cartas, sua mobilidade e sua interação impossibilitam reduzir todos os enunciados a algumas poucas proposições. Por isso, novas interpretações serão sempre aventadas ou sugeridas a qualquer momento.

Tentou-se, então, dar conta de algumas possíveis interpretações que surgiram no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação. Para tornar possível demonstrar a análise feita no discurso de 60 cartas do **Estado de Minas** e 92 do **Le Monde**, um total de 154 cartas, foi necessário reproduzir apenas alguns trechos e é preciso reconhecer que, neste momento, fez-se o papel do editor que também as recorta para tornar possível sua publicação.

Quantas cartas foram publicadas? É possível estabelecer os critérios que o **Le Monde** e o **Estado de Minas** utilizam para a edição com vistas à publicação? Quais seriam eles? Quanto tempo há entre a publicação de uma matéria (a

tematização por parte do jornal), o envio de cartas fazendo referência à matéria (a problematização por parte do/a leitor/a) e a publicação dessa tematização nas colunas de cartas? Ao editar uma carta para publicá-la, sob o pretexto do espaço, da clareza e/ou da melhor compreensão, que trechos da carta não são publicados? Como o processo de edição afeta o sentido das cartas? Que sentidos estão sendo produzidos e que sentidos estão sendo negligenciados?

Na tentativa de responder a essas perguntas, foi feita a comparação do discurso presente nas cartas na íntegra com o discurso presente nas cartas editadas e publicadas. Optou-se por fazer essa comparação entre as cartas que tiveram seus discursos analisados, o que totalizou 16 cartas do **Estado de Minas** e cinco do **Le Monde**. No caso do **Estado de Minas**: oito cartas sobre Belo Horizonte, sendo seis masculinas e duas femininas; três sobre excomunhão, sendo duas masculinas e uma feminina; uma carta, masculina, sobre o escândalo no Tribunal de Contas do Estado e duas, uma masculina e outra feminina, que relataram problemas de atendimento social.

No caso do **Le Monde**, foi feita essa comparação entre a íntegra e o texto publicado de uma carta masculina e uma feminina sobre o casamento anulado, além dessas, em 29 de junho de 2008, a mediadora publicou uma crônica intitulada *Reações em cadeia*, sobre a qual repercutiram duas cartas masculinas e uma feminina. Foi feita, então, a comparação entre a íntegra dessas cartas e os trechos publicados.

Além disso, as cartas publicadas nos dois jornais foram contabilizadas e separadas por temas e subtemas, o que possibilitou perceber quais assuntos recebem mais atenção por parte dos jornais e quais os menosprezados. Foi feita uma comparação entre o número de cartas enviadas sobre cada temática e o número que foi publicado, sempre levando em conta o gênero de quem as assina.

Segunda parte: a pesquisa

6 AS CARTAS PUBLICADAS

As cartas editadas e publicadas pelos jornais **Estado de Minas** e **Le Monde** foram agrupadas primeiramente de acordo com suas temáticas (editorias) e, dentro dessas, pelas subtemáticas (fatos e assuntos abordados pelas editorias). Foram então destacadas, neste item, as informações consideradas mais importantes, a saber:

- a) quais temas e subtemas receberam mais cartas;
- b) se os subtemas foram explorados pelos jornais ou introduzidos em suas páginas pelos/as próprios/as leitores/as. Levou-se em consideração se foram alvo de reportagens ou artigos nos quinze dias anteriores à publicação das cartas;
- c) quantas cartas foram enviadas por cada gênero;
- d) quantas cartas foram citadas por outros leitores;
- e) qual o intervalo máximo de tempo entre o envio das cartas e sua publicação.

Outras informações, como as datas em que as cartas foram enviadas e publicadas, seu teor, os títulos das matérias ou artigos aos quais elas se referiam, e as referências de leitores/as a outras cartas, encontram-se nos **APÊNDICES B (Estado de Minas)** e **C (Le Monde)**.

6.1 Estado de Minas

Entre 09 de fevereiro e 10 de março de 2009 foram enviadas 377 cartas à editoria de opinião do **Estado de Minas**, sendo que foram consideradas como amostra para a pesquisa 348, pois foram descartadas as assinadas por assessorias de imprensa e desconsideradas as assinadas por pessoas cujos nomes ou textos foram insuficientes para identificar o sexo, assim como aquelas que traziam assinatura de homens e mulheres em conjunto; outras cartas foram enviadas repetidas vezes. Entre 10 de fevereiro e 11 de março de 2009 foram publicadas na coluna Cartas à Redação um total de 154 cartas, sendo 120 masculinas, 26

femininas, uma de sexo não identificado e sete de assessorias de imprensa. Foram 30 colunas, uma a cada dia, sendo que 17 delas trouxeram cartas de ambos os sexos e o restante, 13 colunas, apenas cartas assinadas por homens.

As cartas foram agrupadas e contabilizadas por temáticas e subtemáticas apresentadas a seguir primeiramente de forma global, através da Tabela 9, e na sequência detalhadamente.

Tabela 9 - Cartas Enviadas e Publicadas por Temáticas – Estado de Minas – fev./mar. 2009

| Temáticas | Enviadas | | | Publicadas | | | |
|--------------------|------------|-----------|------------|------------|-----------|------------|------------|
| | Masculino | Feminino | Mas./Fem.* | Masculino | Feminino | Assessoria | Mas./Fem.* |
| Política/Nacional | 154 | 33 | 0 | 59 | 12 | 1 | 0 |
| Cidades | 78 | 31 | 0 | 35 | 11 | 6 | 0 |
| Internacional | 19 | 1 | 0 | 11 | 1 | 0 | 0 |
| Economia | 20 | 5 | 1 | 15 | 0 | 0 | 1 |
| Homenagens | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Outros | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 274 | 73 | 1 | 120 | 26 | 7 | 1 |
| TOTAL GERAL | 348 | | | 154 | | | |

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) Sem identificação de sexo.

a) política/nacional

Foram enviadas 187 cartas sobre essa temática, 154 masculinas e 33 femininas, entre elas 59 masculinas e 12 femininas foram publicadas, além de uma de assessoria de imprensa.

Os subtemas explorados por matérias e que receberam mais de uma carta foram: aposentadoria; saúde pública; justiça/mutirão para julgar processos; Aécio Neves; farra aérea/gastos de deputados com viagens; habitação; rodovias estaduais e federais/acidentes; excomunhão/aborto; Movimento dos Sem-Terra; escândalo no Tribunal de Contas do Estado; Amazônia; e corregedor do castelo.

Os subtemas introduzidos nas páginas do jornal pelos próprios leitores que tiveram mais de uma carta enviada foram: Guarapari; medicamentos para hemofilia; exigência de diploma para delegado das polícias civil e federal; laicismo; furto de malas em aeroportos; e acidente de trabalho.

Outros subtemas tiveram uma única carta enviada sendo que 18 delas foram publicadas. Entre os subtemas, dez foram explorados por matérias e oito introduzidos pelos/as leitores/as.

Observou-se que:

- uma carta sobre hemofilia não publicada chamou a atenção. Ela fazia referência a uma carta publicada pela coluna em 13 de setembro de 2008, quase sete meses antes. Foi a única carta enviada no período da pesquisa que fez crítica à linha editorial adotada pela coluna,
- no dia em que foi publicada uma carta sobre furto de malas em aeroportos, a editoria de Economia dedicou uma matéria ao subtema, tendo como fio condutor as mesmas questões das cartas, apesar de não citar o nome de seus/as autores/as,
- entre as cartas que citaram o então governador Aécio Neves, duas o enalteciam e uma trazia críticas a ele, porém optou-se em computá-la no subtema aposentadorias. Entre as cinco não publicadas, uma também fazia críticas e outras duas elogios explícitos. As outras duas cartas não traziam elogios nem críticas ao político,
- sobre acidente de trabalho, a mesma carta foi publicada duas vezes com um intervalo de três dias entre uma e outra. A diferença ficou por conta do título,
- quatro cartas masculinas faziam críticas ao então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que nenhuma foi publicada.
- Denúncias envolvendo a Fundação do Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP – que dá apoio à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - foram tema de três cartas masculinas; nenhuma foi publicada. Salienta-se que as denúncias, aplaudidas pelos autores das cartas, partiram do próprio jornal,
- as cartas foram publicadas com o prazo máximo de quatro dias após seu envio, como foi o caso de uma carta sobre aposentadoria.

Tabela 10 - Temática Política / Nacional – Estado de Minas – fev./mar.09

| Subtemas | Enviadas | | Publicadas | |
|----------------------|------------|-----------|------------|-----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Guarapari | 3 | 0 | 2 | 0 |
| Aposentadoria | 7 | 3 | 6 | 3 |
| Hemofilia | 2 | 1 | 2 | 0 |
| Saúde Pública | 10 | 3 | 3 | 0 |
| Laicismo | 2 | 0 | 2 | 0 |
| Diploma delegado | 4 | 1 | 2 | 1 |
| Justiça | 4 | 0 | 4 | 0 |
| Bagagens | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Aécio Neves | 6 | 2 | 2 | 0 |
| Farra Aérea | 2 | 0 | 2 | 0 |
| Habitação | 2 | 0 | 2 | 0 |
| Rodovias | 8 | 4 | 7 | 3 |
| Excomunhão | 10 | 4 | 2 | 1 |
| Acidente de Trabalho | 1 | 0 | 2 (*) | 0 |
| MST | 6 | 0 | 1 | 0 |
| TCE | 11 | 4 | 1 | 0 |
| Amazônia | 2 | 0 | 2 | 0 |
| Corregedor | 5 | 1 | 1 | 0 |
| Outros | 68 | 9 | 15 | 3 |
| TOTAIS | 154 | 33 | 59 | 12 |
| TOTAL GERAL | 187 | | 72 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) - A mesma carta foi publicada duas vezes.

b) cidades

Foram enviadas 109 cartas sobre essa temática, 78 masculinas e 31 femininas, entre elas 35 masculinas e 11 femininas foram publicadas, além de seis de assessoria de imprensa.

Os subtemas explorados por matérias e que receberam mais de uma carta foram: maltrato a animal; Carnaval; trânsito/rodoviária; transporte urbano; e educação.

Os subtemas introduzidos nas páginas do jornal pelos próprios leitores que tiveram mais de uma carta enviada foram: fornecimento de energia elétrica; e patrimônio histórico.

Outros subtemas tiveram uma única carta enviada sendo que 16 delas foram publicadas. Entre os subtemas, nove foram explorados por matérias e sete introduzidos pelos/as leitores/as.

Observou-se que:

- o subtema trânsito/rodoviária foi abordado por matérias, porém nenhuma tratou especificamente da necessidade de se construir uma nova rodoviária, foco de três cartas entre as publicadas,
- o título de uma das cartas sobre educação destacou a antiga função de sua autora, sem que ela a tenha citado na íntegra de seu texto. Tratava-se da secretária municipal de educação no governo de Fernando Pimentel,
- no dia 04 de março, o jornal publicou uma errata referente à carta publicada no dia anterior, na qual a coluna reconhece que omitiu o nome da agência alvo de uma denúncia. Foi a única errata nessa edição e a única envolvendo cartas de leitores e leitoras publicadas entre 10 de fevereiro e 11 de março de 2009,
- as cartas foram publicadas com o prazo máximo de cinco dias após seu envio, como foi o caso de uma carta sobre trânsito/rodoviária.

Tabela 11 - Temática Cidades – Estado de Minas – fev./mar. 2009

| Subtemas | Enviadas | | Publicadas | |
|--------------------|------------|-----------|------------|-----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Maltrato a animal | 0 | 6 | 0 | 3 |
| Carnaval | 3 | 1 | 2 | 1 |
| Trânsito | 7 | 0 | 6 | 0 |
| Transporte Urbano | 3 | 0 | 3 | 0 |
| Energia Elétrica | 8 | 0 | 6 | 0 |
| Patrimônio | 2 | 0 | 2 | 0 |
| Educação | 21 | 10 | 4 | 3 |
| Outros | 34 | 14 | 12 | 4 |
| TOTAIS | 78 | 31 | 35 | 11 |
| TOTAL GERAL | 109 | | 52 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

c) internacional

Foram enviadas 20 cartas sobre essa temática, 19 masculinas e uma feminina, entre elas 11 masculinas e a feminina foram publicadas.

Os subtemas explorados por matérias que receberam mais de uma carta foram: Holocausto; e caso Battisti.

Outros subtemas tiveram uma única carta enviada sendo que cinco delas foram publicadas. Três abordavam subtemas introduzidos pelos leitores e duas repercutiam matérias publicadas pelo jornal.

Observou-se que as cartas foram publicadas com o prazo máximo de seis dias após seu envio, como foi o caso de uma carta sobre Battisti.

Tabela 12 - Temática Internacional – Estado de Minas – fev./mar. 2009

| Subtemas | Enviadas | | Publicadas | |
|--------------------|-----------|----------|------------|----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Holocausto | 5 | 0 | 4 | 0 |
| Caso Battisti | 5 | 0 | 3 | 0 |
| Outros | 9 | 1 | 4 | 0 |
| TOTAIS | 19 | 1 | 11 | 1 |
| TOTAL GERAL | 20 | | 12 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

d) economia

Foram enviadas 26 cartas sobre essa temática, 15 masculinas, uma feminina e uma cujo texto e assinatura não identificaram o sexo. Entre elas, foram publicadas 15 masculinas, a feminina e a sem identificação de sexo.

Os subtemas explorados por matérias que receberam mais de uma carta foram: bancos; e fundo de participação dos municípios.

Outros subtemas tiveram cartas enviadas sendo que quatro delas foram publicadas. Três abordavam subtemas introduzidos pelos leitores e uma repercutia matérias publicadas pelo jornal.

Observou-se que as cartas foram publicadas com o prazo máximo de três dias após seu envio, como foi o caso de uma carta sobre consumidor.

Tabela 13 - Temática Economia – Estado de Minas – fev./mar. 2009

| Sub-Temas | Enviadas | | | Publicadas | | |
|--------------------|-----------|----------|------------|------------|----------|------------|
| | Masculino | Feminino | Mas./Fem.* | Masculino | Feminino | Mas./Fem.* |
| Consumidor | 2 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Bancos | 8 | 1 | 1 | 7 | 0 | 1 |
| Municípios | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Outros | 8 | 2 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 20 | 5 | 1 | 15 | 0 | 1 |
| TOTAL GERAL | 26 | | | 16 | | |

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) Sem identificação de sexo.

e) outras temáticas

Ainda chegaram à coluna Cartas à Redação duas homenagens que foram publicadas. Outras temáticas receberam cartas, mas nenhuma delas foi publicada.

Sobre esportes, o jornal recebeu duas cartas masculinas; sobre Polícia, uma feminina; e sobre Ciência, uma masculina.

Tabela 14 - Outras Temáticas – Estado de Minas – fev./mar. 2009

| Temáticas | Enviadas | | Publicadas | |
|--------------------|-----------|----------|------------|----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Esportes | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Polícia | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Ciência | 1 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 3 | 1 | 0 | 0 |
| TOTAL GERAL | 4 | | 0 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as cartas enviadas, algumas não tinham como objetivo maior a discussão de um conteúdo temático, mas atender a outros propósitos comunicativos:

- críticas e correções a informações, posições e ideologias defendidas pelo jornal ou seus articulistas/jornalistas: uma feminina⁸⁶,
- cartas com elogios ao jornal: 14 masculinas e quatro femininas⁸⁷,
- cartas que chamam a atenção para erros de ortografia, sintaxe e gramática encontrados em matérias e artigos do jornal: nenhuma.

No **Estado de Minas** as cartas publicadas se enquadraram em quatro temas e 80 subtemas. Entre esses subtemas, 48 foram objeto de matérias, reportagens ou artigos e 32 foram colocados em discussão por leitores e leitoras.

Observa-se que a temática que mais recebeu cartas foi Política/Nacional, 187, sendo também a que teve mais cartas publicadas, 72. Em seguida, vieram as temáticas Cidades, com 109 cartas enviadas e 52 publicadas; Economia, com 26 cartas enviadas e 16 publicadas; e Internacional, com 20 cartas enviadas e 12 publicadas.

Entre as cartas de leitores/as recebidas, 24 refletiram o ponto de vista de cartas publicadas na coluna Cartas à Redação, como se pode ver na tabela abaixo:

⁸⁶ “Ao ler o **Estado de Minas** de hoje, verifiquei uma informação equivocada na página 2”.

⁸⁷ Exemplo: “Escrevo a este renomado jornal de grande circulação em Minas”.

Tabela 15 - Número de cartas analisadas sobre cada temática contendo referência a outras cartas publicadas pela coluna Cartas à Redação

| Temáticas | Masculino | Feminino | Assessoria |
|---------------------|-----------|----------|------------|
| Política / Nacional | 10 | 2 | 0 |
| Cidades | 4 | 4 | 5 |
| Internacional | 4 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 18 | 6 | 5 |
| TOTAL GERAL | 24 | | 5 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as 154 cartas publicadas no **Estado de Minas**, detectou-se que 39 traziam, nos títulos criados pelos editores, alguma identificação de seu/sua autor/a levantada a partir dos relatos que eles/as fizeram, por exemplo, mineiro, professora, aposentado e leitor⁸⁸.

6.2 *Le Monde*

Entre 01 e 30 de junho de 2008 foram enviadas 1.297 cartas à mediadora do **Le Monde**, sendo que foram consideradas, como amostra para a pesquisa realizada, 1.074, já que se descartaram as assinadas por assessorias de imprensa e desconsideraram-se as assinadas por pessoas cujos nomes ou textos foram insuficientes para identificar o sexo, assim como aquelas que traziam assinatura de homens e mulheres em conjunto; outras cartas foram enviadas repetidas vezes. A coluna *Courrier des lecteurs*, no ano de 2008, não era publicada regularmente, ao contrário de hoje, quando figura em todas as edições do jornal, na última página da seção *Debats*, sob a rubrica de *Courrier du jour* ou apenas *Courriels*⁸⁹. Entre 02 de junho e 01 de julho de 2008, a coluna foi publicada nos dias 2, 8, 16, 21, 23, 26, 28 e 30, o que totaliza oito edições: uma contendo apenas uma carta feminina, outra contendo apenas uma masculina, outra duas cartas masculinas. As demais continham cartas de ambos os sexos. Foram 35 cartas, sendo 19 masculinas, dez femininas e uma cuja assinatura e texto não identificam o sexo, além de cinco assinadas por representantes de empresas ou organizações públicas e privadas.

⁸⁸ Os títulos que trazem alguma identificação de seu/sua autor/a se encontram no APÊNDICE A.

⁸⁹ Os *e-mails* para enviar as cartas mantiveram-se com a denominação original: <courrierdeslecteurs@lemonde.fr> ou <mediateur@lemonde.fr>.

Houve uma variação grande entre o número de cartas por coluna: no mínimo uma e no máximo oito⁹⁰.

As cartas foram agrupadas e contabilizadas por temáticas e subtemáticas apresentadas a seguir primeiramente de uma forma global, através da Tabela 16, e na sequência detalhadamente.

Tabela 16 - Cartas Enviadas e Publicadas por Temáticas – Le Monde – jun. 2008

| Temáticas | Enviadas | | | Publicadas | | | |
|---------------------|--------------|------------|------------|------------|----------|---------------|------------|
| | Masculino | Feminino | Mas./Fem.* | Masculino | Feminino | Institucional | Mas./Fem.* |
| Política / Nacional | 234 | 57 | 0 | 2 | 4 | 1 | 0 |
| Economia | 63 | 10 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Internacional | 182 | 27 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 |
| Opinião | 86 | 16 | 1 | 2 | 1 | 4 | 1 |
| Esportes | 54 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cidades | 5 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cultura | 45 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ciência | 45 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Contato | 135 | 89 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 849 | 224 | 1 | 19 | 5 | 5 | 1 |
| TOTAL GERAL | 1.074 | | | 30 | | | |

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) Sem identificação de sexo.

a) política/nacional

Foram enviadas 291 cartas sobre essa temática, 234 masculinas e 57 femininas, entre elas foram publicadas duas masculinas e quatro femininas.

Os subtemas explorados por matérias e que receberam mais de uma carta foram: Maio de 68; casamento anulado; educação; incêndio no centro de retenção em Vincennes; saúde; e história da França em quadrinhos.

Observou-se que:

- na carta publicada sobre a história da França a edição acrescentou, ao lado do nome da autora, sua ocupação – escritora e historiadora –, dado que não consta da íntegra da carta,

⁹⁰ Dia 2, cinco cartas; dia 8, cinco cartas; dia 16, duas cartas; dia 21, três cartas; dia 23, cinco cartas; dia 26, uma carta; dia 28, uma carta; e dia 30, oito cartas.

- críticas sobre a forma como Nicolas Sarkozy governa a França foi tema central de 24 cartas, assinadas por 21 leitores e três leitoras, mas nenhuma delas figurou no *Courrier des lecteurs*,
- as cartas foram publicadas com o prazo máximo de 13 dias após seu envio, como foi o caso de uma carta sobre o casamento anulado.

Tabela 17 - Temática Política / Nacional – Le Monde – jun. 2008

| Subtemas | Enviadas | | Publicadas | |
|--------------------|------------|-----------|------------|----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Maio de 68 | 5 | 0 | 1 | 0 |
| Casamento | 26 | 8 | 1 | 1 |
| Educação | 20 | 3 | 0 | 1 |
| Vincennes | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Saúde | 9 | 2 | 0 | 1 |
| História Franca | 3 | 1 | 0 | 1 |
| Outros | 169 | 43 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 234 | 57 | 2 | 4 |
| TOTAL GERAL | 291 | | 7 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

b) economia

Foram enviadas 73 cartas sobre essa temática, 63 masculinas e 10 femininas, entre elas três masculinas foram publicadas.

Os subtemas explorados por matérias e que receberam mais de uma carta foram: combustíveis; impostos; e emprego.

Observou-se que as cartas foram publicadas com o prazo máximo de dez dias após seu envio, como foi o caso de uma carta sobre combustíveis.

Tabela 18 - Temática Economia – Le Monde – jun. 2008

| Subtemas | Enviadas | | Publicadas | |
|--------------------|-----------|-----------|------------|----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Combustíveis | 5 | 1 | 1 | 0 |
| Pacote Fiscal | 7 | 0 | 1 | 0 |
| Emprego | 9 | 3 | 1 | 0 |
| Outros | 42 | 6 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 63 | 10 | 3 | 0 |
| TOTAL GERAL | 73 | | 3 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

c) internacional

Foram enviadas 209 cartas sobre essa temática, 182 masculinas e 27 femininas, entre elas 12 masculinas foram publicadas.

Os subtemas explorados por matérias e que receberam mais de uma carta foram: Hiroshima; fome no mundo e Zimbábue; União Europeia; não irlandês ao Tratado de Lisboa; Vladimir Poutine; e Irã.

Observou-se que:

- sobre Hiroshima, o **Le Monde** divulgou duas fotografias, que mostravam amontoados de corpos de vítimas da bomba, e mais tarde reconheceu que, na verdade, as fotografias eram do terremoto de 1923, ocorrido ao redor de Tóquio,
- sobre a Irlanda, cinco cartas masculinas foram publicadas em um único dia, 23 de junho, tornando a coluna *Courrier des lecteurs*, daquela edição, monotemática,
- a carta sobre o Irã foi publicada 19 dias após ter sido enviada,
- a carta sobre a visita de Vladimir Poutine à França foi publicada 16 dias após o envio e 22 dias após o presidente russo ter desembarcado no país. Nela seu autor fez uma crítica ao fato de o **Le Monde** ter exaltado Poutine e não ter citado nada sobre os “horrores políticos” que aconteciam na Rússia, como o assassinato da jornalista Anna Politkovskaya, morta a tiros em sua casa, em 2006. Interessante observar que, na edição do dia anterior à publicação da carta, o jornal noticiou que quatro suspeitos do crime estavam detidos e que um procurador russo decidiu encerrar a investigação.

Tabela 19 - Temática Internacional – Le Monde – jun. 2008

| Subtemas | Enviadas | | Publicadas | |
|--------------------|------------|-----------|------------|-----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Hiroshima | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Fome Mundial | 2 | 1 | 2 | 0 |
| União Europeia | 23 | 3 | 2 | 0 |
| Irlanda | 27 | 2 | 5 | 0 |
| V. Poutine | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Irã | 9 | 1 | 1 | 0 |
| Outros | 119 | 20 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 182 | 27 | 12 | 12 |
| TOTAL GERAL | 209 | | 12 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

d) opinião

Foram enviadas 103 cartas sobre essa temática, 86 masculinas e 16 femininas. Foram publicadas duas masculinas, uma feminina, quatro institucionais e uma na qual não foi possível identificar o sexo.

Os subtemas explorados por matérias e que receberam mais de uma carta foram: a língua francesa; e Conselho de Imprensa.

Observou-se que:

- em uma das cartas publicadas sobre a língua francesa, entre a assinatura e o local de onde ela procedia, a edição acrescentou a antiga ocupação de seu autor – ministro das relações exteriores –, informação que não consta do texto na íntegra,
- as cartas sobre o Conselho de Imprensa foram publicadas num mesmo dia, tornando a coluna monotemática. Nela figuraram reflexões de uma leitora e quatro autoridades, tendo sido publicada sob outra rubrica: *Réactions e Courrier*,
- o intervalo máximo entre o envio das cartas e sua publicação foi de oito dias, como o caso de cartas sobre a língua francesa e o Conselho de Imprensa.

Tabela 20 - Temática Opinião – Le Monde – jun. 2008

| Sub-Temas | Enviadas | | | Publicadas | | | |
|--------------------|------------|-----------|------------|------------|----------|---------------|------------|
| | Mas. | Fem. | Mas./Fem.* | Mas. | Fem. | Institucional | Mas./Fem.* |
| Língua | 54 | 4 | 1 | 2 | 0 | 0 | 1 |
| Imprensa | 5 | 1 | 0 | 0 | 1 | 4 | 0 |
| Outros | 27 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 86 | 16 | 1 | 2 | 1 | 4 | 1 |
| TOTAL GERAL | 103 | | | 8 | | | |

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) Sem identificação de sexo.

e) outras temáticas

Outras temáticas receberam cartas, mas nenhuma delas foi publicada:

- esportes: 65 cartas no total, sendo 54 masculinas e 11 femininas,
- cidades: sete cartas no total, sendo cinco masculinas e duas femininas,
- cultura: 56 cartas no total, sendo 45 masculinas e 11 femininas,
- ciência e Tecnologia: 46 cartas no total, sendo 45 masculinas e uma feminina.

Foram enviadas outras 224 cartas que tratavam de um contato com o serviço de atendimento ao cliente, com reclamações sobre dificuldade de acesso ao jornal, problemas na entrega da versão impressa⁹¹ ou traziam respostas aos problemas de lógica propostos pelo jornal⁹². Entre elas, 135 foram assinadas por homens e 89 por mulheres.

⁹¹ Exemplo: “Foi impossível encontrar neste final de semana, de Paris até a *Provence*, o suplemento sobre a história da França em quadrinhos. Certas bancas já não tinham mais e outras nem mesmo receberam. Agradeceria caso vocês organizassem melhor a distribuição em bancas para as próximas edições”.

⁹² Exemplo: “Vocês deram uma solução do jogo número 587 (problema publicado em 10 de junho e solução publicada em número de 17 de junho) que me parece ser muito longa e muito complicada. Eis aqui a que eu encontrei e que me parece mais rápida. Com meus devotados sentimentos”.

Tabela 21 - Outras temáticas – Le Monde – jun. 2008

| Subtemas | Enviadas | |
|----------------------|------------|------------|
| | Masculino | Feminino |
| Esportes | 54 | 11 |
| Cidades | 5 | 2 |
| Cultura | 45 | 11 |
| Ciência e Tecnologia | 45 | 1 |
| Contato | 135 | 89 |
| TOTAIS | 284 | 114 |
| TOTAL GERAL | 398 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as cartas enviadas, algumas não tinham como objetivo maior a discussão de um conteúdo temático, mas atender a outros propósitos comunicativos.

- críticas e correções a posições e ideologias defendidas pelo jornal ou conceitos: 206⁹³, sendo 166 masculinas e 40 femininas.
- cartas com elogios ao jornal: 21⁹⁴, sendo 15 masculinas e seis femininas
- cartas que chamam a atenção para erros de ortografia, sintaxe e gramática encontrados em matérias e artigos do jornal⁹⁵: 20, sendo 17 masculinas e 3 femininas.

No **Le Monde** as cartas publicadas se enquadraram em quatro temas e 14 subtemas. Entre esses subtemas, todos foram objeto de matérias, reportagens ou artigos, ou seja, nenhum foi colocado em discussão por leitores e leitoras. Observa-se que a temática que mais recebeu cartas foi Política/Nacional – 291, sendo a

⁹³ Exemplo: “No atual contexto Ocidental, a aliança entre Estados Unidos e Israel contra o Irã (veja a entrevista escandalosa com Barack Obama publicada três dias atrás), este artigo é ultrajante e criminal. **Le Monde** ajuda a cavar a sepultura da França e da Europa pela estupidez e servilismo”.

⁹⁴ Exemplo: “Bravo por seu artigo. Obrigado por ter expressado tão claramente um assunto sobre o qual eu sempre fiz muita confusão”.

⁹⁵ Exemplo: “Devemos lembrar a Plantu e a seu eventual corretor, revisor que: Tu, Grande Guru, que não queres... seria correto pois “qui” está lá (o entre vírgulas está fora de campo) colocado para você (segunda pessoa). Tu, Grande Guru que não queresestá incorreto pois “qui” está então colocado para “Grande Guru” (terceira pessoa); é preciso então ortografar: Tu, Grande Guru que não quer... A presença ou não da vírgula após “Guru” muda tudo!” (na língua francesa existem dois pronomes relativos “que” e “qui”, que são utilizados de acordo com o sujeito ou objeto dispostos na frase. A correção do leitor se refere a essa regra gramatical).

segunda em número de cartas publicadas – 7. Em seguida figuram as cartas de contato, com 224 cartas enviadas e nenhuma publicada. Foi o tema internacional o que mais cartas teve publicadas – 12, sendo a terceira em número de cartas recebidas – 209. Depois vieram as temáticas Opinião, com 102 cartas enviadas e oito publicadas, e Economia, com 73 cartas enviadas e três publicadas. As demais temáticas não tiveram cartas publicadas.

Entre as cartas recebidas, cinco refletiram o ponto de vista de cartas publicadas no *Courrier des lecteurs*, como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 22 - Número de cartas analisadas sobre cada temática contendo referência a outras cartas publicadas pelo *Courrier des lecteurs* – jun. 2008

| Subtemas | Enviadas | |
|---------------------|-----------|----------|
| | Masculino | Feminino |
| Política / Nacional | 2 | 1 |
| Economia | 1 | 0 |
| Internacional | 1 | 0 |
| TOTAIS | 4 | 1 |
| TOTAL GERAL | 5 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

7 ANÁLISE DO DISCURSO DA ÍNTEGRA DAS CARTAS

De posse das cartas agrupadas por temáticas, subtemáticas e por sexo, separaram-se aquelas que tratavam de um mesmo fato e as que receberam um número considerável de cartas, tanto masculinas como femininas, tiveram seus discursos analisados. Dessa forma foi possível comparar os argumentos masculinos aos femininos, buscar suas semelhanças e diferenças. Foi analisado o discurso de 60 cartas do **Estado de Minas** e 92 do **Le Monde** com base na Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002). Buscou-se identificar a que valores e hierarquias leitores e leitoras recorrem, além dos lugares sobre quais fundamentam suas argumentações.

Além disso, entre as cartas analisadas, aquelas que foram publicadas no **Estado de Minas** e no **Le Monde** tiveram os textos editados confrontados com sua íntegra, o que possibilitou perceber se cada jornal modifica as cartas de seus/suas leitores/as e se interfere na produção de sentido das palavras daqueles/as que lhes escrevem.

7.1 Estado de Minas

Realizou-se a análise do discurso de 60 cartas sendo:

- a) 22 sobre Belo Horizonte, 14 enviadas por leitores e oito por leitoras;
- b) nove relatos de problemas de atendimento social dos/as próprios/as autores/as ou de terceiros, quatro assinadas por mulheres e cinco por homens;
- c) 14 sobre aborto e excomunhão, dez enviadas por leitores e quatro por leitoras;
- d) 15 sobre um escândalo no Tribunal de Contas do Estado - TCE, 11 enviadas por leitores e quatro por leitoras.

O **Estado de Minas** publicou cartas sobre esses quatro subtemas. Observou-se que a coluna deu às cartas que relatam problemas de atendimento social uma

atenção especial. Das nove enviadas, quatro foram publicadas. O subtema Belo Horizonte foi o que mais recebeu cartas e também o mais noticiado. É preciso lembrar que o escândalo do Tribunal de Contas do Estado estourou ao final da coleta das cartas, por isso não se pode concluir nada sobre o número de cartas enviadas e as publicadas pela coluna.

Tabela 23 - Matérias X cartas publicadas no Estado de Minas – fev./mar. 2009

| Subtemas | Matérias | Cartas enviadas | Cartas publicadas |
|---------------------------------|-----------------|------------------------|--------------------------|
| Belo Horizonte | 28(*) | 22 | 8 |
| Problemas de atendimento social | 0 | 9 | 4 |
| Aborto/Excomunhão | 6 | 14 | 3 |
| Tribunal de Contas | 9 | 15 | 1 |

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) Estimativa relativa aos subtemas abordados pelos/as leitores/as sobre BH.

7.1.1 Questões que envolveram Belo Horizonte

Discussões sobre a cidade ocupam normalmente várias páginas do jornal e são tratadas especificamente pela editoria Gerais, que inclui também notícias sobre o interior do Estado. Entre 09 de fevereiro e 10 de março, leitores e leitoras enviaram cartas nas quais pontuaram principalmente problemas que os/as atingiam diretamente. Treze subtemas foram retratados pelas cartas sendo que oito deles haviam sido tratados em reportagens ou artigos e cinco foram introduzidos na coluna pelos próprios leitores e leitoras. Entre os que foram abordados pelos jornalistas estão: rodoviária⁹⁶, patrimônio histórico⁹⁷, BHTrans⁹⁸, bandas pré-carnavalescas⁹⁹,

⁹⁶ Títulos e datas dos textos publicados sobre a rodoviária de BH: 22.02 - Tumulto no terminal; 26.03 - BHTrans e polícia militar reforçam a fiscalização no entorno do terminal para reduzir o impacto no trânsito da chegada das centenas de ônibus com foliões e viajantes; 05.03 - Nova Rodoviária - Lenga-lenga para definir local.

⁹⁷ Títulos e datas dos textos publicados sobre o patrimônio histórico: 28.02 - Patrimônio por um triz: Duas igrejas do século 18 em Congonhas pedem socorro para não virarem pó; 03.03 - Memória preservada: Parceria garante restauração de estação ferroviária de Andrelândia; 03.03 - Ladeira da discórdia: Ministério Público Estadual avalia impacto da revitalização de caminho histórico entre o Centro de Congonhas e a basílica dos profetas; 08.03 - Desafio de ordenar o tráfego no centro histórico de Ouro Preto; 09.03 - Casa Amarela está salva da destruição.

⁹⁸ Títulos e datas dos textos publicados sobre BHTrans: 14.02 - Mais baldeação de ônibus; 16.02 - Protesto marca troca de ônibus.

⁹⁹ Títulos e datas dos textos publicados sobre bandas pré-carnavalescas: 15.02 - Festa agita os bairros; 16.02 - BH põe os blocos na rua.

dengue¹⁰⁰, limpeza urbana¹⁰¹ e Vila Acaba Mundo¹⁰². Entre os temas introduzidos pelas cartas estão: segurança, revitalização da região central, BH Shopping, imóveis, cemitério da Saudade e maus tratos às árvores. 14 leitores¹⁰³ e oito leitoras¹⁰⁴ enviaram cartas.

Eles escreveram textos mais longos e elas mais curtos, como se pode ver ao comparar a média de palavras escritas por homens e por mulheres: 260 e 148 palavras respectivamente.

7.1.1.1 As 14 cartas de leitores

O jornal aparece como fonte de informação de quatro leitores que o situam em seus textos. Exemplo: “Antiga dúvida pessoal foi respondida na reportagem Um rio de problemas no coração de BH”¹⁰⁵. As demais não falam do jornal diretamente, porém quatro delas elogiam a forma como os jornalistas abordam a cidade. Exemplo: “Parabéns ao autor da matéria abaixo, pois soube sintetizar um episódio e conjugá-lo com a realidade de praticamente toda a Cidade”¹⁰⁶. Dessa forma, os leitores demonstram concordar com o tratamento dado pelo jornal às notícias sobre sua cidade.

Todas as cartas foram escritas em tom de reclamação, sendo que para 11 leitores a solução dos problemas não passa por suas mãos. Exemplo: “exigimos

¹⁰⁰ Títulos e datas dos textos publicados sobre a dengue: 10.02 - Artilharia reforçada contra o mosquito; 11.02 - Concentração da doença preocupa; 14.02 - Alerta de dengue por telefone; 20.02 - Confirmada primeira morte; 26.02 - BH cria plano especial para doentes de dengue; 27.02 - BH se arma contra a epidemia; 28.02 - Ameaça é maior que a de 1998; 01.03 - Dengue movimenta Upas; 04.03 - Cresce ameaça da febre hemorrágica; 06.03 - Isolar ‘dengoso’ é boa ideia; 07.03 - Cidadão põe a boca no trombone; 08.03 - Upas cheias e leitos da dengue vazios; 09.03 - Venda Nova: Posto de saúde só para dengue; 10.03 - Dengue vira briga de vizinhos.

¹⁰¹ Títulos e datas dos textos publicados sobre a limpeza urbana: 15.02 - Lixo urbano invade sítio; 10.03 - Lixo vai para fogueira.

¹⁰² Título e data do texto publicado sobre a Vila do Acaba Mundo: 05.03 - Vila Acaba Mundo.

¹⁰³ Quatro deles tratam do trânsito em BH, três sobre a rodoviária. Os demais subtemas são tratados por uma carta cada: administração municipal, árvores, revitalização do centro, BH Shopping, patrimônio, carnaval e segurança.

¹⁰⁴ Duas delas tratam do trânsito e os demais subtemas foram tratados por uma leitora cada: imóveis, árvores, dengue, carnaval, Vila Acaba Mundo e limpeza urbana.

¹⁰⁵ Trecho extraído de outra carta: “No Estado de Minas de hoje tem uma reportagem e uma foto [...]”.

¹⁰⁶ Trechos extraídos de outras cartas: “Primeiramente, parablenizo o EM pelas reportagens recentes que abordaram assuntos relacionados ao patrimônio histórico de Belo Horizonte”; “Se não fosse a confiabilidade depositada no repórter, poderia se dizer que ele apenas repetiu matéria dos anos anteriores”; “Sou leitor e assinante desse conceituado Jornal”; o jornal de vocês ainda é o único que respeita as tradições da família”..

uma providência da BHTrans a tempo e modo”¹⁰⁷. Um leitor chega a enumerar 68 sugestões de mudança no sistema de trânsito de Belo Horizonte.

As palavras indicam que os leitores se consideram impotentes frente às questões da cidade e de seu bairro, sendo que sua administração cabe principalmente à esfera pública, e, em alguns casos, à iniciativa privada, dois setores da sociedade mais fortes que os/as cidadãos/ãs individualmente. O governo – um valor, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) – é quem deve promover a melhoria na qualidade de vida da população. Nesse ponto percebe-se que a argumentação se faz com base numa hierarquia, ou seja, o Estado deveria agir primeiro, estar acima da ação do cidadão.

Sete deles relatam tentativas de reverter os fatos, mas mais uma vez se posicionam como impotentes frente à posição que ocupam diante das situações que enfrentam, cujo domínio pertence às instituições e não ao cidadão isoladamente. Exemplo: “Tentei falar pelo Disque BB, mas sem sucesso”¹⁰⁸.

Outros três leitores se inserem como corresponsáveis pela mudança que depende essencialmente da modificação de valores como a consciência cidadã de cada indivíduo. Eles sugerem ações para a população como um todo. Exemplo: “Ainda nos falta consciência histórica, a vontade de preservar sem ser pela obrigatoriedade de um tombamento”¹⁰⁹.

De certa forma, o jornal é considerado por todos como um veículo capaz de dar visibilidade aos problemas, o que facilita a busca da solução. Isso fica bastante claro nas palavras de um leitor: “Por favor, publiquem urgente esta carta, alertando as nossas famílias, autoridades e a prefeitura que é covarde e faz de conta que nada sabe”.

¹⁰⁷ Trechos extraídos de outras cartas: “Lugares como os arredores da rodoviária e adjacências merecem e necessitam urgentemente de requalificação e o prefeito Lacerda precisa manter a mesma motivação de seu antecessor”; “Como a PBH poderá agir, juntamente com a Promotoria Pública e a Polícia Militar e civil? Estamos apelando às Associações de Bairro, à Superintendência do BH Shopping ou à própria empresa executora que tomem uma posição imediatamente”; “No meu entendimento, falta acima de tudo vontade política”; “Ao invés de jogar nas mãos da prefeitura a decisão, não poderia o colégio, como proprietário dos imóveis, enxergar seu papel na construção de uma cidade melhor, tomar para si a responsabilidade de proteger o conjunto?”.

¹⁰⁸ Trecho extraído de outra carta: “Jamais vou me esquecer de meu pai quando na inauguração da atual rodoviária; não havia como transitar dentro da Rodoviária de BHte, não gosto nem de lembrar, [...] cancelei o meu passeio”.

¹⁰⁹ Trechos extraídos de outras cartas: “A população precisa ser melhor ouvida, para votar, com consciência, o Orçamento Participativo”; “Se queremos ter uma cidade jardim, teremos de cuidar das nossas árvores”.

Quatro buscam embasamento nas leis ou instituições públicas, falando na primeira pessoa do plural ou como cidadão inserido em uma sociedade. Exemplo: “Felizmente as atas do Conselho Deliberativo de Patrimônio Histórico, disponibilizadas no *síte* da prefeitura, nos permitem acompanhar”¹¹⁰. Dois leitores, inclusive, citam um direito básico da cidadania. Exemplo: “A Constituição Federal assegura o cidadão o direito de ir e vir, menos, àqueles que utilizam as vias de acesso no entorno da rodoviária de B.Horizonte”¹¹¹.

Ao colocar suas experiências individualmente e em grupo, ou suas expectativas como cidadãos inseridos num sistema de leis, os leitores posicionam as necessidades de sua região como de grande importância frente às demandas oriundas de todos os pontos da cidade.

Um dos leitores que reclamou da BHTrans qualificou seus administradores de “teóricos com suas lábias e o jeito manso de petistas natos e os motoristas de mal educados”. Outro rotulou os vereadores de Belo Horizonte de pessoas que sofrem “de pequenez de visão e de competência”. Já o leitor que abordou o bloco pré-carnavalesco o comparou à Sodoma e Gomorra e a seus foliões chamou de “bando de baderneiros e arruaceiros”; enquanto outro, ao tratar da administração da rodoviária, usou o termo “Filhos de Deus”; já a prefeitura e as empresas de ônibus rodoviários qualificou como “covardes”. Esses leitores sustentam esses pontos de suas argumentações no lugar da qualidade, visto que, ao depreciar os outros, se posicionam acima deles.

Dois recorrem a valores religiosos. Exemplo: “Temos que dar um fim nesta imoralidade. Por Deus, pela família, pelos nossos filhos e netos”¹¹². Um recorreu a personalidades já falecidas: “Acredito que os espíritos de Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto, Milton Campos [...] estejam voando em seu gabinete”.

Dois, entre os 14 leitores, citaram sua profissão: consultor/administrador estudioso dos problemas das cidades; advogado. Outros dois se identificaram de outra maneira: um se disse “autodidata” e outro “sou como meu pai, semi-

¹¹⁰ Trechos extraídos de outras cartas: “Lembramos que existe um Código de Posturas que deveria ter no BH Shopping seu maior defensor e o primeiro a respeitá-lo”; “A Constituição Federal assegura o cidadão o direito de ir e vir, menos, àqueles que utilizam as vias de acesso no entorno”.

¹¹¹ Trecho extraído de outra carta: “Afinal o direito de ir e vir é de todos que acessam aquele trecho da Rua São Roque”.

¹¹² Trecho extraído de outra cartas: “Escutei, não sei onde, guardei e dou de graça para quem quiser ouvir: DEUS limitou a inteligência do Homem, mas a ignorância, não”.

analfabeto”. Porém, a seguinte frase, retirada de uma das cartas resume melhor o que todos os outros que se identificaram apenas com seu nome parecem dizer: “ninguém precisa ser formado para saber que em uma cidade que cresce de forma tão intensa, cujo trânsito cada dia mais sobrecarregado”.

7.1.1.2 As oito cartas de leitoras

Apenas uma leitora cita o **Estado de Minas** como a fonte de informação sobre o tema: “Ao ler o Estado de Minas de hoje, verifiquei uma informação equivocada na página 2, sobre o título Vila do Acaba Mundo”. No entanto, cinco fazem apelos ao jornal especificamente. Exemplo: “Pelo amor de Seus, publiquem esta carta, pois não aguentamos mais este inferno”¹¹³.

Mais uma vez, vê-se o jornal colocado na posição de um veículo capaz de fazer a intermediação entre cidadão e Estado. Hierarquicamente, o Estado está numa posição de difícil acesso ao cidadão comum; mesmo sendo ele composto pelo voto de cada cidadão isoladamente; o mesmo não pode ser dito do **Estado de Minas**.

A noção de impotência fica mais clara ainda ao observarmos que, para seis leitoras, a solução dos problemas da cidade não passa por suas mãos. Exemplo: “Fico perguntando-me se não seria o caso da prefeitura retirá-la (a árvore) e plantar outra, antes que ela não aguente mais uma chuva”¹¹⁴.

Três cartas utilizam apenas verbos na terceira pessoa, do singular ou do plural. Exemplo: “É lamentável a situação de descaso, abandono, falta de manutenção e conservação no Cemitério da Saudade, chega a ser falta de respeito com os moradores de BH que pagam seus impostos”¹¹⁵. Essa carta, inclusive, foi a única que citou um dos deveres do cidadão que é o pagamento dos impostos. O

¹¹³ Trechos extraídos de outras cartas: “Agradecemos o apreço do Jornal na publicação; Como esta coluna do Jornal Estado de Minas tem grande repercussão, deixo registrado aqui o meu apelo”; “Deus lhes pague pela publicação”; “Bom Dia! Gostaria de fazer um apelo”.

¹¹⁴ Trechos extraídos de outras cartas: “Não sei o que está fazendo a Prefeitura de Belo Horizonte para combater a dengue. [...] O lixo está acumulado em vários locais”; “A Regional Leste da Prefeitura de Belo Horizonte, com apoio da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), precisa agir com todo o rigor possível”.

¹¹⁵ Trechos extraídos de outras cartas: “A Regional Leste da Prefeitura de Belo Horizonte, precisa agir [...] O cuidado com o lixo é nulo, vendo-se de tudo espalhado [...] Os lixeiros recolhem os sacos”; “Os procuradores da fazenda municipal de BH arrumaram o jeito [...] Somente os oficiais de justiça não [...] Eles já conseguiram”.

mesmo Estado de difícil acesso ao cidadão é colocado pelas leitoras como o maior responsável pelo bem estar de todos. Cinco relatam fatos ocorridos com elas. Exemplo: “O ônibus que utilizo na parte da manhã saia do ponto final com intervalo de 10 em 10 minutos”¹¹⁶.

Tudo isso reforça a ideia de que as leitoras enviam suas cartas na posição de cidadãs, que reivindicam seu direito junto às instituições que existem para manter a ordem. Porém, uma delas, ao reclamar de um bloco pré-carnavalesco, apela a valores, como a moral e bons costumes, como uma forma de restabelecer a ordem: “Cenas explícitas de sexo, selvageria, num total desrespeito aos cidadãos e cidadãs, que pagam seus impostos. Banheiros públicos são os muros de nossas casas Meu Deus, o que é isto? Agora, cenas de sexo ameaçam os moradores das ruas anexas, sem que ninguém faça nada”. Essa mesma leitora chama os foliões de “bando de vagabundos”; o bloco de “aberração” e o carnaval no bairro de “inferno”. Dessa forma, descredencia os foliões como cidadãos, se colocando acima deles, como vê na maneira como ela designa os moradores do bairro. Eles são “pessoas descentes”.

Duas falam em nome de outras pessoas. Exemplo: “Os moradores do bairro Castelo não concordam com a alteração do serviço de ônibus aos domingos e feriados”¹¹⁷. Essa ideia de pertencimento a um grupo social, em nome do qual se credencia a falar, faz parte de sua visão de cidadã.

¹¹⁶ Trechos extraídos de outras cartas: “Em frente ao nosso prédio há uma árvore que traz muita alegria, [...] mas hoje já não tenho mais coragem de estacionar meu veículo debaixo dela para aproveitar sua sombra”; “Tenho ligado a vários órgãos da Prefeitura para registrar minha reclamação e não obtive resultado”;

¹¹⁷ Trecho extraído de outra carta: “O bairro Santo Antônio, nós todos moradores e moradoras, não podemos mais permitir isto”.

7.1.1.3 As cartas editadas

Foram publicadas oito das 22 cartas enviadas sobre o subtema Belo Horizonte, sendo seis de leitores e duas de leitoras. Através da tabela abaixo se pode comparar o número de matérias publicadas sobre o subtema, o número de cartas enviadas e o número de cartas publicadas. O que chama a atenção é o fato de que temas como dengue e patrimônio histórico, retratados, respectivamente, por meio de 14 e cinco matérias, atraíram apenas uma carta cada, sendo que o jornal não publicou nenhuma delas. Também ficaram de fora da coluna os subtemas abordados pelas cartas: limpeza urbana, Vila Acaba Mundo, obras no BH Shopping, centro de BH, imóveis e árvores. Já o trânsito no em torno da rodoviária, que aparece em três matérias, recebeu quatro cartas, sendo que três delas foram publicadas. A íntegra das cartas publicadas sobre Belo Horizonte se encontra no **APÊNDICE D**.

Tabela 24 - BH – Matérias X Cartas publicadas no Estado de Minas – fev./mar. 2009

| | Matérias | Cartas Enviadas | Cartas Publicadas |
|-----------------------------------|----------|-----------------|-------------------|
| Rodoviária | 3 | 4 | 3 |
| Patrimônio Histórico | 5 | 1 | 0 |
| Bairro Castelo | 2 | 2 | 0 |
| Bandas Pré-Carnavalescas | 2 | 2 | 1 |
| Dengue | 14 | 1 | 0 |
| Limpeza Urbana | 2 | 1 | 0 |
| Vila Acaba Mundo | 1 | 1 | 0 |
| Temas Introduzidos pelos Leitores | - | 10 | 4 |
| TOTAL GERAL | | 22 | 8 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que, através dessas cartas, o jornal deixou clara sua posição em relação à transferência do terminal rodoviário para a periferia da cidade a começar pelos títulos criados pelos editores: “TRÂNSITO - Nova rodoviária é uma questão de bom senso”; “RODOVIÁRIA - Novo terminal tem absoluta prioridade”; “RODOVIÁRIA - Usuários não merecem sofrimento tão grande”. Essa posição ficou ainda mais clara quando se detectou que o **Estado de Minas** publicou uma matéria sobre o novo terminal no dia 05 de março, intitulada “Nova Rodoviária - Lenga-lenga para definir local”, dias após o envio e a publicação das cartas. Duas entre as três cartas foram

modificadas pela edição no que se refere apenas à adequação às normas de redação do jornal, como, por exemplo, substituir a palavra “rodoviária” por “terminal” e “última sexta-feira” por “dia 20/02”. O sentido original das cartas não foi alterado.

No entanto, a carta publicada em 02 de março não apenas teve grande parte de seu texto excluído, como contou com acréscimos. Três frases que encerram a carta, apesar de manterem o sentido do texto original, foram adicionadas e ganharam um ingrediente a mais: convocar os administradores para dar uma solução ao caso com certa urgência. “O certo, a meu ver, seria construí-lo nos arredores da capital, numa das saídas da cidade, bem longe do Hipercentro. Mas, pelo andar da carruagem, vamos trocar seis por meia dúzia. Torçamos para que haja bom senso de nossos administradores na hora de definir de vez a área para abrigar a nossa nova estação rodoviária”.

Ao acrescentar também o ponto onde poderia ser construída a nova rodoviária e a distância dele em relação ao centro, os editores deixam claro suas preferências e recorrem ao lugar da quantidade: “no Bairro Calafate, Região Oeste da cidade, distante apenas 3,5 Km da Praça Rio Branco”. Chamou a atenção também o fato de o jornal ter utilizado a expressão “bom senso”, que encerra um valor, em duas cartas, sendo que em nenhuma ela consta do original: “TRÂNSITO - Nova rodoviária é uma questão de bom senso” e “Torçamos para que haja bom senso de nossos administradores na hora de definir de vez a área para abrigar a nossa nova estação rodoviária”.

Interferência semelhante encontra-se na carta sobre o sambódromo de Belo Horizonte. Recebeu como acréscimo uma frase que reforça a ideia do leitor. Segundo o leitor: “as autoridades municipais devem fazer um capeamento no Ribeirão Arrudas [...]”. a edição acrescentou: “não há melhor local para construir o sambódromo da capital mineira”.

A edição da carta que protestava contra o bloco pré-carnavalesco também recebeu acréscimo no qual foi possível detectar a posição do jornal sobre o fato de escolher um local público, menos familiar, para a realização do evento, como a Praça da Estação, local sugerido pelo editor que não se encontra no texto original: “Que o grupo brinque e promova o que desejar em locais em que pode ser vigiado – em espaços como a Praça da Estação, no Centro da cidade – e não nas ruas do nosso tradicional Santo Antônio”.

A carta sobre o trânsito na Rua São Roque foi publicada sem modificações e a sobre os ataques a caixa eletrônico do Banco do Brasil sofreu interferências que não modificaram o sentido original do texto. Observa-se nesta última que foi no título, através da palavra DESCASO, que o jornal coloca seu ponto de vista em relação ao fato.

Na carta sobre o Cemitério da Saudade, a edição acrescentou que os velórios e sanitários são “uma vergonha”. Apelou também para valores, como a fragilidade das pessoas que o frequentam, ao dizer que “cemitérios abrigam restos mortais de nossos mortos, mas são as pessoas vivas que os visitam” e como elas passam lá “momentos ruins” em decorrência das próprias circunstâncias, o ambiente deveria ser ao menos confortável. O jornal coloca a responsabilidade da mudança dessa situação nas mãos do setor na prefeitura quando termina a carta acrescentando a frase: “Com a palavra a Regional Leste da Prefeitura de Belo Horizonte”.

Apenas a carta 3, que trata problemas de trânsito, não sofreu alterações para publicação. Abaixo tabela indicando a quantidade de palavras contidas na íntegra da carta, a quantidade de palavras removidas pela edição, a quantidade acrescentada e o número de palavras contidas no texto publicado. Chama a atenção a interferência feita nas cartas 1, 5 e 8. A carta 1, na qual uma moradora se queixa de exageros de um bloco carnavalesco, teve 51% das palavras de sua íntegra removidas e 44% das palavras do texto publicado foram acrescentadas pela edição. A carta 5, que trata da necessidade de se construir uma nova rodoviária em Belo Horizonte, teve 82% das palavras de sua íntegra removidas e 60% das palavras do texto publicado foram acrescentadas. Já a carta 8, que trata do cemitério da Saudade, teve 52% das palavras de sua íntegra removidas e 51% das palavras do texto publicado foram acrescentadas.

Tabela 25 - Número de palavras por carta – Belo Horizonte – fev./mar. 2009

| | Nº palavras na íntegra | Removidas pela edição | Acrescentadas pela edição | Nº palavras publicadas |
|---------|------------------------|-----------------------|---------------------------|------------------------|
| Carta 1 | 274 | 141 | 108 | 241 |
| Carta 2 | 196 | 8 | 4 | 192 |
| Carta 3 | 141 | 0 | 0 | 141 |
| Carta 4 | 80 | 5 | 15 | 90 |
| Carta 5 | 417 | 343 | 114 | 188 |
| Carta 6 | 189 | 7 | 2 | 184 |
| Carta 7 | 101 | 8 | 8 | 101 |
| Carta 8 | 150 | 79 | 76 | 147 |

Fonte: Dados da pesquisa.

7.1.2 Relatos de problemas de atendimento social

Entre 11 de fevereiro e 10 de março, cinco leitores e seis leitoras enviaram cartas nas quais narravam problemas diversos que os atingiam, sem que nenhuma das questões tratadas por eles e elas tenha sido objeto de matérias ou artigos publicados no **Estado de Minas**, até 15 dias antes do envio das cartas. Todas as 11 foram escritas em tom de reclamação, através de descrições, muitas vezes detalhadas, dos eventos. Eles escreveram textos mais longos e elas mais curtos, como se pode ver ao comparar a média de palavras escritas por homens e por mulheres, 367 e 311 palavras, respectivamente.

7.1.2.1 As seis cartas de leitoras

Os fatos narrados pelas leitoras diziam respeito a: escola infantil funcionando sem alvará e estrutura; golpe de plano de saúde falso; produto comprado pela internet; desvalorização da profissão de professor; problemas com a garantia de equipamento eletrônico; violação de bagagem em aeroporto; e falta de pagamento de abono à aposentada.

Percebe-se que, ao relatar seus problemas, as leitoras tiveram dois objetivos principais. O primeiro de fazer uma denúncia. Exemplo: “Fui no conselho tutelar em março de 2008 fazer uma denúncia contra uma escola infantil”¹¹⁸. O segundo

¹¹⁸ Trechos extraídos de outras cartas: “Venho por meio desse denunciar mais um golpe na praça. [...] um suposto médico com o nome de Renato anunciou que as pessoas que se interessasse em fazer

objetivo foi o de alertar a sociedade para que mais pessoas não fossem prejudicadas. Exemplo: “Preciso e devo com cidadã alertar a população sobre esse golpe”¹¹⁹.

Nesse sentido observa-se que as leitoras posicionam o jornal como uma instituição com poderes de influenciar os órgãos públicos na resolução dos problemas sociais. Percebe-se isso através dos apelos para publicação das cartas. Elas também se sentem desamparadas pelo Estado que deveria protegê-las. Exemplo: “Questiono o descaso das autoridades competentes”¹²⁰.

As leitoras se posicionaram na perspectiva de cidadãs e, para isso, recorreram a valores e estabeleceram hierarquias baseadas em princípios da sociedade civil, que deveria colocar a ética acima de tudo, porém nem sempre o faz. Nenhuma delas citou sua profissão.

7.1.2.2 As cinco cartas de leitores

Os fatos narrados pelos leitores diziam respeito a: problemas no recebimento de abono salarial; problemas com conta corrente em banco; transtornos em aeroportos; acidente provocado por brinquedo estragado em praça pública; e problemas nos horários de partida de ônibus saindo da rodoviária de Belo Horizonte.

Entre os leitores, percebe-se que o objetivo maior foi o de protestar contra a convivência dos órgãos públicos com os problemas por eles enfrentados. Exemplo: “É uma covardia o que a Prefeitura de Belo Hte (Secretaria de Transportes) bem como as empresas de ônibus rodoviários [...], pois estão inseridas ao sistema e sabem do problema”¹²¹. Mais uma vez, veem a hierarquia invertida.

filantropia e adquirir ao mesmo tempo um plano de saúde deveriam ligar”; “Escrevo para este renomado jornal [...] demonstrando minha insatisfação com um produto”.

¹¹⁹ Trechos extraídos de outras cartas: “Por favor publiquem, nos ajude a proteger as crianças e peço que seja uma denuncia anônima, mas se precisarem confirmar algo meu tel”; “É um absurdo, pois quando vimos algo de errado e recorremos a justiça nossas crianças continuam sendo maltratadas e ninguém faz nada”; “Reitero que meu objeto é registrar, mesmo que tardiamente, esse fato lamentável, de desrespeito, desonestidade, falta de profissionalismo e de total impunidade”; “Gostaria de compartilhar meu problema com os demais leitores, contribuindo para a garantia do direito do consumidor”; “Estou aguardando até hoje. [...] Como ficam os nossos direitos de consumidor final?”.

¹²⁰ Trechos extraídos de outras cartas: “Em contrapartida penso nos meus colegas de profissão que necessitam do salário de professor para sobreviver e é aí que vem a decepção quanto à desvalorização deste profissional que forma homens e mulheres desta nação”; “Deixo aqui minha indignação pela falta de consideração e respeito do nosso governador com aqueles que dedicam uma vida ao Estado são tratados como “ninguém” quando se aposentam”.

¹²¹ Trechos extraídos de outras cartas: “Quanto está ganhando um professor no Estado hoje? Menos que R\$100,00 (cem reais) mensais? Com a palavra a Secretaria da Educação”; “Por quanto que o

Um deles qualificou os aposentados como “pessoas desinformadas sobre seus direitos e com pouco poder de argumentação” e o povo brasileiro como aquele que “não desiste de voltar e resolver, rodando a baiana”. Ou seja, o povo é movido por valores como a perseverança e a esperança, apesar de sua pouca cultura. Já os empresários e o setor público, na pessoa de seus representantes, têm outras intenções. Um leitor chamou os encarregados de retirar as bagagens dos aviões de “verdadeiras malas” e outro qualificou de “incompetentes” os funcionários da prefeitura e das empresas de ônibus.

Apenas um recorreu à religiosidade ao dizer: “Meu Jesus... que loucura”. Nenhum deles citou sua profissão.

7.1.2.3 As cartas editadas

Quatro cartas sobre problemas de atendimento social foram publicadas, sendo duas masculinas e duas femininas. A íntegra de seus textos se encontra no **APÊNDICE E**. Foram descartadas pelos editores as que tratavam de transtornos em aeroportos, problemas com instituição bancária, acidente provocado por brinquedo em praça pública, escola sem alvará; golpe do plano de saúde, produto comprado pela internet, desvalorização do professor e problemas com garantia de equipamento.

Na edição da que trata da dificuldade para embarcar em ônibus na rodoviária durante o carnaval, nota-se o aproveitamento das palavras do leitor para fazer campanha a favor de um novo terminal através do acréscimo dessa questão à carta original: “Enquanto outra rodoviária não for construída, em caráter excepcional nestas épocas de grande afluxo de passageiros, os embarques para cidades praianas e históricas poderiam ser feitos em pontos diferentes da cidade, devidamente anunciados”. Uma ênfase no protesto também foi adicionada através da frase: “O que não pode é um cidadão comprar três passagens de ônibus leito para embarcar às 21h45 e, no início da madrugada, ter que desistir do passeio por esgotamento físico”. O leitor termina a carta dizendo que iria entrar com um processo por danos morais. A edição acrescentou contra quem esses processos

Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Minas Gerais vendeu a folha salarial dos funcionários públicos, mesmo!?”; “Segue texto de protesto referente à negligência do poder público municipal da cidade de Diamantina [...] Um ferro retorcido bem no fim do escorregador era o culpado. Não só ele! Esta lesão no pé da criança cai sobre as costas dos gestores municipais!”.

seriam impetrados: “a São Geraldo e a rodoviária”. A edição retirou os trechos nos quais o leitor fazia referências religiosas: “Porque estes ‘Filhos de Deus’”.

A outra carta trata das dificuldades que um leitor encontrou para receber seu abono salarial. As palavras modificadas pelos editores tiveram o objetivo principal de tornar o texto mais claro e coerente com a linguagem jornalística. Por outro lado, foram extraídas várias frases no final do texto que criticavam a Secretaria de Estado da Educação: “Às vezes penso que alguns setores da Secretaria da Educação estão precisando de aulas particulares de matemática. Nós temos que esperar para receber um mísero salário e, quando vem, ainda pagam o valor errado e, para receber a diferença temos que esperar por mais 30 dias, no mínimo. Isso se a Secretaria admitir o erro. O professor prejudicado tem que esperar para receber, sem nenhum acréscimo ou correção. Mas as nossas contas que ficam em atraso, em consequência dos erros de terceiros, temos que pagar com juros”. Porém, o tom de insatisfação com setor público se manteve através da última frase da carta – “Nós, funcionários públicos estaduais, gostaríamos de ser mais respeitados” –, assim como com a substituição da expressão original “Que horror!” pela expressão “Haja paciência!”.

A que tratava da violação de bagagem em aeroporto teve algumas palavras modificadas pelos editores, palavras que tiveram o objetivo principal de tornar o texto mais claro e coerente com a linguagem jornalística como, por exemplo, no lugar de Galeão a edição optou em colocar Aeroporto Tom Jobim. Porém, o texto publicado excluiu os questionamentos feitos pela leitora quanto aos mecanismos de defesa do passageiro, a fiscalização das empresas aéreas, o treinamento dos funcionários e principalmente o descaso das autoridades: “Questiono os mecanismos de defesa do passageiro roubado por um funcionário que é pago para realizar um serviço, se não de qualidade, pelo menos com honestidade. Questiono a fiscalização das empresas aéreas/aeroportos com relação a seus funcionários. Questiono sobre o treinamento que esses funcionários recebem. E, principalmente, questiono o descaso das autoridades competentes”. O protesto contra a impunidade, um dos traços mais marcantes da carta, também não aparece no texto que foi publicado: “Esse não é um fato isolado. É algo que ocorre inúmeras vezes por dias, nos vários aeroportos do Brasil e do mundo. Reitero que meu objeto é registrar, mesmo que tardiamente, esse fato lamentável, de desrespeito, desonestidade, falta de profissionalismo e de total impunidade”.

Já a carta que trata do abono concedido pelo Estado aos professores da rede pública teve poucas modificações. O destaque é a substituição de “o governador Aécio Neves” por “o governo”. Porém, mais adiante a edição manteve a frase “Deixo aqui minha indignação pela falta de consideração e respeito do nosso governador com aqueles que [...]”.

Abaixo tabela indicando a quantidade de palavras contidas na íntegra da carta, a quantidade de palavras removidas pela edição, a quantidade acrescentada e o número de palavras contidas no texto publicado. Nesse item, as interferências que mais merecem destaque são as encontradas nas cartas 2 e 3. A carta 2 teve 87% das palavras removidas de sua íntegra e o texto com o qual ela foi publicada teve 72% de palavras acrescentadas em relação ao texto original. Essa carta diz respeito à violação e roubo de bagagens em aeroportos. Já a carta 3 teve 91% das palavras removidas de sua íntegra e o texto com o qual foi publicada teve 88% de palavras acrescentadas. Essa carta diz respeito a problemas enfrentados por passageiros na rodoviária de Belo Horizonte.

Por outro lado, a carta 1, na qual uma professora reclama direito a um benefício, teve 8% de suas palavras removidas e 3,5% acrescentadas.

Tabela 26 - Número de palavras por carta – problemas de atendimento social – fev./mar. 2009

| | Na íntegra das cartas | Removidas pela edição | Acrescentadas pela edição | Publicadas |
|---------|------------------------------|------------------------------|----------------------------------|-------------------|
| Carta 1 | 148 | 12 | 5 | 141 |
| Carta 2 | 506 | 442 | 164 | 228 |
| Carta 3 | 391 | 357 | 261 | 295 |
| Carta 4 | 288 | 126 | 37 | 199 |

Fonte: Dados da pesquisa.

7.1.3 Questões que envolveram a igreja Católica

Leitores e leitoras enviaram cartas reagindo principalmente a duas notícias que envolveram a igreja Católica. O caso mais polêmico tratava de um aborto autorizado pela justiça brasileira. Leitores e leitoras refletiram, em suas cartas, declarações de membros do clero sobre esse fato. A igreja foi alvo também de

reportagens que diziam respeito ao Holocausto judeu¹²² e o jornal mais uma vez recebeu cartas transferindo para a igreja Católica o foco das discussões. Além desses dois assuntos, os próprios leitores introduziram no jornal a discussão sobre laicidade¹²³, pois ela não foi objeto de matéria específica por parte do **Estado de Minas**, pelo menos nos 15 dias que antecederam o envio das cartas. Porém, sobre o Holocausto e o laicismo apenas leitores se manifestaram, o que inviabilizou a análise baseada na comparação entre a argumentação de homens e de mulheres. O subtema que colocou a igreja Católica em foco e gerou mais polêmica refere-se a um caso de estupro que resultou em aborto.

Entre os dias 11 de fevereiro e 10 de março de 2009, 12 edições do jornal estamparam notícias sobre estupros, três deles envolvendo mulheres maiores de idade e cinco envolvendo menores¹²⁴. Os casos foram explorados pela editoria Política/Nacional, quando ocorridos fora de Minas Gerais, e pela editoria Gerais, quando ocorridos nos limites do Estado.

Importante observar que apenas dois fatos mobilizaram leitores/as a enviar sua opinião ao jornal. O primeiro se refere a seis notícias, publicadas entre os dias 12 e 21 de fevereiro de 2009¹²⁵, sobre a advogada brasileira Paula Oliveira, suspeita

¹²² Sobre o Holocausto, seis textos escritos por jornalistas e articulistas foram publicados, entre 10.02 e 28.02, e discutiam o afastamento do bispo Richard Williamson do cargo que ocupava como diretor da Fraternidade Sacerdotal de São Pio X, em Buenos Aires. A medida foi tomada por membros da igreja Católica que acharam inadequada a declaração na qual o bispo negou o Holocausto. O assunto foi tematizado dentro da editoria Internacional reproduzindo principalmente opiniões que condenavam a posição do religioso. Foram enviadas cinco cartas sobre o subtema, todas masculinas. Não faremos a análise delas pelo fato de as leitoras não terem se manifestado sobre esse subtema.

¹²³ Sobre o laicismo, acredita-se que, influenciado pelas discussões sobre a interferência da religião na cidadania, iniciada pelos debates em torno do Holocausto, um leitor tenha sido motivado a enviar carta enfocando a laicidade e sua influência na disseminação da violência. O tema não surgiu em reportagens e artigos publicados no **Estado de Minas** pelo menos nos 15 dias que antecederam o envio da carta, ou seja, 23 de fevereiro. A carta publicada em 25.02 teve seu ponto de vista contestado por outro leitor em texto enviado dia 27.02. Como nenhuma leitora se posicionou sobre esse subtema, também não foram analisadas as cartas sobre ele. No dia 08.03, o laicismo foi novamente focado nas páginas do jornal. Dessa vez por um colunista, da editoria Política/Nacional, que, através do texto intitulado *Estado laico?*, criticou a tentativa da igreja Católica de interferir na legislação do aborto. Na sua visão, o aborto deveria ser tratado apenas como assunto de Estado.

¹²⁴ Datas e títulos: 11.02 - Justiça solta preso e manda avisar vítima; 18.02 - BARBÁRIE - Jovem violentada reconhece agressor; 19.02 - INVESTIGAÇÃO - Encontro pela internet acaba em estupro; 19.02 - Pedofilia; 23.02 - VIOLÊNCIA - Lavrador mata e estupra menina; 25.02 - BARBÁRIE - Polícia investiga vida de esturador; 27.02 - VIOLÊNCIA - Morre acusado de estupro; 28.02 - BARBÁRIE - Preso suspeito de estupro; 01.03 - SARZEDO - Preso suspeito de estupro mulheres; 04.03 - ABUSO SEXUAL - Pedofilia cai 22% no Brasil; 06.03 - ABUSO SEXUAL - Gaúcha de 11 anos está grávida do pai adotivo; 10.03 - DESEMPREGADO - Acusado de estupro.

¹²⁵ Datas e títulos: 12.02 - VIOLÊNCIA - Brasileira atacada na Suíça perde bebês; 13.02 - SUÍÇA - Itamaraty critica xenofobia; 14.02 - BRASILEIRA AGREDIDA - Exames suíços negam gravidez; 15.02 - BRASILEIRA AGREDIDA - Pai não confirma gravidez; 18.02 - POLÊMICA NA SUÍÇA - Brasileira recebe alta de hospital; 19.02 - SUPOSTA AGRESSÃO - Suíça indícia brasileira; 21.02 - POLÊMICA - Jornalista suíço sob investigação.

de ter sido torturada por neonazistas em Zurique e, em consequência do ataque, teria abortado os gêmeos que esperava. Ao final das investigações, a polícia Suíça concluiu que tanto o ataque quanto a gravidez foram inventados pela brasileira. O assunto foi tematizado dentro da editoria Internacional reproduzindo principalmente opiniões que defendiam a integridade da advogada. A editoria Opinião recebeu apenas uma carta, em 21 de fevereiro, na qual seu autor aproveita o ocorrido não para tratar do fato em si, mas para afirmar que o brasileiro é mal tratado fora do país em decorrência de sua cultura e da incompetência de seus governantes. Sua carta não foi publicada.

O segundo fato se refere ao estupro de uma menina de nove anos, realizado pelo padrasto, que resultou numa gravidez de gêmeos, posteriormente abortada com base na legislação brasileira. O **Estado de Minas** o identificou como “Caso de Pernambuco” e o tratou dentro da editoria Política/Nacional, visto que a família da menina vivia em Alagoinha, PE¹²⁶.

O fato aparece no jornal, pela primeira vez, no dia 28 de fevereiro. Dia 02 de março foi divulgada a notícia do aborto, mas a polêmica sobre o caso junto aos/as leitores/as teve início após a mãe da menina e a equipe médica que realizou o aborto terem sido ameaçados de excomunhão pela igreja Católica, na pessoa do bispo de Olinda. “Arcebispo considera aborto pior que estupro” foi manchete no dia 07 de março, sendo que a declaração de Dom José Cardoso Sobrinho, de que “o padrasto cometeu um pecado gravíssimo, mas que mais grave que isso foi eliminar uma vida inocente”, motivou grande parte das 14 cartas recebidas pelo jornal, sendo 10 assinadas por leitores e quatro por leitoras.

O subtema aborto e excomunhão surge na coluna no dia 04 de março; porém, o período de abrangência da pesquisa terminou em 11 de março, tornando impossível precisar até quando ele persistiu. O que foi possível detectar é que os leitores iniciaram a discussão mais cedo que as leitoras. A primeira carta enviada foi masculina e chegou à redação em 04 de março, exatamente no dia em que foi noticiada a excomunhão. As mulheres demoraram mais a reagir; a primeira carta feminina foi enviada em 08 de março, após o bispo anunciar que o aborto era mais grave que o estupro. Eles também escreveram textos mais longos que elas, como se

¹²⁶ Datas e títulos das matérias: 28.02 - ABUSO SEXUAL - Preso suspeito de estupro; 02.03 - ABUSO SEXUAL - Geração será interrompida; 05.03 - ABUSO SEXUAL - Menina de nove anos tem gravidez interrompida; 07.03 - POLÊMICA - Arcebispo considera aborto pior que estupro; 07.03 - POLÊMICA - Lula defende médicos e critica excomunhão; 08.03 - POLÊMICA - Arcebispo rebate críticas de Lula.

pode ver ao comparar a média de palavras escritas por homens com a média de escritas por mulheres, 246 e 125 respectivamente.

7.1.3.1 As dez cartas de leitores

Pelo menos cinco leitores se declararam adeptos do catolicismo ou do cristianismo, mas fizeram ressalvas quanto às leis da igreja. Exemplo: “Como católico que sou, muito me admirei pelas iniciativas infelizes destes verdadeiros representantes da Igreja”¹²⁷. Ao relativizar o poder que a crença exerce sobre eles em comparação com as leis civis, os leitores clamam pela aplicação das leis civis, caso a situação envolva o bem-estar social, e pela promoção de valores como a moral e a dignidade.

Isso também é claramente visto através do posicionamento de todos no sentido de condenar a atitude do bispo de Olinda. Nove basearam sua argumentação na separação Igreja/Estado, ou seja, num valor – a lei civil –, como se pode ver pelo exemplo: “Eu gostaria de amar a Deus de forma mais democrática, sem permitir que humanos como eu venham a me dizer o que é certo ou o que é errado e, diante de tanta hipocrisia da Igreja de Roma, se quiserem me excomungar eu não vou achar ruim”¹²⁸.

Apenas um não admite o laicismo e preferiu concentrar sua queixa sobre a forma como uma articulista do jornal tratou o tema: “Discutir abertamente, para ela (a jornalista), é deixar de lado a filosofia, a ética e a religião? E em quê, então, basear-se-ia tal discussão? [...] Faço questão de esclarecer que [...] também me indignei com a postura e atitude do arcebispo de Olinda e Recife. Daí a fazer a apologia do aborto e condenar a defesa da vida, excluindo da discussão seus partidários, vai uma grande diferença”. Seu argumento tem base em valores como a filosofia, a ética e a religião. Porém, ele demonstra, através das palavras finais, o drama que lhe

¹²⁷ Trechos extraídos de outras cartas: “Estranhamos a rapidez como a Igreja agiu para o julgamento, não respeitaram o que Jesus disse, Não julgueis para não seres julgado”; “Lembraram somente dos fetos alegando a ceifação de inocentes que ainda estariam por nascer e esqueceram que esta gravidez estaria trazendo, com certeza, a ceifação da vida da criança portadora daqueles fetos”.

¹²⁸ Trechos extraídos de outras cartas: “já passou da hora da sociedade parar de tentar convencer esses profissionais da fé a diferença entre o que é de Deus é de Deus, o que é do homem é do homem”; “a religião não pode e nem deve determinar autoritária e unilateralmente o comportamento da sociedade. [...] nenhuma visão religiosa deve imperar – arbitrariamente – sobre a consciência dos cidadãos”; “Se o estado não interfere nas ações da igreja nada mais justo que do que a igreja respeitar as leis vigentes no País”.

causa a fenda aberta entre sua condição de crente e sua condição de cidadão: “Faço questão de esclarecer que [...] também me indignei com a postura e atitude do arcebispo de Olinda e Recife”.

Esse mesmo drama foi resolvido por outro leitor que deslocou a problemática da igreja para o bispo de Olinda. Diz ele “O bispo [...] falou em nome pessoal e não da Igreja Católica. [...] Sua posição não pode ser assumida como uma posição oficial da Igreja Católica no Brasil”. Recorreu a valores como a igreja e seus representantes, colocando cada um em sua posição hierárquica: primeiro a instituição, depois seus homens. Destacou a superioridade da instituição igreja frente aos seres humanos que respondem por ela.

Outros preferiram apelar para o perdão de Deus, tanto para si e para os responsáveis pelo aborto, quanto para o bispo. Exemplos “Que Deus me perdoe”¹²⁹. Nesse ponto já se percebe a presença de valores como a intervenção divina. Deus está acima das leis da igreja e da lei dos homens.

Mas esses mesmos leitores, ao tratarem do fato dentro do contexto terreno, dividem seu drama com a própria igreja tirando dela sua aura divina. Ela se iguala aos homens, pois peca ao não condenar seus membros que falham no que se refere à honra, à dignidade e à idoneidade moral. Portanto, como pecadora, deveria apoiar as leis civis. Exemplo: “como ficam os milhares de Padres, Bispos, tidos como Pedófilos, Homossexuais, que [...] quando descobertos são recolhidos ao Vaticano sem nenhum tipo de julgamento?”¹³⁰

E é em valores – como as leis civis e biológicas – que eles se baseiam para justificar por que se posicionaram a favor do aborto. Exemplo: “O Código Penal Brasileiro admite o aborto em duas hipóteses”¹³¹. Um leitor lembrou ainda de outra

¹²⁹ Trecho extraído de outra carta: “Dom José Cardoso Sobrinho necessita de oração, para que, nesta quaresma, ele se converta e seja sinal de comunhão entre Deus”.

¹³⁰ Trechos extraídos de outras cartas: “será que pegaria mal excomungar o bandido, visto que já houve casos semelhantes praticados por religiosos e ninguém foi excomungado?”; “A vaidade pessoal do bispo falou mais alto do que aquilo que é próprio de quem é pastor: ser sinal de Deus na vida, para consolar os que sofrem injustamente”.

¹³¹ Trechos extraídos de outras cartas: “foi consequência de um mal necessário para salvar a vida de uma das três vidas que seriam perdidas”; “Esses senhores [...] não têm nenhum compromisso e condescendência com os mais básicos princípios fundamentais dos nascituros, tais como nascer e viver de maneira digna, sendo amado, querido, desejado e protegido por seus progenitores, pois fruto de uma decisão amadurecida e consciente”; “necessitou submeter-se a um aborto até mesmo por questões de ordem física e biológica [...] Não há nada de ilegal nisto, muito menos é necessário mudar uma linha sequer da legislação vigente!; e com certeza absoluta esta inocente não comporta dar a luz”.

lei – a dos próprios criminosos: “o estupro não é aceito nem pela comunidade carcerária, o que dizer da vítima e seus familiares”.

Na visão deles, a gravidez não é compatível com a condição de criança que a menina/mãe ocupa, o que levou a uma inversão hierárquica. Quando era ela quem deveria estar sendo criada e protegida, a igreja queria forçá-la a ocupar a posição de criadora e protetora. Os valores aqui se apresentam: os leitores são solidários, e reivindicam que a menina seja tratada com lealdade pela igreja e que o padrasto seja condenado por quebra de confiança, como fez a justiça. De certa forma, os leitores buscam comprovar a superioridade das leis civis sobre as religiosas, pelo ao menos no contexto do fato analisado.

Esses valores, lugares e hierarquia estão presentes também na qualificação que os leitores fazem dos sujeitos envolvidos no caso. Para eles, o padrasto é “monstro, facínora, crápula, bandido”; os membros da igreja são “justiceiros da moral e dos bons costumes, Reverendíssimos e autodenominados representantes de Deus, profissionais da fé”; a igreja Católica é “hipócrita e seita”; e a menina “inocente, imatura, frágil e franzina”.

E eles ainda fazem um diagnóstico da posição atual da igreja, prevendo seu futuro, caso ela não modifique seus valores. Exemplo: “Será que a igreja não está na hora de rever sua posição ou o Vaticano continuará perdendo milhares de fiéis para outras doutrinas ditas mais evoluídas?”¹³².

Quatro leitores citaram o **Estado de Minas** como fonte de informação sobre o caso e dois fizeram questão de citar sua profissão: um é procurador da justiça aposentado do Ministério Público de Minas Gerais e outro advogado e professor aposentado da rede municipal de ensino.

7.1.3.2 As quatro cartas de leitoras

O posicionamento de todas elas em relação ao fato também foi o de condenar a atitude do bispo de Olinda. Uma delas questiona: “Como excomungar médicos que tinham diante de si um quadro dos mais angustiantes, lembrando que [...] muitos são pais e mães? Para outra esse bispo naturalmente não tem filhas, nem netas e não deve ter apreço por nenhuma criança nesta idade”. As leitoras valorizam a harmonia

¹³² Trecho extraído de outra carta: “uma posição tão radical demonstra que nossa igreja parou no tempo; a excomunhão, na concepção do bispo, está ultrapassada e antiquada”.

familiar, ao apelar para sua configuração – pai, mãe e filhos –, e a inocência infantil. Posicionam o ato do aborto como perdoável quando a grávida é uma criança vítima de estupro, fato moralmente inaceitável. Isso pode ser visto mais claramente no exemplo: “Sou contra o aborto provocado, mas nesse caso seria trocar a vida da menina pela dos embriões”¹³³. A vítima do estupro e do aborto é um “ente vivo, ainda imaturo” e deve-se considerar primeiro seu bem estar físico e emocional.

Interessante observar que duas delas levantaram a bandeira da liberdade da mulher para fazer da vida o que desejam. Da forma como escrevem, defendem a não ingerência, tanto da igreja quanto do Estado, sobre seus corpos. Nota-se aqui o lugar da pessoa, ao destacar seu direito à autonomia, e a colocação da decisão individual acima daquilo que a sociedade civil ou a igreja acreditam ser o melhor para a mulher.

Uma leitora ainda questiona: “como excomungar alguém que foi traída como mãe, mulher e esposa?”, referindo-se à mãe da menina de nove anos. A frase destaca um valor - a moral da mãe, sua autoestima, e de mulher-esposa -, cujo marido foi capaz de trocá-la por outra que era sua própria filha. O padrasto foi infiel e desleal em todos os aspectos também na visão de outra carta: “O bispo deveria sim ter manifestado mais seriamente sobre o estuprador, real criminoso nesta história toda”.

A deslealdade está presente também entre os membros da própria igreja, segundo o julgamento das leitoras. Elas questionam com que autoridade moral a igreja julga seus fiéis visto que “todos os pedófilos do mundo deveriam ser excomungados e não é bem assim que tem acontecido”, dando a entender que a própria igreja não é capaz de condenar seus membros acusados de pedofilia.

Uma das cartas recorre a outro fato semelhante noticiado pelo jornal na mesma época sobre o qual a igreja preferiu não se posicionar: “E porque a CNBB não excomungou o estuprador do Paraná que matou uma jovem de 20 anos e deixou paraplégica uma jovem cheia de vida?” Através da comparação, a leitora tenta dar credibilidade às suas palavras; quer transparecer que tem conhecimento dos “pecados” da própria igreja, o que a têm levado ao descrédito junto aos seus fiéis.

¹³³ Trechos extraídos de outras cartas: “Não estou aqui fazendo apologia ao aborto pura e simplesmente, apenas defendendo o direito das mulheres de levarem uma vida normal”; “Independente de sua idade, a mulher tem direito ao aborto, no caso de uma gravidez decorrente de violência sexual”.

Duas cartas mostram claramente a hierarquização estabelecida pelas leitoras em relação à sua posição de crente e sua posição de cidadã. Exemplo: “Sou católica fervorosa e foi com muita tristeza que soube do pronunciamento do bispo”¹³⁴. Ao transferir o problema para as questões internas do Vaticano, nos parece que as leitoras, principalmente as que se declararam católicas, buscam trazer para si o “perdão” para sua posição a favor do aborto. Isso fica mais claro na seguinte frase de uma delas: “Sei que muitos ao lerem minha opinião também vão querer me excomungar, mas, como mulher, mãe e avó, acho que está na hora das religiões reverem seus dogmas”.

Uma entre as quatro cartas constrói sua argumentação com base nas leis civis. Percebe-se que um valor - a vida - é mais valorizado que outro - a fé.

O aborto é qualificado pelo Vaticano¹³⁵ como pecado de extrema gravidade, particularmente perverso e abominável; um crime passível de excomunhão em qualquer circunstância. Já para a justiça brasileira¹³⁶ é considerado crime, exceto em duas situações: de estupro e de risco de vida materno. No caso das leitoras, mesmo as que se declararam católicas, as regras religiosas devem ficar restritas ao âmbito da igreja e as leis civis devem ficar restritas ao âmbito do Estado. Uma delas acrescenta um terceiro sujeito à discussão, o que contribui para dar ao Estado um *status* de maior valor que o dado à religião: “A atitude incompreensível teria o objetivo de proibir a ciência de discordar de dogmas fundamentalistas, para que não incitem outros a refletir sobre a posição da Igreja?”

No “Caso de Pernambuco”, as questões espirituais foram sobrepostas por valores como a liberdade de escolha e o direito à justiça. Elas se posicionaram como leitoras solidárias e preocupadas mais com a questão da cidadania do que com o que a religiosidade lhes reserva caso suas regras não sejam cumpridas. Duas delas colocam a profissão que exercem: assistente social e advogada.

¹³⁴ Trecho extraído de outra carta: “Sou católica, mas me assusta a posição do clero diante de tal atrocidade”.

¹³⁵ Ver a 58ª encíclica do *Evangelium Vitae*, de autoria do Papa João Paulo II, 1995. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 15 nov. 10.

¹³⁶ Artigo 125 do Código Penal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 15 nov. 10.

7.1.3.3 As cartas editadas

A tabela abaixo mostra quantas cartas foram enviadas e publicadas sobre cada um dos subtemas que envolvem a igreja Católica. Interessante observar que casos diversos de estupro e aborto foram tema de 18 matérias e receberam apenas uma carta. Já o “Caso de Pernambuco” foi foco de seis reportagens¹³⁷ e recebeu 14 cartas, sendo que três delas foram publicadas, duas masculinas e uma feminina. A íntegra dos textos dessas cartas se encontra no **APÊNDICE F**.

Tabela 27 - Igreja – Matérias X Cartas publicadas no Estado de Minas – fev./mar 2009

| | Matérias | Cartas Enviadas | Cartas Publicadas |
|---------------------------|-----------------|------------------------|--------------------------|
| Holocausto | 6 | 5 | 4 |
| Laicismo | 0 | 1 | 1 |
| Casos de Estupro e Aborto | 18 | 1 | 1 |
| Aborto/Excomunhão | 6 | 14 | 3 |
| Totais | 30 | 21 | 9 |

Fonte: Dados da pesquisa.

A edição da primeira carta manteve seus três pontos centrais. Primeiro, o de transmitir a indignação do leitor em relação à excomunhão: “Estranhamos a rapidez como a Igreja agiu para o julgamento, não respeitaram o que Jesus disse, Não julgueis para não seres julgado. Pergunto e ele se excomungou o do padrasto”. Segundo, o de condenar o padrasto: “a vítima do terrível horror foi uma inocente criança de 9 anos, nascida em Alagoinha, Pe. que foi estuprada e engravidou de gêmeos do Padrasto”, apesar de ter retirado o adjetivo que o qualificava: “um monstro”. E, terceiro, o de condenar também a forma com a qual a igreja vem lidando com os escândalos sexuais envolvendo seus membros: “E como ficam os milhares de Padres, Bispos, tidos como Pedófilos”. O tom de tristeza e decepção, com toda a situação gerada desde o estupro ao aborto e a polêmica em torno dele, também se fez presente, mantendo os valores pretendidos pelo leitor. Porém, um ponto central que introduz a polêmica foi retirado. Observa-se que o editor da coluna

¹³⁷ Datas e títulos das matérias: 28.02 – ABUSO SEXUAL – Preso suspeito de estupro; 02.03 – ABUSO SEXUAL – Gestação será interrompida; 05.03 – ABUSO SEXUAL - Menina de nove anos tem gravidez interrompida; 07.03 – POLÊMICA – Arcebispo considera aborto pior que estupro; 07.03 – POLÊMICA – Lula defende médicos e critica excomunhão; 08.03 – POLÊMICA – Arcebispo rebate críticas de Lula.

optou por excluir a referência aos grupos de defesa dos direitos humanos e ao Vaticano e aos homossexuais na tentativa de igualá-los aos pedófilos. Foi retirada também do texto original parte da descrição dos fatos: “pela medicina foi atestado que a inocente criança ficou grávida de gêmeos e que corria risco”.

Os editores deixaram o leitor defender apenas a fragilidade dela em decorrência da sua idade, ao cortar grande parte da segunda carta, a começar pelos adjetivos com os quais o autor descreve a menina: “criança, imatura ainda, fraca fisicamente e inapta para tamanho sacrifício”, e toda a argumentação baseada nos termos da lei: “o art. 128 do Código Penal Brasileiro prevê o aborto necessário ou terapêutico”. Permanece o valor presente na argumentação, porém sem a hierarquia explícita da lei civil em relação à religiosa. Inclusive a edição retirou um drama do leitor que é católico: “não quero discutir os dogmas e mandamentos da religião”.

Na terceira carta, o editor optou por suprimir os exemplos pessoais da autora: “Olho para minhas netinhas e não consigo nem imaginar que tal mal possa ocorrer com elas”, assim como e a solução que ela dá ao problema: “Acho que todos os pedófilos do mundo deveriam ser excomungados e não é bem assim que tem acontecido”. Apesar disso, manteve o sentido de solidário da carta.

Ficaram de fora da coluna principalmente os seguintes argumentos presentes nas cartas descartadas pela edição: a crítica feita à interpretação de um articulista sobre a laicidade, a falta de condição física da menina para levar adiante a gravidez, as referências às leis civis, ou seja, aos valores como a separação da igreja do Estado; e referências a outros casos de violência sexual.

As três cartas não sofreram acréscimos para publicação, porém tiveram palavras removidas. A que sofreu maior interferência foi a carta 2 que teve 75% de suas palavras retiradas. Abaixo tabela indicando a quantidade de palavras contidas na íntegra da carta, a quantidade acrescentada e o número de palavras contido no texto publicado.

Tabela 28 - Número de palavras por carta – Aborto/Excomunhão – fev./mar. 2009

| | Na íntegra das cartas | Removidas pela edição | Acrescentadas pela edição | Publicadas |
|---------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|------------|
| Carta 1 | 344 | 104 | 0 | 240 |
| Carta 2 | 268 | 202 | 0 | 66 |
| Carta 3 | 162 | 40 | 0 | 122 |

Fonte: Dados da pesquisa.

7.1.4 O escândalo no Tribunal de Contas do Estado

No período entre 08 e 10 de março de 2009, leitores e leitoras enviaram cartas reagindo a um escândalo envolvendo deputados estaduais que ocupavam cargo de conselheiro no Tribunal de Contas do Estado. A primeira denúncia foi publicada dia 08 de março¹³⁸.

Até dia 10 de março, nove textos sobre o subtema haviam sido publicados¹³⁹ pela editoria Política/Nacional, que passou a chamar o fato de “Conselho de marajás”. 11 leitores e quatro leitoras enviaram cartas. A repercussão do subtema entre os/as leitores/as teve início no mesmo dia em que o escândalo foi divulgado, porém, como ele surgiu na coluna no dia 08 de março e o período abrangido pela pesquisa ter terminado três dias depois, não foi possível precisar até quando a discussão persistiu.

Os homens escreveram textos mais curtos e as mulheres mais longos, como se pode ver ao comparar a média de palavras escritas por homens e por mulheres, 131 e 171 respectivamente. Acredita-se que a extensão dos textos femininos tenha se dado principalmente porque elas acrescentaram outros fatos da mesma ordem às suas cartas. Já os homens preferiram apenas citar as instituições públicas que se veem frequentemente envolvidas em escândalos.

¹³⁸ A matéria de capa, intitulada A corte dos marajás, dizia, “Documentos obtidos pelo **Estado de Minas** revelam um segredo guardado a sete chaves por muitos anos: os super-salários dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. [...] Os ganhos indevidos vieram à tona depois da Operação Pasárgada, da Polícia Federal, em que três deles acabaram indiciados por corrupção passiva e formação de quadrilha”.

¹³⁹ Datas e títulos das matérias: 08.03 - Conselho de Marajás; CONSELHO DOS MARAJÁS - Gritante desrespeito à lei; Um tribunal paradisíaco; 09.03 - CONSELHO DOS MARAJÁS - MP quer devolução de benefícios do TCE; CONSELHO DOS MARAJÁS - Um tribunal que não presta contas; 10.03 - CONSELHO DOS MARAJÁS - Braz omite da receita uma ilha particular; CONSELHO DOS MARAJÁS CPI do Rio busca munção; MP quer detalhes de remunerações; ESCÂNDALO - Dono de Castelo se defende.

7.1.4.1 As 11 cartas de leitores

Apesar de ter sido o **Estado de Minas** o primeiro órgão de imprensa a repercutir o caso, apenas três leitores o citaram como fonte de informação sobre o tema. Exemplo: “Estarrecedora a reportagem do Estado de Minas de ontem, mostrando os benefícios dos conselheiros do TCE”. Eles inclusive fizeram elogios ao tratamento dado à notícia pelo jornal. Exemplo: “Parabéns pelo grande trabalho sobre o TCE. Sinto-me hoje mais confortável como cidadão brasileiro”¹⁴⁰.

Embora não tenham sido explícitas, outras cartas também depositaram na imprensa o poder de denunciar e auxiliar o estabelecimento da justiça, ao mesmo tempo em que exclui a sociedade civil como sujeito capaz de provocar mudanças em sua própria estrutura, estabelecendo assim uma hierarquia. Exemplo: “Todos os dias a sociedade brasileira tem conhecimento, através dos jornais e televisão, de mais uma das falcatruas e vantagens de nossos políticos”¹⁴¹.

Já a responsabilidade de apuração das denúncias foi deslocada para o poder público. Exemplo: “Depositemos agora nossa esperança no Ministério Público que façam a devida fiscalização e achem os culpados e os punam com os rigores da lei”¹⁴². Apenas para um leitor, a solução desse problema também passa pelas suas mãos, assim como nas da sociedade: “Será que não é hora de usarmos paus e pedras para punir?” Os leitores reivindicam serem tratados pelos poderes como cidadãos, mas, por outro lado, não percebem também que o exercício da cidadania pode levar à modificação da ordem.

Observou-se ainda que, mesmo quando há denúncia e apuração, os leitores não acreditam que vá haver justiça. Na visão dos leitores, era para haver superioridade das leis sobre os atos de indivíduos ou de grupos, mas a impunidade tende a ocupar o espaço público. Isso fica claro quando eles fazem referência a outros fatos. Exemplo: “É impressionante o descaso com a saúde, com segurança e

¹⁴⁰ Trecho extraído de outra carta: “As competentes reportagens do ESTADO DE MINAS sobre o Tribunal de Contas já me esbofetearam por três vezes desde o domingo”.

¹⁴¹ Trechos extraídos de outras cartas: “Aos brasileiros em geral [...] resta ficar assistindo ou lendo, diariamente nas TVs, revistas e jornais do país”; “A grande esperança do cidadão correto [...] é a imprensa livre”; “Ninguém respeita a constituição, mas todos acreditam no futuro da nação”; “A sociedade não agüenta mais tanto desrespeito”; “A nação já está cansada de ver e ler toda semana, às vezes todos os dias, notícias de privilégios e espertezas diversas”; “O povo brasileiro [...] apanha calado e está numa espécie de letargo mental”.

¹⁴² Trechos extraídos de outras cartas: “Espero que o Ministério Público aja de forma enérgica em defesa do interesse coletivo”; “Que [...] sejam afastados do serviço público e devolvam os valores criminosamente embolsados”.

principalmente com o dinheiro público que não é usado em favor da população. [...] tudo sempre acaba no Brasil em Pizza!”¹⁴³. Ou seja, instituições que se encaixam como valores como o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais não são vistas, pelos leitores, como capazes de promover um valor: a justiça. Por outro lado, o jornal e a mídia, na visão deles, de maneira geral, têm desempenhado esse papel.

De um lado estão os conselheiros que, além de “marajás”, são “homens que nos envergonham, malandros, espertalhões, marginais e parasitas”. E ainda “se portam como desembargadores, contudo sem possuir na prática conhecimentos jurídicos, geralmente oriundos da Assembléia Legislativa”. O Tribunal é “cabide de emprego para políticos em final de carreira e seus pupilos; um galinheiro” e deveria chamar-se “Tribunal do Faz-de-Contas”¹⁴⁴, faz de conta que investiga”. Do outro lado, está a população que é “batalhadora, sofrida e oprimida” e o dinheiro do contribuinte “valores subtraídos, de forma injusta ou ilegal, dos impostos e taxas que recolhemos”.

As cartas colocam em posição antagônica dois valores: os conselheiros e o tribunal regido por eles e a população e o dinheiro produzido por ela. Coloca a sociedade numa posição de vítima de uma estrutura da qual ela parece não pertencer.

Três leitores citaram sua ocupação: produtor rural; jornalista e mediador familiar/bacharel em direito.

7.1.4.2 As quatro cartas de leitoras

Três leitoras citaram o jornal como fonte de informação sobre o fato. Exemplo: “Quero registrar a minha indignação com a denúncia do EM”¹⁴⁵. E a quarta faz referência à mídia de uma maneira geral: “A cada matéria que a mídia mostra sobre a corrupção e o desvario dos nossos tão ilustres políticos e representantes do povo”. Dessa forma, elas também percebem a mídia como uma instância com poder de

¹⁴³ Trechos extraídos de outras cartas: “Não acredito que a justiça consiga alcançar seu objetivo de prender esses indivíduos”; “Seja no Congresso Nacional, seja nas Assembleias dos Estados, seja nas Câmaras Municipais, o que se vê é só safadeza e corrupção”; Será que no processo do mensalão, que se arrasta há anos, alguém será condenado? Duvido...”; “Corrupção que hoje tomou conta do governo federal e políticos em todos os setores; Incêndios criminosos que destruíram milhares de processos”.

¹⁴⁴ No meio político, o TCE estava sendo tratado ironicamente de “tribunal de faz-de-conta”.

¹⁴⁵ Trecho extraído de outra carta: “Quero registrar a minha indignação com a denúncia do EM”.

modificar os fatos; porém nenhuma fez críticas ou elogios explícitos ao tratamento que a notícia recebeu por parte do **Estado de Minas**.

As quatro aproveitam o espaço para ampliar a discussão e trazer à tona problemas antigos, transferindo principalmente para o Estado a culpa da (des)ordem estabelecida. Exemplo: “Há de se analisar que os super-valores embolsados mensalmente, indevidamente, são oriundos do Governo. Os salários, pagos pontualmente, em valores tão absurdos, foram aprovados no que chamam Orçamento, o mesmo orçamento que destina verbas para a Educação, Saúde, Segurança etc”¹⁴⁶.

Ao mesmo tempo, três deixam claro saber que a solução do problema da corrupção na política passa pelas mãos do povo, incluindo-as. Elas se posicionam como cidadãs e cobram uma ação de todos. Exemplo: “Que atitude pode-se tomar, efetivamente?; Quando começaremos a reagir diante de mais esse descalabro?”¹⁴⁷.

Os conselheiros são “marginais, indiciados por corrupção passiva e formação de quadrilha”; os impostos são “exorbitantes”; os salários “milionários não ficam restritos a um só poder, mas estão aí disseminados pelos 3 poderes”. O dinheiro ganho pelo povo é “suado”. O problema é da ordem dos valores e sua solução também. Apenas uma, entre as quatro leitoras, citou a ocupação: professora e escritora. A forma como a leitora se vê pode ser resumida pela seguinte frase de uma delas: “o povo não é cidadão no sentido de direitos, mas apenas de pagadores de impostos”. Nenhuma delas citou sua profissão.

7.1.4.3 A carta editada

Uma carta masculina foi publicada e sua íntegra se encontra no **APÊNDICE G**. Sua edição exclui apenas um artigo e um adjetivo – os últimos – que faziam referência aos defensores públicos e não recebeu nenhum acréscimo por parte da edição . Essa carta, entre as quinze enviadas sobre o subtema, foi a única que se

¹⁴⁶ Trechos extraídos de outras cartas: “O fato é que estes mesmos denunciados continuam a ocupar cargos de alto escalão no governo Aécio [...] continuam onde jamais poderiam estar”; “Enquanto o estado faz vista grossa permitindo estes salários exorbitantes, este mesmo estado se recusa a tratar com dignidade os aposentados apostilados do IPSEMG [...] Estamos sendo lesados severamente, quando recebemos o nosso minguado salário”; “Corte dos Marajás, que são uma minoria em relação à população e uma maioria dentro dos cargos públicos, haja vista a verba para os políticos gastarem com passagens aéreas”.

¹⁴⁷ Trechos extraídos de outras cartas: “Vota Minas”; “seria interessante que mostrassem aos leitores também uma maneira de acabar com a situação. Que atitude pode-se tomar, efetivamente?”.

baseou no lugar da quantidade, ao chamar atenção para o valor do salário dos “marajás”: “em torno de R\$ 50 mil mensais”, em comparação ao salário dos defensores públicos: “apenas R\$ 6.580,00 em início de carreira”. Inclusive, sua argumentação se fez em cima de comparações entre o cargo de desembargador, e outras carreiras do judiciário, e o cargo de conselheiro.

Em comum com as demais cartas enviadas até o dia 10 de março, esta posiciona a sociedade como vítima de desrespeito, mas não a coloca como corresponsável pela situação; amplia a discussão para outras alçadas, mas não as critica; e pede justiça de forma imperativa, porém demonstra falta de esperança no sistema visto que se diz indignado, mas não surpreso. Aqui o valor da crença numa mudança perde força diante de valores como o poder que têm os homens que burlam o sistema de leis elaborado por eles mesmos.

As cartas não publicadas traziam para a discussão principalmente a insatisfação geral do brasileiro em relação ao comportamento dos políticos de uma maneira geral, assim como as referências a outros casos que envolveram corrupção no setor público; a esperança de que os fatos sejam apurados e os envolvidos julgados e punidos; e as denominações pejorativas dos envolvidos. A publicada foi enviada no dia em que o jornal lançou a primeira matéria sobre o escândalo, ou seja, domingo dia 08 de março, mas foi publicada apenas três dias depois.

Apenas duas palavras foram removidas para publicação e nenhuma acrescentada. Abaixo tabela indicando a quantidade de palavras contidas na íntegra da carta, a quantidade de palavras removidas pela edição e o número de palavras contidas no texto publicado.

Tabela 29 - Número de palavras por carta – TCE – fev./mar. 2009

| | Na íntegra da carta | Removidas pela edição | Acrescentadas pela edição | Publicadas |
|---------|----------------------------|------------------------------|----------------------------------|-------------------|
| Carta 1 | 103 | 2 | 0 | 101 |

Fonte: Dados da pesquisa.

7.2 Le Monde

Realizou-se a análise do discurso de 92 cartas sendo:

- a) 52 sobre subtemas relacionados à sexualidade: 33 cartas sobre anulação de um casamento, sendo 25 masculinas e oito femininas; 10 cartas sobre sexismo, sendo duas masculinas e oito femininas; e nove cartas sobre homofobia, sendo sete masculinas e duas femininas;
- b) 31 sobre subtemas que colocavam o preconceito no centro da discussão. São assim subdivididas: nove sobre o preconceito presente em alguns comentários de leitoras e leitoras publicados no *site* do jornal, sendo sete masculinas e duas femininas; e 22 sobre religiões, sendo 17 masculinas e cinco femininas;
- c) nove relatos de problemas de atendimento social, sendo sete enviados por leitores e duas por leitoras.

Entre essas cartas, o **Le Monde** optou por publicar apenas duas sobre o casamento anulado assim como citar, na crônica da mediadora, trechos de três cartas sobre o preconceito encontrado em alguns textos de leitores/as. Os demais subtemas cujas cartas foram analisadas – homofobia, religião, sexismo e problemas de atendimento social – não figuraram na coluna *Courrier des lecteurs*.

Tabela 30 - Matérias X Cartas publicadas no Le Monde – jun. 2008

| Subtemas | Matérias | Cartas Enviadas | Cartas Publicadas |
|---------------------|----------|-----------------|-------------------|
| Casamento Anulado | 18 | 33 | 2 |
| Homofobia | 12 | 9 | 0 |
| Sexismo | 1 | 10 | 0 |
| Problemas Pessoais | 2 | 9 | 0 |
| Questões Religiosas | 5 | 22 | 0 |
| Reações em Cadeia | 0 (*) | 9 | 3(**) |

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) O assunto foi primeiro discutido pelos/as leitores/as para depois ser repercutido pela mediadora.

(**) Tiveram trechos citados na crônica da mediadora (MAURUS, 2008c).

7.2.1 Casamento anulado

A corte de Lille decidiu, no final de maio de 2008, pela anulação de um casamento entre muçulmanos, a pedido do noivo, sobre o fundamento de que a noiva tinha mentido sobre sua virgindade. O **Le Monde** publicou, nas editorias

Debates e França/Nacional, a repercussão que esse fato provocou em diversos setores da sociedade¹⁴⁸.

Por meio de artigos e matérias, várias pessoas de renome deram sua opinião, a maioria contrária à decisão dos juízes que disseram ter se baseado no artigo 180 do Código Civil francês. A lei assegura a anulação do matrimônio caso um dos noivos tenham mentido sobre as suas qualidades essenciais. A maioria das manifestações acompanhou o tom do depoimento da filósofa Elisabeth Badinter, especialista em história das mulheres, que disse estar indignada e sentir vergonha da justiça francesa após a decisão pela anulação¹⁴⁹.

Poucas foram as autoridades que se posicionaram a favor da decisão do tribunal, sendo uma delas a Ministra da Justiça, Rachida Dati. Ela argumentou que o cancelamento do casamento era "também uma forma de proteger a noiva, visto que era seu desejo separar-se rapidamente" e que "a questão não é a virgindade, mas a mentira"¹⁵⁰.

A mediadora recebeu 33 cartas sobre o tema, sendo 25 assinadas por homens e oito por mulheres. Duas entre as 33 cartas, uma assinada por um leitor e outra por uma leitora, foram publicadas no *Courrier des lecteurs*.

Outro caso polêmico envolvendo virgindade retratado pela mídia motivou um dos leitores e quatro leitoras a incluí-lo em suas cartas, nas quais criticavam a anulação do casamento. Trata-se do julgamento de Michel Fourniret, francês nascido em 4 de abril de 1942, que confessou ter raptado, estuprado e matado nove meninas durante um período de 14 anos entre 1980 e 2000. Ele foi acusado de outros dez assassinatos, nove na França e um na Bélgica, e considerado culpado por sete desses crimes, tendo como cúmplice sua esposa Monique. O julgamento

¹⁴⁸ Títulos dos textos sobre a anulação do casamento publicados no **Le Monde**: 29.05 – Anulação de um casamento em Lille, por mentira de virgindade de esposa, provoca reações fortes. 02.06 - Nos blogs: os juristas mais prudentes que os políticos; 03.06 - A juíza e a jovem muçulmana; 04.06 - Casamento anulado: Madame Dati pede ao ministério público para apelar da anulação; 04.06 - Mensagem ruim num momento ruim; 05.06 – O caso do casamento anulado coloca Rachida Dati em dificuldade; 06.06 – Os paradoxos do julgamento de Lille; 06.06 – Os tribunais sob pressão do religioso; 07.06 - Os esposos de Lille convocados; 08.06 – Protesto de deputados europeus contra a anulação do casamento pelo tribunal de Lille; 08.06 – A cólera calculada de Rachida Dati; 10.06 – Virgindade: “qualidade essencial”?; 10.06 – Casamento anulado: a juíza do tribunal de Lille recebeu cartas ameaçadoras; 19.06 - Casamento anulado: a justiça suspende a certidão de anulação civil do casamento; 20.06 – Meu hímen, sua honra; 25.05 - É preciso fazer um seguro de anulação de casamento?; 31.05 - Debate após a anulação de um casamento muçulmano; 31.06 - Mentira piedosa.

¹⁴⁹ O depoimento de Badinter foi publicado em 29.05.08 na matéria Anulação de um casamento em Lille, devido à mentira sobre a virgindade da esposa, provocou fortes reações.

¹⁵⁰ Em matéria publicada dia 30.05, intitulada Madame Dati defende a anulação de um casamento por que a noiva mentira sobre sua virgindade.

começou em 27 de março de 2008 e acabou em 28 de maio de 2008, ou seja, no mesmo período em que o Tribunal de Lille decidiu pela anulação do casamento.

Sobre o casamento anulado, elas escreveram textos mais longos e eles mais concisos, como se pode ver ao comparar a média de palavras escritas por homens¹⁵¹ e por mulheres¹⁵², 199 e 240 respectivamente. Os homens também mantiveram a discussão sobre a anulação do casamento por um período mais longo que elas. As leitoras escreveram sobre o caso até o dia 07 de junho e os leitores encerraram a discussão 20 dias depois delas, ou seja, em 27 de junho. Não se pode precisar quando as primeiras cartas masculinas e femininas foram enviadas, pois o subtema já estava em discussão quando a pesquisa foi iniciada.

7.2.1.1 As 25 cartas de leitores

Percebe-se que, ao tratar do subtema, os leitores se concentraram na discussão de dois itens: o tratamento desigual em relação aos gêneros sexuais, principalmente por parte do Estado, e como as leis podem ferir os direitos fundamentais.

Eles discutiram a ideia de mentira como um atentado às qualidades essenciais da pessoa. Exemplo: “Será necessário, a partir de agora, confessar tudo antes do casamento como outrora antes confesso? Lembremo-nos que mentir pode ser também uma proteção”¹⁵³. Segundo o ponto de vista dos leitores, o direito individual sobre a própria sexualidade é superior e inclui o direito sobre seu próprio corpo e sobre sua sexualidade.

O caso levantou polêmica em torno da virgindade feminina, um valor, se forem consideradas as questões morais que ela implica, além de servir de reforço

¹⁵¹ Masculino: número de palavras, por carta, contando o corpo do texto, assinatura e título, quando tinha: 191, 105, 76, 192, 97, 157, 216, 100, 193, 179, 114, 42, 152, 399, 167, 133, 628, 213, 60, 158, 24, 423, 594, 150, 213. Total de 4.976. Em média 199 palavras por carta.

¹⁵² Feminino: número de palavras, por carta, contando o corpo do texto, assinatura e título, quando tinha: 124, 872, 189, 150, 184, 268, 107 e 32. Total de 1.926. Em média 240 palavras por carta.

¹⁵³ Trechos extraídos de outras cartas: “Quem mais mentiu neste caso, no que diz respeito as qualidades essenciais, e quem escapou delas?”; “Alguns juristas [...] permanecem limitados a qualificação de ‘mentira’ para reconhecer o valor da decisão do Tribunal [...] Eu proponho, ao contrário, uma discussão sobre o papel da justiça que é justamente o de debater essa qualificação de mentira”; “Os esposos pareciam de acordo para divorciar, porque então o marido acionou o tribunal para obter um julgamento? [...] Uma única interpretação: para humilhar publicamente a mulher culpada, a seus olhos, de enganação”; “O casamento é um contrato. As partes contratantes devem estar em pé de igualdade. Admitir que uma mulher mentira sobre suas qualidades essenciais [...] vai contra os direitos fundamentais de qualquer ser humano”.

para desigualdade entre os gêneros. Exemplo: “Mas, primeiro, o que significa ‘ser virgem?’ [...] o marido, garantiu à sua prometida que ele também tinha feito voto de castidade até o casamento? Essa equidade entre o casal, nós pensávamos que acabaria por se impor como uma evidencia universal, mais forte do que os preconceitos sociais e culturais. Falso!”¹⁵⁴.

Um dos leitores se apoia no lugar da quantidade, buscando sensibilizar a sociedade através de estatísticas: “Quarenta mil meninas entre 14/15 anos têm o casamento forçado a cada ano com um primo de 30 anos ou mais. Trinta mil famílias polígamas com mais de sessenta mil mulheres que devem suportar esse estado, e com muitas meninas sofrendo mutilação genital”.

Em relação às leis, foi antes a forma de interpretá-las e menos o texto do Código Civil francês, o que mais incomodou os leitores. Exemplo: “A interpretação da lei pelos juízes é que deve ser denunciada com toda força. Não só é contrária aos direitos humanos (especialmente das mulheres), mas abre a porta a certas interpretações, o que exige que a lei seja aplicada de acordo com critérios tradicionais ou religiosos de antigamente”¹⁵⁵.

A posição favorável à anulação por parte da ministra da justiça, Rachida Dati, recebeu críticas e uma defesa: “Que a ministra da justiça defenda os juízes, seria

¹⁵⁴ Trechos extraídos de outras cartas: “O compromisso com a virgindade é demandado à mulher porque é verificável fisiologicamente. O contrato entre a noiva e o noivo visando solicitar à mulher a virgindade é baseado na discriminação sexual. O fato de que a noiva tenha escolhido esconder que não era mais virgem, não é mais um fato em um ambiente neutro, mas uma consequência dessa discriminação sexual”; “Como é possível que tenha que ser a mulher quem deve provar e preservar sua virgindade? Porque então não o homem também? Por que o macho teria o privilégio exorbitante de chegar ao casamento depois de ter copilado com dezenas de parceiras e porque não se exige igualmente dele, visto que o não foi dotado de um hímen? [...] Quem ousa falar da igualdade de homens e de mulheres?”; “Teremos em breve na França o Ministério do Vício da virtude e dos valores essenciais? E se a noiva tivesse descoberto que seu marido foi circuncidado ou, apesar de suas declarações contrárias, tivesse vivido na devassidão?”; “Raciocinando pelo absurdo, pode-se levantar uma questão hilária: uma esposa pedir a anulação do casamento após saber que seu marido teve uma ou mais experiências sexuais antes do casamento. É aí que o absurdo permite discernir a desigualdade”; “Certamente, a virgindade é a ordem do dia: de um lado a desumanidade extrema de Fourniret, um assassino obcecado faz das virgens a mola mestra de sua carreira criminal; do outro, um marido islâmico repudia sua mulher no mesmo dia seu casamento sob o pretexto de que ela havia escondido que não era mais virgem”.

¹⁵⁵ Trechos extraídos de outras cartas: “A competência tem limites. Não deixemos que os tribunais da república se comportem como os tribunais islâmicos”; “As democracias têm seu calcanhar de Aquiles [...] um marido furioso porque sua esposa não é virgem, usa o Código Civil para repudiá-la no dia seguinte a sua noite de núpcias. Assim, o malandro conseguiu jogar no chão séculos de luta pela igualdade de gênero e a dignidade das mulheres. [...] Essa anulação do casamento é uma jurisprudência dada ao fascismo cotidiano, tranquilo e insano. É um estupro para os fundamentos de nossa moral igualitária. Nossos ideais democráticos teria eles perdido a virgindade?”.

sem dúvida normal se ela não fizesse por uma má razão”¹⁵⁶; “Rachida Dati não foi contraditória. Ela é ministra da justiça e como tal precisa defender os magistrados do ministério público e velar pela decisão de justiça”.

As posições expostas até agora são de leitores que estabeleceram hierarquias que dizem respeito principalmente à superioridade dos valores relativos à pessoa em relação aos valores relativos às coisas (o hímen) e à moral (a virgindade). Eles colocam o princípio da autonomia da mulher sobre seu corpo acima da abrangência da lei, ou seja, o direito das mulheres de se disporem de seus corpos e de viverem livremente, como os homens, a sua sexualidade.

Por outro lado, quatro leitores saíram em defesa do tribunal. Uns colocam a liberdade, ou a sua privação diante de ameaças, acima das leis civis. Exemplo: “Certa vez um juiz [...] anulou um casamento laico por pressuposta mentira sobre a virgindade. Pode-se alegrar ou se entristecer com isso. Em uma sociedade livre, as duas visões devem ser capazes de coexistir. Caso contrário, vamos cair na ditadura das leis igualitárias já reforçadas pelas recentes diretivas europeias sobre a não-discriminação”¹⁵⁷.

Já os outros dois defendem os tribunais com base na lei. Para eles, as leis estabelecidas para manter a ordem social estão acima da vontade das pessoas individualmente. Exemplo: “O julgamento se apoiou sobre uma interpretação do direito e um artigo do código civil [...], mas nada disso isenta as pessoas de serem tolerantes e de se preocuparem umas com as outras. No fundo a decisão do tribunal rompia um laço que visivelmente as duas partes estavam de acordo em romper e colocava fim a uma historia visivelmente mal começada”¹⁵⁸.

O casal era muçulmano e o noivo argumentou a importância da virgindade feminina para sua cultura, segundo reportagens vinculadas no **Le Monde**. Observa-se que não foi a questão religiosa a que mais concentrou os protestos dos leitores

¹⁵⁶ Trecho extraído de outra carta: “Quem deve ser o próximo rei da França ou selecionar o futuro Napoleão IV, o que reprovava, sem duvida, desta vez, Rachida Dati de medo de indispor aquele que não é ainda presidente”.

¹⁵⁷ Trecho extraído de outra carta: “A lei canônica islâmica se aplica em nossos subúrbios onde os casamentos forçados são freqüentes. [...] Falar da igualdade entre homens e mulheres ou da laicidade é algo ultrapassado e os longos discursos dos grandes e belos espíritos de esquerda sobre esse assunto me fazem rir. [...] O juiz, que anulou o casamento e tentou proteger uma jovem, não tinha escolha em razão das ameaças que ela provavelmente sofreu”.

¹⁵⁸ Trecho extraído de outra carta: “Como imaginar de fato que o esposo sofrendo tal ataque do outro possa ser obrigado a permanecer nesse casamento com as obrigações que isso implica? Certamente existe o divórcio, mas ele só faz colocar fim ao casamento sem o apagar retroativamente. [...] Os comentários da imprensa e de algumas personalidades políticas [...] são oriundos de uma confusão entre interesses [...] da sociedade”.

que, como se viu, preferiram argumentar contra a mentira e a desigualdade entre os sexos que basear suas argumentações no laicismo. Foram poucos que fizeram questão de citar Deus ou as religiões em suas cartas, inclusive revoltando-se contra seus princípios. Para eles, a hierarquia estabelecida é de posicionar o direito que o ser humano tem sobre sua intimidade, acima daquilo que qualquer credo tenha a pregar. Exemplo: “Eu sou professor e católico. A virgindade erigida, muito frequentemente, pelo mundo muçulmano como um valor supremo e prévio a qualquer casamento válido, vem infelizmente de uma visão profundamente errônea da mulher [...] ninguém se lembrava que há cinco décadas ou menos, responsáveis pela igreja católica eram unânimes em impor essa famosa virgindade em nome de um mandamento da igreja: o desejo da carne só pode ser realizado através do casamento. [...] E porque esses famosos mandamentos foram passados em larga escala? Porque ninguém tem a coragem de lutar contra isso em alto e bom tom, ao invés de se escandalizar, de ver preconizado nos outros o que antigamente se preconizara da mesma maneira?”¹⁵⁹.

Dois se viram diante de um drama. Apesar de não concordarem com a decisão do Tribunal de Lille, protestaram principalmente contra uma coluna assinada por Caroline Fourest. Reagiram ao fato de a articulista ter concentrado a problemática em questão no domínio que as religiões, de uma maneira geral, ainda mantêm sobre seus fiéis e a sociedade civil. No fundo, protestaram contra o fato de alguns setores tentarem introduzir os aspectos religiosos numa discussão que para eles era laica. Exemplo: “Eu gostaria que o *Le Monde* fosse capaz de fazer a diferença entre os sábios e os ensaístas [...] Que madame Fourest pensa que todas as religiões deveriam dissolver suas identidades em um tipo de onda humanitarista politicamente correta, direito dela. Mas parece pouco conforme com a verdade, atribuir à pressão das autoridades religiosas todas juntas qualificadas de conservadoras, como se a palavra fosse tão diabólica quanto merece o opróbrio sem

¹⁵⁹ Trechos extraídos de outras cartas: “A moça [...] está, me parece, estupefata, perturbada [...] Podemos compreendê-la. Qualquer um estaria assim. Ela deve pensar, ‘meu Deus, me proteja de meus amigos, dos meus inimigos eu me encarrego’, pois seus defensores são a fonte de toda essa confusão”; “Tomemos cuidado para não julgar opróbrio senão pelas crenças muçulmanas. O catolicismo com a figura legendária de Maria concebendo e dando a luz virgem, o celibato das religiosas e dos padres, a interdição das relações antes do casamento, desenvolveu uma verdadeira obsessão pela virgindade que tem sua origem em superstições primitivas datadas de vários milênios”; “Me parece que uma questão importante não foi posta: como teria sido o julgamento no caso de um casal de católicos integralistas?”.

mais amplo exame?”¹⁶⁰. As cartas que trouxeram críticas às palavras de Caroline Fourest receberam como resposta da equipe do *Courrier des Lecteurs* agradecimentos pelo interesse em debater o assunto com o jornal e foram informados de que elas seriam enviadas para a articulista.

Todos os leitores se mostraram solidários à noiva, mesmo aqueles que preferiram não criticar a sentença de anulação do casamento que, como disse um deles, “levou a moça e sua família à humilhação”¹⁶¹.

Entre os 25 leitores que enviaram cartas, cinco citaram sua ocupação: professor; advogado; mestre de conferência de história moderna da universidade Paris-Sorbonne; magistrado honorário; e estudante de direito. Nenhuma leitora citou sua ocupação.

7.2.1.2 As oito cartas de leitoras

Percebe-se que, ao tratar do subtema, as leitoras se concentraram na discussão da autonomia da mulher partindo de quatro questões: a primeira, na comparação da anulação do casamento com os crimes sexuais de Michel Fourniret; a segunda, no artigo de Caroline Fourest; a terceira, no depoimento da filósofa Elisabeth Badinter; e a quarta no machismo.

Sobre Michel Fourniret, uma escreveu: “No mesmo dia em que o tribunal de justiça de Charleville-Mézières condenava a prisão perpétua, por seus crimes hediondos, Michel Fourniret maníaco pela pureza, obcecado por *membranes sur pattes*¹⁶², como ele designa de forma abjeta as meninas a quem violentou e assassinou, outro tribunal de justiça da república dava ganho de causa ao pedido de anulação de casamento civil sobre o pretexto de o noivo ter sido enganado sobre a qualidade da ‘mercadoria’ nupcial”¹⁶³.

¹⁶⁰ Trecho extraído de outra carta: “Eu aprecio o fato de vocês darem uma grande liberdade aos cronistas e aos colaboradores, mas essa ‘carta branca’ não traz uma opinião. Ela relatava fatos e justamente o relato destes fatos concernentes a uma decisão da justiça é errôneo e falacioso. [...] O trabalho dos jornalistas não é verificar as informações que eles publicam? [...] poderiam vocês pelo ao menos publicar uma retificação?”

¹⁶¹ Trecho extraído de outra carta: “Eu estive particularmente tocado [...] por uma grande compaixão à recém-casada por causa do pesadelo que ela vive”.

¹⁶² Essa expressão foi criada pelo próprio criminoso que dizia identificar as meninas como hímens ambulantes. Essa foi a melhor tradução encontrada para o significado da expressão “*membranes sur pattes*” no contexto no qual ela foi utilizada.

¹⁶³ Trechos extraídos de outras cartas: “‘Vomitar os Fournirets’? Não, matá-los... [...] Logo nós pagaremos perpetuamente a incompreensível entrevista desses mostros na prisão. Nenhum detalhe

Sobre o artigo de Caroline Fourest, uma leitora escreveu criticando a possibilidade de um Estado laico permitir que questões religiosas ditem suas regras: “O problema, neste caso, não é como ela escreve ‘o retorno do religioso’. A verdadeira questão é porque um tribunal da república francesa laico pode admitir, como qualidade essencial de uma das partes no casamento, a virgindade. [...] Os tribunais não devem em nenhum caso ceder à pressão”. Já o depoimento de Elisabeth Badinter chamou a atenção de duas leitoras que também aproveitaram para protestar contra a colocação da virgindade como um valor. Exemplo: “Eu divido a indignação e a vergonha expressas por Elisabeth Badinter, após o veredicto de anulação de um casamento [...] que assinala uma verdadeira negação do caráter inalienável que funda nosso direito, a liberdade do ser humano – mesmo uma mulher! de dispor de seu corpo”¹⁶⁴.

A posição favorável da ministra da justiça, Rachida Dati, sobre o caso foi citada por três leitoras, sob pontos de vista diferentes. A primeira, apesar de criticá-la, concorda que o melhor a fazer era anular: “Eu não gosto de Dati por suas ideias, mas reconheço que seus golpes de sangue são necessários em um país tão sexista. [...]. Não tem outra mulher além dela capaz de dizer merda a um deputado quando provocada. [...] Mas Dati teve razão. Melhor a mulher aceitar a anulação de seu casamento com um idiota, porque esse tipo a limitou à sua vagina e ao seu hímen”. Já para a outra, os fins não justificam os meios: “Madame Rachida Dati faz uma grande confusão entre sua vida pessoal e a lei, as implicações contra um partido político que ela tornou o único responsável pelos erros e as besteiras do mundo político e da sociedade no seu conjunto desde décadas”. Já a terceira, ao defender Dati, critica os políticos e os homens, de maneira geral, recorrendo a termos considerados chulos: “Guigoux e outros imbecis ciumentos ou invejosos de seu

sordido nos será economizado, inclusive os atos inomináveis que esses Fournirets aplicavam às jovens virgens. Mas um juiz do norte não acaba de autorizar a anulação de um casamento de um casal muçulmano porque a mulher não era virgem? Sonhamos”; “Os juízes de Lille não fizeram um grande serviço para a jovem ao anular seu casamento com um perfeito cretino machista obcecado (como Fourniret) pela virgindade?”; “Eu acabo de ler, madame Hélène Goutal-Valière, sua intervenção no jornal *Le Monde* de domingo 02.06 [...] Eu estou, evidentemente, como muitas pessoas revoltada com esse julgamento. [...] Mas o que me interessa particularmente em sua mensagem é o laço que a senhora estabelece com o recente processo de Michel Fourniret. Eu tinha pensado nele também, pois eu sabia que ele estava obcecado pela virgindade. [...] Todavia eu não conhecia a expressão *membranes sur pattes*. É bastante abominável de qualquer forma”. A questão principal colocada em debate aqui é a virgindade como um valor moral; o aspecto anatômico não despertou o mínimo interesse.

¹⁶⁴ Trecho extraído de outra carta: “Mesmo madame Badinter, que se toma por Simone de Beauvoir e que não é nada mais que a filha de um rico que não vende grande coisa e que não tem 10% do valor de uma francesa, quem me diz que ela não se casou virgem?”.

posto e não aceitam a pequena Rachida ministra. [...] Não tem mais uma mulher que diz merda a um deputado do qual ela não aceita a proposição. Mas Dati teve razão. Hoje a jovem mulher que se revolta contra a possibilidade da anulação de seu casamento com um idiota, porque esse tipo a limitou ao nível de sua bunda, sua vagina e de seu hímen...”.

Todas as leitoras viram o caso como um retrocesso nas relações de gênero, destacando o lugar da pessoa, vinculando seu valor à dignidade e não ao sexo. Exemplo: “Eu não me lembro de ter feito da virgindade de meu esposo uma condição de meu amor por ele. Esse amor se desenvolveu na confiança e no respeito mútuo: ele vive no presente e se projeta no futuro. A fidelidade também se vive no presente e por definição ela não pode ter efeito retroativo”¹⁶⁵.

Outra carta amplia a discussão para o sexismo que impera na França e não apenas em culturas nas quais questões morais, como a virgindade, influenciam as leis: “O francês é frequentemente sexista; entre esses deputados, quantos desposaram virgens? [...] E depois falam de sexismo. Porque obrigar a todas as mulheres da França a portarem o nome de seu provedor? [...] No meio burguês Francês, o costume é de se casar virgem, ter crianças antes dos 30 anos. [...] é a mulher que segue o homem”.

Todas elas foram solidárias à noiva. Exemplo “Esse casamento arriscava bem virar um pesadelo”¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Trechos extraídos de outras cartas: “O obscurantismo do machismo e dos cirurgiões gananciosos terá um futuro brilhante”; “Trata-se de uma verdadeira regressão para as mulheres em seu direito de existir completamente, direito muito recentemente conquistado por nossa sociedade”; “o esquecimento de um princípio fundamental sobre o qual repousa nossa república, princípio inscrito no artigo um da declaração dos direitos de 24 de julho de 1789 que estipula que os seres humanos são iguais em direitos [...]. Eu evito a expressão ‘os homens são iguais em direito’ que mostra aqui infelizmente certa ambigüidade. [...] não se toca nos direitos das mulheres inclusive sobre seu próprio corpo e também nem se pensaria em tocar no plano dos direitos dos homens”; “A questão gira em torno da ‘estupidez’ da mulher; sua vagina é tomada como refém por imbecis machos que não valem mais que os talebãs. Apedrejaram-na. Psicologicamente foi o que imprensa e os políticos fizeram com ela [...] Ela quer a anulação desse casamento e as pessoas lhe devolvem o lixo por uma jurisprudência. Mas ela não é só uma vagina, é um cérebro também e ninguém tem o direito de decidir por ela. [...] O paternalismo nauseante é o que resta desta velha França colonial, oh!”.

¹⁶⁶ Trecho extraído de outra carta: “Além da humilhação pública, desejamos muita sorte e felicidade e essa moça assim entregue a um homem que coloca sua honra entre as coxas de uma mulher em vez do respeito que ele deveria ter por ela”.

7.2.1.3 As cartas editadas

Duas cartas, uma masculina e uma feminina, foram publicadas e sua íntegra se encontra no **APÊNDICE H**. A edição da primeira manteve a defesa da cidadania, seu teor principal, e a comparação com outro caso no qual a virgindade foi discutida. Ao excluir as últimas frases, a edição removeu do texto referências à obsessão pela virgindade, à solidariedade para com a noiva e o julgamento em relação ao comportamento do noivo: “O obscurantismo do machismo e dos cirurgiões gananciosos terá um futuro brilhante. Além de sua humilhação pública, desejamos muita sorte e felicidade a esta moça assim entregue a um homem que coloca sua honra entre as coxas de uma mulher em vez do respeito que ele deveria ter por ela”. Apenas a qualificação que a leitora fez do noivo não encontra equivalentes em outras partes do texto. A carta foi enviada num dia e publicada no seguinte, num momento em que o caso estava em evidência na mídia¹⁶⁷.

Da segunda carta, foram removidos alguns adjetivos que reforçavam a ideia do leitor, porém o teor da carta não foi alterado. Ele disse acreditar que a moça estava “estupefata, perturbada e visivelmente histérica”. Ao manter a referência religiosa “meu Deus me proteja de meus amigos” e a crítica à forma como o caso vinha sendo tratado por todos, sociedade e mídia, “se até agora o pelourinho era reservado a quem se queria mal, ele concerne hoje também, sob um formato moderno e midiático”, a edição manteve os valores do texto e do caso: o aspecto religioso e o direito a privacidade. Já com a remoção da frase final, os editores retiraram um valor que servia de base para a carta: o povo como o grande culpado pela situação na qual se encontrava a vítima: “No fundo qual é a diferença? O povo de qualquer forma é louco, cego, cruel, injusto e pouco lhe importa quem são as vítimas...”

A carta foi publicada quase duas semanas após ter sido enviada, num dia em que a coluna publicou apenas mais uma carta¹⁶⁸, em 16 de junho. Entre o envio e a publicação, apenas uma edição do *Courrier des lecteurs* figurou nas páginas do jornal, especificamente no dia 09 de junho, na qual as cinco cartas publicadas tratavam de um mesmo tema: o conselho de imprensa. Ao escolher essas duas

¹⁶⁷ Os temas das outras cartas eram: maio de 68, as supostas fotos de Hiroshima, emprego e qualidade do ensino.

¹⁶⁸ A outra carta dizia respeito aos estados membros da *Food Agriculture Organization*.

cartas em detrimento das outras 31 enviadas, a equipe responsável pelo *Courrier des lecteurs* não deixou de privilegiar os pontos mais importantes presentes nas cartas de leitores: a discussão levantada em torno do tratamento desigual entre os gêneros masculino e feminino; a questão da mentira vista como um ato que atenta contra as qualidades essenciais do ser humano; e as referências a outro caso que envolveu obsessão pela virgindade.

Poucas foram as palavras removidas pela edição como alguns adjetivos que qualificavam os envolvidos nos fatos que retrataram. Viu-se isso na primeira carta, na qual sua autora acusava os cirurgiões de “gananciosos” e o noivo de “desrespeitoso”, porém foi mantido o adjetivo “maníaco” em referência a um criminoso. Na segunda, a edição removeu os adjetivos “estupefata” e “perturbada” com os quais seu autor qualificava a noiva, assim como “histérica”, ao se referir à maneira como a sociedade francesa reagiu ao caso. Extraiu também os termos com os quais qualificou o povo: “louco, cego” entre outros. A terceira carta publicada, sobre cuidados paliativos, foi a única que recebeu ajustes para publicação que nada interferiram em seu sentido original.

Nenhuma das duas cartas recebeu acréscimos, porém tiveram palavras removidas. Na carta 1, foram 18% das palavras e na carta 2, 34% das palavras. Abaixo tabela indicando a quantidade de palavras contidas na íntegra da carta, a quantidade de palavras removidas pela edição e o número de palavras contidas no texto publicado.

Tabela 31 - Número de palavras por carta – Casamento anulado – jun. 2008

| | Na íntegra das cartas | Removidas pela edição | Acrescentadas pela edição | Publicadas |
|---------|------------------------------|------------------------------|----------------------------------|-------------------|
| Carta 1 | 275 | 50 | 0 | 225 |
| Carta 2 | 119 | 41 | 0 | 78 |

Fonte: Dados da pesquisa.

7.2.2 Homofobia

Em 4 de abril de 2008, o Ministério da Educação francês enviou uma circular aos pais de alunos das escolas públicas, na qual os convidava a entrar na luta “contra toda a violência e todas as formas de discriminação, incluindo a homofobia”. Pouco tempo depois, em 14 de junho, as Paradas Gays de Lyon e de Paris

adotaram como slogan “Por uma escola sem discriminação”. Na ocasião, seus organizadores também pediam que as escolas francesas incluíssem voluntariamente, em seus programas educativos, a luta contra a discriminação em relação às diversas orientações sexuais e de gênero.

Várias matérias sobre homofobia foram publicadas no **Le Monde**¹⁶⁹, no mês de junho, incluindo a discussão sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O *Courrier des lecteurs* recebeu nove cartas sobre o subtema, sendo sete masculinas e duas femininas. Nenhuma delas foi publicada.

Eles escreveram textos mais longos que elas, como se pode ver ao comparar a média de palavras escritas por homens e por mulheres, 501 e 198 respectivamente. Os homens iniciaram a discussão sobre o subtema mais cedo que as mulheres e também a estenderam por mais tempo. A primeira carta masculina chegou à redação em 15 de junho e a última em 29 de junho; já primeira carta feminina foi enviada em 18 de junho e a segunda em 25 de junho.

7.2.2.1 As sete cartas de leitores

Apenas um defende a iniciativa do Ministério da Educação e cobra manutenção de um programa contra a discriminação, apoiando-se nos direitos conferidos pela cidadania: “Esta é a primeira vez que uma circular escolar menciona explicitamente a luta contra a homofobia. [...] Você vai perseguir uma ambiciosa política de educação para a cidadania e, portanto, uma política contra a discriminação que não iria esquecer aqueles relacionados à orientação sexual e identidade de gênero?”.

Os demais se posicionaram totalmente contra. Exemplo: “Não se pode fazer dentro da escola uma associação em favor da homossexualidade envolvendo crianças. Como alguém que tem dois filhos, acredito que a educação sexual é

¹⁶⁹ Datas e títulos das matérias e artigos: 16.06 - Depois de Massachusetts, a Califórnia legaliza o casamento homossexual; 16.06 - Os casamentos homossexuais são autorizados pela Corte Suprema da Califórnia; 17.06 - Vídeos de casamentos “gay” na Califórnia: “Sim, eu os vi”; 17.06 - Entrevista com Daniel Borillo: “combate a Homofobia é global”; 17.06 - O casamento gay não será incluído na campanha dos EUA; 17.06 - Em Londres, dois padres gays da Igreja Anglicana se casaram na prefeitura e na igreja; 18.06 - Califórnia celebra os primeiros casamentos homossexuais; 20.06 - Refugiados homossexuais: o grande prêmio; 22.06 - Clérigos gays: um cisma na Igreja Anglicana; 26.06 - Gays e religião nas ruas de Jerusalém; 27.05 - Agentes de um partido político podem ser gay?; 28.06 - A Parada do Orgulho Gay de Paris foi contra a discriminação na escola; 28.06 - A parada Gay contra a homofobia nas escolas.

essencialmente uma questão de responsabilidade dos pais. [...] É compreensível que a escola aborde a sexualidade através das ciências naturais, no entanto, desta forma ela não interfere na sexualidade pessoal das crianças”¹⁷⁰.

Nota-se certa contradição quando eles colocam a educação para cidadania de um lado e educação sexual do outro, quando o objetivo das duas, a princípio, é a promoção dos mesmos valores: respeito e igualdade. Colocam também em lados opostos os professores homossexuais e os hetero, como se apenas os homo utilizassem as salas de aula como espaço de promoção de sua sexualidade. Dessa forma hierarquizam as orientações sexuais, sendo uma superior à outra.

Quatro deles chegam a recorrer ao lugar da quantidade. Exemplo: “Respeitar ou impor? [...] 32% dos homens homossexuais com menos de 20 tentaram o suicídio. É claro, que estas estatísticas são precisas, não se pode ficar indiferente a elas. Mas em que a escola é responsável?”¹⁷¹.

Um deles desqualifica o movimento e seus integrantes como “fanáticos gays disfarçados de freiras”. O público é composto por “um grande número de marginais, muitas vezes vulgares e ridículos ao mesmo tempo”.

Percebe-se que tanto ao recorrer aos números quanto aos adjetivos, a maior parte deles busca depreciar os movimentos contra a homofobia e evidenciam valores carregados de preconceituoso e discriminação, mesmo se dizendo a favor dos direitos do cidadão. Em momento algum, sugerem ações contra a discriminação. Concentram-se em fazer críticas, se eximindo de qualquer responsabilidade em relação ao preconceito.

Dois deles, inclusive, aproveitaram suas cartas para protestar contra o artigo publicado no **Le Monde**, em 28 de junho, intitulado Homofobia = identidade nacional? Nele seus autores fizeram críticas à posição da França frente ao

¹⁷⁰ Trechos extraídos de outras cartas: “A luta contra a homofobia nas escolas: este é um ótimo programa. Mas por que deixar essa tarefa a grupos de ativistas homossexuais, cuja missão principal é promover a homossexualidade?”; “Luta contra os atos homofóbicos, contras os discursos discriminatórios, sim. Formatar as mentes jovens, impondo um modelo gay e amoral, não”; “Não para a promoção da homossexualidade nas escolas. [...] Não há nenhuma razão para se orgulhar destes processos que são nada mais do que doutrinações”.

¹⁷¹ Trechos extraídos de outras cartas: “De acordo com um estudo publicado em 2006: 4% das mulheres e 4,1% dos homens relatam ter tido relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. [...] Esses números não são suficientes para reivindicar uma expressão formal no contexto da representação nacional”; “Segundo um estudo publicado em junho de 2007 com 6184 homens homossexuais, as tentativas de suicídio são cinco vezes maiores entre os jovens homossexuais do que entre jovens heterossexuais [...] 10% das tentativas de suicídio de jovens entre 15 e 24 estão relacionados com a dificuldade de viver como homossexual”; “O orgulho gay tinha, 500 ou 600 ou 700 mil pessoas, com certeza estes números não têm nada a ver com a realidade. [...] com muita boa vontade que eu posso assegurar que não mais de 35 mil marginais estavam lá em torno de 15h”.

casamento entre pessoas do mesmo sexo¹⁷². Exemplo: “Reconheço que o assunto é de grande importância, merece ser debatido sobre vários ângulos, mas não são necessariamente os citados no artigo. O primeiro ponto que surge no início do debate é a total confusão que se faz ao abordar a igualdade de direitos em termos de ‘sexualidade’ e falar de democracia sexual e de política das liberdades civis”¹⁷³.

Apenas um leitor recorreu às leis religiosas que, nesse caso, colocou acima das leis civis. Para ele, o pecado da homoafetividade não pode ser perdoado não importando o que dizem as leis civis. O leitor faz ainda uma crítica à abertura que o **Le Monde** dá aos articulistas, posição semelhante encontrada em outra carta que descrevia a Parada Gay de Paris: “Observei o grande número de jornalistas. E eu não entendo que este trabalho obsceno ainda não tenha sido alvo de reclamações”. Ou seja, o jornal deve ser laico, deve estar a serviço da cidadania, mas nem todos são considerados pelos leitores cidadãos legítimos.

7.2.2.2 As duas cartas de leitoras

As leitoras se posicionam contra o programa proposto pelo Ministério da Educação, sendo que uma delas se justifica recorrendo a pontos de vista de outras pessoas que lhe parecem credenciadas a tratar do assunto. Além disso, confunde homossexualidade com pedofilia e coloca as crianças e sua inocência de um lado, e os homossexuais e seu comportamento do outro. Recorre a valores como família, composta por pai, mãe e filhos, e governo. Exemplo: “Os psicólogos dizem que é mais difícil para uma criança se construir de forma equilibrada quando tem dois modelos do mesmo sexo em vez de dois modelos de sexo diferentes, nossos legisladores não sabem?”. A outra leitora enfatiza que não é preconceituosa, mas é contra a presença de educadores homossexuais nas escolas. Ela também coloca a família e seus valores, acima de tudo: “Sou membro de uma importante associação pró-família e quero dizer que respeito plenamente os homossexuais e sua escolha quanto a seu estilo de vida. [...] Os pais, primeiros educadores das crianças, e

¹⁷² “No que se refere à igualdade de direitos entre sexualidades, a França está na retaguarda da Europa. O casamento foi aberto para casais do mesmo sexo nos países vizinhos, [...] a lógica da democracia sexual se espalha ao redor do mundo. [...] a França de Nicolas Sarkozy escolheu ficar na traseira da igualdade”, dizia o artigo.

¹⁷³ Trecho extraído de outra carta: “pensei ser tolerante e não ter qualquer indício de homofobia [...]. comecei a ler o artigo-crônica [...] No final senti uma tentação violenta à homofobia, lancei-me de joelhos e implorei a Bento 16 para salvar-me desta tentação terrível”.

professores devem somente levar informações sobre esta delicada questão para as crianças, sem a pressão de uma organização militante”.

7.2.3 Sexismo

No dia 07 de junho, a mediadora Veronique Maurus tratou, em sua coluna, do sexismo existente dentro da redação do **Le Monde**. Ela assume que foi motivada pela carta de uma leitora que fez o levantamento do número de mulheres e de homens que tiveram seu trabalho destacado na coluna Perfil, durante uma semana: duas e nove, respectivamente. Maurus reconheceu que a leitora tinha razão.

Segundo a jornalista, no ano de 2007, foram 53 mulheres entre os 258 perfis, 20% em média...

[...] um em cinco é pouco na medida em que essa proporção ficou mais ou menos estável nos últimos três anos. As propostas vêm da redação no seu conjunto, elas são um reflexo da sociedade, explica a responsável por essas páginas. “Nós procuramos ter uma política voluntarista, mas é difícil”. Fator agravante é que estes perfis, salvo exceções, implicam um encontro com o interessado, ou seja, implicam o seu acordo. Muitas mulheres recusam serem colocadas em cena, a menos que tenham algo a vender ou estejam engajadas em política. Muitas têm repugnância a esse exercício narcísico que é o perfil (MAURUS, 2008b, tradução nossa).

“É preciso instituir um sistema de cotas?”, pergunta Maurus, “seriam então os homens que nos acusariam de sexismo crescente. [...] A mediadora cita ainda um texto de 03 de maio, intitulado Delinquência: o problema é o homem, que atraiu alguns protestos masculinos. ‘Afirmar que um dos problemas maiores de nossa sociedade está em um sexo, um só sexo, é evidentemente sexista, no caso misandria. Ele vem indicar com o dedo o conjunto dos homens e a designá-los como culpados coletivos’, lamenta um leitor” (MAURUS, 2008b, tradução nossa). A mediadora encerra o artigo dizendo que a redação do **Le Monde** é constituída quase em sua metade de mulheres. Elas são 45% dos jornalistas.

Dois leitores e oito leitoras escreveram sobre o subtema sexismo, sendo que duas leitoras não citaram a crônica. No período estudado, com exceção da crônica Sexismo crescente, o **Le Monde** não publicou mais nada sobre o tema, nem mesmo uma das cartas.

Sobre o sexismo crescente, eles escreveram menos textos, apenas dois, porém mais longos que elas, que, por sua vez, enviaram mais cartas, oito. Os homens escreveram em média 167 palavras por carta e as mulheres 146.

Os homens também mantiveram as discussões por um tempo mais longo. A crônica *Sexismo crescente* foi publicada em 07 de junho e as cartas começaram a ser enviadas dois dias depois, tanto por eles quanto por elas. Porém, a última carta feminina enviada data de 17 e a última masculina de 21 de junho.

7.2.3.1 As oito cartas de leitoras

Uma das cartas que se referiram ao sexismo fora do contexto explorado por Maurus foi enviada antes da publicação da crônica e criticava a desigualdade com a qual as promoções do jornal tratam os gêneros: “Sua promoção diz ‘ofereça uma assinatura para a festa dos pais’. Eu não creio ter visto oferta similar para dias das mães. Esta discriminação é de ordem sexista e me enoja. As mães não leem o jornal *Le monde*? Elas fazem faxina?”. A outra carta foi enviada após a publicação da crônica, mas discutia outra forma de sexismo: “Há cem anos eram chamadas mulheres das letras. Poderia se pensar que agora, depois de intermináveis debates indignados, todo mundo e, sobretudo todo o jornal *Le Monde*, estivessem falando frequentemente de escritoras. Que nada! [...] uma manchete anuncia testemunhos de mulheres escritores”¹⁷⁴.

As leitoras contestam o reforço que o jornal faz aos papéis atribuídos a cada gênero valorizando o masculino frente ao feminino. Recorrem também aos lugares da pessoa vinculados a sua dignidade, sua autonomia e seu mérito. Buscam, de certa forma, mostrar que o jornal desconsidera e desvaloriza grande parte de sua audiência composta de leitoras.

Nas outras seis cartas, três iniciaram com agradecimentos e elogios, como por exemplo: “Sua crônica [...] foi muito boa”, e escreveram textos favoráveis ao teor da crônica. Uma chega a posicionar os papéis femininos e masculinos dentro da natureza, colocando as mulheres hierarquicamente em melhor colocação que os homens em relação a valores como bom senso, razão e sensibilidade. Exemplo: “Longe de mim a ideia de exagerar no sentido dos leitores que tratam o *Le Monde*

¹⁷⁴ Na matéria intitulada *Françoise Sagan, mulher livre*, publicada em 20.06.08, no ***Le Monde des Livres***, Josyane Savigneau se refere às escritoras como escritores mulheres.

de sexista. Eu sempre pensei que a razão fundamental atrás das leis pela paridade era o bom senso natural das mulheres que as desviavam da política e as levava a carreiras bem mais úteis e construtivas, mesmo se muito longe da luz dos projetores. Nós sabemos todas que atrás de um grande homem se encontra uma mulher”.

Outra vê com bons olhos a forma como o **Le Monde** lida com o sexismo e sugere outras abordagens do feminino e do masculino nas páginas do jornal: “Eu conheço muitas mulheres que são admiráveis. [...] que tem ambições [...] defeitos, deficiências, fora o fato de terem nascido como segundo sexo e, frequentemente, também num meio mais pobre. [...] Elas recusaram o destino [...] seja bela e case-se; case-se e ocupe-se de seu marido [...] O sucesso delas reside em outros lugares [...] Seria bem vindo que o *Le Monde* parasse de mostrar o sucesso social, na forma masculina, como sendo uma coisa impressionante”.

A carta chama a atenção para a hierarquia entre os gêneros, através de termos como segundo sexo, mas posiciona as mulheres nos lugares da pessoa, por sua capacidade de desenvolver autonomia mesmo em situações adversas, como a pobreza e a cultura do belo.

Outras duas cartas também trazem sugestões, porém nomes para serem entrevistados pela coluna perfil, tentando assim contribuir para um aumento na porcentagem lamentada na crônica.

Por outro lado, o trecho da crônica que recebeu críticas estava relacionado também à hierarquia; só que dessa vez duas leitoras questionavam a veracidade dos argumentos de Maurus, lembrando que os cargos mais altos dentro do jornal são dominados por homens¹⁷⁵. Exemplo: “Você conclui seu artigo dizendo que a redação do jornal *Le Monde* é quase a metade feminina, mas vocês não dizem nada sobre a direção do jornal”¹⁷⁶.

Duas leitoras citaram sua ocupação: consultora sênior e diretora de pesquisas de um centro feminista.

¹⁷⁵ No mês de junho de 2009, o expediente publicado na página 2 do jornal trazia 21 nomes, entre diretores e cargos de chefia. Três eram mulheres: uma diretora editorial (cargo ocupado também por mais dois homens), uma chefe de redação (cargo ocupado também por mais seis homens) e uma chefe de edição.

¹⁷⁶ “A última observação do artigo de Veronique Maurus vale também pelo seu peso em testosterona. ‘45% das mulheres na redação do *Le Monde*’, ela se regozija. Mas se a gente olhar o expediente na página dois, a gente encontra 18 pessoas como diretoras de alguma coisa, sendo duas mulheres, 11%, ou seja, bem menos ainda que os 20% dos perfis”.

7.2.3.2 As duas cartas de leitores

Os dois leitores concentraram seus textos em críticas, deram exemplos de momentos em que o jornal se comporta como sexista e se posicionaram a favor da igualdade de tratamento dos gêneros: “Contrariando sua contribuição ‘sexismo crescente’ [...] as duas fotos usadas para representar figuras da revolução laranja [...] a de baixo mostra o rosto de um homem, M. Viktor Loutchenko, enquanto a do alto, consagrada a Mme Loulia Timochenko, mostra advinha o quê? Uma bonita trança loira em coroa vista de costas. [...] As fotos são elas simples distrações ou participam da informação? É a estética que avalia os processos políticos?”¹⁷⁷.

Eles querem comprovar que a hierarquia que posiciona o masculino como superior aparece em pontos diversos do jornal, não apenas nos mais evidentes. Além de acusar o *Le Monde* de conivente e mantenedor desse *status quo*, eles o fazem também em relação à sociedade como um todo. Recorrem a valores como a solidariedade – como visto em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), ao se verem sensibilizados com a posição inferior em que se colocam as mulheres, e propagam outro valor, a igualdade por mérito.

7.2.4 Relatos de problemas de atendimento social

Entre os dias 01 e 30 de junho, o *Courrier des lecteurs* recebeu nove cartas com relatos de problemas de atendimento social que atingiam diretamente seus autores e autoras ou que chamaram a sua atenção. Sete dessas cartas foram enviadas por homens e duas por mulheres. Dois dos subtemas abordados por leitores, mudanças nas regras para concessão de reembolso para aquisição de certos medicamentos e pagamento de indenizações, haviam sido objeto de matérias nas páginas do jornal, antes que as cartas fossem enviadas, ao contrário do restante. As cartas foram redigidas com riqueza de detalhes¹⁷⁸. Nenhuma das cartas

¹⁷⁷ Trecho extraído de outra carta: “Sabendo que mulheres e homens são igualmente merecedores em nossa sociedade, o jornal *Le Monde* é obrigado, me parece, a uma igualdade de resultados [...] Acreditar que os homens se queixariam de uma representação igualitária é um alibi muito pobre. Se fosse verdade, seria necessário lhes contrariar”.

¹⁷⁸ Exemplos: “Abril de 2006 – eu fiquei grávida [...] irritou muito a direção da empresa. [...] Depois diversas humilhações e afastamentos se seguiram. Maio de 2007 – voltei de minha licença maternidade em [...] me pediram para voltar para casa [...] Junho de 2007 – Eu fui demitida”; “Desde a idade dos seis anos, era aluno externo na (escola pública). Ele partia as 8h30 da manhã e voltava para casa as 16h15 [...] quero dizer a vocês que é difícil ter um emprego em tempo integral com

contendo problemas de atendimento social foi publicada. Os homens enviaram mais cartas que as mulheres, mas foram elas que escreveram em média mais palavras por textos, 596 e 968 respectivamente. Foi este subtema, inclusive, o que recebeu as cartas mais longas. Uma masculina contendo 2.336 palavras e uma feminina contendo 1.425 palavras.

7.2.4.1 As sete cartas de leitores

Os fatos narrados pelos leitores diziam respeito a: maneira como a polícia francesa tratou alguns cidadãos após um evento público; desemprego devido à mudança de direção no canal *plus* de distribuição; problemas que a esposa enfrenta em seu ambiente de trabalho. As outras quatro diziam respeito a problemas de saúde: mudanças nas regras para concessão de reembolso para aquisição de certos medicamentos¹⁷⁹; espera por um reembolso devido a problema de saúde¹⁸⁰; um pai pede ajuda para a filha que sofre de sucessivas convulsões; e outro pede ajuda para o tratamento de saúde do filho que mora na Costa do Marfim e sofre de úlcera de Buruli.

Quatro fizeram denúncias, destacando valores como justiça, respeito, liberdade e dignidade considerando assim que valores relativos à pessoa são superiores aos valores concedidos à coisa. Mesmo tratando sob a perspectiva de seus problemas de atendimento social, promovem a superioridade do interesse da sociedade sobre o interesse de um indivíduo ou de um grupo de empresários. Recorrem também ao lugar da quantidade, ao destacar os casos nos quais os valores, como os ganhos financeiros, estão sobrepostos aos valores do homem,

esses horários, sem contar as férias, [...] Em maio de 2006, os grandes problemas começaram. Ele entrou em depressão, ele quebrava tudo e se auto-mutilava se mordendo”; “Uma mulher médica ofereceu a essa menina que ela doasse para adoção a sua criança que ainda não nasceu. [...] A menina foi colocada num centro de detenção de urgência o centro onde são colocadas crianças cujos pais são perigosos”; “Tudo parecia calmo. Os quatro ou cinco policiais de motocicleta estacionados próximos do café assinalavam sua intenção de partir fazendo vibrar seus motores. A multidão solta um grito de aclamação sem que isso pareça marcar um protesto ou um descontentamento. Eles vão embora rapidamente, mas o último motoqueiro se vê travado no caminho por pedestres que correm em direção à trajetória das motos”.

¹⁷⁹ O **Le Monde** publicou uma matéria sobre uma proposta do governo para reduzir o reembolso concedido para a aquisição de certos medicamentos de conforto para o tratamento de doenças como câncer, diabetes, AIDS, cardiopatias entre outras. A proposta foi de reduzir o reembolso de 100 para 35%, o que acarretaria a economia de milhares de euros aos cofres públicos. A matéria intitulada Doenças de longa duração: o governo está tentando resolver a controvérsia, foi publicada na edição datada de 26 de junho.

¹⁸⁰ O que o motivou a escrever foi o fato de ele ter se identificado com o relatado na matéria "539 mil euros necessários para compensar três anos de detenção", publicada em 07.11.08.

como o bem-estar adquirido quando se tem emprego e dinheiro. Nesse sentido, ressaltam também a inversão na hierarquia quando o bem-estar social deveria estar acima do poder que a sociedade confere a alguns de seus membros. Exemplo: “Esta uma correspondência que quero fazer chegar à [...] Senhora prefeita [...] Um policial civil avança em direção à esquina [...]. Ele parece estar enfurecido. Ele tem uma bomba de gás lacrimogêneo na mão, ele nos olha, ninguém o ameaça [...] Ele diz apontando sua garrafa para as pessoas e diz: você quer? Depois ele pulveriza. [...] Meus olhos começam a coçar e eu evito respirar”¹⁸¹.

Os outros três descrevem seus dramas com os quais buscaram sensibilizar e conquistar a sensibilidade da mediadora assim como dos/as possíveis leitores/as. Exemplo: “Há sete anos um dos meus filhos mergulhou num verdadeiro pesadelo. Apesar da minha luta, a França me priva de ter meu filho. Na verdade, ele tem sucessivas convulsões e foi colocado em um asilo mental”¹⁸².

Pode-se dizer que, de certa forma, todos eles escreveram suas cartas tentando convencer de que os problemas que os afligem poderiam atingir qualquer um e que a solução se encontra no exercício da cidadania. Exemplo: “Teríamos mais justiça social se os planos de saúde é que custeassem estes medicamentos. Sendo assim, o orçamento da previdência social seria aliviado bastante”¹⁸³.

¹⁸¹ Trechos extraídos de outras cartas: “Minha esposa é engenheira de pesquisa no Instituto X, do Hospital Y (preferiu-se aqui omitir os nomes dos locais que constavam da carta original). Ela passou toda a sua carreira lá e se aposentará no final do ano. Porém, o local é precário em termos de segurança e atualmente sua situação é desanimadora”; “Eu sou diabético do tipo B desde 1997. Até 2003 meu médico me receitou medicamentos que não puderam ser reembolsados 100%, pois ele não havia feito o pedido à previdência social. A partir de 2003, após a intervenção do médico, eu então passei a ser reembolsado em 100%. Quem teve o maior lucro foi meu plano de saúde, que não precisou mais me pagar a diferença entre o que eu recebia da previdência social e o que eu gastava com os medicamentos”; “Após a fusão do com a TPS, o canal Plus se comporta como um monopólio e não mantém mais seus clientes e distribuidores. De um dia para o outro fomos demitidos e isso coloca nossa empresa em dificuldades. A razão: nossos clientes em geral não alugavam nossos codificadores, mas os compravam. Agora eles são obrigados a pagar 8 euros por mês e o calção de 75 euros”.

¹⁸² Trecho extraído de outra carta: “Existe uma semelhança entre o caso que você relatou e o que se passou comigo. Já se passaram três anos desde que o dia que eu quase perdi a visão [...] eu preciso estar bem amparado e recorrer a um advogado; já gastei todas as minhas economias com os cuidados que ele exige [...] não sei para onde apelar, por isso que eu venho a você para perguntar se é possível vocês ajudarem o meu filho com cuidados médicos”.

¹⁸³ Trechos extraídos de outras cartas: “Podemos concluir que os pagamentos dos planos de saúde seriam aumentados de alguma forma, mas esse aumento só pesaria sobre a população mais abastada, visto que ela pode pagar por esse um plano de saúde”; “É preciso alertar a opinião pública e o governo, a fim de que as equipes possam trabalhar lá em situação de menores riscos”; “Eu lhe digo que não são estes os métodos de um estado de direito e repensando sobre o que tinham me dito sobre minha função de professor que eu não tinha jamais dito que a polícia não deveria prender os delinquentes e que nós não tínhamos feito nada para receber gazes”.

Apenas um leitor preferiu se identificar por um pseudônimo por temer represália por parte da polícia, a qual acusava de maus tratos: “No momento de assinar, eu tremo: X, um cidadão que talvez não o seja mais em seu espírito”.

A mídia aparece como um veículo capaz de promover essa cidadania: “Mas espero entre outras coisas, que o fato de te escrever protegerá meu medo sobre o papel. Eu ousa esperar que essa interpelação [...] não me trará prejuízo, sobretudo em minha profissão”¹⁸⁴.

Dois leitores falam na posição de pais e um na posição de marido, enquanto outro se coloca na condição de desempregado. Todos eles dizem apresentar dificuldade em exercer seu papel social de mantenedor e protetor do lar e da família.

7.2.4.2 As três cartas de leitoras

Os fatos narrados pelas leitoras dizem respeito a: discriminação no trabalho devido à gravidez, tentativa de reintegração do filho numa escola para alunos deficientes, e o caso de uma menina que teve o aborto negado em hospital, mesmo após permissão da justiça.

Uma delas faz uma crítica à forma como o empresariado lida com a condição feminina, principalmente com os papéis de mulher, esposa e mãe, argumentando que a lei não a protege: “Pode-se demitir uma mulher grávida? Como demitir duas vezes uma assalariada grávida? [...] A empresa sabe que eu sou obrigada a renunciar a este posto, visto minha situação familiar: sou mãe de um bebê de 18 meses, meu cônjuge trabalha em Paris e eu estou grávida da segunda criança”. Outra, ao criticar a falta de qualificação dos professores que lidam com os alunos deficientes, protesta contra o fato de o Estado desampará-la numa situação tão difícil: “Eu estou desempregada [...] Eu sou sozinha com quatro crianças. [...] A França precisa fazer alguma coisa, é preciso mudar isso muito rápido”.

Chama a atenção nas três cartas que os apelos dizem respeito principalmente à condição da mulher: uma mãe confessa não estar conseguindo manter seu filho deficiente; outra se diz desamparada pelas leis que não impedem o empregador de

¹⁸⁴ Trechos extraídos de outras cartas: “Acredito que se eu conseguisse divulgar isso pela mídia através de sua coluna seria ótimo, pois ela é um fórum de grande força e credibilidade”; “Eu não sei o que dizer para explicar minha dor, te peço para ajudar meu filho ou ao menos se importar com ele [...] Se você puder fazer alguma coisa para o meu filho, eu serei muito grato! Eu não sei o que dizer, minha dor é inexplicável”.

transferir uma esposa/mãe para um posto longe de seu núcleo familiar; e, a terceira protesta contra pessoas que impedem o aborto decorrente de estupro.

A mídia mais uma vez surge como uma instituição capaz de influir no comportamento da sociedade e de levá-la a modificar seus valores. Exemplo: “Eu agradeço a vocês pelo interesse que vocês queiram dar a minha carta”¹⁸⁵.

Outra leitora, ao relatar o caso que a deixou indignada, denuncia principalmente a falta de ética profissional e de ética pessoal por parte de alguns/mas cidadãos/ãs: “Essa médica também informou ao padre o caso desta menina, cometendo um crime [...] O médico tem todo o direito de recusar o aborto por causa de sua consciência e suas convicções, mas o hospital tem a obrigação de dizer aonde a paciente poderia fazer este aborto”.

7.2.5 Questões religiosas

Questões que envolvem o oriente, seus conflitos políticos e religiosos, são abordadas com frequência pelas cartas enviadas por leitores e leitoras ao **Le Monde**. No período analisado, 38 homens e seis mulheres trataram do subtema em suas cartas. Elas dizem respeito principalmente à relação da França com Israel, à situação atual do Afeganistão, aos conflitos entre Palestina e Israel, ao islamismo, judaísmo e cristianismo, ao Hamas e ao Hezbollah.

Entre essas cartas, 22 trazem uma conotação essencialmente política, referem-se à forma como o governo de Sarkozy trata dessas questões. Todas elas são de autoria masculina. As 22 restantes têm como assunto principal questões religiosas, sendo que 17 foram assinadas por leitores e cinco por leitoras. Decidiu-se, então, analisar os discursos dessas 22. Nenhuma delas foi publicada.

Entre as masculinas, duas repercutem o ataque sofrido por um jovem judeu em conflito de gangues na *rue Petit Pont*¹⁸⁶, em Paris; duas discorrem sobre a posição ideológica do novo rabino-chefe da França¹⁸⁷; nove sobre os conflitos entre

¹⁸⁵ Trecho extraído de outra carta: “Ágata diz que foi violentada e certamente o estuprador nega o crime, mas a imprensa de direita acredita nele e contraria o testemunho da menina”.

¹⁸⁶ Rudy H., um rapaz de 17 anos, que usava jeans, camiseta e kippa, foi agredido sábado, dia 21.06.08, na *rue Petit*, em Paris, local onde durante semanas viveu-se um clima tenso de briga entre gangues. O rapaz precisou ter o coma induzido devido à gravidade dos ferimentos. Testemunhas contaram que viram uma dúzia de homens jovens de tipo africano e norte-africano agredindo o jovem judeu.

¹⁸⁷ A matéria de Stéphanie Le Bars, intitulada *Novo rabino-chefe da França, Gilles Bernheim, defende o judaísmo aberto*, foi publicada dia 24.06.08. O texto o descreve como um religioso, professor de 56

o islã e o cristianismo na Argélia¹⁸⁸, um sobre o uso do termo “estado judeu” pelos jornalistas do **Le Monde** e outro sobre hábitos muçulmanos. Entre as femininas, uma trata dos conflitos religiosos na Argélia, duas discutem a relação Palestina e Israel, uma reflete a posse do novo rabino-chefe da França e outra fala da agressão na *Rue Petit*.

A França é um país laico desde 1905, quando separou definitivamente igreja e Estado. Desde 1872, uma lei proíbe que sejam coletados dados oficiais sobre as

anos, nativo do leste da França aberto ao diálogo com sociedade e com outras religiões; diz que sua eleição marca uma mudança real no estilo e na abordagem do religioso judaísmo na França, através do regresso ao judaísmo franco-francês, reafirmando as raízes dos judeus no país, diferente de seu antecessor, que era ortodoxo ligado à Israel. O novo rabino considera o diálogo com os cristãos vital e propõe o estudo de humanidades nos centros judaicos. Outro texto de Stéphanie Le Bars, intitulado *À frente do CFCM, Mohammed Moussaoui quer "destacar áurea do Islã"*, foi publicado dia 24.06.08. Trata da eleição deste marroquino de 44 anos, professor de matemática, para a presidência do Conselho Francês da Fé Muçulmana (CFCM). Sua eleição foi vista como o fim do islamismo argelino, visto que seu antecessor trabalhava próximo ao governo da Argélia, e a ascensão do islamismo marroquino. "Eu sou um consenso", disse Moussaoui, "ele é um unificador", confirmam os que o conheceram durante negociações recentes. Assumiu com promessas de fazer algo em prol dos jovens muçulmanos além de abrir as portas das mesquitas, em um dia especial, visto que defende o diálogo inter-religioso como forma de "melhorar a imagem do Islã". Arremata dizendo que "sem cair em provocação ou proselitismo, seria mostrar que a sociedade francesa aceitasse o Islã".

¹⁸⁸ Os leitores e leitoras que tratam do assunto em suas cartas fazem referências a dois artigos publicados no **Le Monde**, um de autoria do articulista Henri Tincq e outro do padre católico Christian Delorme, ambos publicados na seção *Debats*. Henri Tincq assina o artigo *Uma resposta para "business evangélico" parece indiscriminada e desproporcional*, publicado no dia 28 de maio. Ele começa o texto com a seguinte questão: “Uma nova linha de frente está aberta, na Argélia, entre o Islã e o Cristianismo? Não seria razoável afirmar que as forças envolvidas são desproporcionais. Os cristãos são apenas alguns milhares desde a independência. Além disso, igrejas históricas – católicas e protestantes – têm mantido com os muçulmanos locais relações de amizade. No entanto, uma luta pelo poder acaba de começar em solo argelino podendo se espalhar para outros países na África e no Oriente Médio. Os direitos básicos à religião vêm sendo ameaçados com o fechamento de lugares de culto cristãos, vistos negados aos sacerdotes, congregações religiosas e pastores protestantes e "voluntários" católicos. Mas o maior problema, segundo Tincq, se encontra no *business evangélico* que entra em choque com a pressão de movimentos islâmicos bancados por investidores estrangeiros da Arábia Saudita ou Emirados Árabes Unidos além de ameaças da Al Qaeda. Além disso, o articulista critica as religiões cristãs “fast”. “Em muitos países pobres, muçulmanos ou não, esses grupos, às vezes, liderados por autointitulados pastores, vendem conversões sob a promessas de vida melhor, enriquecimento e cura. Essa expansão desestabiliza igrejas históricas abertas ao diálogo e à ação social com todos os atores locais. “Seria um erro se o governo argelino persistisse nesta mistura”. Christian Delorme assina o artigo *Não, a Argélia não é anti-cristã – é preciso refletir sobre a legitimidade do proselitismo cristão na terra do islã*, publicado em 4 de junho. Ele comenta a perseguição aos cristãos ocorrida na Argélia, em especial os processos instaurados contra pessoas de origem muçulmana que decidiram se converter ao cristianismo evangélico, o que leva também a uma deterioração da imagem já tão desgastada do país. Afirma que a Argélia não é uma nação anticristã e que seus líderes deveriam expressar maior consideração para com as igrejas historicamente presentes em seu solo. Alega ainda que o que faz a unidade argelina é sua identidade islâmica e que tanto os cristãos europeus que lá vivem quanto os argelinos convertidos não representam uma ameaça contra essa unidade. Ele comenta que o cristianismo evangélico tem levado benefícios a vários países através do poder imperial americano, benefícios esses que são vistos pelos argelinos como uma estratégia que visa criar uma minoria cristã no país, o que poderia um dia se tornar uma desculpa à intervenção militar. Ele está certo de que essas preocupações não devem ser tratadas com desprezo pelo ocidente, o que não justifica os maus-tratos de que os cristãos vêm sendo vítimas na Argélia, como a expulsão de um pastor protestante, depois de 45 anos de trabalhos no país, e a condenação de um sacerdote que rezava com imigrantes cristãos ilegais.

crenças religiosas do povo. As estatísticas são feitas com base em estimativas. Segundo o instituto de pesquisas *Conseil Sondage Analyses – CSA*¹⁸⁹, em 2007 as religiões com maior número de adeptos na França eram a católica, com 51% da população, os muçulmanos, com 6%, protestantes, com 3%, judeus, com 1%, e budistas, com 0,6%. Pelo menos 25% da população se diz sem religião. O CSA observou também que os seguidores do islã são os que mais incomodam os franceses.

Eles escreveram textos mais longos que elas, como se pode ver ao comparar a média de palavras por carta de leitores com a de leitoras, 439 e 320 respectivamente. Os homens também mantiveram as discussões por um tempo mais longo, como se pode ver nas cartas que refletiam as ideias de Tincq e Delorme sobre os conflitos religiosos na Argélia. Os artigos foram publicados em 28 de maio e 04 de junho, sendo que a última carta enviada por um leitor sobre o caso data de 15 de junho e a carta enviada por uma leitora data de 04 de junho.

7.2.5.1 As 17 cartas de leitores

Entre as cartas que dizem respeito à Argélia, observa-se que a maioria dos leitores, doze ao todo, se posicionou contra a maneira como articulistas e jornalistas, assim como publicidades estampadas no jornal, tratam as questões religiosas. As ideias de Henri Tincq e Christian Delorme foram rebatidas, como o exemplo: “Eu sinto que os autores não somente não sabem nada sobre o assunto, o que é grave, mas que eles tendem a transformar perfeitas vítimas em culpados!”¹⁹⁰. Os autores dessas cartas receberam resposta da equipe do *Courrier des Lecteurs*. Os editores agradeceram pelo interesse em debater o assunto com o jornal e informados aos leitores que suas cartas seriam enviadas aos articulistas.

Os leitores demonstram certo desconforto ao ver questões religiosas serem confundidas com questões de Estado ou de economia. Por outro lado, um leitor, que se identificou como “ex-pastor na Argélia que vos escreve sem ser mandado”,

¹⁸⁹ Disponível em: <www.csa-fr>. Acesso em: 12 mar. 2010.

¹⁹⁰ Trechos extraídos de outras cartas: “Fiquei preocupado quando li a frase ‘Argélia, um país islâmico’, no artigo de Delorme [...] é também reconhecido que a Palestina é uma terra judaica e a França uma terra católica, por que não? Pessoalmente, acho que esse é um terreno perigoso”; “Aprendemos também que os evangélicos fazem ‘proselitismo ativo’ e ‘business evangélico’, diz Henri Tincq. [...] Mas o que é o ‘proselitismo ativo’? [...] Estas palavras são revoltantes porque são falsas, ferem e são perigosas”.

endereçou sua carta aos argelinos, muçulmanos ou não, baseando seu argumento exatamente na religiosidade como fator de união entre os povos: “conta muito para nós que um grande número de vocês tenham respeito por Jesus, o Jesus que está em todos nós, e cujo ensinamento vos pertence tanto quanto a nós”.

Outras cartas criticam a forma como o jornal vinha abordando o subtema, demonstrando que não aprovam o tratamento dado às notícias sobre religiões. Exemplo: “Se o poder opressivo argelino busca argumentos para continuar a sua política anti-cristã, ele só tem que pegar as edições do jornal *Le Monde*, o suposto jornal mais inteligente da França”¹⁹¹.

Alguns se concentram mais em criticar o tratamento dado à notícia pelo **Le Monde** do que em repercutir os fatos. Exemplo: “Fiquei surpreso – e intrigado – que ao lado do artigo (aliás, excelente), sobre o ocorrido na *Rue Petit*, [...] aparece o seguinte anúncio: Judeus: Você é judeu? Análise de DNA da origem mostrará se você tem raízes judaicas [...] Acho altamente problemático que tal publicidade, transmitindo uma análise racista, apareça no *site* do *Le Monde* o que levanta a discussão sobre o controle editorial do jornal”¹⁹².

Quanto aos valores, aquele que recebeu mais questionamentos foi a liberdade de credo, característica da cidadania que, na visão dos leitores, não vem sendo respeitada. Eles protestam contra a hierarquização que é feita por algumas religiões que colocam seus princípios acima de todos os outros. Exemplo: “Certas

¹⁹¹ Trechos extraídos de outras cartas: “Informações e idéias difundidas pela imprensa podem influenciar em um sentido ou em outro. Como jornal de referência, o ‘*Le Monde*’ deve estar vigilante em suas observações”; “‘O que faz a unidade da Argélia é seu islamismo’ [...] ‘os argelinos devem temer a existência de uma estratégia que visa criar uma minoria cristã... que poderia se tornar um dia (quando?) pretexto para uma intervenção militar’ [...] Mesmo um *tabloide* mais vulgar se recusaria a publicar frases comparáveis a essas”; “Certamente, trata-se de dois olhares mais ou menos pessoais, diriam vocês, o jornal não pode ser responsabilizado. [...] Mas os pontos de vista que critiquei aqui correspondem perfeitamente ao tom geral do jornal *Le Monde*, quando ele se digna a falar do Evangelho”.

¹⁹² Trechos extraídos de outras cartas: “Acabo de ler que o ministério público instalou um processo de ‘tentativa de assassinato anti-semita’, [...] estou certo de que ‘morte aos árabes’ teria provocado menos esforço e relativização da parte de vocês [...] O *Le Monde* [...] não está perto de mudar por causa de seus jornalistas ideólogos, frequentemente indignos [...] sua prensa em desdobrar e remeter todas as partes a sua violência [...] não parece ser obra de profissionais neutros”; “Várias vezes notei no jornal *Le Monde* o hábito de chamar Israel de o ‘Estado judeu’. [...] Israel é composto de pessoas de diversas origens: cristã, muçulmanos, judeus, em maioria. [...] Não se diz da França: o ‘estado católico’ [...] O Irã, por exemplo, nunca é descrito como ‘estado muçulmano’... Por que essa liberdade com Israel?”; “A vítima foi descrita como ‘judeu’, validando um tipo de divisão confessional ou étnica da população [...] nesse caso, não se trata de uma ‘agressão anti-semita’, mas a um linchamento de um homem”.

escolhas não democráticas são permitidas para assentar, até os extremos, o valor da liberdade [...] Ao defender a liberdade somos levados a destruí-la”¹⁹³.

Outra forma de se solidarizar aos argelinos foi defender a importância que deve ser dada às diferenças culturais: “Eles falam árabe, são árabes, e não podem, como eu e você, ir respirar outro ar quando eles quiserem”.

Por outro lado, quanto aos judeus, os leitores foram menos tolerantes. Exemplo: “Eles não são mais esses seres perseguidos e banidos de todas as partes [...] O Estado de Israel nos mostra a cada dia o quanto a determinação do povo judeu é forte e o quanto ele sabe como se defender, ao demonstrar uma força impiedosa com relação aos seus inimigos”. Dois tratam explicitamente do laicismo como um valor que deve estar acima de quaisquer interesses de religião ou de grupo: “O laicismo¹⁹⁴ é um valor que devemos defender todos os dias porque ele é atacado e ignorado, consciente ou inconscientemente, pelos preconceitos de alguns, e sede de vingança dos outros”¹⁹⁵. Cinco citaram sua ocupação: filósofo e ensaísta, professor emérito, pastor aposentado, professor assistente com doutorado em direito e conselheiro regional.

7.2.5.2 As cinco cartas de leitoras

As cartas das leitoras podem ser classificadas em duas categorias. Quatro delas colocam o laicismo como uma necessidade primordial, enquanto uma se concentra em criticar o povo israelita e judeu. Exemplo: “Defensora do laicismo por convicção, por profissão e tradição, ‘antes de tudo atea’ [...] eu gostaria que nossos

¹⁹³ Trecho extraído de outra carta: “Eu sou um protestante, e para mim, a religião está relacionada com o livro [...] A religião é para mim acreditar [...] é dar importância à liberdade de consciência e liberdade de expressão e, mais amplamente, aos Direitos Humanos. [...] a religião [...] está tomando o lugar da justiça”.

¹⁹⁴ Nessa carta, o leitor criticou o artigo publicado em 25.06.2008, intitulado *Laicismo: uma paixão francesa*, no qual Henri Tincq discutiu o diálogo de Sarkozy com líderes religiosos de Roma e da Arábia Saudita. O articulista baseou seus argumentos sobre declarações feitas por Jean Baubérot, ex-presidente da cadeira de história e sociologia do laicismo na *Ecole Pratique des Hautes Etudes* que declarou considerar o presidente francês ignorante e incompetente, principalmente no que se referia a questões de cunho religioso.

¹⁹⁵ Trecho extraído de outra carta: “Um ginásio que queriam interditar aos homens durante um torneio de basquete feminino, uma piscina pela qual se reivindicam horários reservados às mulheres [...] não se abre espaço público se não a manifestações comunitárias que promovam a convivência e não ameacem o viver em conjunto”.

belos espíritos parassem de tomar bacias por lanternas no que diz respeito ao Islã e trabalhassem para difundir o laicismo”¹⁹⁶.

No entanto, ao menos uma delas, ao mesmo tempo em que defende a igualdade de tratamento para todos, se demonstra hostil com os palestinos: “A raiva palestina tem o direito de ser deslocada para a Europa? Um povo em cólera tem o direito de vingança sobre um indivíduo isolado? [...] frustrados em busca de violência; banais humanos”. Ou seja, há uma ordem, uma hierarquia que valoriza alguns credos, alguns povos, em detrimento de outros.

A política editorial e o tratamento dado pelo jornal às notícias e artigos sobre religião foram criticados por quatro leitoras. Exemplo: “quatro meninas foram mortas pelo *Tsahal*¹⁹⁷ em menos de cinco dias e não vejo esta importante informação no *Le Monde*”¹⁹⁸.

Duas citam sua ocupação: uma é filósofa e a outra professora de ciências econômicas aposentada, judia não praticante e agnóstica.

7.2.6 Reações em cadeia

Em uma crônica intitulada *Reações em cadeia* (MAURUS, 2008c), publicada com data de 29 de junho de 2008, a mediadora Veronique Maurus repercutiu cartas que vinha recebendo com críticas sobre a postura preconceituosa de alguns leitores que publicam suas opiniões no *site* do **Le Monde Interactif**.

Durante o mês de junho, antes da publicação da crônica, Maurus recebeu seis cartas, sendo que ela aproveitou, em sua crônica, trechos de três, uma feminina e duas masculinas. Parece-nos que todas motivaram a publicação da crônica, visto

¹⁹⁶ Trechos extraídos de outras cartas: “Mais uma vez, vemos que alguns cristãos que se dizem tão abertos se aliam aos antidemocratas, quando suas tomadas de posições poderiam servir aos seus próprios propósitos”; “Quanto à ‘sensibilidade particular do povo da Argélia’, ela é, em grande parte, orquestrada por um poder antidemocrático, que atrai a atenção das pessoas para fatos emocionais a fim de desviá-la da incapacidade ou falta de vontade da classe dominante em desenvolver o país e dar uma verdadeira educação para a cidadania”; “Os frustrados em busca de violência se dirigem também aos objetos e roupas reduzindo o homem ao chapéu que ele usa”; “Não se é anti-semita quando se tem que lidar com um estado ladrão, pronto para fazer qualquer coisa pela religião [...] eles nos enchem o saco, estes israelenses, de querer levar tudo para a existência deles, como se eles fossem os únicos, o umbigo do mundo”.

¹⁹⁷ Força de Defesa de Israel (em hebraico *Tsava LeIsrael Haganah*, צבא ההגנה לישראל).

¹⁹⁸ Trechos extraídos de outras cartas: “Acho incrível que, como leitora, não seja possível reagir aos seus artigos sobre Israel e Palestina. Acontece que esses artigos não são propostos com a opção de comentá-los. Entretanto, haveria muitas coisas a dizer, ao invés de só ler escritos pró-israelenses e americanos”; “Acabei de ler o artigo de Stéphanie Le Bars e eu estou com raiva.[...] O que é comunidade judaica na França? O que é um judeu?”.

que seus autores e autoras receberam como resposta da equipe do *Courrier des lecteurs* textos semelhantes aos que se seguem: “Querido leitor, a mediadora fará menções a sua carta em uma de suas próximas colunas. Atenciosamente”; “Querida leitora, agradeço o seu *e-mail*, tomei nota das suas observações e não deixarei de tirar proveito delas se eu escrever algum dia uma crônica sobre esse assunto (o que é bem provável). Cordialmente”.

Outras três cartas masculinas foram enviadas após a publicação do artigo. Portanto, analisaram-se nove cartas, duas femininas e sete masculinas. Entre elas, três tiveram trechos citados pela crônica da mediadora (MAURUS, 2008c).

A crônica foi publicada em 29 de junho, o que impossibilita saber até que data eles e elas mantiveram o subtema em discussão. Na verdade, a mediadora esclarece que recebe com frequência cartas criticando o abuso do espaço por parte dos assinantes. Mas não se pode ignorar o fato de que as três cartas enviadas após a publicação do artigo eram masculinas. A média de palavras por carta no caso dos leitores foi de 232. No caso das leitoras, uma delas 141 palavras e a outra 891, o que eleva a média por carta para 516 palavras.

7.2.6.1 As sete cartas de leitores

O foco principal dos leitores foi a discussão em torno do preconceito, um valor, como visto em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Exemplo: “Fico frequentemente chocado com a reação dos assinantes do jornal *Le Monde*, mas menos chocado com os assinantes do jornal *Le Figaro* onde se exprime cruelmente e o pior racismo”¹⁹⁹.

Sobre esse preconceito, os leitores defenderam três posições diferentes que se confrontam. Alguns demonstram insatisfação com a abertura que o *site* dá aos seus assinantes para que publiquem todo tipo de opinião, fazendo um apelo à ética profissional do jornalista. Exemplo: “O mais chocante é que o *Le Monde* é que cria essa situação”²⁰⁰.

¹⁹⁹ Trechos extraídos de outras cartas: “Esses comentários racistas e islamofóbicos não deveriam ter lugar no nosso jornal; No que diz respeito à reação de Felipe ao artigo sobre a visita de Sarkozy em Israel, ela é odiosa e imbecil”; “Colocar a culpa em Bush ou Sarkozy é simplesmente uma forma de desculpar seu insondável arcaísmo sociocultural”.

²⁰⁰ Trechos extraídos de outras cartas: “Este tipo de comentário não deve mesmo ser publicado. O que faz então o seu moderador?”; “O cinismo dos comentários é de chorar; eu não compreendo que vocês os deixem passar”.

Um deles questiona a justificativa mais comum de se encontrar nos meios de comunicação: “Sua responsabilidade de jornalista fica totalmente comprometida quando você permite que seja publicado [...] É um pouco simples demais de se desresponsabilizar pelas opiniões dos outros em nome da liberdade de expressão”. Outro prefere defender a liberdade de expressão, qualquer que seja ela: “reivindico o direito de ser politicamente incorreto, o direito de viver livre [...] Uma tribuna livre? Por que não? Tribuna de cidadãos e não tribuna de tribunais”.

Já um terceiro defende a posição do **Le Monde**, inclusive se identificando com o pensamento da mediadora: “Enquanto moderador de um *site*, eu cheguei à mesma conclusão que você. Nós não limitamos a possibilidade de reagir a somente nossos membros, mas isso não impede esses interventores, esses palestrantes de nos acusar regularmente de censurar suas reações”.

Ao discutir até que ponto deve-se limitar a expressão do pensamento e da opinião nos espaços dedicados a ela, os leitores colocam em oposição valores como liberdade e respeito concebidos pelas as leis que regem democracias, como é o caso da França. Exemplo: “Considere este texto como direito de resposta à injúria que me foi feita, pois por ler num *site* opiniões que danificam minhas convicções e a noção que eu me faço de liberdade, igualdade e de fraternidade constitui para mim um delito”.

A maneira encontrada pelos leitores para diminuir os abusos baseia-se também num valor. Eles sugerem que ao expressar sua opinião o leitor seja obrigado a assiná-la fazendo uso do nome verdadeiro. De certa forma, eles destacam aqui outro valor: ao assumir uma posição publicamente, o cidadão se coloca à mercê do julgamento dos outros. Exemplo: “Contra isso, uma única questão: suprimir o anonimato das reações que permite exprimir qualquer coisa com toda impunidade. Quanto seus assinantes deverão dar seu verdadeiro nome e sua cidade de origem, eles se acalmarão, pode acreditar em mim”²⁰¹.

Eles estabeleceram hierarquias tais como a superioridade do respeito sobre a liberdade de expressão, concedendo ao jornal o direito e o dever de censurar as opiniões que não se encaixam nesse princípio. Dois leitores citam sua profissão: um é moderador de *site* e outro doutor em história contemporânea.

²⁰¹ Trecho extraído de outra carta: “Como nós não temos mediador eu preencho regularmente este papel para lhes explicar a diferença entre censura e respeito ao espaço de publicação de cartas”.

7.2.6.2 As duas cartas de leitoras

O foco principal das leitoras é também a discussão em torno do preconceito dos/as leitores/as que publicam suas opiniões no *site* do **Le Monde** e de outros jornais. Exemplo: “Eu fiquei extremamente chocada pelos comentários consecutivos aos dois artigos [...] Três quartos desses 20 comentários são violentamente xenófagos”²⁰².

Sobre esse preconceito, as leitoras defenderam uma única posição baseada em um valor: o jornal deveria intervir fazendo uma censura prévia ou permitindo que seus leitores julguem o que deve ou não permanecer no espaço dedicado à reação de seu leitorado. Elas veem, dessa forma, o jornal faltando com a ética. Exemplo: “Na maior parte dos jornais *on-line* que oferecem a seus leitores a oportunidade de dar seu ponto de vista, é possível de assinalar um comentário de caráter xenofóbico, obsceno ou publicitário”²⁰³.

Uma delas se vê indignada ao perceber que as opiniões são todas de assinantes do jornal, visto que apenas eles podem postá-las. Ou seja, são opiniões de pessoas que ela acreditava terem conhecimento e cultura suficientes para não serem preconceituosas: “Me informaram que apenas os assinantes do jornal poderiam colocar *on-line* seus pontos de vista. [...] Os leitores do *Le Monde* são manifestadamente analfabetos? O que, então, seria um pleonasmo grosseiro. Leitores dos jornais? Nossos policiais, nossos serviços? É preciso se render às evidências”.

Uma cita sua ocupação: estudante de mestrado em filosofia na Paris 10.

7.2.6.3 As cartas editadas

Os trechos de três cartas, duas masculinas e uma feminina, foram aproveitados na crônica da mediadora e fazem críticas não apenas ao tom preconceituoso de alguns leitores e leitoras, mas condenam principalmente a

²⁰² Trechos extraídos de outras cartas: “sempre me recusei em ser assinante, por causa, eu confesso, do escândalo que sucinta em mim a reação de alguns dos assinantes, alguns dos quais notadamente em matéria religiosa chegam ao insulto”; “fico frequentemente chocado pela reação dos assinantes do jornal *Le Monde*, mas menos do que aqueles do jornal *Le Figaro* onde se exprime cruelmente o pior racismo”.

²⁰³ Trecho extraído de outra carta: “A besteira escrita [...] me parece largamente ultrapassar a medida do tolerável. Quando seu jornal decidirá, enfim, moderar as opiniões de seus assinantes?”.

postura do jornal que não o censura. Exemplo: “fiquei extremamente chocada com os comentários após os artigos de 27 de maio sobre o jovem morto [...] Eu não podia acreditar: os comentários que eu acabara de ler eram então dos leitores mais fiéis”.

A mediadora inicia sua crônica transferindo para a versão *on-line* do jornal todo o peso do preconceito dos leitores e leitoras, explicando que o mesmo não é encontrado na versão impressa, cuja coluna de opinião está sob sua responsabilidade. “Atenção: essa crônica contém expressões chocantes que não se encontram normalmente nas páginas desse jornal, mas frequentemente e de forma singular no *site* na internet”. Porém, ao publicar as palavras de um leitor que critica o princípio sobre o qual um jornal “independente” não pode ser desresponsabilizado pelo que dizem terceiros e não as contestar claramente, ela deixa transparecer de certa forma que o leitor do **lemonde.fr** tem razão: “é um pouco simples demais se desresponsabilizar pelas opiniões dos outros (os internautas) em nome da liberdade de expressão”.

Na verdade, ela aproveita a crônica para responder a essa e às outras duas críticas, que resumem o teor das demais cartas cujos trechos não foram publicados: “o que faz, então, o seu moderador?”; e “se esse jovem fosse árabe ou judeu, os mediadores do *site* jamais teriam ousado deixar expressões de tal violência sob a logomarca do jornal ‘mais politicamente correto’ do país”. As opiniões que aparecem na versão *on-line* são publicadas na hora em que o leitor as envia e, como é alto o número de cartas que o jornal recebe, fica difícil para o moderador ler todas e filtrá-las. Dessa forma, ela recorre ao lugar da quantidade para sustentar sua argumentação, assim como a valores como a liberdade e a confiança que o jornal confere a seus assinantes.

Além do mais, Maurus explica que esse problema atinge todas as mídias interativas de uma maneira geral e que não deveríamos levar tão a sério a maior parte dessas manifestações, pois são efêmeras e impulsivas e não necessariamente representam o que pensam seus autores e autoras.

A mediadora deixou de citar alguns pontos considerados importantes que estavam presentes nas cartas enviadas:

- a) as defesas, feitas por leitores, a Sarkozy: “No que diz respeito à reação de Felipe ao artigo sobre a visita de Sarkozy a Israel, essa reação é odiosa e imbecil”; “Colocar a culpa em Bush ou Sarkozy é

simplesmente uma forma de desculpar seu insondável arcaísmo sociocultural”;

- b) as comparações com leitores/as de outros jornais: “fico frequentemente chocado pela reação dos assinantes do jornal *Le Monde*, mas menos do que aqueles do jornal *Le Figaro* onde se exprime cruelmente o pior racismo”;
- c) o direito de se falar o que se pensa: “reivindico o direito de ser politicamente incorreto, o direito de viver livre [...] uma tribuna livre? Por que não?”.

A mediadora utilizou apenas alguns trechos das três cartas. A carta 1 teve 44% do texto aproveitado; a carta 2, 4%, e a 3, 10%. As palavras acrescentadas dizem respeito à apresentação dos leitores, como: “constata Dhalid Aabid (correio eletrônico)”, “escreve, por exemplo, Manon Lutanie (Paris)”, “protesta Jean-Charles Fischhoff”. A íntegra das cartas se encontra no **APÊNDICE I** e a da crônica no **APÊNDICE J**.

Abaixo tabela indicando a quantidade de palavras contidas na íntegra da carta, a quantidade de palavras removidas pela edição e o número de palavras aproveitadas na crônica.

Tabela 32 - Número de palavras por carta – Reações em cadeia – jun. 2008

| | Na íntegra das cartas | Removidas pela edição | Acrescentadas pela edição | Palavras aproveitadas |
|---------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|
| Carta 1 | 145 | 72 | 5 | 71 |
| Carta 2 | 1.194 | 1.077 | 7 | 117 |
| Carta 3 | 435 | 368 | 4 | 67 |

Fonte: Dados da pesquisa.

O que ficou claro, após a realização da análise do discurso das cartas, foi que tanto no **Estado de Minas** quanto no **Le Monde** leitores e leitoras reproduzem a formação ideológica e discursiva de cada indivíduo, muito mais que denunciam a que gênero pertencem. Já a comparação entre a íntegra das cartas e o texto publicado nas colunas mostra que os jornais interferem nas palavras de seus/suas leitores/as seja acrescentando ideias aos textos originais, como fez o **Estado de**

Minas, seja privilegiando temas pouco discutidos por seus/suas leitores/as, como fez o **Le Monde**. É o que se verá detalhadamente, a seguir, nas conclusões.

Terceira parte: as conclusões

8 CONCLUSÕES

O que será que eles e elas realmente escrevem aos jornais, o que os/as leitores/as desejam informar através de suas cartas? Que argumentos utilizam para chamar a atenção dos/as editores/as e de seus futuros/as leitores/as; haveria diferenças nos argumentos utilizados pelos homens em relação aos utilizados pelas mulheres? E o que realmente os/as editores/as acham relevante publicar? O objetivo, ao colocar essas questões, foi saber o que há por trás dos discursos das cartas na íntegra enviadas por leitores e leitoras aos jornais impressos, a quais valores eles e elas recorrem para basear suas argumentações e que transformações seus discursos sofrem quando publicados.

Findas as análises, busca-se agora tentar respondê-las. Primeira pergunta: o que será que eles e elas realmente escrevem aos jornais, o que os/as leitores/as desejam informar através de suas cartas? A primeira percepção diz respeito às temáticas que mais motivaram leitores/as a escrever aos jornais. Nesse ponto não foram encontradas diferenças entre a predileção de leitores e a de leitoras. No **Estado de Minas**, a editoria de Política/Nacional foi a que mais recebeu cartas de ambos os sexos, aproximadamente 54% do total de enviadas, seguida pela editoria de Cidades, com aproximadamente 31%, e Economia, com aproximadamente 7%. Nesse ponto, é importante observar que, apesar de o **Estado de Minas** ter construído sua identidade fundada no “enraizamento territorial” (FRANÇA, 1998), foram principalmente fatos ocorridos fora dos limites de Minas Gerais e acontecimentos políticos locais, com reflexos nos destinos da nação, que mais motivaram leitores/as a dar sua opinião. Sobre Política/Nacional eles enviaram 154 cartas e elas 33, conforme visto na Tabela 9.

No **Le Monde** a temática que mais atraiu cartas também foi Política/Nacional, com 27% do total, 234 cartas masculinas e 57 femininas, conforme visto na Tabela 17. Porém, percebe-se que os interesses de seus/suas leitores/as é mais pulverizado. Em segundo lugar, aparece a temática Internacional com 19%, seguida de Opinião com 9% e Economia e Esportes com aproximadamente 6% cada. Esses dados coincidem com os principais diferenciais do **Le Monde**: ser considerado diário de abrangência nacional e, entre os cotidianos franceses, o que mais investe na cobertura de eventos internacionais.

O fato de a temática Opinião se encontrar em terceiro lugar na preferência dos franceses parece confirmar a percepção de que as colunas de cartas podem ser vistas por eles/as como um espaço no qual podem falar com o jornal, no jornal e eventualmente sobre o jornal. Nessa temática foram agrupadas as cartas que repercutiram as crônicas da mediadora publicadas no mês de junho de 2008 e comprovou-se o interesse do leitorado do **Le Monde** em manter uma relação mais próxima com o jornal. Leitores e leitoras veem a figura do mediador como um intermediário entre jornal que relata fatos, publica versões e trata a notícia, e seu público, que lê os fatos, repercute as versões e concorda ou não com o tratamento dado a elas.

Viu-se, quando da descrição da relação do leitor com o **Le Monde** no capítulo 2, que o fato de ele/a enviar suas cartas está longe de significar a aprovação do conteúdo encontrado nas páginas do jornal. Os seguintes dados corroboram essa ideia. Primeiramente, do total de cartas, pouco mais de 19% trouxeram críticas a posições ideológicas ou conceitos defendidos pelos articulistas e jornalistas, sendo 80% delas masculinas e 20% femininas, conforme pode ser verificado no item **6.2.5**

Essas cartas protestaram contra pontos de vista do jornal e também quanto à abertura que sua versão eletrônica dá à publicação de todo tipo de opinião. 1,9% das cartas chamaram a atenção para erros de ortografia, sintaxe e gramática. Elogios apareceram em apenas 2% das cartas, a maior parte – 70% – assinada por homens. Além disso, quase 21% do total de cartas tiveram como objetivo maior fazer contato com o serviço de atendimento ao cliente, fazer reclamações sobre dificuldades de acesso ao jornal, problemas na entrega da versão impressa ou dar as resoluções dos desafios de lógica propostos.

Já o leitorado do **Estado de Minas** tende a fazer da coluna Cartas à Redação um espaço de publicação de sua opinião sobre os fatos e não um local aberto para críticas e polêmicas em torno do tratamento que o jornal dá aos temas. Entre as cartas enviadas no período de 09 de fevereiro a 10 de março de 2009, apenas uma diz ter encontrado uma informação equivocada, nenhuma se preocupou em corrigir possíveis erros gramaticais e também apenas uma leitora criticou a abertura que o jornal deu a uma carta preconceituosa em relação aos hemofílicos, como visto no item **6.1.5**. Em contrapartida, pouco mais de 5%, sendo 78% deles leitores, elogiaram a forma como o jornal se posiciona frente aos fatos e às notícias.

Percebe-se também que a maioria dos leitores e das leitoras do **Estado de Minas**, assim como os/as do **Le Monde**, não citou o nome dos jornais ou de outros órgãos de imprensa como fonte de informação sobre os fatos tratados em suas cartas. Entre as 60 cartas que tiveram seus discursos analisados no **Estado de Minas**, item 7.1, 15 trazem a referência ao jornal: quatro leitores e uma leitora o fizeram nas cartas sobre Belo Horizonte; sobre o aborto/excomunhão foram quatro leitores e sobre o escândalo no Tribunal de Contas do Estado três leitores e três leitoras. Nos demais subtemas não foram registradas referências ao jornal.

Pode-se concluir que eles e elas não acreditam ser importante ancorar seus argumentos no discurso midiático, pois pressupõem que qualquer leitor/a das colunas saiba situar os acontecimentos tematizados em suas páginas. Referem-se aos fatos e acontecimentos como se os tivessem vivenciado ou presenciado, ignorando que foi através da ótica da mídia que se informaram ou aprofundaram seu conhecimento sobre cada evento ou situação, se apoderando das especificidades destacadas em cada um dos diários.

Entre os/as leitores/as do **Le Monde**, o nome do jornal aparece em 41 cartas entre as 92 analisadas, como pode ser visto no item 7.2. Porém, a intenção de 22 cartas não foi localizar o diário como fonte de informação, mas fazer uma crítica ao tratamento dado às notícias e aos fatos. Sobre o casamento anulado, dois leitores e uma leitora recriminaram articulistas, dois leitores o fizeram em relação à causa homossexual e doze leitores e quatro leitoras criticaram a forma como o jornal trata as religiões. Esse tipo de postura foi vista em uma única carta do **Estado de Minas** que trazia críticas ao posicionamento de um colunista quanto ao laicismo. Já 10 cartas sobre sexismo e nove sobre preconceito do **Le Monde** trazem referências ao jornal porque discutem artigos da mediadora.

Pode-se afirmar então, com base no que disseram Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), que a presunção de credulidade natural, que faz com que o primeiro movimento seja o de acreditar naquilo que nos é dito, só foi observada entre o leitorado do **Estado de Minas**. Este fato indica que é grande a confiança que os/as leitores/as têm em relação ao jornal, assim como uma postura menos crítica e polêmica junto à forma como o **Estado de Minas** aborda os fatos em suas páginas.

Observou-se também que nem sempre os subtemas mais discutidos pelas páginas do **Estado de Minas** são os que mais recebem cartas. A dengue, por exemplo, foi tema de 14 matérias e, apesar de ser um problema que ameaçava a

saúde pública, não motivou leitores/as e leitoras a enviar sua opinião, sendo que apenas uma carta masculina o abordou, conforme item **7.1.1**. Já no caso do **Le Monde**, os temas mais discutidos por reportagens e artigos receberam diversas cartas, conforme item **7.2**.

Nada de concreto nessa investigação ajuda a explicar porque alguns assuntos não despertam o interesse nem de leitores nem de leitoras, assim como outros só recebem a atenção de um ou outro gênero. Alguns subtemas como, por exemplo, o não irlandês ao Tratado de Lisboa e a política de Sarkozy no oriente, no caso do **Le Monde**, receberam apenas cartas masculinas, e o maltrato a um animal, no caso do **Estado de Minas**, apenas femininas. A detecção desse fato colabora para confirmar a ideia de que a mídia não deve ser vista apenas como um veículo de transmissão de informação, mas principalmente como fonte de significados e interpretações da realidade.

Nesse sentido, observou-se a presença de cartas cujos/as autores/as recorreram ao potencial patêmico dos fatos. Questões como aborto/excomunhão, abordada pelo **Estado de Minas**, e casamento entre muçulmanos, abordada pelo **Le Monde**, foram retratadas com emoção, tanto por parte do tratamento dado pelos jornais quanto pelo discurso daqueles/as que enviaram cartas. Isso comprova, inclusive, os acordos mútuos baseados principalmente nos contrato de comunicação entre eles. A emoção pode ser percebida a partir das representações provenientes do imaginário sociodiscursivo. Exemplo disso é a forma como leitores/as se referiram ao padrasto estuprador, “monstro, facínora”, por exemplo, e ao execrar o homem que pediu anulação do casamento porque sua noiva mentira sobre o fato de ser virgem, assim como ao se colocarem no lugar das “vítimas”, eles/as expressaram em suas palavras o sentimento que carregam em relação às questões de cunho moral, aos saberes das crenças.

Nessa detecção, inclusive, se encaixa outra presunção, a que diz que a qualidade de um ato manifesta a qualidade de quem o praticou que pode ser vista também em outro fato polêmico como a homofobia, no **Le Monde**, e o escândalo envolvendo os juízes do Tribunal de Contas do Estado, no **Estado de Minas**. Os homossexuais foram taxados de fanáticos gays, marginais, vulgares e ridículos e os deputados/juízes de corruptos.

Pesquisas anteriores (MELO, 1994; BRAGA, 2002) já haviam detectado serem poucas as pessoas que enviam cartas, dado que se confirmou através da

comparação entre o número de leitores/as dos dois jornais e o número de cartas enviadas no intervalo de 30 dias. O **Le Monde** registra 839 milhões de leitores/dia, sendo que, em junho de 2008, o *Courrier des lecteurs* recebeu 1.297 cartas. Já o *site* do **Estado de Minas** diz que o jornal é lido por 531 mil pessoas/dia e a coluna *Cartas à redação* recebeu 357 cartas no período compreendido entre 09 de fevereiro e 10 de março de 2009. Não se pode esquecer de que, quando alguém escreve a um amigo, a um parente, com um propósito de informar alguém específico sobre algo, ou seja, escreve uma carta pessoal, seu dizer permanece de certa maneira preservado. O mesmo não se pode falar das cartas escritas para serem publicadas. Elas expõem seus/as autores/as e abrem espaço para que suas ideias sejam publicamente execradas ou elogiadas, como podem também ser recebidas com desprezo ou indiferença. Uma das características da opinião é ser instável e, conseqüentemente, afetada por uma insegurança intrínseca, pois pode ser aceitável e defensável ou não. E talvez esteja aí uma das razões para o fato de que um pequeno número de pessoas se aventure a fazê-lo, embora nenhuma das cartas coletadas para a pesquisa tenha revelado claramente essa preocupação.

Quem escreve a jornais são, sobretudo, os homens. Eles assinaram 79% das cartas enviadas ao **Le Monde** e 78% das enviadas ao **Estado de Minas**. Conseqüentemente foram eles também que dominaram o espaço das colunas. São masculinas 54% das publicadas no *Courrier des Lecteurs* e, no caso da coluna *Cartas à Redação*, o número publicado reflete o número enviado: eles também assinam 78% das cartas. As leitoras assinaram 28% das cartas publicadas no **Le Monde** e 17% no **Estado de Minas**, enquanto o espaço dedicado às assessorias de imprensa e à opinião de dirigentes de instituições foi de 14% no **Le Monde** e 4,5% no **Estado de Minas**.

As mulheres são 41% do público leitor do **Le Monde** e 47% do público leitor do **Estado de Minas**. Acredita-se que parte dessa discrepância, entre a leitura e a escrita feminina para os jornais, seja reflexo principalmente de dois fatores. O primeiro diz respeito ao visto no capítulo 4. Foram expostas algumas teorias que buscam explicar porque as mulheres se interessam mais por escrever do que os homens, principalmente durante a infância e a adolescência, tendência que se inverte quando eles e elas se veem diante da necessidade de redigir cartas administrativas e profissionais na vida adulta. Os meninos são educados para escrever mais com a razão do que com a emoção, enquanto a sociedade valoriza a

escrita doméstica como sendo uma atribuição do feminino. O segundo fator diz respeito ao que expuseram, baseados em suas experiências profissionais, Veronique Maurus (2008b) e o editor de opinião do **Estado de Minas**, Pedro Lobato (em conversa informal): as mulheres não se interessam em ter os refletores voltados para si, no que diz respeito ao espaço do leitor, tanto quanto os homens. E o fato de eles terem escrito mais cartas que elas, inclusive sobre os subtemas que lhes afetam diretamente, como aborto e virgindade, denuncia a maior indisponibilidade delas para discutir o que quer que seja através de cartas a jornais.

Ainda hoje, a escrita pública ser mais masculina que feminina não surpreende, principalmente quando se constata que o azul ainda identifica os bebês homens e o rosa as meninas, por mais que homens usem camisas e capacetes da cor salmão; quando se observam mães repreendendo suas filhas pequenas aos pegá-las assentadas de pernas abertas “como meninos”, quando se percebe o pouco interesse do público em acompanhar jogos de futebol feminino, mesmo no Brasil, considerado o país da bola; quando a sociedade acha natural que os rapazes tomem a iniciativa de chamar as moças para sair e as que agem de forma contrária são mal vistas; ou ainda quando são as mulheres a maioria das pessoas que trabalha como secretária de empresários e executivos que lhes ditam as cartas de cunho profissional. Esses, entre tantos outros comportamentos tidos como naturais de cada sexo, denunciam que os papéis sexuais já perderam muito de seu sentido enquanto, ao mesmo tempo, permanecem fortemente enraizados em nossa cultura. É principalmente a influência que o masculino e o feminino exercem um sobre o outro o principal sustentáculo do *status quo* da dominação masculina; são os juízos de valores feitos em relação ao público e ao doméstico os grandes pilares de sua manutenção.

Eles, inclusive, tendem a escrever textos mais longos que elas. No caso do **Estado de Minas**, viu-se que as leitoras escreverem textos mais extensos apenas sobre o escândalo no Tribunal de Contas do Estado e acredita-se que isso tenha se dado principalmente porque elas acrescentaram outros eventos semelhantes envolvendo a classe política. Já os homens preferiram apenas citar as instituições públicas que se veem frequentemente envolvidas em escândalos.

No **Le Monde** a extensão das cartas encontrou certo equilíbrio: elas escreveram textos mais longos sobre o casamento anulado, seus problemas de atendimento social e o sexismo. São subtemas que têm implicações diretas sobre o

gênero feminino. Já eles escreveram textos mais longos sobre religiões, homofobia e sobre o artigo Reações em cadeia.

Nos dois jornais, eles estenderam as discussões por mais tempo que elas, sendo que, em alguns subtemas, como é o exemplo do aborto/excomunhão e da homofobia, foram eles que abriram os debates.

Eles e elas, sem dúvida, são atentos à forma como a sociedade é tratada por ela mesma e pelas autoridades. Leitores/as do **Estado de Minas** se revoltaram com a corrupção no Tribunal de Contas do Estado, com o descaso em relação aos aposentados, com o julgamento da igreja em relação ao estupro e ao aborto, com a falta de atenção aos problemas da cidade de Belo Horizonte, entre outros. Porém, a maioria evitou colocar o presidente, o governador e os prefeitos no centro das discussões políticas.

Pesquisas anteriores (FRANÇA, 1998; CARRATO, 2002) disseram que os ocupantes que se revezam no Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas, são blindados pelo jornal, que evita levantar polêmicas que os envolvam. Isso parece indicar que o leitorado do jornal evita fazer críticas diretas ao governador de Minas porque acredita que elas não serão publicadas, ou os que escrevem ao jornal estão tão afinados com sua política editorial que concordam com o tratamento dado às notícias sobre o governo.

No **Estado de Minas**, o nome do então governador Aécio Neves foi citado em oito cartas, duas femininas e seis masculinas. Quatro lhe fizeram elogios explícitos, sendo que duas foram publicadas. As demais não traziam elogios nem críticas. O cargo governador foi citado ainda, entre as cartas publicadas, através de críticas à política de concessão de abono salarial adotada pela Secretaria Estadual da Educação e ao mau estado de conservação de rodovias estaduais. O fornecimento de energia elétrica pela Cemig, empresa na qual o Estado é acionista majoritário, gerou a publicação de seis cartas de leitores, todas em tom de reclamação em relação à qualidade do serviço. A Cemig teve também duas cartas publicadas nas quais a assessoria de imprensa saiu em defesa da empresa. Esses dados encontram-se nos itens **6.1.1** e **6.1.2**.

Por outro lado, nem os/as leitores/as nem a coluna pouparam críticas à administração municipal. Viu-se isso quando da análise do discurso das cartas que se referiam a problemas na cidade de Belo Horizonte, item **7.1**. Na época, as relações entre o jornal e a prefeitura foram acusadas de tendenciosas por autores

como França (1998), Carrato (2002) e Vasconcelos (2006). Porém, o **Estado de Minas** publicou críticas feitas por seus/suas leitores/as, assim como uma resposta da assessoria de imprensa da prefeitura, se defendendo da acusação de ter falhado no que se refere à fiscalização do prédio de uma faculdade particular.

Encontra-se aqui uma particularidade também vista em relação às cartas enviadas que tratam da Secretaria do Estado de Educação e do fornecimento de energia pela Cemig. Elas evitaram fazer críticas diretas aos governantes. Fizeram-nas à estrutura administrativa, transferindo assim a responsabilidade da busca de soluções aos subordinados dos chefes do executivo e até mesmo ao povo de Belo Horizonte e do restante do Estado. Registrou-se também o envio de quatro cartas com críticas ao governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que nenhuma foi publicada. Parece que, nesse caso, tanto o **Estado de Minas** quanto seu leitorado depositam o problema no cargo e não na pessoa que o ocupa.

O *Courrier des lecteurs* também adotou a política de evitar publicar cartas que faziam referência a Nicolas Sarkozy. O presidente foi tema de 22 cartas que tratavam das relações do governo francês com países do oriente e de 24 cartas que analisavam suas ações dentro da França, como visto no item 6.2.1. Apenas uma das cartas publicadas fez referência a ele, porém seu autor criticava a forma como o presidente utilizava a língua francesa e nada disse sobre sua administração, como visto no item 6.2.4.

Ao pensar nesses dados, naturalmente vem à mente a pergunta: o que faz alguém escrever ao jornal e por que o fazem? Para ter respostas mais precisas, seria necessário aplicar questionários a centenas de leitores/as em Minas Gerais e na França, aprofundar sobre seus hábitos de escrita cotidiana, o que a pesquisa não abarcou. Mas sua amostra possibilitou levantar algumas reflexões sobre o perfil dos/as que escrevem a partir das informações que as próprias cartas trouxeram.

Estudiosos das seções de cartas (MELO, 1994; BELTRÃO, 1980) dizem que os que escrevem são, principalmente, as autoridades, à procura de promoção gratuita de suas ideias, os perfeccionistas, verdadeiros caça-erros de informação, os prejudicados pelas notícias e os que sentem que têm algo a dizer, mas o fazem anonimamente sem coragem de assumir publicamente uma posição, assim como os amargurados que encontram nas colunas um espaço para protestar.

Os caça-erros fazem parte do público que escreve ao **Le Monde**. Já as cartas anônimas, em seu sentido lato, não foram encontradas nem no **Estado de Minas**

nem no **Le Monde**. Por terem sido enviadas por *e-mail*, poderiam ser identificadas por um endereço específico para o qual, inclusive, a equipe do *Courrier des lecteurs* enviou uma resposta. Eles e elas não se preocuparam em esconder dos editores suas identificações. Porém, foram encontradas cartas, como uma das enviadas ao **Le Monde** que tratam de um problema pessoal, cujo autor prefere se identificar como X, com medo de uma represália por parte dos policiais que ele acusa de terem-no tratado com violência. O anonimato, como forma de não assumir uma posição, tem sido mais um problema das opiniões emitidas nas versões eletrônicas das mídias noticiosas do que em suas versões impressas.

Para os/as leitores/as que enviam cartas, deixar clara sua ocupação também não se mostrou prática frequente. Entre os/as autores/as das 60 cartas do **Estado de Minas** que tiveram seus discursos analisados, apenas seis citaram sua profissão, sendo quatro leitores e duas leitoras, e, entre as 92 cartas do **Le Monde** que tiveram seus discursos analisados, 17 o fizeram, 12 leitores e cinco leitoras. Isso indica que recorrer ao posto social que ocupam não está entre as principais estratégias utilizadas tanto por leitores quanto por leitoras para valorizar suas ideias e buscar reconhecimento como alguém a quem o/a editor/a e, conseqüentemente, o/a futuro/a leitor/a devam dar credibilidade. Ou ainda, apesar de a profissão/ocupação ser socialmente vista como um lugar de fala ou ainda um lugar social do discurso, eles e elas preferem falar como cidadãos e cidadãs, o que dispensa credenciais. As próprias colunas Cartas à Redação e *Courrier des lecteurs* habitualmente não publicam a ocupação dos/as autores/as. No final das cartas publicadas consta apenas o nome completo de quem as escreveu e a cidade/região onde moram.

Porém, percebeu-se que o **Estado de Minas** tem o hábito de utilizar, nos títulos que cria, substantivos que identificam seus/suas autores/as socialmente como professora, aposentado, delegado, leitor, mineiro, entre outros. Acredita-se que termos como esses, que aparecem em 39 dos 154 títulos que podem ser vistos no **APÊNDICE A**, tenham a função principal de dar uma identidade à opinião professada, tirando das costas do jornal o peso da posição que ela assume. Os 39 termos são genéricos, não identificam a pessoa, mas as posicionam de alguma forma.

Nos dois jornais analisados, as autoridades foram minoria entre os que escreveram, o que comprova que elas não encaram as seções de cartas de leitores como espaços a explorar ao seu favor, como se viu em Melo (1999b). No entanto,

quando enviaram cartas, foram os próprios jornais que os identificaram como autoridades. Viu-se isso acontecer no **Estado de Minas**, através da publicação da carta assinada por uma ex-secretária municipal de educação, citada no item 6.1.2. Entre as cartas do **Le Monde**, foram uma historiadora de renome e um ex-ministro francês que tiveram seu *status* profissional destacado pela edição, como pode ser visto nos itens **6.2.1** e **6.2.4**. Os textos originais enviados pelos três não traziam as funções por eles ocupadas. Esse tratamento privilegiado, uma demonstração da preocupação com o discurso dos poderosos foi observado, ainda, em uma edição do *Courrier des lecteurs* que trouxe quatro cartas assinadas por autoridades que defendiam a posição de suas instituições no que se referia às críticas feitas pela mediadora à criação de uma nova carta de imprensa. Todas elas tiveram o cargo de seus/suas autores/as destacados pela edição. As cartas de assessoria de imprensa publicadas no **Estado de Minas** também trazem o nome de quem as assina, o cargo que ocupam e o nome da empresa em nome da qual falam.

Isso leva também ao resgate da tese de função-autor de Foucault (1992). Os/as leitores/as que enviam cartas parecem mais interessados em emitir uma opinião como forma de contribuir para um debate de temas que consideram relevantes do que em serem reconhecidos como autores/as de novas ideias e perspectivas de análise dos fatos. Com base na visão foucaultiana, as seções cartas não se configuram como espaço adequado ao exercício da autoria. Quem escreve uma carta e a envia à redação, não sendo um autor assim descrito, poderia ser classificado como um redator. Concluiu-se, então, que qualquer um pode escrever e enviar uma carta às redações dos jornais e sua publicação não está condicionada ao seu *status* perante o público do jornal. São, em sua maioria, pessoas comuns cujos nomes próprios não identificam sua função social, nem as qualificam como alguém a quem se deva dar uma atenção especial.

Dessa forma, pensou-se o gênero sexual como uma categoria que leva em conta a análise dos hábitos e costumes, mantidos por sociedades e culturas, que interferem nas relações dando-lhes sentido e organizando os papéis que cabem a cada sexo. Porém, esses papéis são cada vez menos rígidos e determinados.

Ao longo do referencial teórico viu-se que a Análise do Discurso “não se interessa pela ‘verdadeira’ posição ideológica do enunciador real, mas pelas visões de mundo dos enunciadores inscritos no discurso” (FIORIN, 2006, p.51) e que a forma como leitores/as sustentam suas argumentações nos diz um pouco sobre

seus valores, suas percepções do mundo e como eles e elas nele se apresentam (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Segunda pergunta: que argumentos os/as autores/as das cartas utilizam para chamar a atenção dos/as editores/as e de seus futuros/as leitores/as; haveria diferenças nos argumentos utilizados pelos homens em relação aos utilizados pelas mulheres?

O que se viu foi que, apesar de algumas cartas redigidas por elas ainda trazerem resquícios de docilidade e de fragilidade, por muitos séculos atribuídas às mulheres, a realidade é outra. Notou-se que elas também são capazes de serem grosseiras e utilizar termos chulos, uma característica esperada muito mais por parte deles, item 7.2.1.2. Ao contrário deles que criticaram personalidades sem recorrer a termos considerados de baixo calão. O fato de os elogios aos jornais terem partido principalmente deles também comprova essa alternância de papéis.

Tanto as cartas na íntegra quanto a edição com vistas à publicação no **Estado de Minas** e no **Le Monde** fizeram da cidadania sua palavra-chave, um valor fundado numa hierarquia, ao posicionar as leis civis acima dos fatos, sendo essas mesmas hierarquias incompatíveis em certas situações. Para leitores/as do **Le Monde**, a cidadania é de suma importância, mas eles/as não conferem aos homossexuais seus direitos; para os/as leitores/as do **Estado de Minas**, o valor da vida é inquestionável, desde que ela não seja oriunda de um estupro de uma menor pelo padrasto. A cidadania pode não aparecer explicitamente na maioria dos textos, mas a ética que a encerra esteve muito presente. Essa percepção veio já no momento em que a leitura das cartas foi iniciada, quando foram feitas as seguintes perguntas: a que valores recorrem leitores e leitoras; sobre quais hierarquias eles fundam esses valores e em que lugares eles situam suas argumentações?

Mesmo reconhecendo que, muitas vezes, é difícil perceber o papel representado por cada valor optou-se por identificá-los porque se encontrou nessa busca um caminho para localizar possíveis diferenças argumentativas entre os gêneros, diferenças que não os posicionassem dentro da ideia de opressão e de dominação. No entanto, não foram encontradas diferenças significativas entre os argumentos de leitores e de leitoras dos dois jornais e conclui-se que a vivência no masculino e no feminino pouco influencia a forma como as pessoas hierarquizam os valores em suas cartas para jornais. Os valores que nelas se apresentaram reproduziram a formação ideológica e discursiva da pessoa, muito mais que

denunciaram a que gênero elas pertenciam. Seria mais correto dizer que os valores aos quais leitores/as dos dois jornais recorreram os/as dividem em grupos que têm as mesmas preferências, independentemente do gênero ao qual pertencem. Essa uniformidade pode ser decorrente também do fato de que tanto leitores quanto leitoras, ao buscar adequar seus textos ao espaço de publicação de cartas - um lugar social do discurso -, seguiram regras de redação que os impediram de se colocar com maior espontaneidade.

Um dos pontos semelhantes foi quanto à pessoa do verbo. Em sua maioria, leitores e leitoras, tanto do **Estado de Minas** quanto do **Le Monde**, fizeram uso da primeira pessoa do singular – eu – e do plural – nós – em suas cartas. Não apenas expuseram os fatos, mas se posicionaram como de certa forma estando com eles, neles e por eles envolvidos e, ao mesmo tempo, se credenciam como porta-vozes de grupos a quem deixaram perguntas – muitas vezes acompanhadas de suas respostas, convidando-os a entrar nas discussões. As perguntas que constam nas cartas deram espaço, mesmo que não explicitamente, a uma única resposta em concordância com a ideia de quem as formulou: todos/as compartilham da mesma opinião – “a minha”.

Para concluir isso, foi feita a comparação entre a argumentação masculina e a feminina através da análise do discurso, com base na nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Foram analisadas cartas que tratavam de determinados assuntos, sobre os quais tanto eles quanto elas enviaram opinião.

Foram analisadas 60 cartas do **Estado de Minas**: 14 sobre um aborto seguido de ameaça de excomunhão por parte da igreja Católica, dez enviadas por leitores e quatro por leitoras; 15 sobre um escândalo no Tribunal de Contas do Estado, 11 enviadas por leitores e quatro por leitoras; 22 sobre questões que envolveram a cidade de Belo Horizonte, 14 enviadas por leitores e oito por leitoras; e 11 relatos de problemas de atendimento social dos próprios autores ou de terceiros, seis assinadas por mulheres e cinco por homens.

No caso do **Le Monde**, foram 92 cartas: nove relatos de problemas de atendimento social, sendo sete enviados por leitores e duas por leitoras; 22 sobre religiões, sendo 17 masculinas e cinco femininas; nove sobre o preconceito presente em alguns comentários de leitoras e leitoras publicados no *site* do jornal, sendo sete masculinas e duas femininas; e 52 sobre temas relacionados à sexualidade: 33 cartas sobre anulação de um casamento, sendo 25 masculinas e oito femininas; 10

cartas sobre sexismo, sendo duas masculinas e oito femininas; e nove cartas sobre homofobia, sendo sete masculinas e duas femininas.

Foram poucos os pontos sobre os quais leitores e leitoras divergiram e percebeu-se que os lugares de fala nos quais eles e elas se posicionam para dar sua opinião se encontram principalmente na cidadania. Leitores e leitoras pleitearam serem tratados como cidadãos e cidadãs, tanto pela sociedade e instituições responsáveis por sua promoção como pelos governos. Deixaram claro o quanto consideram humilhante a exposição da intimidade do/a cidadão/ã na mídia e a intervenção do Estado na vida privada.

Isso ficou patente nas cartas enviadas ao **Estado de Minas** que versavam sobre problemas na cidade de Belo Horizonte. Eles/as recorreram principalmente a valores direito e justiça, tradição de família e moralidade, como necessários para a manutenção da cidadania. As cartas que abordaram problemas de atendimento social, enfrentados por leitores e leitoras, também recorreram principalmente a valores como direito, proteção e justiça, sendo que o lugar de qualidade recebeu destaque.

Nas cartas que repercutiram o escândalo no Tribunal de Contas do Estado, observou-se que a justiça esbarra em outro valor: a esperança ou a falta dela devido ao fato de que é o próprio governo, que a princípio deveria promover a justiça, que está abrindo espaço à impunidade.

A cidadania surgiu nas cartas sobre o aborto e a excomunhão de outra forma. Tanto para leitores quanto para leitoras, sejam eles crentes ou não, ela só é compatível no Estado laico, que impede que as leis religiosas julguem os atos da sociedade civil. Eles e elas basearam suas argumentações na necessidade de separar dois valores: Estado e Igreja. Dessa forma, eles e elas acreditam que a evolução desses dois valores dependa da promoção da cidadania.

As cartas sobre aborto/excomunhão são um exemplo de como elas podem funcionar como medidores que estimam o grau de repercussão dos artigos e reportagens junto aos/às leitores/as. Elas começaram a ser enviadas apenas após um membro do clero ameaçar excomungar a equipe médica e a mãe da menina grávida. Não foi o estupro em si, tampouco o aborto, que causaram inquietação, tanto de leitores quanto de leitoras, mas seu desdobramento.

Parece que para eles e elas:

- a) o estupro é da ordem do coletivo, um valor universal, pois implica o bem/mal estar do outro, e por isso deve ser julgado como um crime inaceitável e como tal condenado. Quem o pratica deixa de ser digno de pertencer à sociedade civil e religiosa;
- b) o aborto pertence ao universo do individual, do pecado assumido e confessado, algo que não admitiria o envolvimento de tantas vozes, não cabendo à igreja julgá-la;
- c) a excomunhão pertence ao universo do público, pois exclui, de uma determinada comunidade, a princípio aberta a todos os pecadores, alguns de seus fiéis. Porém, os excomungados que tiveram seus atos publicados receberam a solidariedade de leitores e leitoras que não se importaram em usar o espaço das cartas para se confessar também como eles: pecadores;
- d) a pedofilia ter sido julgada pela igreja como um pecado menos grave do que o aborto levou ao estabelecimento de uma hierarquia: a igreja a perdoa porque perdoa seus membros envolvidos com essa prática; então, nesse sentido, não merece o apoio de seus fiéis, não pode ser perdoada.

A forma como o “Caso de Pernambuco” foi tratado também reflete o drama por que passa a maior parte dos que escreveram: pensar como cidadão ou como crente? Ou ainda, como pertencer a uma religião capaz de julgar seus fiéis apenas com base em suas leis? Mas, acima disso, o fato de esse episódio ter causado tanta polêmica junto aos/às leitores/as mostra que não é a excomunhão ou o aborto o maior problema, mas a ingerência da igreja num assunto que cabe à sociedade civil julgar. Tanto que outros episódios de abortos e de violência sexual foram temas de 18 reportagens no **Estado de Minas** e não receberam uma única carta, conforme item **7.1.3**.

Interessante resgatar aqui o que disseram Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) quanto à necessidade de alguns discursos se basearem em valores: eles demonstram um desejo de mudança e podem servir comodamente para a crítica por não levar em consideração pessoas e parecer fornecer critérios a quem quer modificar a ordem estabelecida.

No **Le Monde**, as cartas sobre questões religiosas, em sua maioria os conflitos gerados no oriente, também protestaram contra a confusão que as mídias e outras instituições fazem em relação às religiões e aos estados civis. O mesmo ocorreu em relação às cartas sobre o casamento anulado que acusaram o Estado de intervir em assuntos de caráter íntimo e privado. No centro da discussão estava a virgindade tida por eles/as como um valor, pois fala de uma simbologia muito distante do corpo no qual ela se concretiza.

Foram esses mesmos leitores e leitoras que pediram ao governo que impedisse que valores relativos à orientação sexual, um assunto também de caráter íntimo e privado, fossem incluídos nos currículos escolares, como visto no item **7.2.2**. Mas, nesse ponto, percebeu-se um conflito, um drama quanto à forma de tratar temas que eles/as veem como ameaça à moral e aos bons costumes, mas que, ao mesmo tempo, atestam preconceitos contra um grupo de pessoas reconhecidas como cidadãos. O subtema homofobia também mostrou o drama de leitores e de leitoras quanto ao que seja normal. Viu-se em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) que a ideia de normal está ligada a um acordo, a uma média aceita pela maioria dentro de um grupo de referência; porém, nem sempre os grupos são instáveis, ou seja, qualquer complemento de informação pode provocar uma mudança no grupo.

A liberdade sexual se configurou como uma das mais difíceis de serem aceitas e, por isso, sob a ótica dos/as leitores/as, deveria ter sua manifestação impedida principalmente em público, espaço principal de exercício da cidadania. Esse comportamento corrobora com a ideia de que o processo argumentativo apresenta analogias flagrantes ao supor a existência de valores aceitos, mas incompatíveis em determinadas situações.

Por outro lado, leitores e leitoras protestaram contra a forma desigual como setores da sociedade, como a própria redação do **Le Monde**, tratam os gêneros sexuais. Os protestos contra o sexismo foram semelhantes aos feitos por leitores e leitoras à forma como algumas cartas publicadas no **lemonde.fr** se referiram a muçulmanos e a judeus. Preconceitos contra gênero são inaceitáveis e mobilizam valores, como as leis civis, já a homossexualidade movimenta outros valores, como a moral. Já no que tange à religião, foram encontradas divergências. Ao mesmo tempo em que criticaram o preconceito presente nas cartas, como atestado pela

crônica Reações em cadeia, leitores e leitoras demonstraram discriminar judeus e palestinos, como visto no item **7.2.6**.

As cartas sobre problemas de atendimento social tanto do **Estado de Minas** quanto do **Le Monde** depositaram também na cidadania a esperança de se alcançar uma solução. Seu exercício, do mesmo modo, está nas mãos primeiro o Estado e depois a mídia. Os jornais são vistos como instrumentos capazes de cobrar do Estado, assim como da própria sociedade, o cumprimento da ética cidadã. Por isso, cidadãos e cidadãs apelam aos espaços a eles/as concedidos em suas páginas.

Os/as leitores/as do **Estado de Minas** se alternaram quanto ao tomar para si a responsabilidade de dar novo rumo à sociedade. Enquanto a maioria deles/as se vê hierarquicamente abaixo das instâncias de poder, que falharam no cumprimento de seus deveres, alguns/mas poucos/as acreditam que o/a cidadão/ã também apresente condições de solucionar os problemas. No caso das cartas sobre Belo Horizonte, apenas leitores se viram como fatores de mudança, enquanto nas cartas sobre o TCE, foram leitoras que demonstraram acreditar que a sociedade deve se mobilizar para reverter a situação. Quando os problemas eram de atendimento social, os dois gêneros se posicionaram como impotentes.

Já os/as leitores/as do **Le Monde**, com exceção das cartas que relatam problemas de atendimento social, passaram a impressão de acreditar que, se cada um/a fizesse sua parte – nem que fosse a de protestar contra as injustiças ou contra as falhas do Estado –, a cidadania estaria assegurada. A maioria evita transferir, principalmente para os governos, a responsabilidade do estabelecimento da justiça e da promoção da qualidade de vida. No caso dos problemas de atendimento social, eles e elas fizeram apelos à intervenção do jornal em suas questões íntimas.

Na descrição de suas aflições, leitores e leitoras tentam convencer a sociedade de que qualquer um pode ser acometido pelos problemas que os atingem e que por isso todo o grupo deve ser solidário às questões individuais.

Ao optar pela publicação das cartas enviadas que relatam problemas de atendimento social, o **Estado de Minas** valoriza a “face positiva do/a leitor/a” abrindo-lhe “concessões”, parafraseando Maingueneau (2005). Ao mostrar interesse pelas necessidades de seu público, o jornal aceita suas reivindicações como legítimas. Outro exemplo dessa preocupação foi a publicação de uma errata na qual o jornal reconheceu a omissão de uma informação que considerava importante ter

constado em uma carta publicada: o nome da agência bancária alvo de uma denúncia.

A valorização do/a leitor/a pode ser vista também através da promoção de diálogos entre os/as leitores/as por parte do **Estado de Minas**. Pela Tabela 15, percebe-se que 24 cartas, entre as 60 analisadas, trouxeram referências a outras cartas publicadas pela coluna, sendo que 18 foram publicadas. Dessa forma, a coluna quer passar a impressão de que dá ao/as leitores/as espaço para que discutam entre si pontos de vista sobre temas abordados pelo jornal, assim como sobre temas introduzidos pelos/as próprios/as leitores/as. Nos fóruns de discussões estabelecidos percebeu-se uma disputa simbólica sobre qual interpretação dos fatos deveria prevalecer. Além disso, ao publicar sete cartas-respostas das assessorias de imprensa de empresas alvos de acusações por parte de leitores, o **Estado de Minas** se posicionou também como prestador de serviços, um intermediário na resolução de conflitos pessoais ou locais.

No caso do **Le Monde**, entre as 92 cartas analisadas, apenas cinco mostraram a intenção de iniciar um diálogo entre leitores/as, através de referências a cartas lidas no *Courrier des lecteurs*, sendo que a coluna publicou uma delas, como mostra a Tabela 22. De certa forma, o **Le Monde** faz questão de mostrar o quanto valoriza seu público através da crônica do/a mediador/a, que frequentemente recorre a trechos de cartas recebidas para desenvolver sua argumentação sobre diversos temas. Já o fato de o/a leitor/a do jornal enviar cartas com relatos de problemas de atendimento social, mesmo sem ver textos do gênero sendo publicados em suas páginas, pode demonstrar que ele/a acredita que o diário francês vá lhe dar algum tipo de atenção ou que lhe confere um tipo de poder que vai além do que publica em suas páginas: o poder de ouvi-los/as.

No **Estado de Minas**, encontraram-se posições homogêneas entre todos/as os leitores/as principalmente em suas cartas sobre o Tribunal de Contas do Estado. Eles/as se posicionaram contra os denunciados, nas sobre Belo Horizonte e nos relatos de problemas de atendimento social, no sentido de que todas traziam algum tipo de reclamação.

Foram as cartas sobre o aborto e a excomunhão que, apesar de condenarem a posição da igreja, fundaram seus argumentos de forma diferente umas das outras. Alguns/as se declararam católicos/as, mas deixaram claro que, acima da religião, está a cidadania. Já outros/as preferiram justificar sua posição através de

explicações oriundas da biologia e da anatomia, ou ainda da moral e dos bons costumes. Outros/as transferiram o problema apenas para o bispo que propôs a excomunhão, isolando-o da igreja que ele representa. Tudo isso ilustra o drama interno de leitores e leitoras quando o assunto em discussão diz respeito ao sistema de crenças, que traz consigo valores como a liberdade e os direitos individuais. Não houve dúvida entre colocar a lei civil acima da religiosa; mas houve “pecado” e sensação de culpa declarada ao fazê-lo.

No **Le Monde** os discursos sobre a anulação do casamento também se apresentaram heterogêneos. Alguns leitores levantaram a discussão sobre o tratamento desigual entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que outros saíram em defesa da sentença proferida pelo tribunal. Houve quem se visse diante de um drama: apesar de não concordar com a anulação do casamento, protestou contra um artigo que acusava os juízes de terem sofrido influência das leis religiosas. As leitoras acrescentaram ao tema a discussão de crimes sexuais, colocando a mulher como vítima de uma obsessão moral que é a virgindade. Mas entre elas houve também as que apoiaram a anulação do casamento, não com base na justiça, mas como forma de escapar de uma união hostil.

Já entre as cartas analisadas enviadas ao **Estado de Minas**, apenas as leitoras se preocuparam em defender a autonomia da mulher sobre seu corpo, na discussão sobre aborto/excomunhão. Na discussão sobre o casamento anulado, no **Le Monde**, entre os 25 leitores, apenas um citou o episódio do casal Fourniret, que havia sido condenado por crimes sexuais e assassinatos na mesma época em que se discutia o veredito do Tribunal de Lille. A metade das autoras das cartas o fez, como visto no item 7.2.1. Esse ponto leva à reflexão de questões que dizem respeito ao feminino: elas são mais facilmente registradas e levadas em conta pelas mulheres do que pelos homens que enviam cartas ao jornal.

As leitoras do **Le Monde** recorreram mais que os leitores a adjetivos pejorativos para qualificar os homens, seja o noivo, Michel Founiret, ou os próprios franceses de comportamento machista. Já quando o assunto foi a homossexualidade, item 7.2.2, além delas, eles também não pouparam termos negativos ao se referirem aos que são a favor da promoção da luta contra todas as formas de discriminação sexual nas escolas. No caso do aborto/excomunhão abordado nas cartas enviadas ao **Estado de Minas**, tanto eles quanto elas não economizaram adjetivos para desqualificar tanto o estuprador da menina que foi

submetida ao aborto como o bispo que julgou o aborto uma ação pior que a do estupro.

Por outro lado, nas cartas sobre sexismo do **Le Monde**, item 7.2.3, a necessidade de abordar a igualdade dos dois sexos foi defendida pelos dois leitores que enviaram cartas, ao passo que, entre as oito leitoras, duas demonstraram ter outra opinião. Uma disse acreditar que as mulheres não sentem necessidade de estar sob a “luz dos projetores” e, para outra, as mulheres têm ambições diferentes das dos homens.

A (des)igualdade de gêneros surgiu também nas cartas sobre problemas de atendimento social enviadas ao **Le Monde**, item 7.2.4. Os apelos das leitoras dizem respeito principalmente à condição da mulher: uma mãe confessa não conseguir manter sozinha seu filho deficiente; a outra se diz desamparada pelas leis, que não impedem o empregador de demiti-la por causa de sua gravidez e de transferi-la para longe do convívio familiar, e a terceira protesta contra pessoas que impediram que uma menina abortasse o filho fruto de um estupro. Já entre as cartas de leitores, dois falam na posição de pais e um na posição de marido, enquanto outro se colocou na condição de desempregado. Eles encontravam dificuldade em exercer seu papel social de mantenedor, protetor da casa e da família e elas em manter o principal papel feminino: a maternidade.

Entre os lugares, os da quantidade foram os menos explorados, sendo que tanto leitores quanto leitoras não viram em números e estatísticas a melhor base para desenvolver seus argumentos. Ela apareceu em uma carta sobre o escândalo no Tribunal de Contas do Estado, no **Estado de Minas**, e em três do **Le Monde**, uma sobre o casamento anulado, uma sobre a homossexualidade e uma com relato de problemas de atendimento social. Talvez porque os/as leitores/as, de maneira geral, se concentraram mais na defesa de questões relativas à qualidade.

Terceira pergunta: é possível estabelecer os critérios que o **Le Monde** e o **Estado de Minas** utilizam para a edição? Foi feita a comparação do discurso presente nas cartas na íntegra com o discurso presente nas editadas e publicadas, cinco do **Le Monde** e de 16 do **Estado de Minas**. Concluiu-se que a brevidade e a concisão na exposição da opinião não se mostraram critérios muito importantes para os dois jornais e muito menos o gênero de quem as assina.

É possível afirmar que o tamanho das cartas não exerce muita influência na decisão dos dois jornais em utilizá-las ou desprezá-las. Observa-se isso através da

análise das Tabelas 25, 26, 28, 29, 30, 31 e 32, que dizem respeito à quantidade de palavras que as cartas publicadas tinham originalmente, a quantidade removida e acrescentada, e o número final de palavras publicadas. A edição das cartas por parte do **Estado de Minas** se mostrou bem mais invasiva, pois foi grande a quantidade de palavras removidas e acrescentadas, ao contrário do **Le Monde**, cujas interferências se deram apenas através da remoção de palavras.

No **Estado de Minas**, chamaram mais atenção a carta 5, sobre Belo Horizonte, Tabela 25, que teve 82% das palavras de sua íntegra removidas e 60% das palavras do texto publicado foram acrescentadas; a carta 2, que retratava um problema pessoal, Tabela 26, que teve 87% das palavras removidas de sua íntegra e o texto com o qual ela foi publicada teve 72% de palavras acrescentadas em relação ao texto original; sobre esse mesmo subtema, a carta 3 teve 91% das palavras removidas de sua íntegra e o texto com o qual foi publicada teve 88% de palavras acrescentadas.

Por outro lado, as três cartas sobre aborto/excomunhão, Tabela 8, não sofreram acréscimos para publicação, porém tiveram palavras removidas. A que sofreu maior interferência foi a carta 2, que teve 75% de suas palavras retiradas. Já a carta sobre o escândalo no Tribunal de Contas do Estado, Tabela 29, teve apenas duas palavras removidas pela edição.

Os editores não se contentaram apenas em excluir trechos e adequar termos à linguagem jornalística. Em duas cartas sobre transtornos causados pelo Carnaval em Belo Horizonte e em duas sobre problemas na rodoviária da capital, ficaram evidentes as posições do jornal frente às questões levantadas: a necessidade de construir um novo terminal rodoviário e de concentrar os blocos carnavalescos em determinado ponto da cidade. Os editores chegaram a sugerir os locais adequados tanto para um quanto para outro problema. A preocupação do jornal com a rodoviária pode ser percebida também ao se comparar o fato de que, no período estudado, apenas três matérias abordaram o subtema e quatro cartas foram enviadas, sendo três delas publicadas.

Em uma carta sobre o cemitério da Saudade, a edição acrescentou uma frase apelando por uma resposta por parte dos responsáveis pela administração do local, que pertence à prefeitura. Na carta sobre desvios e roubos em bagagens nos aeroportos brasileiros, a edição detalhou as consequências do descuido com que as malas são tratadas, detalhes esses que não estavam presentes no texto original.

Observou-se que a primeira carta publicada sobre roubo e extravio de bagagens em aeroportos foi recebida dia 10 de fevereiro e, no dia 16 de fevereiro, a editoria de Economia publicou matéria enfocando esse tipo de problema, como visto no item **6.1.1**. Nesse caso, acredita-se que a discussão iniciada pelos leitores/as pode ter inspirado a pauta da editoria de Economia. França (2002) já havia detectado que a palavra popular “acorda e suscita” a palavra jornalística no **Estado de Minas**, ao observar que foi uma carta de leitor que desencadeou uma série de reportagens sobre meninos de rua em Belo Horizonte.

Pode-se afirmar, assim, que o **Estado de Minas** se apoia nas palavras dos/as leitores/as para criticar a atuação dos órgãos públicos em alguns setores da cidade. O jornal, inclusive, publica as cartas entre aspas, recurso utilizado para se isentar daquilo que está sendo dito. Ao acrescentar palavras às cartas, o **Estado de Minas** passa seu recado sem se indispor com as autoridades. Afinal, não é o jornal que faz as acusações; são os/as cidadãos/ãs que reivindicaram serem tratados/as como tal.

Nas duas cartas publicadas sobre o abono financeiro concedido pelo Estado aos professores da rede pública, item **7.1.2**, um leitor e uma leitora criticaram a dificuldade em receber o benefício e o descaso do governo com a categoria. Ao publicá-las, sem citar nomes de políticos, nem seus partidos, o jornal reafirma a posição de não criticar diretamente as administrações municipais e estaduais. A coluna não se esquiva de criar um mal estar junto ao governo, que é amenizado por ter sido provocado pelas palavras de leitores/as. Deixa as críticas por conta dos/as leitores/as e a defesa por conta das assessorias de imprensa dos órgãos públicos.

No caso do **Le Monde** nenhuma carta recebeu acréscimo; apenas nas três que tiveram trechos aproveitados pela crônica da mediadora, Tabela 32, os acréscimos ficaram por conta de colocar o nome de seus autores entre seus depoimentos. O que chamou a atenção foi a quantidade de palavras removidas em algumas cartas. Uma delas, citada na crônica da mediadora (MAURUS, 2008c), tinha 1.194 palavras das quais apenas 88 foram aproveitadas. As cartas sobre casamento anulado, Tabela 31, tiveram um índice de aproveitamento maior: 18% da carta 1 e 34% da carta 2.

Ressalta-se também que, apesar de ambos os jornais afirmarem que lhes interessa principalmente a publicação de cartas que reflitam temas da atualidade, não foi bem isso o que foi detectado. O fato de 32 cartas, entre as 154 publicadas, abordarem subtemas introduzidos pelos leitores joga por terra esse critério e

demonstra que valorizar a face positiva do leitor é considerado como mais importante pelo **Estado de Minas**.

Tem-se ainda o exemplo das cartas que protestaram contra o escândalo no Tribunal de Contas do Estado – TCE. Elas começaram a ser enviadas no dia em que a notícia foi divulgada; no entanto, apareceu pela primeira vez na coluna três dias depois. Essa demora demonstra que o objetivo maior da coluna nem sempre é o de refletir temas que estejam em discussão naquele dia. O TCE foi o subtema que gerou o maior volume de cartas na época e foi considerado pelo jornal como um furo, uma notícia publicada em primeira mão. Uma carta sobre acidentes de trabalho ter sido publicada duas vezes, num intervalo de três dias entre uma e outra, demonstra também certo descuido por parte da equipe que manteve o mesmo texto e modificou apenas o título.

Por outro lado, observou-se que o **Estado de Minas** tendeu a não deixar as cartas na “gaveta” por muito tempo. A maioria das cartas foi publicada de um a quatro dias após seu envio. Já sobre o **Le Monde** não se pode dizer o mesmo. Algumas cartas foram publicadas muito tempo depois de enviadas. Um exemplo é a carta sobre o Irã, que apareceu na coluna *Courrier des lecteurs* 19 dias após chegar à redação. Já a carta que refletia sobre a visita de Vladimir Poutine à França foi publicada 16 dias após o envio e 22 dias após o presidente russo ter desembarcado em Paris e uma das cartas sobre o casamento anulado foi publicada 13 dias após o envio. É preciso lembrar que no mês de junho de 2008, época em que foi feita a coleta das cartas, a coluna foi publicada apenas oito vezes, em dias esporádicos, mas o intervalo máximo entre a edição das colunas foi de oito dias.

Também não é a repercussão de determinados fatos ou eventos pela mídia o que necessariamente baliza o envio de cartas por parte dos leitores. Observou-se, por exemplo, que um subtema recorrente no jornal, a dengue, na época um grande problema de saúde pública, foi abordado por 14 matérias e recebeu apenas uma carta, esta não publicada. E ainda, o fato de a coluna Cartas à redação ter publicado reclamações de consumidores, indica que não importa se o tema da carta seja mote de outro espaço dentro do jornal, como é o caso da coluna Segunda Via/Consumidor, que publica na editoria de Economia cartas desse tipo.

No caso do **Le Monde**, a primeira carta sobre o casamento anulado foi publicada em 02 de junho de 2008, logo após o veredicto do Tribunal de Lille. Porém, uma segunda carta sobre o fato foi publicada em 16 de junho, ou seja, 14

dias após a publicação da primeira, sem que o caso tivesse registrado novos desdobramentos. Isso demonstra que, para o diário francês, nem sempre o critério atualidade norteia a política da coluna.

A situação se configura ainda mais diversa ao se observar que entre as oito colunas do *Courrier des lecteurs*, publicadas em junho de 2008, duas foram monotemáticas. Quando a discussão em torno da promulgação de uma nova carta de imprensa dominou a coluna, assim como o não irlandês ao Tratado de Lisboa, diversos outros temas estavam em discussão nas páginas do jornal e entre os/as próprios/as leitores/as que enviaram cartas.

O não irlandês teve ainda outro agravante. A coluna que o discutiu foi publicada aproximadamente 20 dias após o povo daquele país ter dado seu veredicto. Porém, o subtema ainda era amplamente debatido pela mídia. Acredita-se que a opção por publicar cinco cartas sobre o fato, tanto tempo depois e num mesmo dia, tenha sido uma maneira de justificar a sustentação do debate pela mídia: longe de ser apenas o jornal que não esgotara a discussão, o leitor também queria mantê-lo em pauta. Demonstra a necessidade do veículo de reforçar aquilo que diz e o sentido que produz.

Mas não foi apenas o volume de cartas e a discussão de seus subtemas pelos jornalistas e articulistas do **Le Monde** que denunciaram a forma como o jornal elege e privilegia temas. A fome no mundo e a visita de Vladimir Poutine à Paris receberam apenas uma carta cada, cartas essas publicadas. Isso indica que, para o diário Francês, a repercussão de um fato junto ao seu público também não faz parte dos critérios de seleção das cartas a serem publicadas.

A publicação de cartas com relatos de problemas de atendimento social pelo **Estado de Minas**, que não envolviam assuntos em pauta no dia, também recebeu tratamento privilegiado. Isso corrobora a ideia de que a mídia não detém o monopólio da discussão e da problematização na sociedade. Conforme disse Emediato (2008), a problematização pertence à ética cidadã, da qual a mídia, que detém o poder da relação comunicativa, se torna parceira. Seu monopólio se apoia sobre o que publicar na seção. Enquanto leitores e leitoras do **Le Monde**, por sua vez, enviaram 56 cartas enquadradas no subtema cultura, Tabela 14, o jornal optou por não repercutir nenhuma. O mesmo em relação à temática Esportes, que recebeu ao todo 65 cartas.

Ou seja, no que tange à edição das cartas publicadas pelo **Le Monde**, concluiu-se que seus editores evitam interferir no sentido original dos textos, mas, ao eleger os temas a serem discutidos, dão ao espaço o direcionamento argumentativo que lhes interessa. O *Courrier des lecteurs* permitiu que as cartas mantivessem o mesmo teor das matérias e artigos que publicou sobre o subtema casamento anulado, por exemplo. Tanto os artigos quanto as cartas publicadas demonstraram posição desfavorável em relação ao veredito do tribunal de Lille, assim como trouxeram protestos contra a intromissão do Estado em questões privadas. A interferência da edição se deu mais quanto à escolha das cartas a serem publicadas do que em relação ao seu sentido original, ou seja, quanto ao que deve sair na coluna e o que é melhor ficar fora dela. Outro exemplo vem através dos artigos e reportagens que publicou sobre a homofobia e as cartas que discutiam o subtema. O **Le monde** se posicionou a favor da promoção da igualdade e a coluna recebeu nove cartas sobre o tema, sendo que apenas uma apoiava a iniciativa. Acredita-se que para evitar prolongar a polêmica e criar insatisfação por parte de alguns/mas leitores/as, não publicou nenhuma carta.

A intervenção na voz de leitores e leitoras foi maior quando da utilização de trechos de cartas pela crônica *Reações em cadeia* (MAURUS, 2008c). Percebeu-se que a mediadora utilizou-se das palavras dos/as leitores/as para fazer uma *mea-culpa*, dividindo com os/as assinantes a responsabilidade sobre o material publicado nos espaços reservados ao leitor/a, na construção de uma tribuna como lugar de debate da cidadania. Ao excluir as defesas feitas a Sarkozy, as comparações do público leitor do **Le Monde** com o de outros jornais e o direito de cada um falar o que pensa, deixou transparecer o que já havia sido detectado na análise do discurso das cartas: discute-se política nacional sem citar os nomes dos poderosos, discute-se mídia, evitando citar o nome dos concorrentes, e o jornal impresso deve ser visto como um espaço democrático, mas quem conduz as rédeas não são seus/suas leitores/as. Interessante observar que as cartas publicadas no *Courrier des Lecteurs* não vêm entre aspas, ao contrário dos trechos extraídos das cartas citados pela mediadora em sua crônica.

Conclui-se que o comportamento normal dos/as leitores/as, tanto do **Le Monde** quanto do **Estado de Minas**, ao ver suas cartas publicadas, é o de aprovar as interferências feitas pela edição. Entre as cartas coletadas, não foi encontrada nenhuma que trouxesse reclamações sobre a forma como suas palavras

apareceram nas colunas, ou seja, nenhum/a leitor/a agraciado com a publicação de sua carta reclamou da edição final. Viu-se também que os editores evitaram colocar em discussão temas polêmicos, com conotação preconceituosa, como o caso de comparar homossexuais a pedófilos, no **Estado de Minas**, e sobre crenças religiosas, como fazer críticas a judeus e muçulmanos, no **Le Monde**.

Quanto às críticas aos jornais, o **Estado de Minas**, nada publicou. Já o **Le Monde** evitou reproduzir as feitas diretamente à sua linha editorial, mas publicou carta na qual foi contestada a forma como a mídia em geral tratava a luta dos professores pela qualidade da educação, como o visto no item **6.2.1**, quando se abordou o subtema educação. Em outro momento, publicou uma carta na qual um leitor comentava o erro do **Le Monde** ao publicar fotos de vítimas da bomba de Hiroshima que, na verdade, se tratava de um terremoto ocorrido em Tóquio, em 1923, como visto no item **6.2**. A carta publicada desculpabilizava o jornal. A mediadora publicou também, em sua crônica *Reações em cadeia* (MAURUS, 2008c), palavras de um leitor que questionavam “o que faz seu moderador?”.

Outro dado curioso é em relação aos julgamentos aos textos de seus articulistas que o **Le Monde** recebe. Sobre o casamento anulado, cartas trouxeram críticas ao texto de Caroline Fourest, item **7.2.1.1**, e sobre questões religiosas criticaram a posição de dois especialistas do jornal, Henri Tincq e Christian Delorme, item **7.2.5.1**, sendo que nenhuma delas foi publicada. O que se percebeu foi que, nas respostas enviadas aos autores dessas cartas e de outras semelhantes, a equipe do *Courrier des lecteurs* agradece e se compromete a encaminhá-las aos respectivos articulistas. Dessa forma, o jornal se exime de qualquer responsabilidade, deixando a cargo do próprio articulista abrir ou não uma discussão com o/a leitor/a.

O gênero ao qual pertencem os/as autores/as das cartas parece não influenciar a escolha daquelas que serão publicadas. Os homens enviaram 78% e as mulheres 21% das cartas que chegaram ao **Estado de Minas**. No período da pesquisa, entre as que foram publicadas na coluna Cartas a redação 79% eram masculinas e 17% femininas. No **Le Monde** leitores enviaram 79% e leitoras 21% das cartas; entre as publicadas na coluna *Courrier des lecteurs*, 63% eram masculinas e 17% femininas. Outro dado que corrobora essa percepção é o fato de o **Le Monde** ter publicado seis cartas sobre a temática Política/Nacional, sendo duas masculinas e quatro femininas.

Concluiu-se que quem se aventura a escrever a um jornal impresso não se esquivava de preencher uma “página em branco”, que se configura como a tela do computador, na qual produz sentido sobre algo que deseja convidar ao debate. Expõe ideias, as defende, fala de suas indignações, de suas surpresas, daquilo que chama sua atenção. Ao construir seu texto, o carrega de valores, expõe suas hierarquias e os lugares de onde fala, derrama sobre a tela uma série de símbolos, às vezes sem um sentido muito claro aos olhos de quem as lê, mas, ao fazê-lo, traça ali um sistema. E, por último, crê estar cumprindo uma proposta: atuar como cidadão/ã. Faz do jornal impresso um lugar da sociabilidade, como preconizou Chartier (2001), quando nele busca informação, a processa na esfera privada, a refaz com suas próprias palavras carregando-a de valores, palavras que deseja ver publicadas, comentadas, sem fugir do risco de vê-las sendo desprezada ou contestadas. Assim, ao escrever a jornais, leitores e leitoras se inserem no processo de circularidade da informação e contribuem com a produção de notícias.

Para finalizar, não se pode deixar de assinalar que novas tendências sobre a escrita se configuram através do crescente desenvolvimento das tecnologias da informação. É cada vez maior o número de pessoas, principalmente entre as mais jovens, que se interligam, sem se verem pessoalmente; que se conhecem, sem nunca terem se encontrado; que se falam através de palavras, símbolos, imagens estando cada uma num ponto distinto do mundo ou até mesmo bem ao lado; que chamam de “amigos” centenas de milhares de indivíduos. Para elas, a escrita, vista como a impressão de informações sobre uma “tela em branco”, é o instrumento de comunicação que permite uma maior circularidade da informação. As redes sociais abrem tantas possibilidades de comunicação que fica difícil prever até quando o papel, oriundo do velho pergaminho irá resistir, qual será seu papel no futuro, assim como até quando o hábito de imprimir as notícias no que foi sabiamente batizado como papel-jornal persistirá. Mas não se pode negar que o foi construído pelos e nos diários imprimiu, e vem imprimindo, a história das sociedades.

REFERÊNCIAS

- ACHILLES, Daniele; VIEIRA, Durval. Memória e identidade de Olavo Bilac: um estudo de sua correspondência preservada no Arquivo da academia Brasileira de Letras (1887-1918). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, Brasília, 2011. **Anais...** Brasília: ANCIB. 2011. p. 3411-3417.
- ALBERT, Jean-Pierre. Écritures domestiques. *In: FABRE, Daniel (Ed.). **Écritures ordinaires***. Paris: Editions P.O.L.; Centre Georges-Poupidou; Bibliothèque Publique d'Information, 1993. p. 37-94.
- AUDIPRESSE. **A la Une**. Disponível: <www.audipresse.fr>. Acesso em: 19 nov. 2010.
- ALLENDE, Isabel. **A casa dos espíritos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ALMEIDA, Carlos Cândido de. Novas tecnologias e interatividade: além das interações mediadas. **DataGramZero – Revista da Informação**, v. 4, n. 4, ago. 2003. Disponível em:<www.dgz.org.br/ago03/Art_01.htm>. Acesso em: 16 maio 2009.
- ALTERMAN, Eric. O Futuro dos jornais. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2008. Caderno Mais!, p. 5-7.
- ALVEZ, Wedencley. O “poder paralelo” da imprensa: uma contribuição semântico-discursiva para análises da agenda setting. *In: ALVEZ, Wedencley; LEAL, Marlon (Orgs.). **Discurso e sentido**: questões em torno da mídia, do ensino e da história*. São Carlos: Claraluz; Dourados: Editora UEMS, 2007. p. 123-148.
- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. *In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-28.
- ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. *In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Orgs.). **Na mídia, na rua**: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 43-60.
- AQUINO, Miriam de Albuquerque. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. **Ciência da informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2007.
- ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 54/76, jan./abril 1995.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na ciência da informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010a.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010b.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

ASSOCIATION POUR LE CONTRÔLE DE LA DIFFUSION DES MÉDIA (OJD). **[Página inicial]**. Disponível em: <www.ojd.com>. Acesso em: 12 jul. 2011.

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE JORNAIS (WAN). **[Página inicial]**. Disponível em: <www.wan-ifra.org>. Acesso em: 30 maio. 011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **[Página inicial]**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br>>. Acesso em: 30 maio 2011.

ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. **Cartas de leitores: reescrita e condições de produção de um gênero midiático**. Disponível em: <www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/22.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocados: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BALDESSAR, Maria José. Buscando uma linguagem para a cibernotícia: (re)conhecendo o leitor/usuário como fator decisivo para definições. **Prisma.com - Revista de Ciências da Informação e Comunicação do CETAC**, n. 7, dez. 2008. Disponível em: <www.prisma.cetac.up.pt>. Acesso: 20 jul. 2009.

BARBOSA, Mariana. Tecnologia é libertadora, afirma editor do 'NYT'. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de novembro de 2010. Caderno Mercado, p. B5.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A liberdade das vozes. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, dez. 2003.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mediações digitais. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, ago. 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BERABA, Marcelo. Imprensa: gênero masculino. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2004. Caderno Brasil, p.8.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1980.

BOHN, Maria Del Carmen. Autores e autoria em periódicos brasileiros de Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 1-19, 2003.

BOLLMANN, Stefan. **Mulheres que escrevem vivem perigosamente**. Espanha: Quetzal Editores, 2007.

BRADLEY, Harriet. **Fractured identities: changing patterns of inequality**. Cambridge: Polity Press, 1996.

BRAGA, José Luiz. Lugar de fala como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. *In*: ESTEVES, João Pissarra *et al.* **Mídias e processos socioculturais**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. p.159-184.

BRAGA, José Luiz. O sistema social crítico interpretativo. *In*: PRADO, José Luiz Aidar (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.

BROWN, John Seely; DUGUID, Paul. **A vida social da informação**. São Paulo: Markon Books, 2001.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**. São Paulo: Unesp, 1995.

CAFRUNI, Gabriela de Carvalho; BOCCATO, Vera Regina Casari. A indexação de clippings de coordenadorias de comunicação social em ambiente universitário: um estudo comparativo entre a prática manual e a automática. *In*: JORNADAS DE INTERCAMBIOS Y REFLEXIONES ACERCA DE LA INVESTIGACIÓN EM BIBLIOTECOLOGÍA, 2., La Plata, 27-28 de octubre de 2011. **Actas...** La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata, 2011. Disponível em: <<http://jornadabibliotecologia.fahce.unlp.edu.ar/actas-2011/procesos/cafruni-bocatto>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2003. 1 CD-ROM.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)**, New York, v. 37, chapter 8, p. 343-411, 2003.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da Informação Social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994.

CARRATO, Ângela. Imprensa mineira: um monopólio próximo do fim. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 469-481.

CARVALHO, Maria da Conceição. **Cordialmente, Eduardo Frieiro**: fragmentos (auto)biográficos. 2008. 364f. Tese (Doutorado em Letras) - Escola de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CASTRO, Douglas Caputo de; Oliveira, Luiz Ademir de. **O posicionamento do jornal Estado de Minas na eleição de Belo Horizonte em 2008**. Disponível em: <www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_36/douglas_e_luiz_ademir.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2011.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso. . **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. Esp. 1, p. 1-12, 2009.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. v. 1.

CHAPARRO, Manuel Carlos da Conceição. Carta. *In*: MELO, José Marques de. **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: FTD, 1992. p. 63-74.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. *In*: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. p. 5-43

CHARAUDEAU, Patrick. **Le discours d'information médiatique**. Paris: Nathan, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CIPRO NETO, Pasquale. Presidente ou presidenta? **Revista Época**, 2 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI176658-18176,00-PRESIDENTE+OU+PRESIDENTA.html>>. Acesso em: 1 nov. 2011.

COULTHARD, Malcolm. **Linguagem e sexo**. São Paulo: Ática, 1991.

CRIPPA, Giulia. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), Brasília, 2011. **Anais...** Brasília: ANCIB. 2011. p. 769-782

DANTAS, Marcos. Valor-trabalho e valor-informação. **Transinformação**, v. 8, n.1, p. 55-88, jan./abr. 1996.

DANTAS, Marcos. Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. **Lua Nova**, n. 60, p. 5-43, 2003.

DIAS, Fernando Skackauskas; ERICHSEN, Monica Nassif. Migração conceitual entre sistemas de recuperação da informação e ciências cognitivas: uma investigação sob a ótica da análise do discurso. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), Brasília, 2011. **Anais...** Brasília: ANCIB. 2011. p. 150-169.

DODEBEI, Vera. Novos meios de memória: livros e leitura na época dos weblogs. . **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp. 1, p. 129-143, 2009.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Ciclo informacional: a informação e o processo de comunicação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 57 - 72, jan./jun. 2009.

DUARTE-PLON, Leneide. **Livro-reportagem**: a face oculta do *Le Monde*. Disponível em: <www.observatoriadaimprensa.com.br>. Acesso em: 16 nov. 2011.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Contexto, leitura e subjetividade. **Transinformação**, v. 13, n 1, p. 43-47, jan./jun. 2001.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Os múltiplos aspectos e interfaces da leitura. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 3, n. 6, dez. 2002.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Os sentidos da leitura e a subjetividade. *In*: NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio (Orgs.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. p. 5-21.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ELEODORO, Débora Raquel Massmann. **A arte de argumentar na carta do leitor**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/ixenapol/Trabalhos/eleodorodebora.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

ELLIOTT, Ariluci Goes; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Informação, imagem e memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceara - Campus Cariri. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 329-345, mar. 2011

EMEDIATO, Wander. As emoções da notícia. *In*: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Orgs.). **As emoções do discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1, p. 290-309.

EMEDIATO, Wander. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. *In*: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008. v. 1, p. 71-91.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. **Leitura e interatividade feminina nos jornais impressos**: a postura da leitora do Estado de Minas. 2007. 330 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência as Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ESPIRITO SANTO, Patrícia; DUMONT, Ligia Maria Moreira. A leitora e sua relação com o jornal Estado de Minas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 20-37, set./dez. 2009

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Tipos de sexo. **Jornal Estado de Minas**, 4 de dezembro de 2008. Caderno Feminino, p. 2.1.

EVENO, Patrick. **Histoire du journal Le Monde**: 1944-2004. Paris: Editions Albin Michel, 2004.

FABRE, Daniel. Seize terrains d'écriture. *In*: FABRE Daniel (Org.). **Par écrit**: ethnologie des écrites quotidiennes. Paris: Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1997. p. 1-56.

FERENCZI, Thomas. Fin de mandat. **Jornal Le Monde**, 26 de abril de 1998. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 7 nov. 2010.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Souza. Sentidos de biblioteca escolar no discurso da ciência da informação. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 29-44, set./dez. 2008

FREITAS, Lidia Silva de. A teia dos sentidos: o discurso da ciência da informação sobre a atual condição da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2003. 1 CD-ROM.

FIGUEIREDO, Pedro de; LUZ, Cristina Rego Monteiro da. **As dificuldades dos novos jornais populares no mercado paulista: uma análise do Meia Hora** - Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – São Paulo, SP – 12 a 14 de maio de 2011 - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0173-1.pdf>. Acesso em 10.08.2011

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In*: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. Lisboa: Edições 70, 1992. p. 128-160.

FOUCAULT, Michel. Technologies of the self. *In*: HUTTON, P. H.; GUTMAN, H.; MARTIN, L. H. (Ed). **Technologies of the self**: a seminar with Michel Foucault. London: Tavistock, 1988. p.16-49. Disponível em: <<http://foucault.info/documents/foucault.technologiesOfSelf.en.html>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Construção jornalística e dizer social. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. *In*: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera Regina Veiga (Orgs.). **Na mídia, na rua**: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61-88.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURTADO, Maria Aparecida Silva. Opinião pública em editoriais jornalísticos: uma reflexão. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 3., Belo Horizonte, 2008. **Anais...** Belo Horizonte, 2008. 1 CD ROM.

GALINIER, Pascal. Profession? Emmerdeur... **Le Monde**, 3 de julho de 2011. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 3 jul. 2011.

GASPAR, Nadea Regina; REIS, Livia de Lima. Um olhar da análise do discurso para a representação temática na Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 6, dez. 2010

GARCIA, Sandra Maria. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. *In*: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito (Orgs.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 31-50.

GERGEN, Kenneth. A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. *In*: GERGEN, Mary Mc Canney (Org.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Edunb, 1993. p. 48-69.

GOMES, Henriette Ferreira. Leitura e escrita: tecnologias complementares no processamento da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2003. 1 CD-ROM.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 1, p. 55-67, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgzer.org/dez00/Art_03.htm>. Acesso em: 3 abr. 2009.

GOMES, Henriette Ferreira. A interligação entre comunicação e informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun10/Art_03.htm>. Acesso em: 3 abr. 2009.

GROHMANN, Márcia Zampieri; BATTISTELLA, Luciana Flores. Homens e mulheres "aceitam" de maneira diferente? impacto do gênero no modelo (expandido) de aceitação da tecnologia - TAM. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 175-189, jan./abr. 2011.

HARRIS, Kevin. Cidadania e localidade na sociedade em rede: criando riqueza da diversidade. *In*: AQUINO, Miriam de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002. p. 209-226.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; CABRERO, Rodrigo de Castro, COSTA; Maria da Piedade Resende da. Indicadores da participação feminina em ciência e tecnologia. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 169-187, maio/ago. 2007.

HEIDENREICH, Elke. Dos perigos de as mulheres lerem demasiado. *In*: BOLLMANN, Stefan. **Mulheres que escrevem vivem perigosamente**. Espanha: Quetzal editores, 2007. p. 11-19.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOUAUISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

ÍNDICE de satisfação do assinante (ISA). Belo Horizonte: Estado de Minas, 2008. Não publicado.

INTERNAUTAS usam doença para atacar Lula. **Jornal Folha de São Paulo**, 1 de novembro de 2011. Caderno Brasil, p. A6.

IPSOS MARPLAN. **XLIX estudos Marplan consolidado: grande BH**. Belo Horizonte: [s.n., s.d.].

JANUÁRIO, Sandryne Bernardino Barreto. A relação interdisciplinar entre a Ciência da Informação e a Ciência da Comunicação: o estudo da informação e do conhecimento na biblioteconomia e no jornalismo. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p.151-165, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/view/452/309>. Acesso em: 10 nov. 2010.

LACERDA JÚNIOR, José Américo de. Olhar, conhecer, escrever pequeno ensaio crítico sobre a ditadura de escrita. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. esp., p. 112-123, jul./dez. 2003.

LAHIRE, Bernard. Masculin-féminin: l'écriture domestique. *In*: FABRE Daniel (Org.). **Par écrit**: ethnologie des écrites quotidiennes. Paris: Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1997. p. 145-161.

LAURENT, Andre. L'échange. **Le Monde**, 2 de abril de 1994. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 7 nov. 2010.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE MONDE. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 21 fev. 2010.

LE MONDE repaginado. O Globo, 11 nov. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_globo__30458>. Acesso em: 24 set. 2011.

LEITÃO, Elaine Vasconcellos. **A mulher na língua do povo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

LEITE, Maria Alzira. **O discurso da mídia impressa**: uma rede argumentativa na seção cartas. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 3., Belo Horizonte, 2008. **Anais...** Belo Horizonte, 2008. 1 CD ROM.

LEMOS, Ariane Barbosa; NASSIF, Mônica Erichsen. Informação e notícia: conexões no âmbito da Ciência da Informação e da Comunicação Social. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun11/Art_03.htm>. Acesso em: 26 mar. 2012.

LIMA, Márcia Heloisa Tavares de Figueiredo. Marcas discursivas na formação de profissionais de memória. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 87-108, jul./dez. 2004.

MACHADO, Ida Lúcia. Breves considerações sobre índices de modalização e práticas de leitura. **CALIGRAMA**, Belo Horizonte, n. 6, p. 63-77, jul. 2001a.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. *In*: MARI, Hugo *et al.* **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso; FALE/UFMG, 2001b. p. 39-62.

MACHADO, Rosely Diniz da Silva. **O estudo do gênero pelo viés discursivo**: refletindo sobre a dualidade masculino/feminino e sua relação com a escrita. 2006. 341f. Tese (Doutorado em Teoria do Texto e do Discurso) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas. *In*: PRADO, José Luiz Aida (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p. 14-26.

MARTELETO, Regina Maria. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 169-80, jul./dez. 1987.

MAURUS, Veronique. Un journal complet. **Le Monde**, 25 de maio de 2008a. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 9 set. 2009.

MAURUS, Veronique. Sexisme rampant. **Le Monde**, 7 de junho de 2008b. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 9 set. 2009.

MAURUS, Veronique. Réactions en chaîne. **Le Monde**. 29 de junho de 2008c. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 9 set. 2009.

MAURUS, Veronique. Invasions barbares. **Le Monde**. 22 de junho de 2008d. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 9 set. 2009.

MAURUS, Veronique. Autocritique. **Le Monde**, 30 de maio de 2008e. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 9 set. 2009.

MAURUS, Veronique. Le piège des photos. **Le Monde**, 18 de maio de 2008f. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 9 set. 2009.

MAURUS, Veronique. Adieux... **Le Monde**, 13 de março de 2011. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 9 set. 2009.

MELO, José Marques de. **Comunicação: direito à informação**. Campinas: Papirus, 1986.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, Cristina Teixeira. Vieira de. **Cartas à redação: uma abordagem discursiva**. 1999. 264 f. Tese (Doutorado em Linguagem) - Universidade de Campinas (UNICAMP), IEL, São Paulo, 1999.

MERCADO CRESCE 4,77% no 1º trimestre. **Revista Meio e Mensagem**. Disponível em:

<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/20110523Mercado_cresce_477_no_primeiro_trimestre.html>. Acesso em: 15 jun. 2011.

MEYER, Dagmar Estermann *et al.* (Orgs). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?**: como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARAES, José Augusto Chaves. Bliases na representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), Brasília, 2011. **Anais...** Brasília: ANCIB. 2011. p. 616-630.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Socioconstrucionismo**: discurso e identidades sociais. *In*: LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. São Paulo: Mercado de Letras, 2003. p. 13-38.

MOSTAFA, Solange Puntel; TERRA, Marisa. Das cartas iluministas as listas de discussão. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, jun. 2000. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/jun00/F_I_art.htm>. Acesso em: 15 jun. 2011.

MOUILLAUD, Maurice. A informação ou a parte da sombra. *In*: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002a. p. 37-48.

MOUILLAUD, Maurice. Posturas do leitor. *In*: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002b. p. 173-190.

MÜLLER, Carlos; PEREIRA, Ricardo. Vivemos um momento absolutamente incomum. **Jornal da ANJ**, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/sala-de-imprensa/Entrevista%20Jayme.Pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2003.

NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino**: uma contribuição crítica à análise de gênero. *In*: NOLASCO, Sócrates (Org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 15-29.

OLARREAGA, Manuel. **El informador interesado y los médios de comunicación social**. Montevideo: Editorial Información, 1971 *apud* BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

OLIVEIRA, Maria Regina Momesso. **Blogs jornalísticos**: praticas de leitura participativa, democrática e crítica? *In*: ALVEZ, Wedencley; RODRIGUES, Marlon Leal (Orgs.). **Discurso e sentido**: questões em torno da mídia, do ensino e da história. São Carlos: Claraluz; Dourados: Editora UEMS, 2007. p. 101-120.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire. Memória e arquivos literários: a escrita de si como registro intimista. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANCIB, 2010. p. 1-22.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas de discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; OLIVEIRA, Carmen Irene C. de. Análise do discurso na divulgação científica: uma reflexão na Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/download/293/157>. Acesso em: 15 jun. 2011.

PEREIRA, Carmen Lucia Ribeiro. Memória do movimento feminino no Brasil pelo discurso da divulgação científica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 12., 2011, Brasília **Anais...** Brasília: ANCIB, 2011. p. 3425-3430.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PLENEL, Edwy Plenel. Une passion triste. **Le Monde**, 27 de fevereiro de 2011. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 13 junho 2011.

PORTO, Mauro. Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 17-25, 1998.

PORTO, Sérgio Dayrell. A esquerda esquecida de Fernando Henrique Cardoso. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 363-386.

PÚBLICO de jornal impresso é 46% maior que o da internet. Folha de São Paulo, 23 de outubro de 2011. Caderno Economia, p. B6.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

RELATÓRIO de pesquisa quantitativa: hábitos de Informação e formação de opinião da população brasileira (relatório consolidado). Disponível em: <www.secom.gov.br/sobre-a-secom/planejamento/pesquisa-1/pesquisas-quantitativas/relatorio-de-pesquisa-quantitativa-abitos-de-informacao-e-formacao-de-opinioao-marco-de-2010.pdf>. Acesso: 29 jun. 2010.

RIGHETTI, Sabine. Escrever melhora resultado das mulheres em exatas. Folha de São Paulo, 28 de novembro de 2010. Caderno Ciência, p. 9.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 217-234.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução, relações. **Perspectivas em Ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARNEY, José. **Presidente ou presidenta?** Disponível em: <www.academia.or.br>. Acesso em: 1 out. 2011.

SCHWAAB, Reges Toni. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. **Revista em Questão**, v. 13, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2002/1324>>. Acesso em: 1 out. 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SERPA, Maria Eduarda; VÁLIO, Else Marques. Uma proposta de leitura para o bibliotecário: a análise do discurso. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2000. 14p.

SHOWALTER, Eliane. A crítica feminista no território selvagem. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

SILVA, Luis Martins. Imprensa, discurso e interatividade. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 253-272.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da Silva. As possibilidades do online são enormes em nível local: entrevista a Müller, Carlos e Pereira, Ricardo. **Jornal da ANJ**, jun. 2009. Disponível em: <www.anj.org.br>. Acesso em: 19 agos. 2009.

SILVA, João Ricardo da Silva. **Considerações acerca dos editoriais e a seção cartas dos leitores**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/46989/1/CONSIDERACOES-ACERCA-DOS-EDITORIAIS-E-A-SECAO-CARTA-DOS-LEITORES/pagina1.html#ixzz156MLJnAm>>. Acesso em: 11 set. 2010.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SOLÉ, Robert. Paroles de lecteurs. **Le Monde**, 19 de março de 2003. Disponível em <www.lwmonde.fr>. Acesso em: 7 nov. 2010.

STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 158-175, out 1999.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Menalésia**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TAVARES, Olga. Comunicação e informação: caminhos e conexões. *In*: AQUINO, Miriam de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p. 137-151.

TEBEROSKY, Ana. O conhecimento cotidiano, escolar e científico no domínio da linguagem escrita. *In*: RODRIGO, Maria José; ARNAY, José (Orgs.). **Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança**. São Paulo: Ática, 1998. v. 2, p. 75-102.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: DEL PRIORI, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

TÉTU, Jean-François. **Referência e significação: Le Monde**. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 191-201.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

VASCONCELOS, Frederico. Aécio maquiou gastos da saúde em Minas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 ago. 2006. Caderno Brasil, p. 18.

VASCONCELLOS, Eliane. Carta missiva. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-13, jan./jun. 1998.

VALÉRIO, Kátia Modesto. **Dinâmicas interativas no discurso da mulher: o papel da inserção social**. 2000. 2v. 501 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

VEJA. Especial Mulher. São Paulo: Abril, ano 43, n. 2166, jun. 2010.

VÁLIO, Else Benetti Marques; OLIVEIRA, Vanda de Fátima Fulgência de. Terminologia da ciência da informação: abordagem da análise do discurso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 114-133, jul./dez. 2003

XAVIER, Elódia. Por uma teoria do discurso feminino. *In*: GOTLIB, Nádia Battella (Org.). **A mulher na literatura**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1990. v. 3, p. 235-241.

ZACHÉ. Juliana. A força da palavra. **Revista Isto é**, 7 de junho de 2000. p. 62-64.

ZANAGA, Mariângela Pisoni; LIESENBERG, Hans Kurt Edmund. Autoria e compartilhamento social: a criação de conteúdo na internet. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev08/Art_05.htm>. Acesso em: 11 set. 2010.

ZAHER, Célia Ribeiro. Da Documentação à Informática. *In*: SEMINÁRIO SOBRE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA, 1971, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Instituto de Documentação, 1974. 240p.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WORLD ASSOCIATION of Newspapers and News Publishers (WAN). **[Página inicial]**. Disponível em: <<http://www.wan-ifra.org/>>. Acesso em: 3 fev. 2010.

**ANEXO A - Documento firmado no ato do recebimento das cartas enviadas ao
*Le Monde***

Monde

Le Monde
Le Courrier des lecteurs
80 bd Auguste-Blanqui
75707 PARIS Cedex 13

ENGAGEMENT

Entre

Le Courrier des Lecteurs du *Monde* et Madame Patricia Espirito Santo

Je, soussignée, Patricia ESPIRITO SANTO, reconnais avoir reçu du journal *Le Monde* un CD-ROM contenant le courrier des lecteurs des mois de mai 08 et juin 08.

Je m'engage à n'utiliser ces données que dans le cadre de mon travail de recherches personnel et à ne les communiquer à personne d'autre.

Je m'engage également à ne pas citer les noms des auteurs des courriers afin de préserver leur anonymat.

Fait à Paris, le 21 avril 2009 en deux exemplaires



Veronique Maurus


Patricia Espirito Santo

SOCIÉTÉ ÉDITRICE DU MONDE

SOCIÉTÉ ANONYME A DIRECTOIRE ET CONSEIL DE SURVEILLANCE AU CAPITAL DE 149 017 497 €
80, BOULEVARD AUGUSTE-BLANQUI, 75707 PARIS CEDEX 13 - SITE : www.lemonde.fr - 433 891 850 RCS Paris

APÊNDICE A - Títulos de cartas publicadas pelo Estado de Minas identificando seus/suas autores/as

Entre as 154 cartas publicadas no **Estado de Minas**, detectou-se que 39 traziam, nos títulos criados pelos editores, alguma identificação de seu/sua autor/a levantada a partir dos relatos que eles/as fizeram. Abaixo os títulos; as identificações foram grifadas apenas para facilitar a visualização.

1. PRAIAS – Mineiro reclama da sujeira de Guarapari
2. ABONO – Professora reclama direito a benefício
3. ABONO – Ex-professora do estado quer receber benefício
4. APOSENTADORIA – Leitor condena índice aplicado pelo governo
5. INSS – Aposentado já não espera melhor sorte
6. INDIGNAÇÃO – Aposentado condena verba indenizatória
7. HEMOFÍLICOS – Doente critica carta do Ministério da Saúde
8. PRERROGATIVA – Delegado defende bacharéis em direito
9. AEROPORTO – Passageiro é roubado e não pode dar queixa
10. HABITAÇÃO – Mutuário da CEF pede ajuda a Lula
11. HABITAÇÃO – Leitor considera resíduo um absurdo
12. ACIDENTES – Leitor quer velocidade controlada nas estradas
13. DESCASO – Rodovia precária irrita motorista sul-mineira
14. EXCOMUNHÃO – Paranaense questiona decisão de religioso
15. EXCOMUNHÃO – Católico condena decisão de bispo
16. ESTUPRADOR – Católica critica bispo de Olinda
17. MST – Leitor vê banditismo nas invasões de terra
18. TCE – Leitor indignado com o revelado em matéria
19. SUCESSÃO – Leitor vê pequenez na postura de político
20. AIRBAG – Sul-mineiro elogia projeto de senador
21. MALDADE – Leitora pede punição a quem maltrata animal
22. ABUSO – Moradora se queixa de exageros de bloco
23. CARNAVAL – Mineiro quer músicas de melhor qualidade
24. EDUCAÇÃO – Professor aplaude tema de editorial
25. EDUCAÇÃO – Ex-secretária comenta artigo e novas medidas
26. EDUCAÇÃO – Leitor corrobora o que ONG constatou

27. EDUCAÇÃO – Professora comenta proposta de senador
28. DENGUE – Leitor aplaude operação de combate no interior
29. CÂMPUS – Estudante aponta falhas no prédio da faculdade
30. BARULHO – Leitora reclama de ONG na vizinhança
31. IPSEMG – Usuária reclama de mau atendimento
32. ELOGIO – Idosa satisfeita com atendimento em BH
33. VEREADORES – Mineiro critica projeto que cria mais cadeiras
34. VIOLÊNCIA – Leitor quer soluções imediatas e concretas
35. RECICLAGEM – Entusiasta no passado demonstra desencanto
36. HOLOCAUSTO – Leitor vê negação do que é inegável
37. EUTANÁSIA – Leitora discorda do pai da moça italiana
38. ESCRITOR – Mestre se recupera e leitora comemora
39. HOMENAGEM – Filha fala dos 91 anos do pai assinante do EM

APÊNDICE B - Informações complementares referentes às cartas editadas e publicadas pelo Estado de Minas

1. Política/Nacional

Dentro da temática Política/Nacional, os subtemas mais discutidos pelas cartas enviadas foram:

1 Guarapari

Três cartas masculinas foram enviadas, sendo que duas foram publicadas:

- Carta 1. Enviada em 10.02 - Publicada em 11.02

Título: **PRAIAS – Mineiro reclama da sujeira de Guarapari**, assinada por Jamil Elias Nacle, Belo Horizonte.

Conteúdo: O autor alerta sobre a sujeira na cidade capixaba de Guarapari.

- Carta 2. Enviada em 11.02 - Publicada em: 12.02

Título: **ABANDONO – Mais críticas às praias cariocas**, assinada por Roberto Luiz Mendes, Belo Horizonte.

Conteúdo: Essa carta faz referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna. “Concordo com a opinião de Jamil Elias [...] as praias capixabas estão abandonadas”.

A terceira carta, enviada dia 12 também por um leitor, cita as duas cartas anteriores, mas não foi publicada: “Sou leitor assíduo dessa coluna ‘Cartas à Redação’ do Jornal ESTADO DE MINAS e nesses últimos dias li muitas críticas às praias capixabas. Freqüento as praias de Guarapari e compartilho com os reclamos de muitos leitores”.

2 Aposentadoria

Em 12 de fevereiro, o jornal publicou editorial intitulado *Aposentado paga o pato*, condenando o reajuste de 5,9% para aposentados e pensionistas que recebiam mais de um salário mínimo. Uma reportagem, no mesmo dia, também fazia críticas ao índice considerado baixo. Em 17 de fevereiro a tabela foi novamente colocada em pauta.

O subtema apareceu em dez cartas, sete masculinas e três femininas. Entre elas, seis masculinas e as três femininas publicadas:

- Carta 3. Enviada em 12.02 - Publicada em 13.02

Título: **APOSENTADORIA – Reajuste de 5,92% é sinal de desprezo**, assinada por Júlio José de Melo, Sete Lagoas MG

Conteúdo: O leitor critica o legislativo por se preocupar com aumentar somente o próprio salário.

- Carta 4. Enviada em 10.02 - Publicada em 13.02

Título: **ABONO – Professora reclama direito a benefício** – Dilene Saliba de Paula, Juatuba MG

Conteúdo: A leitora lamenta a lentidão para a conclusão de seu processo de aposentadoria.

- Carta 5. Enviada em 13.02 - Publicada em: 16.02

Título: **ABONO – Ex-professora do estado quer receber benefício** – Elia Maia, Belo Horizonte.

Essa carta faz referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “Como a colega Dilene Saliba de Paula, de Juatuba, que escreveu nessa seção, estou me sentindo também excluída”.

- Carta 6. Enviada em 13.02 - Publicada em 16.02

Título: **APOSENTADORIAS – Leitor condena índice aplicado pelo governo**, assinado por Jorge Amaro Chagas, Sete Lagoas MG.

Conteúdo: O leitor parabeniza editorial do jornal sobre índice de reajuste do salário mínimo.

Observação: uma carta MASCULINA, não publicada, enviada dia 16.02, faz referência a esta: “Concordo com a opinião do Sr. Jorge Amaro Chagas, sobre os aposentados que escreveu nesta coluna sobre a renumeração dos aposentados que tem provento acima de um salário”.

- Carta 7. Enviada em 16.02 - Publicada em 17.02

Título: **INSS – Aposentado já não espera melhor sorte**, assinada por Kleber Pereira Gonçalves, Belo Horizonte.

Conteúdo: Essa carta faz referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “Tenho lido varias cartas no Estado de Minas, todas elas apropriadas, abordando a questão do reajuste das aposentadorias [...] Enviada em 16.02, por um leitor”.

- Carta 8. Enviada em 22.02 - Publicada em 24.02

Título: **APOSENTADORIA – INSS não cumpre sentença judicial**, assinada por Ronan O. B. Rodrigues, Belo Horizonte.

Conteúdo: O autor diz receber do INSS menos da metade do determinado pela justiça.

- Carta 9. Enviada em 22.02 - Publicada em 26.02

Título: **ARROCHO – Protesto semanal de aposentados no centro**, assinada por Vicente Mendes, Belo Horizonte.

Conteúdo: O autor convoca os aposentados para se encontrarem todas as quartas-feiras para protestar contra o valor do benefício que recebem.

- Carta 10. Enviada em 03.03 - Publicada em 05.03

Título: **INDIGNAÇÃO – Aposentado condena verba indenizatória**, assinada por Ricardo Nogueira, Arcos MG.

Conteúdo: O autor protesta contra os ganhos dos deputados e as perdas dos aposentados.

- Carta 11. Enviada em 07.03 - Publicada em 08.03

Título: **APOSENTADO – Diferença salarial deve ser requerida**, assinada por Maria Bernardes, Belo Horizonte.

Conteúdo: A leitora explica que tipo de aposentado deve requerer diferença salarial.

Observação: no dia 09.03, uma leitora escreveu carta, não publicada, à coluna Cartas à redação dizendo: “gostaria de ter contato (*e-mail*, telefone) com a pessoa que escreveu o artigo (Maria Bernardes de BH). Desde já agradeço!”.

3 Medicamentos para hemofilia

No dia 05.02, em uma carta publicada na coluna, um leitor se queixava da falta de medicamentos gratuitos nos postos de saúde para o tratamento da doença. Dois dias depois foi publicada a carta-resposta da assessoria de imprensa do Ministério da Saúde. Após essas duas cartas, durante o período que abrange a pesquisa, três cartas femininas foram enviadas, sendo que duas delas foram publicadas:

- Carta 12. Enviada em 10.02 - Publicada em 11.02

Título: **HEMOFÍLICOS – Falta de medicamento é cobrada de ministério**, assinada por Célio Silva, Uberlândia MG.

Conteúdo: O leitor critica a notícia de que o fornecimento de medicamentos para hemofílicos estava regularizado em todo o Brasil.

- Carta 13. Enviada em 11.02 - Publicada em 15.02

Título: **HEMOFÍLICOS – Doente critica carta do Ministério da saúde**, assinada por Venícios Antônio de Barros, Barbacena MG (enviada 10.02).

Conteúdo: O leitor utiliza estatísticas e cita fatos para comprovar que a situação dos hemofílicos assistidos pelo governo não corresponde ao que disse a assessoria de imprensa do Ministério da Saúde em carta publicada na coluna.

Dia 01.03 outra carta foi enviada por uma leitora e não foi publicada. Porém, chamou a atenção o conteúdo do texto, uma crítica a uma carta publicada pela coluna em 13.09.08,

ou seja, quase sete meses antes. Foi a única carta enviada no período compreendido entre 09.02.09 e 10.03.09 que fez crítica à linha editorial adotada pela coluna: “Gostaria de relatar minha opinião sobre a matéria publicada HEMOFILIA – Portadores deveriam abandonar a procriação. A publicação dessa matéria demonstrou um enorme preconceito com os hemofílicos, informo que por causa dessa matéria muitas pessoas ficaram ofendidas e tomarão medidas judiciais por causa do preconceito [...] o jornal deve analisar bem a matéria para não publicar um absurdo desses, pois o jornal vai sair prejudicado por isso”. Na verdade, o texto ao qual a autora da carta se refere é uma carta de leitor e não a uma matéria propriamente dita.

4 Saúde pública

Títulos e datas das matérias: 01.02 - Quatro anos para zerar fila – Solução para o drama de milhares de pacientes é demorada e depende da união entre os diferentes níveis de governo além de investidores; 02.02 - Dia de visita é de renovar a fé – SUS recebe ajuda internacional para reduzir fila da cirurgia.

Seis cartas, três masculinas e três femininas foram enviadas; sendo que as três masculinas foram publicadas.

- Carta 14. Enviada em 23.02 - Publicada em 25.02

Título: **SAÚDE – Estado relapso com artigo da constituição**, assinada por André Marques de Oliveira Costa, Goiânia MG.

Conteúdo: O leitor se refere ao dever do Estado de promover a saúde dos cidadãos através de atendimentos básicos.

- Carta 15. Enviada em 03.03 - Publicada em 05.03

Título: **SAÚDE – Atendimento deveria ter melhores critérios**, assinada por Roberto Guimarães, Belo Horizonte.

Conteúdo: Para o leitor, nem todo atendimento de saúde deveria ser gratuito, pois cria margem a abusos.

- Carta 16. Enviada em 05.03 - Publicada em 07.03

Título: **SAÚDE – lei 8.080²⁰⁴ não é a única a prever gratuidade**, assinada por Ricardo Alexandre de Souza, Belo Horizonte.

Essa carta faz referência à carta publicada anteriormente, sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “o senhor Roberto Guimarães se equivoca ao afirmar que a gratuidade é prevista somente na lei 8080”.

²⁰⁴ A lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Fonte: <www.portal.saude.gov.br>. Acesso: 10 jul. 2011.

5 Laicismo x Religião

Dois leitores enviaram cartas; ambas foram publicadas.

- Carta 17. Enviada em 23.02 - Publicada em 25.02

Título: **LAICISMO – Ideologia afeta ensino religioso nas escolas**, assinada por Olavo Nogueira Dell'Isola, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor acusa a falta de instrução religiosa nas escolas como um fator responsável pela violência atual.

- Carta 18. Enviada em 27.02 - Publicada em 28.02

Título: **RELIGIÃO – Cidadão deve ser livre para escolher**, assinada por Paulo César Pacheco, Formiga MG.

Conteúdo: Essa carta faz crítica à carta publicada anteriormente, sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “O leitor Olavo Nogueira Dell'Isola critica o que, penso eu, é um dos pilares do que ainda resta de paz no Brasil, o laicismo das instituições”.

No dia 08.03, o laicismo foi novamente focado nas páginas do jornal, só que dessa vez por um colunista que, através do texto intitulado *Estado laico?*, criticou a tentativa da igreja Católica de interferir na legislação do aborto que, em sua visão, deveria ser tratada apenas como assunto de Estado.

6 Exigência de diploma para delegado das polícias civil e federal

Uma leitora contestou a necessidade de ser bacharel em direito para exercer a profissão de delegado das polícias civil e federal, o que levou quatro leitores a enviar carta discordando desse ponto de vista. A carta feminina e duas das masculinas foram publicadas:

- Carta 19. Enviada em 02.03 - Publicada em 03.03

Título: **DELEGADO – Restrição a bacharel de direito é condenada**, assinada por Ana Lúcia Moreira, Belo Horizonte.

A leitora diz que o problema da polícia brasileira é o bacharelismo que tem imperado inclusive nos concursos.

- Carta 20. Enviada em 03.03 - Publicada em 04.03

Título: **PRERROGATIVA – Delegado defende bacharéis em direito**, assinada por Geraldo Toledo, Belo Horizonte.

Essa carta fazia referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “A leitora Ana Lúcia Moreira estranha o fato de apenas bacharéis de direito poderem prestar concurso para delegado de polícia”.

- Carta 21. Enviada em 03.03 - Publicada em 05.03

Título: **CARREIRA – Formação jurídica dá base ao policial civil**, assinada por Weser Francisco Ferreira Neto, Belo Horizonte.

Essa carta fazia referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “Em nota de Ana Lúcia Moreira mostra total desconhecimento de causa acerca da carreira policial dos delegados de polícia. Descobrir crimes, prevenir delitos e produzir provas, depende de conhecimento especializado da lei e da ordem pública”.

7 Justiça

Dia 17 de fevereiro manchete de capa *Justiça vai apressar 50 milhões de ações* anunciava que tribunais de todo o país preparavam um mutirão para julgar os processos ajuizados até dezembro de 2005. Alguns dias depois, em 24 de fevereiro, um articulista de política também teceu comentários sobre o fato. Quatro cartas foram enviadas e publicadas, todas assinadas por leitores:

- Carta 22. Enviada em 17.02 - Publicada em 18.02

Título: **JUSTIÇA – Mutirão seria muito bem-vindo no país**, assinada por José Albano Santos, Itajubá MG.

Conteúdo: O autor diz ser auspiciosa a notícia sobre o mutirão.

- Carta 23. Enviada em 19.02 - Publicada em 23.02

Título: **JUDICIÁRIO – Maioria dos processos está na esfera estadual**, assinada por Juraci Seixas Pinto, Juiz de Fora MG.

Conteúdo: O autor diz que 80% dos processos do judiciário brasileiro se concentram na justiça estadual.

- Carta 24. Enviada em 22.02 - Publicada em 24.02

Título: **JUSTIÇA – Sugestões para um trabalho mais ágil**, assinada por Daniel Magalhães, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor sugere formas para diminuir a lentidão da Justiça brasileira.

- Carta 25. Enviada em 01.03 - Publicada em 02.03

Título: **JUDICIÁRIO – Foro privilegiado abarrotou pauta do STF**, assinada por Juarez Silva Nunes, Brasília.

Conteúdo: O autor explica como funciona o foro privilegiado no STF.

8 Furto de malas em aeroportos

Duas cartas, uma feminina e uma masculina, foram enviadas e publicadas.

- Carta 26. Enviada em 10.02 - Publicada em 14.02

Título: **AEROPORTO – Passageiro é roubado e não pode dar queixa**, assinada por Adriana Gonçalves, Belo Horizonte.

Conteúdo: A autora relata o caso de sua filha que teve problemas com a bagagem na volta de uma viagem.

- Carta 27. Enviada em 15.02 - Publicada em 16.02

Título: **AEROPORTOS – Furto de malas tem sido muito comum**, assinada por Hernani José de Castro, São Gonçalo do Rio Abaixo MG.

Conteúdo: Essa carta faz referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “Pela primeira vez, leio uma reclamação sobre roubos e danos em bagagens em aeroportos. A leitora Adriana Gonçalves [...] demonstrou seu repúdio por violação e furto de sua mala. Eu afirmo que isso é tão antigo quanto os atrasos dos aviões”.

Título da matéria publicada após o envio das cartas: 16.02 - Defenda-se da dor de cabeça com bagagem.

9 Aécio Neves

O então governador Aécio Neves teve o nome citado em oito cartas, duas femininas e seis masculinas. Duas masculinas foram publicadas:

- Carta 28. Enviada em 17.02 - Publicada em 19.02

Título: **POLÍTICA – Minas nunca perdeu o trem da história**, assinada por Fábio Moreira da Silva.

Conteúdo: “Em se tratando de política, Minas Gerais nunca perdeu o trem da história. É natural que o governador Aécio Neves postule o comando do Brasil. A seu favor estão os altos índices nas pesquisas de popularidade e contra está a indecisão do partido na visualização de um nome José Serra [...]. Minas está precisando voltar ao topo da política nacional”.

- Carta 29. Enviada em 19.02 - Publicada em 21.02

Título: **SUCESSÃO – Governador mineiro tem postura elogiada**, assinada por João Paulo Medrado.

Conteúdo: “O governador de Minas, Aécio Neves, pôs as cartas na mesa da forma mais transparente possível, ao convidar o colega de São Paulo, José Serra, para acompanhá-lo durante a campanha das prévias mirando as eleições presidenciais de 2010”.

Entre as cinco não publicadas, uma também fazia críticas a ele: “Por quanto que o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Minas Gerais vendeu a folha salarial dos funcionários públicos, mesmo!? heim? quanto? fala mais alto!”. Outras duas lhe faziam elogios explícitos: “Minas Gerais tem o melhor governador do Brasil. O Vale do Jequitinhonha especificamente precisa retribuir ao Aécio nas urnas todo o progresso que ele

tem proporcionado à região”; “Precisamos de um Governante idealista, obstinado, ousado, solidário [...] este Homem existe e está entre nós [...] O NOME DELE É AÉCIO NEVES DA CUNHA”. As outras duas cartas não traziam elogios nem críticas ao governador, Por exemplo: “Pedimos o governador Aécio Neves que interceda pelos usuários desta ponte que de certa forma liga Minas Gerais ao Espírito Santo”; “No mês de janeiro deste ano, o governador Aécio Neves concedeu um abono financeiro aos professores aposentados. No entanto, não tive o direito de recebê-lo por estar aguardando a publicação de minha aposentadoria.”.

10 Farra aérea

Título e data da matéria: 06.03 - Festa no céu e você é quem paga.

O termo farra aérea foi criado pelo jornal.

Duas cartas masculinas foram enviadas à coluna e publicadas:

- Carta 30. Enviada em 07.03 - Publicada em 08.03

Título: **DESRESPEITO – Farra com passagens de avião é afronta**, assinada por Hélio Martini da Costa, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor indaga: “até quando teremos que tolerar tamanha falta de respeito?”.

- Carta 31. Enviada em 07.03 - Publicada em 09.03

Título: **ABUSO – Farra aérea no Congresso deixa leitor indignado**, assinada por Bonifácio Junino, Viçosa MG.

Conteúdo: O autor parabeniza as reportagens do EM e se diz sem esperança de que a corrupção política tenha um fim.

11 Habitação

Títulos e datas das matérias: 04.02 - Lula promete 500 mil casas; 10.02 - Pacote de bondades na crise, e De olho em 2010 Lula vai liberar crédito a servidores de estados e municípios para compra da casa própria. Duas cartas de leitores foram enviadas e publicadas:

- Carta 32. Enviada em 13.02 - Publicada em 16.02

Título: **HABITAÇÃO – Mutuário da CEF pede ajuda a Lula**, assinada por Geraldo Henrique de Oliveira, Araçuaí MG.

Conteúdo: O autor solicita intervenção de Lula em favor dos mutuários da CEF.

- Carta 33. Enviada em 17.02 - Publicada em 18.02

Título: **HABITAÇÃO – Leitor considera resíduo um absurdo**, assinada por José M. Silva, Belo Horizonte.

Conteúdo: Essa carta fazia referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “Lendo o artigo de 16.02 do leitor Geraldo H. Oliveira, só temos a cumprimentá-lo por essa iniciativa”.

12 Rodovias estaduais e federais/Acidentes

Datas e títulos das matérias: 17.02 - PRF pede prudência, sobre viagens durante o carnaval; 20.02 - União por mais segurança; 21.02 - Feriadão entope as estradas; 24.02 - Volante doloso; 27.02 - 47 mortos nas estradas em MG no Carnaval; 27.02 - 1,3 mil multas por dia nas BRs; 01.03 - Chega de remendos; 01.03 - Estradas da morte; 06.03 - Rodovia vira motivo de briga; 07.03 - Mais pedágios na rodovia Fernão Dias.

Oito leitores e quatro leitoras escreveram ao jornal sobre as condições das rodovias, principalmente sobre os problemas que os afetam diretamente. Sete cartas masculinas e as três femininas foram publicadas.

- Carta 34. Enviada em 15.02 - Publicada em 17.02

Título: **DESCASO – Ponte precária põe vidas em perigo**, assinada por Maria Helena Calvão Caser, Aimorés MG.

Conteúdo: A leitora reclama da situação da ponte sobre o rio Manhuaçu, na cidade de Aimorés.

- Carta 35. Enviada em 21.02 - Publicada em 22.02

Título: **ACIDENTES – Prevenção é o melhor meio de combate**, José Carlos Nunes Barreto, Uberlândia MG.

Conteúdo: O leitor comenta que a falta de alternativas de transporte na região Norte do país leva as pessoas a se arriscarem em barcos e aviões superlotados.

- Carta 36. Enviada em 27.02 - Publicada em 02.03

Título: **PEDÁGIO – Tarifas diferenciadas nas BRs 040 e 381**, assinada por Marco Antônio Neves, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor questiona sobre o que é feito com o que se arrecada com pedágios.

- Carta 37. Enviada em 02.02 - Publicada em 04.03

Título: **BR- 040 – Trecho BH - Congonhas castigado pelos buracos**, assinada por Rodrigo Flausino, Carandaí MG.

Conteúdo: Além desse trecho da rodovia, o leitor cita vários outros

- Carta 38. Enviada em 03.03 - Publicada em 05.03

Título: **ACIDENTES – Leitor quer velocidade controlada nas estradas**, assinada por Daniel Marques, Virginópolis MG.

Conteúdo: O leitor sugere que a velocidade máxima nas estradas passe a ser de 70 Km/hora.

Carta 39. Enviada em 01.03 - Publicada em 05.03

Título: **BR-040 – Retorno distante prejudica motoristas**, assinada por Leila Naser de Mello, Belo Horizonte.

Conteúdo: A leitora pede à concessionária que administra a BR-040 que construa um retorno em determinado trecho.

- Carta 40. Enviada em 05.03 - Publicada em 06.03

Título: **DESCASO – Asfalto de quinto nível em rodovia sul-mineira**, assinada por Washington Rodrigues Teixeira, Campos Gerais MG.

Conteúdo: O leitor reclama da falta de fiscalização nas obras de recapeamento das estradas.

- Carta 41. Enviada em 05.03 - Publicada em 07.03

Título: **ACIDENTES – Mobilização da sociedade para reduzir a incidência**, assinada por Edison Oliveira, Belo Horizonte.

Conteúdo: Para o leitor, a principal causa de acidentes são os motoristas.

- Carta 42. Enviada em 07.03 - Publicada em 08.03

Título: **ACIDENTES – Precariedade das pistas é evidente em Minas**, assinada por Anivaldo Grenner Medrado Costa, Belo Horizonte.

Conteúdo: Para o leitor, a situação precária das estradas é a grande culpada da maioria dos acidentes.

- Carta 43. Enviada em 08.03 - Publicada em 10.03

Título: **DESCASO – Rodovia precária irrita motorista sul-mineira**, assinada por Ana Maria Resende, Lavras MG.

Conteúdo: A leitora relata problemas em rodovia e acusa os governantes de descaso.

13 Excomunhão

Duas reportagens trataram especificamente da ameaça de excomunhão feita por membros da igreja católica à mãe que autorizou e à equipe médica que realizou aborto em uma menina de nove anos grávida do padrasto. Títulos e datas: 07.03 - ABUSO SEXUAL – Arcebispo considera aborto pior que estupro; 08.03 - POLÊMICA – Arcebispo rebate críticas de Lula.

Quatorze cartas, dez masculinas e quatro femininas, trataram do subtema. Duas masculinas e uma feminina foram publicadas:

- Carta 44. Enviada em 06.03 - Publicada em 08.03

Título: **EXCOMUNHÃO – Paranaense questiona decisão de religioso**, assinada por José Pedro Nasser – Curitiba.

Conteúdo: O leitor faz críticas à igreja Católica.

- Carta 45. Enviada em 05.03 - Publicada em 09.03

Título: **EXCOMUNHÃO – Católico condena decisão de bispo**, assinada por Roberto Atílio Jávare, Belo Horizonte.

Conteúdo: O autor se disse surpreso com a ameaça de excomunhão dos envolvidos com o aborto, por parte da igreja Católica.

- Carta 46. Enviada em 10.03 - Publicada em 11.03

Título: **ESTUPRADOR – Católica critica bispo de Olinda**, assinada por Maria Laura Alvez Machado, Belo Horizonte.

Conteúdo: A leitora se diz triste com a declaração do bispo.

14 Acidente de trabalho

A mesma carta, enviada dia 27 de fevereiro, foi publicada duas vezes:

- Carta 47. Enviada em 26.02 - Publicada em 27.02

Título: **PREVIDÊNCIA – Grau de risco pode aumentar até 2010**, assinada por Adelmo do Valle Souza Leão, São Paulo.

- Carta 48. Publicada em 02.03

Título: **TRABALHO – Número de acidentes cresce em todo o país**, assinada por Adelmo do Valle Souza Leão, São Paulo.

Conteúdo: Nas duas cartas, o leitor se refere ao aumento do número de acidentes do trabalho.

15 Movimento dos Sem-Terra

Títulos e datas das matérias: 24.02 - Reforma para uma justiça ágil; 24.02 - CAMPO – Sem-terra invadem 20 fazendas em São Paulo; 26.02 - CONFLITO AGRÁRIO – Sem-terra desocupam fazendas; 27.02 - REFORMA AGRÁRIA – Invasores pagarão multa; 03.03 - SEM TERRA – Lula rejeita versão do MST; 03.03 - MST, movimento social? 04.03 - CONFLITO AGRÁRIO – Sem-terra deixa fazenda no Nordeste.

A coluna Cartas à Redação recebeu seis cartas masculinas e publicou uma.

- Carta 49. Enviada em 27.02 - Publicada em 01.03

Título: **MST – Leitor diz vê banditismo nas invasões de terra**, assinada por Jurandir Barbosa, Montes Claros MG.

Conteúdo: O leitor se refere aos sem-terra como assassinos, ladrões, covardes, oportunistas e usurpadores.

16 Tribunal de Contas do Estado

Títulos e datas das matérias: 08.03 - Um tribunal paradisíaco; 08.03 - CONSELHO DOS MARAJÁS – Um gritante desrespeito às leis; 08.03 - MP vai investigar salário de

marajás; 09.03 - MP quer devolução de benefícios do TCE; 09.03 - Um tribunal que não presta contas; 10.03 - Marajá tem até ilha da fantasia; 10.03 - CONSELHO DOS MARAJÁS – Braz omite da receita ilha particular; 10.03 - CONSELHO DOS MARAJÁS – CPI do Rio busca munição.

O subtema foi abordado por 11 leitores e quatro leitoras. Uma carta masculina foi publicada.

- Carta 50. Enviada em 08.03 - Publicada em 11.03

Título: **TCE - Leitor indignado com o revelado em matéria**, assinada por José Henrique Ribeiro, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor considera uma aberração a ser corrigida os problemas que envolvem a cúpula do TCE.

17 Amazônia

Dia 23.02, a seção Frases do dia publicou a conclusão à qual chegou uma pesquisa realizada pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia: MP458 pode estimular desmate na Amazônia. Na mesma seção, porém em 26.02, outra frase extraída de um estudo do Museu Paraense Emílio Goelai dizia sobre a Amazônia: Floresta devastada não recupera diversidade. Já no dia 06.03, foi publicada a matéria BANCO MUNDIAL – US\$ 1,3 bilhões para a Amazônia.

Duas cartas masculinas tratando da região foram recebidas e publicadas.

- Carta 51. Enviada em 18.02 - Publicada em 21.02

Título: **AMAZÔNIA – Copa pode dar mais visibilidade à região**, assinada por Pedro Gaetanni, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor pede que o governo não permita que a Amazônia deixe de ser sede de jogos da copa do Mundo.

- Carta 52. Enviada em 05.03 - Publicada em 06.03

Título: **AMAZÔNIA – Devastação da região segue a todo o vapor**, assinada por Fábio Moreira da Silva, Belo Horizonte.

Conteúdo: O autor faz um panorama geral do desmatamento na Amazônia.

18 Corregedor do castelo

No dia 04 de fevereiro estourou um escândalo envolvendo o deputado federal por Minas Gerais, Edmar Moreira, que foi manchete no **Estado de Minas** de 05 a 10 de fevereiro. Durante esse período, 22 textos trataram do assunto como, por exemplo, o editorial intitulado *Corregedor do castelo*. O deputado estava sendo acusado de omitir ser

proprietário de um castelo em sua declaração de bens além de responder a processos por sonegação previdenciária.

Foram enviadas seis cartas, uma feminina e cinco masculinas. Uma masculina foi publicada:

- Carta 53. Enviada em 11.02 - Publicada em 12.02

Título: **CALOTE – Indignação com dívida de deputado com a PBH**, assinada por Gilberto Araújo, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor faz uma comparação entre a forma como a lei é aplicada para julgar o cidadão comum e para julgar um político.

Os subtemas temas abaixo tiveram apenas uma carta enviada e publicada.

- Carta 54. Enviada em 12.02 – Publicada em 13.02.

Título: **MINISTÉRIO – Mudança de seção foi ruim para trabalhador.**

Autor: Representante do Sindicato dos Alfaiates e Costureiros de BH e Região.

Conteúdo: A carta reclama da redução no número de auditores do Ministério do Trabalho e emprego que fazem a intermediação dos conflitos entre trabalhadores e empregadores.

Observação: Não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 55. Enviada em 09.02 - Publicada em 13.02

Título: **MERENDA – Benefício precisa ser fiscalizado**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor afirma que em muitas escolas a merenda oferecida não segue os padrões necessários.

Observação: em 30.01, o editorial *Verba para a educação* falava, entre outras coisas, que a merenda seria distribuída aos alunos do ensino médio nas escolas públicas federais.

- Carta 56. Enviada em 13.02 - Publicada em 15.02

Título: **SUPREMO – Contestada prisão só após a última instância.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor se diz envergonhado com a decisão do STF de prender um acusado apenas após ele ser condenado.

Observação: em 13.02 o artigo *Aumenta a certeza da impunidade* tratou do subtema.

- Carta 57. Enviada em 17.02 - Publicada em 18.02

Título: **PMDB – Legenda gosta muito é de cargos relevantes.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor faz referência à outra carta de sua autoria publicada em março pela coluna e retoma a discussão do tema.

Observação: nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta, o PMDB apareceu em 48 textos, artigos ou matérias.

- Carta 58. Enviada em 16.02 - Publicada em 19.02

Título: **SÃO FRANCISCO – Água, a riqueza hidrológica de Minas.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor traça um retrato do Rio São Francisco.

Observação: Não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 59. Enviada em 18.02 - Publicada em 20.02

Título: **SUCCESSÃO – Leitor vê pequenez na postura de político.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor se refere às declarações do então presidente nacional do PSDB, Sérgio Guerra, em relação à Dilma Rousseff.

Observação: em 05.02 o artigo *O ninho tucano em pé de guerra* trata dos conflitos internos no PSDB, sem citar a candidata do PT. No dia 15.02, a seção Frases do dia trouxe a seguinte frase atribuída a Sérgio Guerra: País precisa de obras reais e não de pedras fundamentais. Ele queria dizer que o governo estava fazendo “espuma com dinheiro público numa campanha presidencial antecipada da ministra Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil”, explica o jornal.

- Carta 60. Enviada em 19.02 - Publicada em 22.02

Título: **OBRAS PÚBLICAS – Muitos políticos não investem no subsolo.**

Sexo: masculino

Conteúdo: Segundo o autor, isso ocorre porque não “dá voto”.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 61. Enviada em 20.02 - Publicada em 23.02

Título: **POLÍTICA – Carta de mineiro a senador do Pernambuco.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor escreve ao senador Jarbas Vasconcelos elogiando suas palavras publicadas na revista **Veja**, qualificando-o como ético e honesto.

Observação: Não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 62. Enviada em 22.02 - Publicada em 23.02

Título: **PREVIDÊNCIA – Queda de emprego ajuda no déficit.**

Sexo: feminino

Conteúdo: Citando diversas estatísticas, a autora comprova que o déficit da Previdência Social se deu devido ao fechamento de dois milhões de vagas com carteiras assinadas no país.

Observação: o jornal publicou em 10.02 o artigo *Previdência para todos*, no qual tratava do déficit do órgão, entre outros problemas.

- Carta 63. Enviada em 21.02 - Publicada em 23.02

Título: **DROGAS – Venda pela internet preocupa autoridades.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor vê a internet como uma das maiores ameaças no combate ao consumo de drogas.

Observação: o tráfico de drogas apareceu em 38 textos nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 64. Enviada em 21.02 - Publicada em 24.02

Título: **AIRBAG – Sul-mineiro elogia projeto de senador.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor se diz orgulhoso em saber que proposta que torna obrigatória a colocação de *air bag* nos veículos fabricados no Brasil é de um parlamentar mineiro.

Observação: em 19.02, o EM noticiou a obrigatoriedade da instalação de *air bag* nos veículos zero quilômetro, porém não citou o nome de Eduardo Azeredo, autor do projeto.

- Carta 65. Enviada em 23.02 - Publicada em 25.02

Título: **POLÍTICA – Decadência dos partidos decorre de seus eleitos.**

Sexo: feminino

Conteúdo: A leitora pede reforma das instituições políticas brasileiras.

Observação: Em 11.02 o jornal publicou matéria intitulada REFORMA POLÍTICA – Do Planalto para o Congresso.

- Carta 66. Enviada em 24.02 - Publicada em 27.02

Título: **EX-PARLAMENTARES – Congresso articula aprovar 13º salário.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor convoca os brasileiros “honestos” a se unirem contra o legislativo.

Observação: Não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 67. Enviada em 04.03 - Publicada em 06.03

Título: **GÁS NATURAL – Lei pode apressar exploração em Minas.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor explica lei que normatiza o processamento, transporte e estocagem do gás natural.

Observação: o gás natural foi alvo do texto PETROBRAS – Novo campo em produção, publicado em 27.02.

- Carta 68. Enviada em 05.03 - Publicada em 06.03

Título: **ABSURDO – Salário do executivo federal vai a R\$ 29,4 mil.**

Sexo: masculino.

Conteúdo: O leitor faz um levantamento dos vencimentos do executivo.

Observação: em 20.02 o EM publicou o texto LEGISLATIVO – verba extra em discussão; e dia 21.02 o texto LEGISLATIVO – Sem verba extra, mas com o bolso cheio.

- Carta 69. Enviada em 05.03 - Publicada em 07.03

Título: **INFRAESTRUTURA – Escolha de Collor desilude cidadão.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor protesta contra a indicação do ex-presidente para a presidência da Comissão de Infraestrutura do Senado.

Observação: sobre as eleições para as comissões do senado, o EM publicou em 04.03 a matéria SENADO – Comissões na reta final; e no dia 05.03, SENADO – Collor vence o PT de novo.

- Carta 70. Enviada em 05.03 - Publicada em 09.03

Título: **DISCRIMINAÇÃO – Ministério Público contra emissoras de TV.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor relata processos ajuizados pelo MP contra discriminação de religiões de origem afro-brasileiras por parte de emissoras de TV.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 71. Enviada em 07.03 - Publicada em 09.03

Título: **ÁGUA – STJ mantém proibição de reajuste de contas.**

Sexo: feminino

Conteúdo: A autora comenta a proibição e a reação da Copasa.

Observação: em 03.03, matéria intitulada Copasa suspende reajuste tratava do subtema.

- Carta 72. Enviada em 10.03 - Publicada em 11.03

Título: **PREVIDÊNCIA – Instituto dos militares desacata Constituição.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor afirma que carta da assessoria de imprensa do Instituto de Previdência dos Servidores Militares publicada pela coluna em 23.01: “a resposta do Instituto de Previdência dos servidores Militares à carta do senhor Elias Amorim [...]. faltava com a verdade”.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

2 Cidades

Dentro da temática Cidades, os subtemas mais discutidos pelas cartas enviadas foram:

1 Maltrato a animal

Dia 06.02 Uma fotografia, mostrando dois homens puxando, com suas motos, uma égua amarrada a uma corda numa rodovia próxima a Congonhas motivou seis leitoras a manifestar sua indignação. Três delas foram publicadas.

- Carta 73. Enviada em 06.02 - Publicada em 10.02

Título: **MALDADE – Leitoras pedem punição a quem maltrata animal**, assinada por Rosemary e Roberta Leroy, Belo Horizonte.

Conteúdo: As leitoras disseram sentir repulsa, asco e indignação ao observar a foto.

- Carta 74. Enviada em 10.02 - Publicada em 11.02

Título: **MOTOQUEIROS – Maus tratos a animal causam indignação**, assinada por Camila Bambirra de Assis, Contagem MG.

Conteúdo: A leitora diz que nessa situação o que conforta é saber que a justiça “divina não falha”.

- Carta 75. Enviada em 13.02 - Publicada em 16.02

Título: **ANIMAIS – Maus tratos devem ser denunciados**, assinada por Elma De Paoli.

Conteúdo: Essa carta faz referência à carta publicada anteriormente, sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “Concordo com a leitora Camila Bambirra cujo artigo foi publicado dia 11.02 quando a mesma disse ficar chocada com a foto”.

Interessante observar que as três cartas não publicadas também faziam referência às outras: “Gostaria de reforçar a indignação das leitoras Rosemary e Roberta em relação a crueldade imposta ao cavalo”: “Faço minhas as palavras das leitoras Rosemary e Roberta com referência a foto repugnante [...] onde dois motoqueiros tratam com crueldade [...] um pobre animal”; “Eu pessoalmente não vi a foto do cavalo que foi maltratado por 2 homens de moto [...] mas me senti no dever de me solidarizar com as várias pessoas que se manifestaram e protestaram”.

2 Carnaval

Quatro cartas, três masculinas e uma feminina, sobre esse subtema foram enviadas. Duas masculinas e uma feminina foram publicadas.

- Carta 76. Enviada em 16.02 - Publicada em 17.02

Título: **ABUSO – Moradora se queixa de exageros de bloco**, assinada por Maria Auxiliadora Lumpkin Souza, Belo Horizonte.

Conteúdo: A leitora reclama do bloco carnavalesco Santo Bando.

- Carta 77. Enviada em 22.02 - Publicada em 26.02

Título: **CARNAVAL – Mineiro quer músicas de melhor qualidade**, assinada por José Augusto, Conselheiro Lafaiete MG.

Conteúdo: O leitor pede aos músicos do Clube da Esquina que auxiliem na melhora da qualidade musical do Carnaval.

- Carta 78. Enviada em 27.02 - Publicada em 01.03

Título: **CARNAVAL – Capital tem bom lugar para o sambódromo**, assinada por Waldemar Gomes de Faria Junior, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor sugere o bairro Horto como local para se construir a passarela do samba de BH.

3 Trânsito e Rodoviária

Dia 19 de fevereiro, na quinta-feira que antecedeu o final de semana do Carnaval²⁰⁵, a matéria *Correria para a folia* mostrava grande movimento na rodoviária de Belo Horizonte e previa filas e trânsito tumultuado para os dias posteriores. No sábado, 21 de fevereiro, o jornal destacava esquema especial montado pela BHTrans para desafogar o trânsito ao redor da rodoviária.

Sete cartas de leitores foram enviadas e seis publicadas.

- Carta 79. Enviada em 22.02 - Publicada em 24.02

Título: **DESRESPEITO – Empresa de ônibus não honra horário de bilhete**, assinada por Rogério Diniz, Belo Horizonte.

Conteúdo: O autor reclama do caos na rodoviária, que levou o ônibus a descumprir o horário de saída.

- Carta 80. Enviada em 26.02 - Publicada em 27.02

Título: **TRÂNSITO – Painel informativo confunde motorista**, assinada por Vinícius Moura, Lagoa Santa MG.

Conteúdo: O leitor reclama da falta de clareza em painéis informativos da BHTrans.

- Carta 81 Enviada em 24.02 - Publicada em 27.02

²⁰⁵ Em 2009, as festividades do Carnaval se realizaram entre 2, sábado e 24 de fevereiro, terça-feira.

Título: **TRÂNSITO – Nova rodoviária é uma questão de bom senso**, assinada por Marcos Cruz, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor acusa a falta de vontade política como a culpada pelos transtornos relacionados à rodoviária.

- Carta 82. Enviada em 23.02 - Publicada em 28.02

Título: **TRÂNSITO – Rua apertada piora em dias de cultos**, assinada por Fernando Souza, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor cita o hábito do brasileiro de querer levar vantagem em tudo.

- Carta 83. Enviada em 01.03 - Publicada em 02.03

Título: **RODOVIÁRIA – Novo terminal tem absoluta prioridade**, assinada por Wagner Abreu Coelho, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor sugere que uma nova rodoviária seja erguida nos arredores de Belo Horizonte.

- Carta 84. Enviada em 27.02 - Publicada em 03.03

Título: **RODOVIÁRIA – Usuários não merecem sofrimento tão grande**, assinada por Roberto Luiz da Silva Mendes, Belo Horizonte.

Conteúdo: Essa carta faz referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “Concordo plenamente com o leitor Wagner Abreu Coelho. Há mais de 10 anos, às vésperas de feriados [...] ninguém entra nem sai do terminal”.

4 Transporte urbano

Em 09.02, a matéria ÔNIBUS – Domingo de insatisfação tratou do corte de 15 linhas, que seria realizado aos domingos e feriados, e do esquema alternativo oferecido aos seus usuários pela BHTrans. Esse subtema foi novamente discutido em 14.02 com o título PACIÊNCIA – Mais baldeação de ônibus. Em 16.02, o EM publicou a matéria Bom para o bolso, o coração e a cidade, sobre a substituição do carro pela bicicleta.

Uma carta masculina foi enviada e publicada:

- Carta 85. Enviada em 16.02 - Publicada em 18.02

Título: **TRANSPORTE – Preconceito contra bicicleta é patente.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor elogia a matéria publicada e descreve as vantagens de adotar a bicicleta como meio de transporte.

- Carta 86. Enviada em 18.02 - Publicada em 19.02

Título: **TRANSPORTE – Sistema de baldeação é prova de retrocesso**, assinada por José Antônio dos Reis, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor parabeniza o jornal e sugere que a prefeitura copie sistemas de ônibus bem sucedidos em outros países.

- Carta 87. Enviada em 19.02 - Publicada em 20.02

Título: **TRANSPORTE – Boas lembranças do sistema bairro a bairro**, assinado por Roberto Luiz da Silva Mendes. Belo Horizonte.

Conteúdo: Essa carta faz referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “Concordo plenamente com a opinião do leitor José Antônio dos Reis (19/02)”.

5 Fornecimento de energia elétrica

Títulos e datas das matérias: 08.02 - Dez mil ficam sem energia (sobre uma árvore que caíra sobre a rede elétrica, em Belo Horizonte); 12.02 - Eletrocutados (sobre um acidente com a rede elétrica). Uma reportagem específica sobre fornecimento de energia elétrica, que diz respeito à temática Economia, foi publicada em 13.02 - ENERGIA – Horário de verão poupa R\$4 bilhões.

Oito cartas masculinas enviadas trataram de problemas pontuais que afetavam seus autores diretamente, por isso optou-se por situar esse subtema na temática Cidades. Seis entre essas cartas e duas de assessoria de imprensa foram publicadas.

- Carta 88. Enviada em 09.02 - Publicada em 10.02

Título: **IRAPÉ – Contestada resposta da Cemig a carta de leitor**, assinada por Olimpio Cangaçu de Carvalho, Divinópolis MG.

Conteúdo: O autor destaca o tom “escorregadio” da resposta dada pela assessoria de imprensa da Cemig à sua reclamação.

- Carta 89. Enviada em 15.02 - Publicada em 18.02

Título: **ENERGIA – Rede precária causa sucessivos apagões**, assinada por Daniel Marques, Virginópolis MG.

Conteúdo: O leitor faz um diagnóstico do problema energético de sua região.

- Carta 90. Enviada em 18.02 - Publicada em 20.02

Título: **DESCASO – Lâmpadas queimadas deixam rua no escuro**, assinada por Plínio Veiga, Lagoa Santa MG.

Conteúdo: O leitor diz já ter enviado várias reclamações à Cemig sem obter resposta.

- Carta 91. Enviada em 18.02 - Publicada em 20.02

Título: **NEGLIGÊNCIA – Avenida está sem luz há quase dois meses**, assinada por Luis Carlos César, Sabará MG.

Conteúdo: O leitor diz já ter enviado várias reclamações à Cemig sem obter resposta.

- Carta 92. Enviada em 20.02 - Publicada em 21.02

Título: **ENERGIA – Considerações sobre o protesto fiscal**, assinada por Daniel Magalhães, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor trata de dois temas. O primeiro, a cobrança da taxa de energia por meio da Serasa e o segundo, a crise nas universidades públicas.

- Carta 93. Enviada em 22.02 - Publicada em 23.02

Título: **ILUMINAÇÃO – Lâmpadas queimadas foram substituídas**, assinada pela assessoria de imprensa da CEMIG.

Conteúdo: Nessa carta a Cemig responde às acusações do leitor: “Em resposta à reclamação do leitor Luis Carlos César, referente à falta de iluminação.”

- Carta 94. Enviada em 26.02 - Publicada em 28.02

Título: **ILUMINAÇÃO – Avenida ainda tem um quarteirão no escuro**, Luis Carlos César, Sabará MG.

Conteúdo: Nessa carta o leitor faz referência à carta publicada anteriormente de sua autoria: “Há dez dias, tive uma carta publicada nesta seção na qual reclamo da escuridão nas imediações da minha casa [...] A providência da Cemig foi imediata: metade das luzes foram trocadas, porém faltou um quarteirão.”

- Carta 95. Enviada em 03.03 - Publicada em 05.03

Título: **ILUMINAÇÃO – Lâmpadas são trocadas em avenida em Sabará**, assinada pela assessoria de imprensa da CEMIG.

Conteúdo: Nessa carta a Cemig responde novamente às acusações de um mesmo leitor: “Em resposta a carta reincidente do leitor Luis Carlos César.”

6 Patrimônio histórico

Duas cartas masculinas foram enviadas e publicadas:

- Carta 96. Enviada em 03.03 - Publicada em 04.03

Título: **PATRIMÔNIO – Incêndio destrói matriz de Dores de Guanhães**, assinado por José Virgílio Gonçalves, Ferros MG.

Conteúdo: O leitor descreve algumas das obras perdidas no incêndio.

- Carta 97. Enviada em 05.03 - Publicada em 07.03

Título: **NEGLIGÊNCIA – Patrimônio histórico alvo de dilapidação**, assinado por Felipe Bicalho, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor propõe debates entre os órgãos públicos e a população para promover a preservação do patrimônio de Belo Horizonte.

7 Educação

Títulos e datas das matérias: 09.02 - Escolas sem professores; 10.02 - Acrobacias do ensino.

Optou-se por posicionar o subtema Educação na temática Cidades pelo fato de as cartas abordarem principalmente questões locais.

Onze leitores, dez leitoras escreveram à coluna. Dessas, seis cartas foram publicadas: quatro masculinas, três femininas. Uma sétima carta assinada por assessoria de imprensa também foi publicada.

- Carta 98. Enviada em 09.02 - Publicada em 10.02

Título: **EDUCAÇÃO – Professor aplaude tema de editorial**, assinada por Euler Conrado Silva Júnior.

Conteúdo: O leitor diz que o jornal enfocou realidade constatada há muito tempo: a crescente falta de interesse dos estudantes em se tornarem professores.

- Carta 99. Enviada em 09.02 - Publicada em 11.02

Título: **EDUCAÇÃO – Ex-secretária comenta artigo e novas medidas**, assinada por Maria do Pilar Silva.

Conteúdo: A autora faz elogios ao editorial publicado no jornal: “Interessante observar que o título traz uma antiga função da autora da carta, sem que ela a tenha citado na íntegra de sua carta. A autora foi secretária municipal de educação, no governo de Fernando Pimentel”.

- Carta 100. Enviada em 11.02 - Publicada em 14.02

Título: **BARBACENA – Criticado o critério de escolha de professores**, assinada por João Evilázio Gomes, Barbacena MG.

Conteúdo: Para o autor, “na escala de importância das carreiras, o magistério deveria ser a primeira”.

- Carta 101. Enviada em 18.02 - Publicada em 21.02

Título: **PROFESSOR – Gratificação atrasada e abaixo da esperada**, assinada por Giovanni Mytha Krauss, Lambari MG.

Conteúdo: O leitor descreve problemas que os professores enfrentam em relação ao cálculo de seus vencimentos.

- Carta 102. Enviada em 19.02 - Publicada em 22.02

Título: **FUNDAÇÕES – Considerações sobre seu funcionamento**, assinada por Antônio Brandão Pereira, Varginha MG.

Conteúdo: O autor comenta matéria sobre diplomas de professores sob suspeita.

- Carta 103. Enviada em 22.02 - Publicada em 23.02

Título: **EDUCAÇÃO – Leitor corrobora o que ONG constatou**, assinada por Marilene Freitas, Belo Horizonte.

Conteúdo: A leitora (chamada leitor no título) cita declaração do representante da ONG Todos Pela educação, para quem o baixo desempenho dos alunos da rede pública em português e matemática é decorrente da desvalorização do professor.

- Carta 104. Enviada em 27.02 - Publicada em 01.03
 Título: **EDUCAÇÃO – Resultados de avaliações são bem divulgados**, assinada pela assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Educação.
 Conteúdo: Resposta a uma carta: “em relação a carta da leitora Marilene Freitas”.
 - Carta 105. Enviada em 07.03 - Publicada em 10.03
 Título: **EDUCAÇÃO – Professora comenta proposta de senador**, assinada por Modesta Trindade Theodoro, Belo Horizonte.
 Conteúdo: A leitora critica proposta de senador que obriga filhos de senadores e deputados a estudar em escolas públicas.
- Os subtemas temas abaixo tiveram apenas uma carta enviada e publicada:
- Carta 106. Enviada em 10.02 - Publicada em 12.02
 Título: **DENGUE – Leitor aplaude operação de combate no interior**
 Sexo: masculino
 Conteúdo: O leitor convoca a população a se unir para combater os focos do mosquito.
 - Carta 107. Enviada em 13.02 - Publicada em 14.02
 Título: **NEGLIGÊNCIA – Prefeitura explica caso de edifício no Grajaú**, de autoria da assessoria de imprensa da PBH.
 Conteúdo: A carta é uma resposta à acusação feita por um leitor publicada em 29.01. “Em resposta à carta Negligência – Edifício no Grajaú corre risco de cair”.
 - Carta 108. Enviada em 13.02 - Publicada em 15.02
 Título: **CÂMPUS – Estudante aponta falhas no prédio da faculdade**, assinada por Paulo Márcio, Belo Horizonte.
 Conteúdo: O leitor diz que os alunos exigem um lugar digno para estudar.
 - Carta 109. Enviada em 03.03 - Publicada em 04.03.
 Título: **SEGURANÇA – Prédio de faculdade tem alvará aprovado**, de autoria da assessoria de imprensa da Prefeitura de Belo Horizonte.
 Conteúdo: Trata-se de uma resposta à acusação feita pela carta 105: “Em resposta à carta Estudante aponta falhas no prédio da faculdade Pitágoras, a Regional Oeste da PBH”.
 - Carta 110. Enviada em 23.02 - Publicada em 25.02
 Título: **DESCASO – Árvores podem morrer em canteiro de avenida**, assinada por Luciano S. Morais, Belo Horizonte.
 Conteúdo: O leitor cita carta publicada na coluna, passados dois meses, que tratava do descaso em relação a árvores que continuavam sem receber os cuidados necessários por parte da prefeitura. “Há dois meses li nesta seção carta de um leitor que denunciava”.

- Carta 111. Enviada em 24.03 - Publicada em 28.02

Título: **BARULHO – Leitora reclama de ONG na vizinhança**, assinada por Célia Marta Baeta, Belo Horizonte.

Conteúdo: A leitora reclama que a Prefeitura de BH permite o funcionamento de instituições que não seguem as leis.

- Carta 112. Enviada em 04.03 - Publicada em 06.03

Título: **SUJEIRA – Donos de cães precisam ser chamados às falas**, assinada por Alúcio Fantini Valério, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor pede às autoridades sanitárias que façam campanhas de sensibilização dos donos de cães quanto à necessidade de manter as ruas limpas.

- Carta 113. Enviada em 06.03 - Publicada em 08.03

Título: **DESCASO – Cemitério em estado lastimável na capital**, assinada por Dayse Abreu, Belo Horizonte.

Conteúdo: A leitora descreve a situação precária do cemitério da Saudade, que pertence à PBH.

- Carta 114. Enviada em 09.03 - Publicada em 11.03

Título: **ELEVADORES – PBH faz vitorias só depois de acidentes**, assinada por Adir de Paula Lima, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor cita dois acidentes ocorridos em prédios de BH e a falta de fiscalização da prefeitura.

- Carta 115. Enviada em 09.03 - Publicada em 10.03

Título: **MEIO AMBIENTE – Prefeitura corta e poda árvores na mata mineira**, assinada por Silvio Lopes, Muriaé MG.

Conteúdo: O leitor denuncia a prefeitura de sua cidade por desmatamento ilegal.

- Carta 116. Enviada em 08.02 - Publicada em 12.02

Título: **IPSEMG – Usuária reclama de mau atendimento**.

Sexo: feminino

Conteúdo: A leitora reclama das condições precárias de atendimento nos hospitais da rede.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 117. Enviada em 10.02 - Publicada em 14.02

Título: **ELOGIO – Idosa satisfeita com atendimento em BH**.

Sexo: feminino

Conteúdo: A leitora usa o espaço para afirmar que as pessoas mais velhas podem contar com o Conselho Estadual do Idoso.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 118. Enviada em 13.02 - Publicada em 14.02

Título: **CRMMG – Junta médica dá parecer sem exame do paciente.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O autor relata fato ocorrido com ele e pede um esclarecimento ao CRM.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 119. Enviada em 20.02 - Publicada em 21.02

Título: **JUNTA MÉDICA – Entidade esclarece sobre reclamação de leitor.**

Autor: assessoria de imprensa do CRMMG.

Conteúdo: Trata-se de resposta à carta 117, de Eduardo Furtado, que cita o Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 120. Enviada em 15.02 - Publicada em 16.02

Título: **VEREADORES – Mineiro critica projeto que cria mais cadeiras.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor elogia o senador Álvaro Dias por apresentar proposta de diminuição do número de vereadores.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 121. Enviada em 18.02 - Publicada em 19.02

Título: **VIOLÊNCIA – Leitor quer soluções imediatas e concretas.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor trata do assassinato de torcedor após partida de futebol.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 122. Enviada em 25.03 - Publicada em 26.02

Título: **RECICLAGEM – Entusiasta no passado demonstra desencanto.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O autor relata uma experiência frustrada de coleta seletiva de lixo.

Observação: o jornal publicou em 25.02 o artigo *Crise na lata* sobre a coleta seletiva de lixo e sua reciclagem.

- Carta 123. Enviada em 27.02 - Publicada em 01.03

Título: **NEGLIGÊNCIA – Erro de ortografia em placa de supermercado.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O erro se trata da palavra bem-vindo ter sido escrita sem hífen.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 124. Enviada em 01.03 - Publicada em 03.03

Título: **DESCASO – Agência do BB fica à mercê de vândalos.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor pergunta se o Banco o Brasil não pode pagar um vigia para seus caixas eletrônicos.

Observação: Não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

Observou-se que, no dia 04 de março, o jornal publicou uma errata referente à carta publicada no dia anterior: “A carta ‘Descaso/Agência do BB fica à mercê de vândalos’ omitiu o nome da agência da denúncia. Ela fica no bairro Mangabeiras, na Região Sul de Belo Horizonte”.

3 Internacional

Dentro da temática Internacional, os subtemas mais discutidos pelas cartas enviadas foram:

1 Holocausto

Foram publicados entre 10 e 28 de fevereiro quatro textos referentes ao afastamento do bispo Richard Williamson do cargo que ocupava como diretor da Fraternidade Sacerdotal de São Pio X, em Buenos Aires. Títulos das matérias: ARGENTINA – Bispo polêmico é demitido; VATICANO – Papa condena Holocausto e anuncia visita a Israel; VATICANO – Bispo polêmico pede desculpas; BISPO WILLIAMSON – Santa Sé insatisfeita. A medida foi tomada por membros da igreja Católica que acharam inadequada a declaração na qual o bispo negou o Holocausto.

Cinco cartas masculinas foram enviadas e quatro publicadas:

- Carta 125. Enviada em 25.02 - Publicada em 26.02

Título: **HOLOCAUSTO – Leitor vê negação do que é inegável**, assinada por Júlio Ferreira, Recife.

Conteúdo: O leitor contesta as observações do bispo.

- Carta 126. Enviada em 26.02 - Publicada em 01.03

Título: **HOLOCAUSTO – Incômoda verdade expressa em livro**, assinada por José Miguel de Souza Monteiro, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor critica os grupos judaico-sionistas e sugere a leitura de um livro.

- Carta 127. Enviada em 02.03 - Publicada em 04.03

Título: **ANTISSEMITISMO – Críticas a leitor que recomendou livro**, assinada por Celso Faerman, Belo Horizonte.

Conteúdo: Essa carta faz referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “O leitor José Miguel Monteiro recomenda leitura do livro de Norman Finkelstein”.

- Carta 128. Enviada em 01.03 - Publicada em 04.03

Título: **HOLOCAUSTO – Passado não pode ser agora enterrado**, assinada por Jauber Luciano Simão, Belo Horizonte.

Conteúdo: Essa carta também faz referência à carta publicada anteriormente e a outra assinada pelo mesmo autor. As referências foram mantidas pela edição: “Em carta à redação, o leitor Jose Miguel de Souza Monteiro se mostrou indignado com o suposto Holocausto judeu [...]. Ontem, o mesmo leitor vem com uma enorme mentira: Alexander Graham Bell, o inventor do telefone era judeu ítalo-americano. Ele nasceu em Edimburgo e não era judeu”.

O autor da primeira carta, que causou a polêmica, ainda enviou uma tréplica à coluna, em 04.03, porém ela não foi publicada: “Celso Faerman, de fato Alexander Graham Bell era de origem escocesa e não judaica como afirmei. [...] quanto ao restante de minha carta, acho que o senhor não leu com atenção”.

2 Caso Battisti

Dia 10.02 foi anunciado que o governo brasileiro indeferiu uma liminar pedindo a extradição de Cesare Battisti, italiano refugiado no Brasil condenado à prisão perpétua pela Justiça de Milão, em 1988.

Títulos e datas das matérias: 12.02 - STF deixa Battisti para mês que vem; 20.02 - CASO BATTISTI: pedido de perdão feito aos italianos; 18.02 - CASO BATTISTI: deputados italianos negociam no Brasil; 19.02 - Caso Battisti; 27.02 - CRISE DIPLOMÁTICA – parlamento italiano cobra extradição; 06.03 - CASO BATTISTI – Tarso Genro convocado; 08.03 - Extradição na mão do senado.

Cinco leitores enviaram cartas e três foram publicadas:

- Carta 129. Enviada em 10.02 - Publicada em 11.02

Título: **BATTISTI – Leitor afirma que há lobby da esquerda**, assinada por Hélder Cordeiro, Forlaleza.

Conteúdo: O leitor acusa o governo de dar refúgio a qualquer pessoa que se diga comunista ou de esquerda.

- Carta 130. Enviada em 10.02 - Publicada em 11.02

Título: **PASSARINHO – Criticada a defesa da extradição de italiano**, assinada por José Horta da Silva Barros, Bom Jesus do Galo MG.

Conteúdo: O autor alega que é bom viver num estado democrático de direito, onde cada um pode se expressar como quiser.

- Carta 131. Enviada em 11.02 - Publicada em 17.02

Título: **CASO BATTISTI – Muita hipocrisia de certos senhores**, assinada por Oranício Menezes, Rio de Janeiro.

Conteúdo: Essa carta faz referência à carta publicada anteriormente sendo que o seguinte trecho, presente na íntegra da carta, foi mantido pela edição da coluna: “José Horta da Silva Barros apenas corroborou o que o senador escreveu. A esquerda brasileira, descarada e positivamente, cultua e cultiva inverdades”.

Os subtemas abaixo tiveram uma carta enviada e publicada:

- Carta 132. Enviada em 13.02 - Publicada em 14.02

Título: **EUTANÁSIA – Leitora discorda do pai da moça italiana**.

Sexo: feminino

Conteúdo: A leitora fazia um protesto contra um processo de eutanásia autorizada pela justiça italiana usando como exemplo seu avô que vive em estado vegetativo.

Observação: quatro matérias sobre o tema foram publicadas: 02.02 - PAPA – Eutanásia é solução falsa; 07.07 - ITÁLIA - Eutanásia causa conflito entre premiê e presidente; 10.02 - ITÁLIA – Eluana morre e comove país; 11.02 - ITÁLIA – Berlusconi acusa rivais; 11.02 - Eluana e a eutanásia.

- Carta 133. Enviada em 24.02 - Publicada em 26.02

Título: **CANHOTOS – Lista de famosos ganha importante reforço**.

Sexo: masculino

Conteúdo: O autor se refere a Barack Obama e lista outras 89 personalidades canhotas.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 134. Enviada em 25.02 - Publicada em 28.02

Título: **RECIPROCIDADE – Acolhida a brasileiros deteriora**.

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor cita exemplos de imigrantes que foram bem recebidos no Brasil e que o mesmo não tem acontecido com o brasileiro que opta por viver fora do país.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 135. Enviada em 27.02 - Publicada em 02.03

Título: **FOME – Ganância dos poderosos está por trás de tudo.**

Sexo: masculino

Conteúdo: Para o leitor a fome mundial persiste devido à corrupção.

Observação: em 27.02 o jornal publicou matéria intitulada TURBULÊNCIA GLOBAL – Tudo para os bancos, nada para quem tem fome.

- Carta 136. Enviada em 02.03 - Publicada em 03.03

Título: **INJUSTIÇA – Inventor do telefone é um ítalo-americano.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O autor afirma que o invento do telefone é Antônio Meucci, engenheiro norte-americano nascido na Itália.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

4 Economia

Dentro da temática Economia, os subtemas mais discutidos pelas cartas enviadas foram:

1 Consumidor

Dois leitores e duas leitoras enviaram cartas, as duas masculinas foram publicadas:

- Carta 137. Enviada em 18.02 - Publicada em 21.02

Título: **IMBRÓGLIO – Compra pela internet resulta em fiasco**, assinada por Jurandir Ramos da Silva, Augusto de Lima MG.

Conteúdo: Leitor relata caso pessoal.

- Carta 138. Enviada em 26.02 - Publicada em 27.02

Título: **IMBRÓGLIO – Notebook estraga e garantia não tem valor**, assinada por Breno Augusto Passini Medeiros, Belo Horizonte.

Conteúdo: O autor narra o apelo feito ao Juizado de Consumo após compra mal sucedida.

2 Bancos

Títulos e datas das matérias: 10.03 - O governo e os bancos; 10.02 - Juros e spread; 14.02 - Consumidor é explorado; 14.02 - É spread, estúpido!; 19.02 - Vivendo nas nuvens; 20.02 - Em defesa do cliente; 25.02 - Valorização do cheque.

Dez cartas foram enviadas, sendo uma feminina, oito masculinas e uma cujo nome – Juracy – e texto não possibilitaram a identificação do sexo. Esta última e sete masculinas foram publicadas:

- Carta 139. Enviada em 10.02 - Publicada em 12.02
Título: **AGIOTAGEM – Governo deveria proibir juro bancário**, assinada por Marcos Tito, Belo Horizonte.
Conteúdo: O leitor faz uma comparação entre os sistemas financeiros do Brasil e de outros países.
- Carta 140. Enviada em 15.02 - Publicada em 16.02
Título: **JUROS – Spread alto provoca mais inadimplência**, assinada por Geraldo Sifert Júnior, Rio de Janeiro.
Conteúdo: O Leitor critica declarações de diretor de banco.
- Carta 141. Enviada em 21.02 - Publicada em 22.02
Título: **PRÉ-DATADOS – Preço alto por trás da prática popular**, assinado por Fábio Moreira da Silva, Belo Horizonte.
Conteúdo: O leitor faz uma reflexão sobre os problemas causados pelo pré-datado, tanto para o consumidor quanto para o comerciante.
- Carta 142. Enviada em 24.02 - Publicada em 27.02
Título: **CHEQUE – Bancos selecionam mal os próprios clientes**, assinada por Juracy Rolla Mendes, Betim MG.
Conteúdo: A carta diz que os cheques equivalem às antigas notas promissórias.
- Carta 143. Enviada em 05.03 - Publicada em 06.03
Título: **CONSUMISMO – Farra de cartões pode virar um caos**, assinada por João Luiz Gonzaga, Belo Horizonte.
Conteúdo: O autor relata caso de uma consumidora compulsiva cheia de dívidas.
- Carta 144. Enviada em 06.03 - Publicada em 08.03
Títulos: **EXPURGOS – Bancos abusam do poder de que desfrutam**, assinada por Osmar Alvez de Oliveira Júnior, Ouro Preto MG.
Conteúdo: O leitor acusa os bancos de cinismo quando reclamam prejuízos.
- Carta 145. Enviada em 05.03 - Publicada em 09.03
Título: **EXPURGOS – Ação de bancos no STF desrespeita direitos**, assinada por Carlos Alberto Meira, São Paulo.
Conteúdo: O autor critica a ação que a Confederação nacional do Sistema financeiro ajuizou no STF para evitar que bancos paguem as perdas que as poupanças sofreram com alguns planos econômicos.
- Carta 146. Enviada em 09.03 - Publicada em 10.03
Título: **TRANSPARÊNCIA – Bancos ignoram resolução do BC**, assinada por Hudson Oliveira Bleme, Belo Horizonte.

Conteúdo: O leitor sugere aos leitores que adotem a prática de verificar a cobrança de tarifas por parte dos bancos.

3 Fundo de Participação dos Municípios

Títulos e datas das matérias: 11.02 - Promessa de mais recursos; 11.02 - MUNICÍPIOS – Investimento para ter voto; 03.03 - Municípios pagam caro; 03.03 - prefeituras cortam até cafezinho; e 04.03 - Crise assombra grandes cidades.

Duas cartas masculinas foram enviadas, ambas publicadas:

Cartas publicadas:

- Carta 147. Enviada em 17.02 - Publicada em 19.02

Título: **MUNICÍPIOS – Situação de penúria suscita indagações**, assinada por Romair Pereira da Silva, Engenheiro Navarro MG.

Conteúdo: O leitor questiona porque tantos prefeitos suspeitos de corrupção continuam a ocupar as prefeituras.

- Carta 148. Enviada em 19.02 - Publicada em 20.02

Título: **MUNICÍPIOS – Penúria financeira atormenta prefeitos**, assinada por Paulo Dayrell de Oliveira, Curvelo MG.

Conteúdo: Para o leitor a crise global tem atingido duramente as prefeituras.

Os subtemas temas abaixo tiveram uma carta publicada:

- Carta 149. Enviada em 07.02 - Publicada em 10.02

Título: **GELADEIRAS – Programa pode ser pago com reservas**.

Sexo: masculino

Conteúdo: O autor sugere usar recursos dos encargos setoriais para custear o programa bolsa-geladeira.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 150. Enviada em 15.02 - Publicada em 16.02

Título: **AUMENTO – Indignação com reajuste menor que o salário mínimo**.

Sexo: masculino

Conteúdo: O autor diz que “promessa de político e risco n’água tem a mesma duração”.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 151. Enviada em 09.03 - Publicada em 10.03

Título: **CRISE – Otimismo faz bem para solução dos problemas**.

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor parabeniza as reportagens do jornal que dão um “pontapé” no pessimismo.

Observação: não foram encontradas matérias ou artigos que tratassem desse subtema nos 15 dias que antecederam o envio dessa carta.

- Carta 152. Enviada em 09.03 - Publicada em 11.03

Título: **RENDA – Garra do Leão só pega mesmo o trabalhador.**

Sexo: masculino

Conteúdo: O leitor diz fazer sua declaração sem “maracutaia” enquanto os homens públicos “faltam com a ética”.

Observação: Em 05.03 o jornal publicou matéria intitulada IMPOSTO DE RENDA – Receita vai devolver férias de cinco anos e, em 07.03 a nota EM DIA COM O LEÃO – Malha fina.

5 Homenagens

Cartas publicadas:

- Carta 153. Enviada em 09.02 - Publicada em 13.02

Título: **ESCRITOR – Mestre se recupera e leitora comemora.**

Sexo: feminino

Conteúdo: A leitora tece elogios ao escritor Bartolomeu Campos de Queiroz, que se recuperava de uma enfermidade.

- Carta 154. Enviada em 22.02 - Publicada em 24.02

Título: **HOMENAGEM – Filha fala dos 91 anos do pai assinante do EM.**

Sexo: feminino

Conteúdo: Leitora elogia o pai.

6 Outras temáticas receberam cartas, mas nenhuma delas foi publicada.

Sobre Esportes, o jornal recebeu duas cartas masculinas.

Exemplo de carta: “Lendo o EM desta data, 12/09, seção Esportes, deparei-me com reportagem sobre o Independência”.

Sobre Polícia, o jornal recebeu uma feminina: “O estudante Bruno César Ferreira, de 21 anos, será submetido nesta quarta-feira a exame de corpo de delito. Ele foi chicoteado e entrou em coma alcoólico após trote violento feito pelos veteranos do curso de veterinária”.

E sobre Ciência o jornal recebeu uma masculina: “No meu ponto de vista, a teoria da evolução de Darwin, que hoje faria 200 anos, peca basicamente”.

APÊNDICE C - Informações complementares referentes às cartas editadas e publicadas pelo *Le Monde*

1 Política/Nacional

Dentro da temática Política/Nacional, os subtemas mais discutidos pelas cartas enviadas foram:

1 Os 40 anos do Maio de 68:

O jornal *Le Monde* enfocou os 40 anos das revoltas estudantis e de trabalhadores ocorridas na França em maio de 68 em vários momentos. Títulos e datas das matérias: 03.06 - A verdadeira lição a tirar de maio de 68; 06.06 - Maio de 68, além de seu lugar de direito. Entre os dias 08 e 30 de junho, cinco leitores enviaram cartas sobre esse subtema. A carta publicada foi enviada no mês anterior à pesquisa; nela seu autor corrige a versão oficial de um fato ocorrido em Lyon em 25 de maio de 1968.

Cinco leitores enviaram cartas; a publicada, masculina, foi enviada no mês anterior à pesquisa:

- Carta 1. Enviada em abril - Publicada em 02.06

Título: **Morte em 68**, assinada por Jean Kergrist.

Conteúdo: Seu autor corrige a versão oficial de um fato ocorrido em Lyon em 25 de maio de 1968.

2 Casamento anulado:

A corte de Lille decidiu, em maio, pela anulação de um casamento, a pedido do noivo, sobre o fundamento de que a noiva tinha mentido sobre sua virgindade. O caso teve enorme repercussão na mídia, sendo que a maioria dos textos e depoimentos criticava a ingerência do estado em foro considerado íntimo. Títulos de alguns textos publicados no *Le Monde*: Para os *blogs*, os juristas são mais prudentes que os políticos; A juíza e a jovem muçulmana; Casamento anulado: Madame Dati pede ao ministério público para apelar da anulação; Mensagem ruim num momento ruim; O caso do casamento anulado coloca Rachida Dati em dificuldade; Os paradoxos do julgamento de Lille; Os tribunais sob pressão do religioso; Os esposos de Lille convocados; Protesto de deputados europeus contra a anulação do casamento pelo tribunal de Lille; A cólera calculada de Rachida Dati; Virgindade: “qualidade essencial”?; Casamento anulado: a juíza do tribunal de Lille recebeu cartas ameaçadoras; Casamento anulado: a justiça suspende a certidão de anulação civil do casamento; Meu hímen, sua honra; É preciso fazer um seguro de anulação de casamento?; Debate após a anulação de um casamento muçulmano; Mentira piedosa. Esse foi também o teor das cartas enviadas ao *Le Monde*.

A coluna recebeu 34 cartas sobre o subtema, sendo 26 assinadas por homens e oito por mulheres. Duas cartas, uma assinada por um leitor e outra por uma leitora, foram publicadas.

Cartas publicadas:

- Carta 2. Enviada em 01.06 - Publicada em 02.06
Título: **Indignação e vergonha**, assinada por Hélène Goutal-Vallère, Paris.
Conteúdo: A autora critica a decisão do tribunal de anular o casamento.
- Carta 3. Enviada em 03.06 - Publicada em 16.06
Título: **O suplício do pelourinho**, assinada por Denis Monod-Broca, Paris.
Conteúdo: O autor critica a decisão do tribunal de anular o casamento.

3 Educação

Títulos e datas das matérias: 01.06 - Ensino médio; 02.06 - Philippe Meirieu: "Um desastre educacional"; 02.06 - Nicolas Sarkozy reafirmou "prioridade" para a educação e promete uma "nova fórmula" para o bac a partir de 2012; 02.06 - Nicolas Sarkozy quer mudar o recrutamento de professores a partir de 2010; 03.06 - Alta Reforma da Escola: dezesseis "pontos de convergência"; 03.06 - Uma afronta às grandes escolas; 03.06 - Formação de professores: "É preciso praticar e praticar!"; 04.06 - A Universidade filha do rei; 04.06 - Bacharelado: a preparação para o teste; 04.06 - Reforma no ensino médio: dezesseis pontos apresentados aos professores; 05.06 - Para Darcos, os alunos devem estudar até junho; 08.06 - Escolas ocupadas contra a "reformas Darcos"; 10.06 - Aprendendo a ensinar no trabalho ou na escola: o debate é relançado; 11.06 - A "guarda de crianças", considerada pelo Conselho de Ministros; 13.06 - Um mínimo de serviço na escola: "A fonte de estresse suprimida"; 13.06 - Bac: a venda de notas; 14.06 - Entender antes de julgar; 16.06 - Bac: Passaporte para a Europa; 16.06 - "O bac deve ser semelhante ao ano letivo"; 25.06 - O professor que deu tapa em aluno é detido em correccional; 26.06 - Oitocentos euros é a sentença para o professor que bateu seu aluno; 27.06 - O Senado aprovou o acolhimento dos estudantes nas escolas públicas durante as greves; 27.06 - O professor que deu um tapa em estudante: um homem de "impulsivo" e enfraquecido.

O jornal recebeu 20 cartas masculinas e três femininas. Uma feminina foi publicada:

- Carta 4. Enviada em abril - Publicada em 02.06
Título: **A luta dos professores**, assinada por Louise Lamothe, Toulouse.
Conteúdo: A autora critica a forma "caricatural e desprezível" como a mídia trata a luta dos professores pela qualidade da educação e cita quatro reivindicações da categoria.

4 Vincennes:

Um incêndio ocorrido no centro de retenção de Vincennes no domingo, dia 22 de junho, foi noticiado nos dias posteriores. Várias reportagens e artigos enfocaram os problemas dos Centros de Retenção Administrativa (ARC), para onde são destinados os estrangeiros não autorizados a permanecer no país, em processo de extradição.

Datas e títulos das principais matérias: 22.06 - Um incêndio destruiu o centro de retenção em Vincennes; 22.06 - Morre um tunisiano no centro de retenção em Vincennes; 23.06 - O centro de retenção em Vincennes: "280 pessoas não dá para administrar"; 23.06 - "Os espíritos foram aquecidos" no centro de detenção em Vincennes; 23.06 - O centro de retenção em Vincennes em chamas; 23.06 - Vinte e dois centros de retenção na França; 24.06 - O fogo em Vincennes reabre o debate sobre a retenção; 24.06 - Um relatório apresentado em junho ao governo alertou sobre o drama no centro de retenção em Vincennes; 24.06 - Incêndio em Vincennes: as razões para a cólera; 24.06 - Retenção: o drama; 24.06 - Imigração: controvérsia após um incêndio em Vincennes; 25.06 - Manifestação em frente ao centro de retenção em Vincennes; 25.06 - Em toda a Europa, as condições dos centros de retenção são criticadas.

Duas cartas masculinas foram enviadas. Porém, o **Le Monde** publicou uma terceira carta, assinada pela comissária principal da polícia:

- Carta 5. Enviada em 24.06 - Publicada em 30.06

Título: **O incêndio do centro de retenção de Vincennes**, assinada por Marie Lajus, comissária principal de polícia, Paris.

Conteúdo: A comissária critica a forma como a mídia e o **Le Monde** trataram o caso. Repudia a comparação feita pelo **Le Monde** entre os centros de retenção franceses e o cenário "desumano e burocrático" descrito no filme *Brazil*.

5 Saúde

O jornal noticiou o lançamento de um programa que visava valorizar os tratamentos de alívio.

Títulos e datas das matérias: 14.06 - O governo lança um plano para disseminar a "cultura" dos cuidados paliativos; 26.06 - Doenças de longa duração: o governo está tentando resolver a controvérsia.

Onze cartas, nove masculinas e duas femininas, foram enviadas. Uma feminina foi publicada.

- Carta 6. Enviada em 26.06 - Publicada em 30.06

Título: **A favor ou contra os cuidados paliativos?**, assinada por Juliette Daude, Isire.

Conteúdo: A autora argumenta que o governo tem sido contraditório, pois a diminuição do reembolso dos medicamentos de alívio para doenças de longa duração é contrária à pretensa promoção de cuidados paliativos e do acompanhamento dos doentes.

6 História da França:

Em 07.06, o **Le Monde** lançou o primeiro de 16 volumes, publicados semanalmente, da série *A história da França em quadrinhos*. Os dois mil anos de história contados em formato lúdico motivaram três leitores e uma leitora a enviar cartas criticando seu conteúdo. A carta da leitora foi publicada:

- Carta 7. Enviada em 19.06 - Publicada em 26.06

Título: **A história da França além do Le Monde**, assinada por Suzanne Citron, historiadora, Paris.

Conteúdo: A autora critica o conteúdo dos quadrinhos qualificando-os como “manual da III República, uma velha história adotada pelas escolas há mais de um século, quando o que importava era ensinar que todos os franceses deveriam ser semelhantes aos que viviam nas metrópoles e nas colônias do império”.

Interessante observar que a carta traz a ocupação de sua autora, dado que não consta da íntegra da carta. Suzanne Citron é escritora e historiadora francesa de renome, Foi militante de movimentos pedagógicos dos anos 1960-70, que lutaram pela renovação dos conteúdos do ensino secundário. Foi articulista colaboradora do próprio **Le Monde** e do **Libération**.

Essa carta recebeu elogios de dois dos leitores que escreveram à coluna, mas não tiveram suas cartas publicadas: enviada em 26.06: “Parabéns. Obrigado por publicar o comentário maravilhoso de Suzanne Citron”; enviada em 30.06: “Se existem muitas cartas como esta, como a de madame Citron, realmente muito boa, não valeria a pena publicar uma crônica da mediadora?”

2 Economia

Dentro da temática Economia, os subtemas mais discutidos pelas cartas enviadas foram:

1 Combustíveis

Títulos e datas das principais matérias: 03.06 - Preço do combustível: os agricultores se mobilizam; 03.06 - A utilização do diesel é mais rentável; 05.06 - Na verdade, a gasolina é mais barata que 30 anos atrás; 11.06 - A crise do combustível reativa debate sobre a

tributação das empresas; 11.06 - Combustível: quem deve pagar a conta?; 17.06 - Caminhoneiros mobilizados contra a alta nos preços dos combustíveis; 25.05 - Enfim, a gasolina não é cara; 25.06 - Carro, pra quê?; 30.06 - Cólera dos caminhoneiros: Início do bloqueio nas estradas da França.

Seis cartas, cinco masculinas e uma feminina, foram enviadas. Uma masculina foi publicada:

- Carta 8. Enviada em 20.06 - Publicada em 30.06

Título: **O combustível é caro para todo mundo**, assinada por Gilles Patrux, Val-d'Uise.

Conteúdo: O autor chama a atenção para o fato de que todo mundo, desde o transportador, passando pelos supermercados chegando aos clientes, sofre com o aumento nos preços dos combustíveis.

2 Impostos

Datas e títulos das principais matérias: 06.06 - 73 bilhões: o abismo dos benefícios fiscais; 06.06 - Opacidade fiscal; 08.06 - Auxílio fiscal e financeiro; 10.06 - Paris vai aumentar os impostos locais em 2009 e 2010; 13.06 - Estas ilhas estão fora da EU; 14.06 - M. Méhaignerie: é preciso "equilibrar o pacote fiscal".

Sete cartas masculinas foram enviadas, entre 08 e 30.06, sendo que uma foi publicada:

- Carta 9. Enviada em 18.06 - Publicada em 21.06

Título: **Igualdade fiscal**, assinada por Pierre Gascou, Versailles.

Conteúdo: Seu autor faz uma série de contas com as quais critica o fato de o governo sempre afirmar que o pacote fiscal não é feito para os ricos.

Essa carta foi citada por outro leitor que não teve sua carta publicada: "Enviada em 23.06: Surpreendente a publicação da carta do senhor Pierre Gascou sobre o imposto sobre o patrimônio líquido (21/06/08). Pelo que entendi, quanto mais você paga impostos, maior a vantagem?"

3 Emprego

Datas e títulos das principais matérias: 10.06 - A duração da semana de trabalho na Europa mantém-se em 48 horas... salvo exceções; 10.06 - 500 mil ofertas de empregos por preencher?; 10.06 - O candidato a emprego entre o contrato e a restrição; 11.06 - O projeto de lei sobre "oferta de emprego", apresentada ao Gabinete; 15.06 - Creches promovem o emprego e a tranquilidade das mães; 18.06 - Todos ao trabalho; 19.06 - Um "pacto" para

empregar portadores de deficiência 19.06 - Altadis confirmou a extinção de mais de mil empregos na França; 25.06 - Volvo vai eliminar 2 mil vagas de emprego em todo o mundo; 26.06 - O governo apresenta um plano de trabalho aos idosos; 28. 06 - Novas vagas no serviço público devem ser lançadas em primeiro de janeiro; 28.06 - Emprego para os idosos: o governo coloca pressão; 29.06 - Siemens pode demitir mais de 17 mil funcionários; 30.06 - Jean-Louis Moynet: "A situação atual tende a piorar em termos de emprego".

Quatro cartas masculinas e três femininas foram enviadas. A única carta desse subtema publicada era masculina e foi enviada em maio, fora do período da pesquisa:

Carta 10. Enviada em maio - publicada em 02.06

Título: “**Bad Jobs**”, assinada por Michel Bardet, Orléans.

Conteúdo: Essa carta faz uma crítica ao jornal, que usara, em matéria intitulada Objetivo: obrigar os desempregados a aceitarem *bad Jobs*, a expressão em inglês, traduzida literalmente como trabalhos ruins, ao invés da expressão em francês, *boulots merdiques*, traduzida literalmente por empregos de baixa qualidade.

Internacional

Dentro da temática Internacional, os subtemas mais discutidos pelas cartas enviadas foram:

1 Hiroshima

Dia 10 de maio, o **Le Monde** dedicou meia página, com chamada na capa, à divulgação de duas fotografias, que mostravam amontoados de corpos de vítimas da bomba de Hiroshima em texto intitulado Hiroshima: o que o mundo jamais viu. Elas teriam sido supostamente retiradas, juntamente com mais oito fotos, logo após a explosão, em 6 de agosto de 1945. Dois dias depois, uma errata, intitulada Muito suspeitas as fotos de Hiroshima, foi publicada explicando que, na verdade, as fotografias eram do devastador terremoto de 1923, ocorrido ao redor de Tóquio. No dia 15.05, um texto intitulado Fotos de Hiroshima: pela explicação de Hoover, ocorrera um engano, por parte da Fundação Hoover, pertencente à Universidade de Stanford, Califórnia, que as identificou e as repassou ao **Le Monde**²⁰⁶. Esse subtema foi discutido ainda pela *mediatrice* em sua crônica do dia 18.05, intitulada A armadilha das fotos. Uma carta masculina, enviada em maio, foi publicada. Em 10.06, outra carta masculina foi enviada. Ela fazia uma reflexão sobre a bomba lançada

²⁰⁶ O jornal confessou que não procurou investigar a autenticidade das fotos porque confiara na seriedade da Fundação Hoover e da Universidade de Stanford. Uma polêmica maior foi criada também porque o jornal dizia que a imprensa americana havia mantido as fotos escondidas até aquele momento.

sobre Hiroshima, sem citar o erro cometido pelo jornal no mês anterior. Porém a carta publicada fora enviada antes do início da pesquisa:

- Carta 11. Enviada em maio - Publicada em 02.06

Título: **Fotos de Hiroshima**, assinada por Jean-Claude Penneec.

Conteúdo: O autor comenta que pouco importava onde e quando tinham sido tiradas aquelas fotos, pois elas eram como um murro na cara de qualquer um. É o retrato de uma carnificina, um drama de grande amplitude.

2 Fome no mundo e Zimbabwe

Dia 3 de junho, Roma foi palco da Conferência Internacional da FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, evento amplamente noticiado pelo **Le Monde**. Entre os pontos tratados pelos articulistas e jornalistas chamou a atenção o fato de ter sido considerada uma provocação a presença do presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, em uma reunião convocada para encontrar soluções para a crise que levou dezenas de milhões de pessoas à fome ou à desnutrição. O subtema Conferência da FAO recebeu uma carta masculina, publicada, e uma feminina, não publicada.

Títulos e datas de algumas matérias e artigos sobre a conferência da *Food Agriculture Organization*: 02.06 - Diante dos preços dos alimentos, a FAO pede aos países ricos que aumentem a ajuda; 03.06 - Cúpula global para tentar conter a crise alimentar; 03.06 - Em Roma, Mugabe se recusa a aceitar um enviado da ONU; 04.06 - A provocação de Mugabe; 04.06 - Uma cúpula contra a fome; 04.06 - O que é FAO?; 04.06 - Como produzir mais agro-combustíveis e mais rápido; 05.06 - Cúpula da FAO culpa bio-combustíveis pela fome; 06.06 - Crise alimentar: encontro da FAO em Roma é um "fracasso total"; 07.06 - Os países membros da FAO não estão de acordo sobre a forma de tratar a produção alimentar mundial; 08.06 - As imagens de miséria desafiam os chefes de Estado.

Títulos de algumas matérias sobre Mugabe: 17.06 - O presidente Mugabe está preparado para passar o bastão para um fiel; 19.06 - Robert Mugabe deve ser reeleito no domingo; 20.06 - A comunidade internacional levanta sua voz contra o regime de Mugabe; 21.06 - O banco britânico Barclays é acusado de financiar o regime de Mugabe; 23.06 - Líder da oposição do Zimbabwe refugia-se na embaixada da Holanda; 24.06 - Líder da oposição do Zimbabwe saúda a declaração dada ONU; 24.06 - Líder da oposição do Zimbabwe desiste de enfrentar Robert Mugabe; 25.06 - O presidente do Zimbabwe resiste à pressão da ONU; 26.06 - Zimbabwe: país de bilhares de famintos; 27.06 - É preciso votar "Mugabe", senão...; 28.06 - Zimbabwe ameaçado; 28.06 - Eleição organizada pelo regime de Mugabe isola o Zimbabwe.

Cartas publicadas:

- Carta 12. Enviada em 04.06 - Publicada em 16.06

Título: **Compromisso**, assinada por Robert de Wilde, Paris.

Conteúdo: Seu autor faz críticas à ineficiência dos dirigentes mundiais.

- Carta 13. Enviada em 22.06 - Publicada em 30.06

Título: **Ditadura no Zimbabwe, democracia na Europa**, assinada por Alain Caution, Paris.

Conteúdo: Seu autor chama a atenção para o fato de a mídia usar exemplos de tirania e ditadura para colocar a democracia europeia como o sistema político ideal para toda e qualquer cultura.

4 União Europeia

Foram enviadas 26 cartas²⁰⁷, sendo 23 masculinas e três femininas. Duas cartas masculinas foram publicadas:

- Carta 14. Enviada em 11.06 - Publicada em 21.06

Título: **A Europa e a Comissão**, assinada por Gérard Coursoux, Verel Pragondran.

Conteúdo: Seu autor afirma que a UE e suas instituições não têm "governo", mas um "sistema de governança" que não leva em conta o "material humano" do qual a verdadeira Europa é composta.

- Carta 15. Enviada em 18.06 - Publicada em 30.06

Título: **A palavra aos europeus**, assinada por Alain Eck, Châtilon (Rhône).

Conteúdo: O autor faz uma sugestão que ele mesma chama de "absurda": convidar todos os europeus a votar um projeto de uma constituição única. E pergunta: "é pedir muito?"

5 Irlanda

Títulos e datas das matérias: 03.06 - Irlanda rejeita a Europa intrusa e ameaçadora do Tratado de Lisboa; 08.06 - Europa: se a Irlanda diz "não"...; 11.06 - Irlanda-Europa: problemas conjugais; 13.06 - A UE precisa encontrar uma solução coletiva para o "não" irlandês ao Tratado de Lisboa; 13.06 - O Presidente da Comissão Europeia apela para a ratificação; 14.06 - O referendo irlandês reabriu o debate sobre a política europeia; 15.06 - Uma oportunidade para a Europa?; 15.06 - A implementação do Tratado de Lisboa é bloqueado; 15.06 - Os irlandeses complicam a presidência da EU; 16.06 - Sarkozy exclui qualquer ampliação da UE sem o Tratado de Lisboa; 18.06 - Os líderes da UE estão lutando

²⁰⁷ Nesse número não estão incluídas as cartas sobre o referendo irlandês, pois esse tema foi contabilizado à parte.

para evitar a morte prematura do Tratado de Lisboa; 20.06 - A Europa após o não irlandês; 21.06 - Tratado de Lisboa: uma crise antes das eleições previstas para 2009; 22.06 - Os europeus deixam nas mãos de Sarkozy o ônus de enfrentar as consequências do não irlandês; 22.06 - Jovens irlandeses votaram não de forma esmagadora.

O referendo realizado na Irlanda, no início de junho, no qual o povo decidiu pela não adesão ao Tratado de Lisboa²⁰⁸, foi amplamente noticiado e discutido nas páginas do **Le Monde**. Vinte e nove cartas foram enviadas, 27 masculinas e duas femininas, sendo que cinco masculinas foram publicadas num único dia, 23.06, tornando a coluna *Au courrier des lecteurs*, daquela edição, monotemática:

- Carta 16. Enviada em 22.06 - Publicada em 23.06

Título: **Afastamento**, assinada por Robert Timon, Yonne.

Conteúdo: O autor parabeniza os irlandeses que votaram contra o Tratado de Lisboa.

- Carta 17. Enviada em 18.06 - Publicada em 23.06

Título: **Referendo irlandês**, assinada por Marcel Ramin, Paris.

Conteúdo: O autor diz que o referendo foi uma manifestação da “ditadura da minoria” e não da democracia. Sugere que deveria ter sido feito em referendo em toda a Europa, numa mesma data, de forma que todos os países membros da União Europeia adotassem seu resultado.

- Carta 18. Enviada em 13.06 - Publicada em 23.06

Título: **As elites?**, assinada por Guy Fendeleur, Belfort.

Conteúdo: O autor critica o fato de o jornal ter utilizado, em texto publicado dia 16.06, a expressão “haveria o povo e as elites” ao tratar do referendo. Ele propõe uma nova divisão: de um lado os favorecidos pela mundialização, liderada pela Europa liberal, e do outro os largados e excluídos.

- Carta 19. Enviada em 21.06 - Publicada em 23.06

Título: **Soberania popular**, assinada por Christian de Maussion, Paris.

Conteúdo: O autor comenta que o referendo irlandês expressa a soberania popular, o direito de um povo escolher livremente seu destino.

- Carta 20. Enviada em 17.06 - Publicada em 23.06

Título: **Quando Lênin ...**, assinada por Roger Rossi, Longjumeau.

²⁰⁸ O **Tratado de Lisboa** entrou em vigor em 01.12.2009 e alterou muitos aspectos normativos da **política europeia** introduzidos pelos dois tratados fundamentais da **União Europeia**: o Tratado de Maastricht (ou Tratado da **União Europeia**) e o Tratado de Roma (ou Tratado da Comunidade Econômica Europeia). Disponível em: <www.tratadodelisboa.com>. Acesso em: 20 abr. 2011.

Conteúdo: O leitor faz uma comparação entre os protestos feitos pelos dirigentes europeus contra o não irlandês ao referendo e Lenin, que, insatisfeito com a nova Assembleia Constituinte eleita em novembro de 1917, acabou dissolvendo-a.

5 Vladimir Poutine

Vladimir Poutine visitou Paris no início de junho.

Datas e títulos de algumas matérias: 30.05 - Recebido em Paris como um chefe de Estado, Vladimir Putin promove uma "parceria estratégica"; 31.05 - A entrevista completa com Vladimir Putin; 31.05 - Vladimir Putin visita Paris, como novo primeiro-ministro; 01.06 - Putin: Irã não quer armas nucleares; 02.06 - Vladimir Putin: "Expandir a OTAN será construir de novo o muro de Berlim"; 04.06 - Depois de Vladimir Putin, Vladimir Putin; 20.06 - Procurador russo encerra investigação sobre o assassinato de Anna Politkovskaya.

Apenas uma carta masculina tratava especificamente desse subtema:

Carta 21. Enviada em 05.06 - Publicada em 21.06

Título: **Não se esqueça de Anna e dos outros...**, assinada por Jean-Baptiste Reddé, Paris.

Conteúdo: O autor faz uma crítica ao fato de o jornal, em matéria publicada dia 02.06, ter exaltado Poutine e não ter citado nada sobre os "horrores políticos" que acontecem na Rússia, como o assassinato da jornalista Anna Politkovskaïa, morta a tiros em sua casa em 2006. Interessante observar que, na edição do dia anterior à publicação dessa carta, o jornal noticiou que quatro suspeitos do crime estavam detidos e que um procurador russo decidiu encerrar a investigação.

6 Irã

Títulos e datas de algumas matérias: 01.06 - Putin: Irã não quer armas nucleares; 13.06 - Questão nuclear: aumenta a pressão do ocidente sobre o Irã; 14.06 - Manouchehr Mottaki: o Irã como "Paris não se arrisca o suficiente"; 16.06 - Irã: Bruxelas nega qualquer nova sanção contra Teerã; 16.06 - No Irã nós podemos ser punidos por nossa imaginação; 20.06 - Ehud Barak: "O Irã é um desafio para o mundo"; 24.06 - A UE aperta as sanções contra o Irã; 29.06 - Revelações sobre as operações secretas americanas no Irã.

O Irã foi tema de nove cartas masculinas e uma feminina. Entre elas, uma carta assinada por um leitor foi a única publicada:

- Carta 22. Enviada em 09.06 - Publicada em 28.06

Título: **Se conformar com uma bomba iraniana?**, assinada por Jacques Guillemain, Versailles.

Conteúdo: O autor faz uma reflexão sobre as possíveis consequências da explosão de uma suposta bomba nuclear iraniana e questiona sobre o que pode ser feito para evitar que isso aconteça.

Interessante observar que um leitor enviou carta discordando de alguns de seus pontos: "como leitor antigo de seu jornal, me permito fazer uma pequena reflexão sobre o que escreveu um de seus leitores (Guillemain Jacques de Versailles) na edição de 28 de junho".

4 Opinião

Dentro da temática Opinião, os subtemas mais discutidos pelas cartas enviadas foram:

1 A língua francesa

No dia 22 de junho, uma crônica da mediadora tratou da incursão de palavras da língua inglesa na língua francesa.

A defesa da língua, tarefa recorrente do mediador francês, é mal compreendida no exterior: nossos irmãos zombam desse "hábito" que, aos seus olhos, exala o nacionalismo leviano suposto em nosso país. Nada disso, entretanto, é visto na correspondência abundante que nos enviam os leitores (MAURUS, 2008d).

No decorrer de sua argumentação, Veronique Maurus cita trechos de sete cartas masculinas e duas femininas que a coluna havia recebido criticando o fato de o francês Sebastien Tellier, em 24 de maio, ter cantado em inglês ao representar o país no festival de música *Eurovision*. Três cartas foram publicadas. Uma fazia um elogio à crônica; a carta criticava a má utilização do francês por personalidades, incluindo o presidente Sarkozy; e a terceira propunha que, uma vez por semana, o jornal se comprometesse a não publicar nenhuma palavra em inglês ou outra língua estrangeira, exceto os termos que não tenham corresponde em francês.

Após a publicação da crônica, a coluna recebeu mais 58 cartas, sendo 54 masculinas e quatro femininas, a maioria criticando a invasão da língua inglesa, ou o *franglês*, como denominou Maurus. Duas masculinas e uma terceira, na qual não foi possível identificar o sexo, foram publicadas. Observamos que uma delas traz a ocupação do autor. Todas foram publicadas num único dia:

- Carta enviada em 22.06 - Publicada em 30.06

Título: **Jargão**, assinada por Hubert Védrine, ex-ministro, Paris.

Conteúdo: O autor faz um elogio à crônica e acredita que ainda há muitos franceses que evitam o franglês. Interessante observar que, entre a assinatura e o local, Veronique Maurus acrescentou a antiga ocupação do leitor, que não consta da carta na íntegra. Hubert Védrine foi ministro das relações exteriores do governo de Jacques Chirac, de maio de 1997 a maio de 2002.

- Carta enviada em 23.06 - Publicada em 30.06

Título: **Vai-se enfim falar francês?**, assinada por M. Cathala, Toulouse.

Conteúdo: O texto critica a má utilização do francês por personalidades, incluindo o presidente Sarkozy.

- Carta enviada em 22.06 - Publicada em 30.06

Título: **Um dia sem erro**, assinada por Daniel See, Paris.

Conteúdo: O autor propõe que, uma vez por semana, o jornal se comprometa a não publicar nenhuma palavra em inglês ou outra língua estrangeira, exceto os termos que não tenham correspondente em francês.

2 Conselho de imprensa

O projeto de instalação de um novo conselho de imprensa europeu recebeu seis cartas, sendo cinco masculinas e uma feminina. Esse tema foi tratado pela mediadora em sua crônica datada de 30.05, intitulada *Autocritique*, Além da publicação da carta de uma leitora, Veronique Maurus optou por colocar também quatro cartas, assinadas por representantes de instituições ligadas ao mercado midiático e aos direitos humanos que foram, inclusive, citadas em sua crônica. As cartas foram publicadas todas num mesmo dia. A coluna veio com outra rubrica: *Réactions e Courrier*.

- Carta enviada em 01.06 - Publicada em 09.06

Título: **Por um conselho de imprensa**, assinado por Yves Agnès, presidente da *APCPresse*. Association de préfiguration d'un conseil de presse.

Conteúdo: O autor critica o ponto de vista da mediadora, que é contrária às regras do novo conselho.

- Carta enviada em 01.06 - Publicada em 09.06

Título: **Fundação para o progresso do homem**, assinada por Pierre Calame, diretor geral da Fundação Charles-Léopold-Mayer pelo progresso do homem.

Conteúdo: O autor se defende das acusações feitas por Maurus contra o apoio da fundação para a elaboração da nova carta.

- Carta enviada em 02.06 - Publicada em 09.06

Título: **Dois deontologias**, assinada por Dominique Pradalié, secretária geral do Sindicato nacional dos jornalistas.

Conteúdo: A autora é solidária às preocupações de Maurus e afirma que há duas deontologias: a dos jornalistas e a dos dirigentes das empresas jornalísticas.

- Carta enviada em 03.06 - Publicada em 09.06

Título: **Bases do jornalismo**, assinada por Olivier Da Lage, jornalista, antigo presidente da *Commission de la carte*. Na França, para se exercer a profissão de jornalista é preciso seguir determinadas regras e retirar a carteira que o identifica como tal junto à *Commission de la carte*.

Conteúdo: O autor também é solidário às preocupações de Maurus, principalmente no que se refere a destacar um representante do governo para integrar um grupo que objetive controlar a qualidade da informação.

- Carta enviada em 02.06 - Publicada em 09.06

Título: **Carta de qualidade**, assinada por Viviane Chex, Clermont-Ferrand.

Conteúdo: A autora destaca os perigos decorrentes da possibilidade de o governo controlar a imprensa.

3 Outras temáticas receberam cartas, mas nenhuma delas foi publicada.

Sobre Esportes, o jornal recebeu 65 cartas no total, sendo 54 masculinas e 11 femininas. Exemplo de carta: “O agente e irmão de Ronaldinho, Roberto Assis, foi visto em Paris na companhia de Charles Villeneuve. Ele estaria negociando com o Paris Saint Germain. O montante da transferência e o salário ainda não estão claros, de acordo com nossas fontes que pertencem ao clube. Peço que vocês façam bom uso dessa informação exclusiva”.

Sobre Cidades, o jornal recebeu sete cartas, sendo cinco masculinas e duas femininas. Exemplo de subtema: greve de lixeiros em Paris; problemas na prefeitura de Paris.

Sobre Cultura, o jornal recebeu 56 cartas no total, sendo 45 masculinas e 11 femininas. Exemplos de subtemas: trabalhos das cantoras Oum Kalsoum e Diana Krall; os 89 anos do Mickey Mouse; o sucesso do Museu do quai Branly.

Sobre Ciência e Tecnologia, o jornal recebeu 46 cartas no total, sendo 45 masculinas e uma feminina. Exemplos de subtemas: Pesquisas para o tratamento para fibromialgia; debates sobre genoma.

APÊNDICE D - Íntegra das cartas sobre Belo Horizonte que foram editadas e publicadas no Estado de Minas

Os trechos sublinhados foram removidos pela edição e os em negrito foram acrescentados. Os títulos em negrito foram dados pelos editores e os sublinhados eram os originais. As aspas foram colocadas pelos editores.

1. Enviada em 15.02 - Publicada em 17.02

ABUSO – Moradora se queixa de exageros de bloco, Maria Auxiliadora Lumpkin Souza, Belo Horizonte.

Estimados Jornalistas Cartas à Redação

Pelo amor de Deus, publiquem esta carta pois não aguentamos mais este inferno que se diz carnaval no bairro santo Antônio. O Santo Bando “o Bairro Santo Antônio, Região Sul de Belo Horizonte, abriga o ‘bloco carnavalesco’ Santo Bando, que todos os anos sai às ruas uma semana antes do carnaval. Mas o grupo deveria se chamar bando de vagabundos. Seus integrantes proporcionam aos moradores, domingo, Cenas explícitas de sexo e selvageria, num total desrespeito aos cidadãos e cidadãs moradores da região que pagam seus impostos. Banheiros públicos são os muros de nossas casas, nossos portões, nossos jardins e árvores foram os muros, portões e jardins de nossas casas e árvores das calçadas. Uma vergonha verdadeira. Homens mostravam as partes baixas para as mulheres que passavam nas ruas laterais. Meu Deus, o que é isto? Agora, cenas de sexo ameaçam os moradores das ruas anexas, sem que ninguém faça nada. O bairro Santo Antônio, nós todos moradores e moradoras, não podemos mais permitir isto. Pedimos pelo amor de Deus à Polícia e a Prefeitura que proíbam esta aberração nos bairros a partir do ano que vem. decentes Nosso bairro não merece essa afronta. À polícia e à prefeitura pedimos que proíbam essa aberração a partir de 2010. Isto deverá acontecer em locais abertos, e não em ruas de bairros onde moram pessoas. Que o grupo brinque e promova o que desejar em locais em que pode ser vigiado – em espaços como a Praça da Estação, no Centro da cidade – e não nas ruas do nosso tradicional Santo Antônio. Deus lhes pague pela publicação.

2. Enviada em 24.02 - Publicada em 27.02

Nova rodoviária

TRÂNSITO – Nova rodoviária é uma questão de bom senso, Marcos Cruz, Belo Horizonte.

“A Constituição Federal assegura o cidadão o direito de ir e vir, menos, àqueles que utilizam as vias de acesso no entorno da rodoviária de B.Horizonte **Belo Horizonte.**”

Contrariando o que é comum na maioria das cidades brasileiras, a capital continua com o seu terminal rodoviário na área central, cuja localização prejudica a trânsito das principais vias de acesso ao hiper-centro. O projeto de construção da nova rodoviária já existe, entretanto, o descaso e a inércia do poder público adia, sabe-se até quando, o início das obras de construção do novo terminal. A exemplo da última sexta feira do dia 20/02, véspera do feriadão de carnaval, a cidade teve mais uma vez que conviver com o caos no trânsito provocado principalmente pelos ônibus da rodoviária. Fora o prejuízo causado para os que não foram viajar, quem precisou, o atraso para o embarque de algumas linhas chegou a ser de até 5 horas do horário previsto. No meu entendimento, falta acima de tudo vontade política, sim vontade, a mesma que tornou realidade a construção do Boulevard Arrudas, Linha Verde dentre tantas outras obras realizadas. Com a palavra os que ainda são contrários a transferência da rodoviária”. Atenciosamente,

3. Enviada em 26.02 - Publicada em 28.02

TRÂNSITO – Rua apertada piora em dias de cultos, Fernando Souza, Belo Horizonte.

”O problema de trânsito em Belo Horizonte está ligado, muitas vezes, à Lei de Gerson (levar vantagem em tudo). Um exemplo claro disso é a atitude de boa parte dos fiéis da Igreja Batista Filadélfia, na Rua São Roque, quarteirão entre as ruas Conselheiro Lafaiete e Itacoatiara, no Bairro Sagrada Família, Região Leste de Belo Horizonte. Eles estacionam seus veículos nos dois lados da via, deixando apenas um ‘beco’ para o tráfego daqueles motoristas que demandam ao Horto ou no sentido contrário, em direção à Avenida Cristiano Machado. Nas manhãs de domingo e nas noites de terça-feira, então, quando o fluxo de frequentadores dos cultos é maior, fica difícil para carros mais largos passarem por ali. A BH Trans precisa fiscalizar a irregularidade. Afinal, o direito de ir e vir é de todos que acessam aquele trecho da Rua São Roque”.

4. Enviada em 26.02 - Publicada em 01.03

CARNAVAL – Capital tem bom lugar para o sambódromo, Waldemar Gomes de Faria Junior, Belo Horizonte.

“Depois do fracasso da Via 240, por motivo exclusivamente da distância com escolas de samba faltando figurantes completamente e desfalcadas com número reduzido de figurantes e desfiguradas por falta de fantasias e participantes as autoridades municipais devem fazer um capeamento no Ribeirão Arrudas, entre os campos do Ferroviário e do Pompéia, da Avenida Silviano Brandão até o Bairro Horto, entrada do Bairro Boa Vista. **região leste de Belo Horizonte. Não há melhor local para construir o sambódromo da capital mineira”.**

5. Enviada 26.02 - Publicada em 02.03

A Rodoviária que não deveria ter sido construída.

RODOVIÁRIA – Novo terminal tem absoluta prioridade, Wagner Abreu Coelho, Belo Horizonte.

Abrindo o EM desta quinta-feira 26 de fevereiro, caderno de GERAIS, matéria de Pedro Rocha Franco “Depois de ler no EM (26/02) sobre o caótico trânsito no Hiper-centro da Cidade de Belo Horizonte, tudo causado pelo Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, num efeito dominó que aumenta a cada ano, e que se não fosse a confiabilidade depositada no repórter, poderia se dizer que ele apenas repetiu matéria dos anos anteriores plagiando os autores das mesmas tão idênticos são os fatos: trânsito caótico, **observe que a reportagem estampa os mesmos elementos dos anos anteriores: engarrafamento, motoristas estressados, buzinaço, ônibus parados no entorno e a vários quarteirões, quer seja para ir para embarque ou desembarque de passageiros, atrasos de horas para saídas ou demoras para se chegar as plataformas de desembarques partidas ou chegadas, passageiros descendo nas vias de trânsito pistas de rolamento sob o risco de acidentes etc, etc etc.** O mais curioso de tudo é que apesar disso, uma turma de boa parte dos vereadores da capital aprovou, em 2008, ano passado, em sua pequenez de visão e competência, aprovou o projeto da construção do novo terminal rodoviário, a ser construído praticamente a 1 km do atual, onde poderemos ver uma repetição destes velhos problemas, porque numa cidade que já vem crescendo de forma tão acentuada como vem crescendo Belo Horizonte desde a década de 70 e nossos políticos não viram isto, o que se vai fazer é apenas transferir o problema de local ou apenas mudar o mosquito de lugar, como queiram. Jamais vou me esquecer de meu pai quando na inauguração da atual rodoviária. Ele disse: estão inaugurando uma obra superada, assim como disse isso também quando foi a vez dos viadutos ao lado dela, que muita gente não se lembra dos cruzamento de carros por cima, numa clara demonstração da falta de competência e planejamento do Poder Público em criar obras duradouras, que fossem não para o momento, mas para décadas. Sou como meu pai, semi-analfabeto, pois não pude concluir nem o primeiro grau. Mas ninguém precisa ser formado para saber que em uma cidade que cresce de forma tão intensa, cujo trânsito cada dia mais sobrecarregado fica, este tipo de Serviço Público, tem de ser levado para fora do centro, de preferência nas rodovias de acesso à cidade, assim como fizeram quando se construiu o Aeroporto de Confins. Acredito que, se a nova rodoviária for construída próxima ao Hipercentro ou em alguns dos bairros adjacentes, mais do que nunca vou meditar em algo que escutei, não sei onde, guardei e dou de graça para quem quiser ouvir: DEUS limitou a inteligência do Homem, mas a ignorância, não. no Bairro Calafate, Região Oeste da cidade, distante apenas 3,5 Km da Praça Rio Branco. Se realmente isso ocorrer, o

caos apenas vai mudar de lugar. O certo, a meu ver, seria construí-lo nos arredores da capital, numa das saídas da cidade, bem longe do Hipercentro. Mas, pelo andar da carruagem, vamos trocar seis por meia dúzia. Torçamos para que haja bom senso de nossos administradores na hora de definir de vez a área para abrigar a nossa nova estação rodoviária”. Autodidata

6. Enviada 01.03 - Publicada 03.03

RODOVIÁRIA - Usuários não merecem sofrimento tão grande, Roberto Luiz da Silva Mendes, Belo Horizonte.

“Concordo plenamente com o leitor Wagner Abreu Coelho em carta publicada hoje (2/3). Há mais de 10 anos, às vésperas de feriados, principalmente os do réveillon e do carnaval, literalmente, ninguém entra ou sai da rodoviária de BH do terminal. Transferir-lo para o Calafate é inadmissível, sendo um grande prejuízo para toda a população belo-horizontina, que terá gastos adicionais com deslocamento, espaço reduzido para utilização e ainda esbarrará no mesmo problema: o trânsito caótico, pois a Via Expressa não comporta sequer o fluxo de veículos que por lá trafega. Além desses inconvenientes e da transferência do local do problema, a PBH ainda terá que indenizar diversas famílias que residem na área. Na região dos bairros Califórnia e Padre Eustáquio, existem ainda áreas disponíveis, livres, sem a necessidade de desapropriação de imóveis e indenizações caras. Além da economia, teremos várias vantagens: os ônibus não precisarão trafegar pelos corredores centrais da capital, existindo confluência das BRs 040 e 262; proximidade da estação do metrô no Bairro Camargos, da Via Expressa, da Avenida Amazonas, da Rua Padre Eustáquio e do Anel Rodoviário. A população precisa ser melhor ouvida, para votar, com consciência, o Orçamento Participativo”.

7. Enviada em 02.03 - Publicada em 03.03

DESCASO – Agência do BB fica à mercê de vândalos, Dalmo Vianna Jr., Belo Horizonte.

“Há total falta de segurança nos fins de semana na agência do Banco do Brasil o Bairro das Mangabeiras, Região Sul de Belo Horizonte. Pelo segundo fim de semana consecutivo, vândalos entupiram as saídas de dinheiro e o dispositivo de leitura dos cartões com envelopes e de papéis de recibos, extratos e saldos. Em outro terminal usaram **foi notado a utilização de** cola para segurar os cartões e um adesivo com um número de telefone muito suspeito. Tentei falar pelo Disque BB, mas não consegui **sem sucesso**. É lamentável que uma instituição como o Banco do Brasil **do porte do BB** não tenha condições de bancar um vigia nos fins de semana”.

8. Enviada em 06.03 - Publicada em 08.03

Cemitério da Saudade

DESCASO – Cemitério em estado lastimável na capital, Dayse Abreu, Belo Horizonte.

Prezados, É lamentável a situação de descaso, abandono, falta de manutenção e conservação **no em que se encontra o cemitério da Saudade, Região Leste de Belo Horizonte.** chega a ser falta de respeito com os moradores de BH a população que pagam seus impostos em dia e não conseguem enxergar o retorno dos altos valores pagos empregados. As ruas internas estão em péssimo estado de conservação, cheias de lixo, com péssima aparência: lixo, buracos e poças d'água acumuladas, que criam um ótimo campo para o mosquito da dengue. As capelas Os velórios então em péssimo estado de conservação e manutenção assim como os banheiros, que a meu ver deveriam ser jogados no chão e refeitos, propiciando um maior aconchego para as pessoas que precisam passar tantas horas lá já num momento tão difícil. são uma vergonha, bem como os sanitários. Faltam bancos, abrigos, árvores, manutenção e replantio dos jardins, enfim condições mínimas para um local que recebe tanta gente. Cemitérios abrigam restos mortais de nossos mortos, mas são as pessoas vivas que os visitam ou vão levar seus parentes e amigos à última morada. Por isso mesmo, precisam de um mínimo de conforto para superar esses momentos ruins. Fica aí a sugestão para o órgão da PBH responsável pelo local. Com a palavra a Regional Leste da Prefeitura de Belo Horizonte.”

APÊNDICE E - Íntegra das cartas contendo relatos de problemas de atendimento social que foram editadas e publicadas no Estado de Minas

Os trechos sublinhados foram removidos pela edição e os em negrito foram acrescentados. Os títulos em negrito foram dados pelos editores e os sublinhados eram os originais. As aspas foram colocadas pelos editores.

1. Enviada em 10.02 - Publicada em 13.02

ABONO – Professora reclama direito a benefício, Dilene Saliba de Paula, Juatuba MG.

Após “**Depois de** 25 anos de trabalho como professora, sinto-me excluída como funcionária pública do Estado de Minas Gerais. No mês de **Em** janeiro deste ano, o governador Aécio Neves **o governo** concedeu um abono financeiro aos professores aposentados. No entanto, não tive o direito de recebê-lo por estar aguardando a publicação de minha aposentadoria protocolada em 30/11/2005 na Metropolitana B. A lentidão para concluir tal processo não me surpreende, visto que ainda hoje o mimeógrafo é principal instrumento de reprodução de materiais didáticos nas escolas públicas. O descaso não pára por aí: trabalhei durante vários anos e tentei, por várias vezes, gozar do meu direito às férias-prêmio, benefício que me foi negado por estar em sala de aula e que até hoje não recebi. Deixo aqui minha indignação pela falta de consideração e respeito do nosso governador com aqueles que dedicam uma vida ao Estado são tratados como “ninguém” quando se aposentam”.

2. Enviada em 10.02 - Publicada em 14.02

Manifesto de indignação Boa tarde, Meu nome é Adriana.

AEROPORTO – Passageiro é roubado e não pode dar queixa, Adriana Gonçalves, Belo Horizonte.

Estou enviando esse e-mail para as entidades que, em meu entendimento, devem tomar conhecimento de fatos como os que ocorram com minha filha ao retornar de uma viagem do exterior. No dia 27 de janeiro de 2009, “Manifesto minha indignação com o fato de que, ao realizar uma viagem aérea, o passageiro paga uma taxa de embarque para usufruir dos serviços do aeroporto. Mas as mesmas pessoas que são pagas para nos prestar esse serviço são as que nos roubam. Foi o que aconteceu com minha filha M.G. desembarcou, vinda de Miame, no vôo 2901 da American Airlines, no aeroporto ao retornar de uma viagem ao exterior. Ao desembarcar no Aeroporto Tom Jobim Galeão, Rio de Janeiro. Ao chegar ao aeroporto, no Rio de Janeiro, ela verificou que sua bagagem

havia sofrido um roubo. ela percebeu que sua bagagem tinha sido violada e foi roubado um relógio com o qual presentearia o pai. Não houve dano aparente na mala. Ela somente abriu a mala para verificar se o relógio que ela havia comprado de presente para o pai não havia sofrido dano (as bagagens são literalmente jogadas nos carrinhos de transporte). O objeto roubado foi um relógio, da marca GUESS, de cerca de U\$ 150,00. Ela tentou, com a ajuda do guia da empresa Tia Eliane Tour, registrar o roubo. Com a ajuda da agência de viagem tentou registrar queixa, Mas foi indicada a ir a vários lugares do aeroporto sem conseguir nenhum resultado. Nem mesmo um registro mínimo foi possível fazer. mas foi mandada de um lado para o outro sem conseguir nada. Como tinha que pegar outro vôo para Belo Horizonte, não foi possível fazer qualquer registro. A parada no aeroporto do Rio era uma conexão para Belo Horizonte. O vôo de Belo Horizonte iria sair em pouco tempo. Se ela persistisse em fazer a ocorrência, perderia o vôo para casa. Meu objetivo com essa mensagem não é o de reaver o bem roubado. Nem de ter o ressarcimento do valor do bem. Seria muita pretensão de minha parte. Gostaria de manifestar minha indignação com o fato de que, ao realizar uma viagem aérea, o passageiro paga uma taxa de embarque para usufruir dos serviços do aeroporto. E as mesmas pessoas que são pagas para nos prestar esse serviço, são as que nos roubam! As bagagens são transportadas de forma descuidada, sem nenhum zelo ou consideração para com o passageiro. Muitas chegam ao destino com a alça ou as rodas quebradas, cadeado arrombado, enfim, danificadas por falta de cuidado e de respeito ao viajante. Entendo que existe a necessidade de revista das bagagens (drogas, dinheiro, produtos químicos, explosivos, metais, armas, etc). Mas quem fiscaliza o funcionário que tem acesso irrestrito a essas malas? Como resolver essa questão? Confiar na índole das pessoas? No caráter? No profissionalismo? Claro que, em vista dos constantes roubos e descasos com as bagagens, somente o aspecto “confiança” não basta. Além disso, as bagagens são transportadas de forma descuidada, sem nenhum zelo ou consideração com o passageiro. Muitas chegam ao destino com a alça ou as rodas quebradas, cadeado arrombado, enfim, danificadas por falta de cuidado e de respeito ao viajante. É necessário que o passageiro seja atendido e receba o serviço pelo qual pagou. Não questiono o pagamento da taxa de embarque. Questiono a qualidade e a confiabilidade do serviço recebido, e a confiabilidade do serviço recebido”. Questiono os mecanismos de defesa do passageiro roubado por um funcionário que é pago para realizar um serviço, se não de qualidade, pelo menos com honestidade. Questiono a fiscalização das empresas aéreas/aeroportos com relação a seus funcionários. Questiono sobre o treinamento que esses funcionários recebem. E, principalmente, questiono o descaso das autoridades competentes. Esse não é um fato isolado. É algo que ocorre inúmeras vezes por dias, nos vários aeroportos do Brasil

e do mundo. Reitero que meu objeto é registrar, mesmo que tardiamente, esse fato lamentável, de desrespeito, desonestidade, falta de profissionalismo e de total impunidade.

3. Enviada em 21.02 - Publicada em 24.02

Rodoviária de Belo Hte///São Geraldo

DESRESPEITO – Empresa de ônibus não honra horário do bilhete, Rogério Diniz, Belo Horizonte.

Oi Pessoal do Jornal Estado de Minas

Quero através deste e-mail demonstrar a minha indignação, estou resignado, pois é uma covardia o que a Prefeitura de Belo Hte (Secretaria de Transportes) bem como as empresas de ônibus rodoviários (no meu caso a São Geraldo) pois estão inseridas ao sistema e sabem do problema, vejam só: Ontem (20/02) “Sexta feira, dia 20, tentei ir embarcar para Guarapari-ES no Leito das 21:45 hs no horário de 21h45 (ônibus leito) meu Jesus...que loucura..não havia como transitar dentro da Rodoviaria de BHte e no local do embarque, não gosto nem de lembrar, imagine o Mineirão lotado e após o clássico todos saindo, a sensação era igual, a diferença que na rodoviária de BHte todos estávamos parados aguardando em um local sujo, lotado, insalubre pois os ônibus ficavam ligados liberando gás carbônico, para se ter uma ideia da dimensão do problema 1) O meu "espaço" de espera não tinha mais que 30 centímetros, em pé 2) Como não tínhamos local para ficar, as pessoas que estavam aguardando para embarcar utilizavam o local aonde os ônibus param, que estavam atrasados em mais de 2 horas e 30 minutos. 3) **Contudo uma multidão de passageiros, muitos com crianças, ocupava todas os espaços possíveis do terminal, por sinal insalubre e sem conforto algum. Havia horários com atrasos de mais de duas horas.** As escadas que davam acesso ao local de às plataformas de embarque estavam congestionadas, não havia como descer e nem voltar ou voltar ao andar de cima. 4) As pessoas começaram a passar mau, vomitar, Muitas pessoas passaram mal, com muitas vomitando, inclusive minha mulher e meu filho de 10 anos. 5) As pessoas andavam a esmo, procurando alguém que pudesse ajudar, mas nem o pessoal da Prefeitura e nem os fiscais da São Geraldo demonstraram boa vontade, pois também estavam perdidos. Apelamos para o pessoal da PBH e da empresa São Geraldo, mas nenhum deles demonstrou boa vontade para ajudar. Quando deu 00:30 hs não aqueitei mais naquele local, e Depois de 2 horas e 45 minutos de espera para o carro partir, cancelei o passeio com a família, pois um funcionário da concessionária informou-me que o ônibus só sairia depois de 3h da madrugada pois fiquei sabendo (pelo próprio funcionário da São Geraldo) que o meu ônibus programado para sair às 21h45 só iria sair após às 03h00 da madrugada. Isso é uma falta de respeito, imposta pelos incompetentes funcionários da Prefeitura e das empresas de ônibus rodoviários, que

vendem passagem com os ônibus saindo de 10 em 10 minutos, sabendo que a rodoviária de Belo Hte não tem estrutura para suportar tamanha vazão de pessoas em um espaço de tempo tão pequeno. Todos os ônibus, o problema se repete: as empresas, com uma ganância ímpar, vendem passagens em ônibus extras, com intervalos teóricos de 15 minutos. Mas como a rodoviária de BH não suporta mais demanda desse porte, toda a região do terminal fica congestionada, com veículos escalados para as viagens não conseguindo entrar na plataforma de embarque, transformando a vida de quem quer sair um pouco da cidade num verdadeiro inferno. Porque estes "Filhos de Deus" em caráter de exceção (somente no carnaval) não usam o local de desembarque (pois reparei ontem, estava completamente vazio) para embarcar parte desta multidão que estão pretendendo sair de Bhte para se divertir e na verdade, passam por momentos calamidosos como estes. Enquanto outra rodoviária não for construída, em caráter excepcional nestas épocas de grande afluxo de passageiros, os embarques para cidades praianas e históricas poderiam ser feitos em pontos diferentes da cidade, devidamente anunciados. O que não pode é um cidadão comprar três passagens de ônibus leito para embarcar às 21h45 e no início da madrugada ter que desistir do passeio por esgotamento físico e de paciência. Entrarei com um processo de danos morais contra a São Geraldo e a administração da rodoviária."

4. Enviada em 18.02 - Publicada em 21.02

PROFESSOR – Gratificação atrasada e abaixo da esperada, Giovanni Mytha Krauss, Lambari MG.

"Sou professor de Geografia, pertencente do quadro de designados da Secretaria de Estado de Educação, lecionando para o Ensino Fundamental e Ensino Médio **em Lambari, sul de Minas**. Durante o ano de 2008 fiz jus em receber 2/12 do décimo terceiro salário 13º no cargo 1 e 1/12 do décimo terceiro salário no cargo 2. Acontece **Ocorre** que não recebi a quantia devida na data estipulada pelo Estado. Mediante isso, fiz uma reclamação de pagamento, e reclamei, sendo respondido pela Superintendência de Varginha, quase 35 dias após, onde que dizia: "ver relação das designações na folha anexa. Se você não recebeu seu 13º na folha 11/2008 aguardar a folha 01/2009 **A correspondência foi assinada pela supervisora de Taxação**, (Maria Goretti de A. Morais/Supervisora de Taxação)". E o fato é que Mas, além de receber o requerido pagamento com 2 meses de atraso, ou seja, no 5º dia útil do mês de fevereiro, depositaram **foi depositada** a quantia humilhante de R\$10,75 (dez reais e setenta e cinco centavos), o que me parece estar errado. Caso contrário, quanto está ganhando um professor no Estado hoje? Menos que R\$100,00 (cem reais) mensais? Com a palavra a Secretaria da Educação. Além disso, descontaram no pagamento do 13º salário o INSS a parcela do Instituto Nacional do

Seguro Social. Se eu não estou pouco informado, esse benefício não é passível de descontos. Às vezes penso que alguns setores da Secretaria da Educação estão precisando de aulas particulares de matemática. Nós temos que esperar para receber um mísero salário e, quando vem, ainda pagam o valor errado e, para receber a diferença temos que esperar por mais 30 dias, no mínimo. Isso se a Secretaria admitir o erro. O professor prejudicado tem que esperar para receber, sem nenhum acréscimo ou correção. Mas as nossas contas que ficam em atraso, em consequência dos erros de terceiros, temos que pagar com juros. Que horror! Nós, funcionários públicos estaduais, gostaríamos de ser mais respeitados. Haja paciência!”

APÊNDICE F - Íntegra das cartas sobre aborto/excomunhão, que foram editadas e publicadas no Estado de Minas

Os trechos sublinhados foram removidos pela edição e os em negrito foram acrescentados. Os títulos em negrito foram dados pelos editores e os sublinhados eram os originais. As aspas foram colocadas pelos editores.

1. Enviada em 06.03 - Publicada em 08.03

EXCOMUNHÃO – Paranaense questiona decisão de religioso, José Pedro Nasser, Curitiba.

O estupro e a excomunhão

Como se não bastasse a Era das Incertezas na Economia, a Era da Ganância na destruição do Meio Ambiente, agora vivemos também a Era do Horrorismo, mais uma vez a vítima do terrível horror foi uma inocente criança de 9 anos, nascida em Alagoinha, Pe. que foi estuprada e engravidou de gêmeos do seu Padrasto, podemos chamá-lo de Padrasto? Não, mais sim de um Monstro. Pela medicina foi atestado que a inocente criança ficou grávida de gêmeos e que corria risco de vida já no início da gravidez, a equipe do Hospital do Cisam fizeram o aborto salvando a mãe. O pior de tudo isso foi a entrada em cena do Bispo de Olinda D. José Cardoso que ganhou seus minutos de fama e com o dedo em riste perante as câmeras de Televisão e Jornais disse que estavam Excomungados toda Equipe medica e a Mãe da Criança que autorizou o aborto. Estranhamos a rapidez como a Igreja agiu para o julgamento, não respeitaram o que Jesus disse, Não julgueis para não seres julgado. Pergunto e ele se excomungou o facínora do padrasto, ou será perdoado também pelos Direitos Humanos. A minha pergunta é: E como ficam os milhares de Padres, Bispos, tidos como Pedófilos, Homossexuais, que atacam e violentam nossas crianças, mesmo dentro das sacristias e confessionários, e que quando descobertos são recolhidos ao Vaticano sem nenhum tipo de julgamento, e alguns anos depois seus crimes horrendos são esquecidos pela sociedade e voltam como se nada tivesse acontecido. Só nos USA, a Igreja Católica teve que fechar as portas de muitas Igrejas pelas milhares de ações de indenização movidas pelos Pais das Crianças, lá eles agem e a justiça funciona, aqui no Brasil eles simplesmente são transferidos de cidade, isso os Bispos não falam e não julgam ? Com a palavra os justiceiros da moral e dos bons costumes. Com tristeza pela criança estuprada e sua família que sofrerá para a vida inteira. Assim caminha a desumanidade contra nossas crianças que indefesas pagam sempre pela Dor. Com tristeza.

2. Enviada em 05.03 - Publicada em 09.03

EXCOMUNHÃO – Católico condena decisão de bispo, Roberto Atilio Jávare, Belo Horizonte.

Aborto necessário

Causou-me enorme surpresa a notícia hoje veiculado pelo 'Estado de Minas' a respeito do aborto praticado pelos médicos em benefício da menina grávida de gêmeos ('Menina de 9 anos tem gravidez interrompida'), deixando-me estarecido a reação contrária da Igreja Católica. Sou adepto do catolicismo e não quero discutir os dogmas e mandamentos da religião. Mas, falar em excomunhão neste caso é para mim uma decisão absurda, ainda mais com sentença automática, sem julgamento e sem chance de defesa. Há de considerar-se que a interrupção da gravidez, aconselhada e praticada por equipe de médicos, realizou-se em prol de uma menina de apenas nove anos, que trazia em seu ventre dois fetos, hipótese que, com certeza, agravava sua situação. Ainda mais tratando-se de criança, imatura ainda, frágil e fisicamente inapta para tamanho sacrifício. Sem contar que fora vítima de estupro praticado pelo próprio padrasto. Todas essas circunstâncias não bastaram para sensibilizar o arcebispo de Olinda e Recife, no entanto, o procedimento é correto e legal, até porque autorizado pela representante legal da menor. Com efeito, o art. 128 do Código Penal Brasileiro prevê o aborto necessário ou terapêutico, permitindo que o médico provoque a interrupção da gravidez quando a vida da gestante corra perigo de vida, inevitável por outro meio, ou o aborto humanitário, caso da gestação proveniente de estupro, justificando-se a interrupção pela violência e estupidez da fecundação. A infeliz menina apresentava todos os indicativos e requisitos a autorizar a conduta médica, mostrando-se o aborto, assim, necessário e inadiável. A religião não pode fechar os olhos para essa gritante realidade. Procurador de Justiça aposentado do Ministério Público de Minas Gerais

3. Enviada em 10.03 - Publicada em 11.03

ESTUPRADOR – Católica critica bispo de Olinda, Maria Laura Alvez Machado, Belo Horizonte.

“Sou católica fervorosa e foi com muita tristeza que soube do pronunciamento do Bispo de Olinda, excomungando a mãe e a equipe médica que fez o aborto de uma criança de 09 anos, vítima de estupro, grávida de gêmeos e correndo risco de morte. Este Bispo naturalmente não tem filhas, nem netas e não deve ter apreço por nenhuma criança nesta idade. Chego a ter pena dele por tamanha alienação e insensibilidade, bem como por desconhecer a fragilidade de uma criança e o quanto ela precisa de cuidados e atenção. Sou contra o aborto provocado, mas neste caso seria trocar a vida da menina pela dos embriões. Olho para minhas netinhas e não consigo nem imaginar que tal mal possa ocorrer com elas. Por outro lado, acho que o Bispo deveria sim ter manifestado mais seriamente

sobre o estuprador, real criminoso nesta estória toda. Acho que todos os pedófilos do mundo deveriam ser excomungados e não é bem assim que tem acontecido”.

APÊNDICE G - Íntegra da carta sobre o escândalo no Tribunal de Contas do Estado que foi editada e publicada no Estado de Minas

Os trechos sublinhados foram removidos pela edição e os em negrito foram acrescentados. Os títulos em negrito foram dados pelos editores e os sublinhados eram os originais. As aspas foram colocadas pelos editores.

1. Enviada em 08.03 - Publicada em 11.03

TCE – Leitor indignado com o revelado em matéria, Henrique Ribeiro, Belo Horizonte.

“Estou indignado, mas não surpreso com a informação de que os "Marajás" do TCE recebem em média em torno de R\$ 50 mil mensais. Um verdadeiro absurdo, uma burla à Constituição e à Legislação infra-constitucional, para um trabalho de fiscalização e aconselhamento do Poder Legislativo. Se portam como Desembargadores, contudo sem possuir na prática conhecimentos jurídicos, geralmente oriundos da Assembléia Legislativa. Um desrespeito completo com o contribuinte. Ganham muito mais que juízes, promotores e principalmente Defensores Públicos, que apesar de desempenharem um relevante papel na seara jurídica, percebem os últimos apenas R\$ 6.580,00 em início de carreira. Que essa aberração seja imediatamente corrigida”.

APÊNDICE H - Íntegra das cartas sobre o casamento anulado que foram editadas e publicadas no *Le Monde*

Os trechos sublinhados foram removidos pela edição e os em negrito foram acrescentados. Os títulos em negrito foram dados pelos editores e os sublinhados eram os originais. A edição do *Le Monde* não publica as cartas entre aspas.

1. Enviada em 01.06 - Publicada em 02.06

Indignação e vergonha!, Hélène Goutal-Vallère, Paris.

Eu compartilho a indignação e a vergonha expressas por Elisabeth Badinter, após o veredicto de anulação de um casamento civil, dado por um tribunal de Lille, julgamento que assinala uma verdadeira negação do caráter inalienável que funda nosso direito, a liberdade do ser humano – mesmo uma mulher! de dispor de seu corpo. Assim, no mesmo dia em que o Tribunal de Justiça de Charleville-Mézières condenava a prisão perpétua por seus crimes hediondos, Michel Fourniret, esse maníaco pela pureza, obcecado pelas ‘**membranes sur pattes**’, como ele designa de forma abjeta as meninas a quem violentou e assassinou, outro tribunal de justiça da república dava ganho de causa ao pedido de anulação de casamento civil por engano sobre qualidade da ‘mercadoria’ nupcial. Os argumentos da defesa e a referência a duas jurisprudências evocada pelo advogado do queixoso se mostraram particularmente edificantes. O primeiro se tratava do caso de um casamento que foi anulado em 1887 porque o noivo era criminoso e o segundo concedeu no século passado a anulação de uma união porque o noivo descobrira que a noiva tinha um passado de prostituta. Esses foram exemplos legitimamente reconhecidos. Um Tribunal da República terá assim garantido a equivalência da perda da virgindade a um delito ou uma perversão e o fato de que uma mentira privada, e mesmo por omissão, seja sancionada pela lei. Onde vamos parar? O obscurantismo do machismo e dos cirurgiões gananciosos terá um futuro brilhante. Além de sua humilhação pública, desejamos muita sorte e felicidade a esta moça assim entregue a um homem que coloca sua honra entre as coxas de uma mulher em vez do respeito que ele deveria ter por ela.

2. Enviada em 03.06 - Publicada em 16.06

O suplício do pelourinho, Denis Monod-Broca, Paris.

Pelourinho, por uma boa causa...

A moça cujo casamento foi anulado por causa de ligação pré-nupcial dissimulada está, me parece, estupefata, perturbada, paralisada pela amplitude nacional, visivelmente histórica, que seu caso alcançou. Podemos compreendê-la. Qualquer um estaria assim. Ela deve pensar, “meu Deus, me proteja de meus amigos, dos meus inimigos eu me encarrego”,

pois seus defensores são a fonte de toda essa confusão. Se até agora o pelourinho era reservado a quem se queria mal, ele concerne hoje também, sob um formato moderno e midiático – ironia da história – a aqueles a quem queremos bem. No fundo qual é a diferença? O povo de qualquer forma é louco, cego, cruel, injusto e pouco lhe importa quem são as vítimas...

APÊNDICE I - Cartas cujos trechos foram citados pela mediadora do Le Monde em sua crônica **Reações em cadeia**

Os trechos sublinhados faziam parte da íntegra das cartas e foram excluídos. Os trechos em negrito foram acrescentados pela edição.

1. Enviada dia 01.06

Bom dia, “eu lia as reações dos leitores em relação a um artigo sobre o Líbano quando eu me deparei com a seguinte frase: Guliver – 14.05.08 - “Os muçulmanos, sejam eles xiitas ou sunitas, não precisam de ninguém para provar sua intolerância. Todas as suas ações mostram isso. Colocar a culpa em Bush ou Sarkozy é simplesmente uma forma de desculpar seu insondável arcaísmo sócio-cultural. Seriam eles então crianças que devem ser perdoadas por suas ações? Os infantilizar assim só faz reforçar a intolerância deles. Eles escutam o que nós dizemos e se confortam em sua irresponsabilidade”. **constata Dhalid Aabid (correio eletrônico).** Esses comentários racistas e islamofóbicos não têm seu lugar no nosso jornal. O moderador não revelou, sem dúvida, porque a islamofobia é alguma coisa de banal na França neste momento, mas este tipo de comentário não deve nunca ser publicado. O que faz então o seu moderador?” Cordialmente.

2. Enviada dia 03.06

Senhor diretor da publicação, senhor diretor de redação, senhores diretores chefes, redatores chefes e madame mediadora,

“Eu fiquei extremamente chocada com os comentários aos dois artigos de 27 de maio sobre o caso do jovem assassinado por um policial **escreve, por exemplo, Manon Lutanie (Paris).** Um deles intitulado ‘Draguignan: homenagem da comunidade cigana ao homem assassinado’ e o outro ‘O caso de Draguignan reaviva o descontentamento dos policiais’. Eu li estes artigos no site da internet assim como li as reações de seus leitores. Três quartos dos 20 comentários são de conteúdo violentamente xenofóbico (**exemplo:** “Um cigano reincidente, é um pleonasma”) e eu relato aqui alguns deles:

“Tendo feito meu serviço militar junto à polícia rodoviária, eu esbarrei com numerosos campos de povos nômades e sou obrigado a constatar que a maior parte é feita de ladrões (...). E uma realidade, não são anjos. Eu gostaria de pensar mais na vítima desse ladrão da qual não se fala nunca. Esse policial cometeu talvez um erro, mas o ladrão cometeu vários. É brincar com fogo.”

“Um cigano reincidente é um pleonasma, mas eu, eu apoio esse policial que só fez o seu trabalho de defesa da sociedade e logo nossa defesa, tanto pior para o cigano

multidisciplinar que estava sob vigilância da justiça e que havia continuado a agredir os motoristas da estrada.”

“Não me espanta ver que há alguns partidários da roubocracia que ousam culpar o policial (...) eu, eu o condecoraria. O fugitivo ao escapar confessava sua culpa. As pessoas honestas não têm nada a temer indo nas nossas delegacias.”

“(...) Não é sempre fácil no fogo da ação saber certamente se esse uso é absolutamente necessário ou não, então é fácil condenar um policial rodoviário ou um policial, mas me parece que a vítima não era realmente um anjo abatido por engano, não?”

“O policial fez seu trabalho. Ele merece ser defendido. Os policiais não contam suas horas. Eles fazem parte da França que se levanta cedo e se deita tarde (pelo seu trabalho). Eu espero a publicação nas mídias do C V completo do malfeitor.”

“(...) eu desejo que vocês tenham que lidar com esse ‘bravo povo da viagem (nômade)’ e a doce tranquilidade em suas poltronas não será mais a mesma. Paremos de chorar os bandidos de toda espécie. Ele foi preso e tentou fugir. Sem sorte, ele perdeu.”

“Não condenemos uma instituição com mais de 200 anos e composta de mais de cem mil homens por uma falta de julgamento grave de um de seus membros. O uso de armas de fogo em nossos serviços de polícia é raríssimo, mesmo sendo lamentável. A manutenção da ordem pública não é uma ciência exata e há 40 anos suas vítimas são pouco numerosas, releiamos a história de maio de 68. Então, fiquemos calmos e não causemos distúrbios precipitados de equilíbrios que nos servem bem.”

Etc.

Quando eu quis, por minha vez, me manifestar, me informaram que somente os assinantes do jornal podiam colocar online seus pontos de vista. E eu não podia acreditar: os comentários que eu acabava de ler eram, então, dos leitores mais fiéis do jornal. Leitores do jornal? Nossos policiais, nossos serviços? É preciso se render às evidências. Os últimos leitores do *Le Monde* são manifestadamente policiais analfabetos? O que, então, seria um pleonasmo grosseiro. É preciso dizer que foi provavelmente o artigo de Isabelle Mandraud e de Lilian Renard que incitou a esses comentários. Nós temos leitores que merecem. É inadmissível que o debate se refira sobre a questão da necessidade do tiro deste policial. Não há necessidade de reler Sartre para saber que nunca é necessário matar um homem. Na maior parte dos jornais online que oferecem a seus leitores a oportunidade de dar seu ponto de vista, é possível assinalar um comentário de caráter xenofóbico, obsceno ou publicitário. Se um mesmo comentário for várias vezes assinalado ou se os responsáveis pelo site estimam que ele não tenha lugar no site em questão, ele pode ser apagado. Mas parece que vocês têm uma confiança absoluta em seus leitores e na legitimidade da generosidade democrática que dá a cada um a possibilidade de expressar livremente sua opinião. O resultado desses nobres valores é um belo tecido de imundices. Eu imagino que

vocês são, perfeitamente capazes de apagar certos comentários e que vocês não deixarão de fazê-lo quando seus leitores forem longe demais. Se esse jovem homem fosse árabe ou judeu, os mediadores do site jamais teriam ousado deixar expressões de tal violência sob a logomarca do jornal mais “politicamente correto” do país”. Não é de se espantar que comentários a respeito de ciganos circulem impunemente. É somente um novo exemplo do ódio inqualificável do qual eles são vítimas desde os primórdios. Curiosamente, alguns dias mais tarde, o *Le Monde* do domingo 01 de junho, consagrava um novo artigo a esse povo esquecido, desta vez, mais precisamente a comunidade de ciganos romenos da Itália. O artigo era intitulado: ‘Os ciganos romenos da Itália tentam estabelecer o diálogo com a população’. Lendo o artigo eu me perguntei se esta publicação não era uma compensação às bobagens que se pode ler três dias antes no seu site e que eu citei anteriormente. O artigo denunciava a campanha aos acentos xenofóbicos do novo prefeito de Roma, Gianni Alemanno, um antigo neo-facista, e as condições de vida deploráveis da comunidade cigana na periferia romana. O artigo veio acompanhado de uma pequena opinião sobre o mesmo assunto intitulado: ‘Um trato xenofóbico indigno dos Romenos’, e citava as derrapagens racistas acontecidas na Itália, causadas em particular por uma frase de caráter xenofóbico pichada nos muros de uma pequena cidade italiana. “Esse tratado, escrevia Mirel Bran, não deu lugar a nenhuma denúncia oficial italiana, senão aquela da confederação italiana do trabalho. A embaixada da Romênia, em Roma, pediu medidas contra os autores deste texto ‘de caráter extremista e xenofóbico’”.

Antes de se atacar o autor anônimo de uma mensagem colocada na entrada de uma empresa de usina de madeira, em Pieve di Soligno, no nordeste da Itália. O *Le Monde* faria bem em lavar sua roupa suja antes de criticar estes sujos neofacistas italianos e de denunciar o extremismo da nova política italiana de imigração, antes de explorar as lamentáveis condições dos ciganos da periferia romana e da xenofobia da qual eles são vítimas, o jornal faria bem em olhar o que acontece debaixo de seu nariz. Na França, também, em particular na periferia de Paris, os campos de ciganos são regularmente desmantelados e atacados. Na França também pode-se ver crianças ciganas mendigando em nossas ruas com os corpos arruinados por doenças e que sequer vão à escola. Elas vivem com suas famílias em acampamentos que são verdadeiras favelas, no meio dos ratos e pilhas de lixo, às vezes sem um único ponto de água corrente, acampamentos que, no verão, reúnem até 800 famílias.

Para honrar a memória desse jovem homem, pai de três filhos, eu termino citando os versos de uma canção cigana:

Eu tinha outrora uma grande família, mas a legião negra os matou. (...) Agora é tempo, romenos, levantai-vos! Oh ciganos, Oh camaradas romenos. Estudante de mestrado em filosofia na Paris 10

3. Enviada dia 04.06

Questão: eu acabo de ler as proposições abaixo mantidas por um de seus assinantes. O que é um sem-papel? Um indivíduo introduzido ilegalmente no território nacional ou não tendo obedecido a injunção de deixá-lo, abandonar o território? Não se trata de regularizar um fora da lei, mas de impedir que eles existam. Os argumentos econômicos são palavras estéreis. Que os trabalhos feitos por esses ilegais não sejam mais aceitos por estes nacionalista é inadmissível dado o número de desempregados. É preciso obrigar os desempregados sem qualificação a executar esses trabalhos. Um ponto é tudo. Eu não descontro de vocês a profunda tristeza que nasce em mim essas proposições que vocês estabelecem sem ao menos saber se eles podem ou não trazer algum dano aos direitos fundamentais de nossa república e ao espírito de solidariedade que todos os trabalhadores em luta conseguiram conquistar à força de muita tenacidade. Vocês que estão no coração do conflito de interesse que engendra um sistema que outrora vocês denunciavam, compreendem bem o que a palavra luta significa. Sua responsabilidade de jornalista é plenamente engajada quando vc deixa dizer que os infelizes exilados que estão sobre nosso território são ilegalmente introduzidos enquanto que muitos fogem da miséria e da guerra, da fome ou da ditadura para reencontrar um pouco de esperança. Sua responsabilidade de jornalista é totalmente engajada quando vc deixa tratar os seres humanos livres de foras da lei. E de que lei? Aquela de dispor de sua vida como bem se entende? “É um pouco simples demais de se desresponsabilizar pelas opiniões dos outros (os internautas) em nome da liberdade de expressão. É um pouco como se os exemplos da história não tivessem servido para nada. Como se os nazistas não tivessem existido. Como se o holocausto não fosse senão uma piada da história. Se vocês têm o dever de informar, vocês não têm como dever de retransmitir opiniões dignas de antigamente,! **Protesta Jean-Charles Fischhoff** pois então, vcs não fazem mais seu serviço de jornalista independente. Ser independente é também fazer a escolha de sua política editorial, é engajamento político, sem o que, vocês se tornam, como muitos, os porta-bandeiras de uma liberdade de salon”, aquela que só faz vocês rirem bem no conforto de seus apartamentos parisienses. Sinto muito se minha revolta fere a vocês, mas existem coisas que não se deve deixar passar quando se é um homem livre. Considere este texto como direito de resposta à injúria que me foi feita, pois por ler num site público propostas que danificam minhas convicções e a noção que eu me faço de liberdade, igualdade e de fraternidade constitui para mim um delito.

APÊNDICE J - Íntegra da crônica **Reações em cadeia** publicada no *Le Monde*

Os trechos em negrito foram extraídos das cartas, cujas íntegras se encontram no **Apêndice I**.

Reações em cadeia

“Atenção: Essa crônica contém expressões chocantes que não se encontram normalmente nas páginas desse jornal, mas frequentemente e de forma singular no site da internet... Clark Hoyt, mediador do New York Times, nos desculpará por plagiar aqui o slogan malicioso de sua crônica de 04 de novembro de 2007, mas como as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, o que era válido para os leitores do jornal nova-iorquino vale também, a partir de agora, para os leitores do *Le Monde*. Há alguns meses, um grande número de leitores interpela o jornal (e sua mediadora) no que diz respeito às variações constatadas entre o teor geral dos artigos e das “reações” de internautas, colocadas on-line no *lemonde.fr*.

“Eu fiquei extremamente chocada com os comentários após os artigos de 27 de maio sobre o caso do jovem morto por um policial, escreve, por exemplo, Manon Lutanie (Paris). Três quartos dessas reações são de conteúdo violentamente xenofóbico (exemplo: “Um cigano reincidente, é um pleonasmo”). Quando quis, por minha vez, me manifestar, me informaram que somente os assinantes podiam colocar on-line seus pontos de vista. Eu não podia acreditar: os comentários que eu acabara de ler eram então dos leitores mais fiéis. (...) Se esse jovem fosse árabe ou judeu, os mediadores do site jamais teriam ousado deixar expressões de tal violência sob a logomarca do jornal mais “politicamente correto” do país.(...)”

Pseudônimo obrigatório, essas censuras tomam às vezes um tom jocoso, perfeitamente involuntário: “Como cidadã europeia, eu acho a reação de Piloudue (ao artigo “As autoridades italianas anunciam medidas contra a violência”) inaceitável, ultrapassada, antieuropeia, e mesmo racista, escreve por Christelle Lacoïnta (Plaisance-du-Touch, Haute-Garonne). Se o autor é certamente mais inteligente que seus vizinhos italianos, “um país de imbecis”, eu não compreendo o objetivo buscado pelo jornal *Le Monde* – que autorizou a publicação de tal declaração difamatória”.

É preciso dizer que o tal “Piloudue” não tinha economizado na violência do comentário: “Pobre Itália, país de corrupção, de desequilíbrio (...). Um país que é a vergonha da Europa, um país de imbecis, governado por imbecis.” Etc.

“Chocados”, “insultados”, “perturbados”, ou simplesmente “assustados” com a leitura de certos comentários, os leitores regulares do jornal fazem apelo à ética. **“É um pouco simples demais se desresponsabilizar pelas opiniões dos outros (os internautas) em**

nome da liberdade de expressão (...) Se vocês têm o dever de informar, vocês não têm o dever de retransmitir opiniões dignas de antigamente! Protesta Jean-Charles Fischhoff. **Ser independente é também fazer a escolha de sua política editorial, sem o que, vocês se tornam, como muitos, os porta-bandeiras de uma liberdade irresponsável.”**

O recente fluxo de “reações as reações” não é surpreendente. Ele segue logicamente a progressão da interatividade do site que, há dois anos, abriu gradualmente aos comentários todas as seções do jornal, começando pela coluna Opiniões, depois Política, Sociedade, etc. O último setor, Viagens, virá na próxima semana, o que fará com que todas as colunas estejam abertas à crítica ao vivo. Única exceção: os artigos de atualidade sobre o Oriente Médio, que geram muita agressividade e derivações.

Último exemplo, uma análise sobre o Líbano. **“Eu lia as reações dos leitores quando me deparei com a seguinte frase: Os muçulmanos não precisam de ninguém para provar sua intolerância. Todas suas ações provam isso. (...) Seriam eles então crianças que devem ser perdoadas por suas ações? (...) Eles escutam o que dizemos e se confortam em sua irresponsabilidade, constata Dhalid Aabid (correio eletrônico). Esses comentários racistas e islamofóbicos não cabem no jornal. O que faz então seu moderador?”**

Nós devemos avaliar mais de 1500 reações por dia, é muito, responde Michel Tétu, chefe da equipe dos moderadores do Monde.fr. Nós fazemos o máximo para barrar as opiniões grosseiras, racistas e tudo que é proibido pela lei. Nós bloqueamos em média 5% dos comentários, alguns passam assim mesmo, mas são poucos: dois ou três em mil. Haveria muito mais se nós não estivéssemos lá. As reações são o efeito de uma catarse geral, sobretudo atualmente.

O problema não é específico do jornal Monde online, longe disso. Em outubro de 2007, o blogueiro mais lido da Suécia acabou com seu diário virtual porque não suportava mais as reações de seus leitores.

Que a possibilidade de se manifestar online seja limitada aos assinantes do site, e aos assinantes do jornal (que possuem um código de acesso automático) não melhora em nada. Ao contrário, esse privilégio reforça o rancor daqueles que não possuem o acesso: “Estudante na IEP de Bordeaux, escreve Clément Chadeau, eu gostaria de ter respondido a uma manifestação em forma de provocação de um de seus assinantes, Sr. Boute-en-train²⁰⁹ que se pergunta se a falta de reações dos estudantes (sobre um artigo a respeito do movimento estudantil atual) viria do fato de que eles não leem mais o *Le Monde* ou do fato de não saberem mais ler. Esse senhor não disse que se os estudantes estavam tão pouco

²⁰⁹ Pessoa que anima uma festa.

satisfeitos com seu destino, é porque eles não tinham nem mesmo os seis euros por mês para gastar”.

Espontâneas, breves (500 toques), efêmeras, as reações vêm da emoção. Elas desaparecem quando o artigo que elas comentam é arquivado (três dias após sua postagem online). No meio do caminho entre as linguagens escritas e faladas, não se deve dar a elas mais peso do que às piadas de corredores ou de salão.

Aliás, alguns internautas, uma vez passada a exaltação, chegam a se desculpar. Guillaume Serre, que tinha se manifestado de forma veemente contra uma de nossas crônicas, nos escreveu diretamente, alguns dias mais tarde: “Após reflexões maduras, eu acho que vocês tinham razão parcialmente. De fato, nós somos muitos (me incluindo nesse “nós”) a manter opiniões incisivas, sem nuances. Mas isso é devido tanto ao anonimato quanto à falta de espaço para se expressar (...) Porque não publicar reações mais desenvolvidas, melhor embasadas”? Talvez, mas então nós trocaríamos de gênero. Esse espaço se chama tribuna...”